

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SYLVIO MARINHO DA PUREZA RAMIRES

TRAJETÓRIAS DE VIDA NA AMAZÔNIA:
UM ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA DAS FAMÍLIAS
BENEFICIADAS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

CURITIBA

2018

SYLVIO MARINHO DA PUREZA RAMIRES

TRAJETÓRIAS DE VIDA NA AMAZÔNIA:
UM ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA DAS FAMÍLIAS
BENEFICIADAS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná,
como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor
em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Rasia

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Pureza Ramires, Sylvio Marinho da

Trajelórias de vida na Amazônia : um estudo sobre as condições de sobrevivência das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família / Sylvio Marinho da Pureza Ramires. – Curitiba, 2019.

Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Rasia

1. Famílias - Condições sociais - Amazônia. 2. Programa Bolsa Família (Brasil) - Amazônia. 3. Assistência Social – Brasil. 4. Brasil – Política social. I. Título.

CDD – 361.981

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **SYLVIO MARINHO DA PUREZA RAMIRES**, intitulada: **TRAJETÓRIAS DE VIDA NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

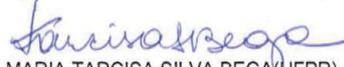
;, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 26 de Outubro de 2018.


JOSÉ MIGUEL RASIA(UFPR)

(Presidente da Banca Examinadora)


MARIA TARCISA SILVA BEGA(UFPR)

(Avaliador Interno)


RÚBIA CARLA FORMIGHIERI GIORDANI(UFPR)

(Avaliador Interno)



CELSO KRAEMER(FURB)

(Avaliador Externo)


MARIA MARCE MOLIANI(UFPA)

(Avaliador Externo)

À memória de meus pais,
Marleide Marinho da Pureza Ramires e Paulo Silvio Ramires,
eternos educadores;

Aos das Alagoas,
a quem devo a sabedoria rítmica de meus humores;

e, finalmente,

Aos parceiros do Rio Branco,
especialmente Luziene Corrêa Parnaíba e nosso filho vindouro, Theodoro;

dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Aproveito este espaço para manifestar o meu agradecimento aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa. Sem a compreensiva atenção de todos, não haveria de ter concluído este trabalho.

O fato é que algumas pessoas estiveram ligadas mais diretamente ao círculo de minhas atividades cotidianas nessa trajetória.

A primeira delas foi minha companheira Luziene Parnaíba, cujos momentos de dificuldade e leveza enfrentamos juntos, desde a época em que fazíamos a graduação até a conclusão do doutorado, bem como na recente descoberta como pais de Theodoro. A vocês, meus agradecimentos iniciais.

À minha família lá das Alagoas, responsável por minha existência social e formação humana. Especialmente aos meus queridos pais Marleide Marinho da Pureza Ramires e Paulo Silvio Ramires, educadores humanistas que ainda residem vivos em minha memória, mantendo a esperança sempre renovada do respeito à liberdade e igualdade sociais. Um muito obrigado a Lídia, Leda e Fi, três rosas responsáveis por exalar a cada novo encontro o perfume bem humorado de nossas histórias de família. À Leticia, Sofia e Gui, responsáveis por reavivarem diariamente a necessidade do amor, da união e da luta pela igualdade e liberdade sociais.

Aos parceiros do Rio Branco, todos muito especiais. Dona Luzia, Seu Chico, Júlia Maria, Sebastião e as pequenas Ana Júlia e Ana Beatrice, com quem sempre aprendo sobre os costumes e a vida simples das famílias tradicionais do Estado de Roraima.

Aos amigos que fiz durante essa caminhada, alguns em Boa Vista, outros em Manaus, Curitiba, Campinas ou Paris, a todos vocês deixo aqui meus afetuosos sentimentos, e espero reencontrá-los muito em breve.

Ao meu orientador, José Miguel Rasia, pela atenção prestada durante o processo de desenvolvimento deste trabalho, sobretudo pelos encontros proveitosos onde desenhávamos sobre a mesa as veredas de possibilidades por onde serpenteavam as águas deste “rio” chamado Bolsa Família, bem como pelo fato de saber respeitar minhas limitações. Agradeço também ao conjunto de professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em especial aos que tive a oportunidade de manter um contato mais estreito durante o período do doutorado: Alfio Brandenburg, Ana Luisa Fayet Sallas, Maria Tarcisa Silva Bega, Pedro Rodolfo Bodê, Rubia Giordani e Maria Bridi.

Meu agradecimento especial ao Professor Michel Agier, diretor e professor emérito da

École des Hautes Études en Sciences sociales (EHESS), responsável por abrir as portas para realização de meu estágio doutoral no seio do Laboratoire d'Anthropologie Urbanité et Mondialisation (LAUM/IIAC-CNRS-EHESS, Paris, França), conduzindo-me, por indicação, a buscar pesquisadores dentro e fora da EHESS. Com ele tive a oportunidade de aprender que pesquisa se faz com autonomia e liberdade recíprocas, com diálogo fraterno. Entre outros professores que tive a oportunidade de conhecer, jamais poderia deixar de agradecer em especial ao professor Serge Paugam, diretor e professor emérito da École des Hautes Études en Sciences sociales (EHESS), responsável pela equipe de pesquisadores dedicados aos estudos das desigualdades sociais no Centro Maurice Halbwachs (CMH/CNRS-EHESS-ENS), com quem tive a oportunidade de experienciar as reflexões sobre as políticas de assistência social e distribuição de renda no mundo e, em especial, sobre o Programa Bolsa Família. Também agradeço ao professor Serge Paugam pelo convite feito ao professor Daniel Bertaux, que ao final das discussões complementou o tratamento do tema pela abordagem da desigualdade social e a partir do método das trajetórias de vida.

Finalmente, agradeço à Universidade Federal de Roraima (UFRR), lugar onde tive a oportunidade de iniciar minha trajetória como aluno do Curso de Ciências Sociais, tornando-me professor alguns anos após minha recente formação como mestre, lá nas Alagoas. Aos colegas de curso, técnicos e alunos reforço meus agradecimentos, todos sempre muito respeitosos, prestativos e atenciosos. Espero poder contribuir com novas reflexões e projetos integradores. A todos vocês, meu muito obrigado!

*Há homens que lutam um dia, e são bons;
Há outros que lutam um ano, e são melhores;
Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons;
Porém há os que lutam toda a vida
Estes são os imprescindíveis*

Bertold Brecht
(Mães coragem e seus filhos)

RESUMO

O objetivo desta tese é analisar as trajetórias de vida das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF) na Amazônia, em especial, nas cidades de Boa Vista (RR) e Manaus (AM), buscando compreender através das narrativas das mães, as condições de vida e dinâmicas de sobrevivência destas famílias antes e depois de terem sido contempladas pela política do programa. A análise pode ser identificada pela intuição em se fazer um trabalho de característica etnosociológica, através do qual buscamos valorizar as narrativas das beneficiárias no contexto de vida atual. A relação entre o passado e o presente das histórias de vida das famílias pobres beneficiadas pelo PBF, permitiu-nos a identificação – pelo fluxo de convergência de suas experiências – de padrões sociais (ou formas sociais) típicas dessas famílias, revelando um sistema de reprodução de suas dinâmicas de vida pautado naquilo que chamamos nesta tese de os processos de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência, identificado pelo conjunto de estratégias desenvolvidas pelas beneficiárias com a finalidade de realização do projeto de futuro almejado para ela e para seus filhos. A confirmação de nossa hipótese, portanto, decorre do fato de que o benefício incide sobre o conjunto do processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência, abrindo espaço para pensarmos os impactos do benefício do PBF não somente em termos econômicos ou de consumo, mas também a partir das consequências que pode provocar em termos simbólicos, gerando uma transformação dos valores e identidade dos membros das famílias beneficiada, uma vez que a presença do benefício – por menor que seja – impulsiona a família a uma autonomia monetária e simbólica, a um tipo de economia doméstica singular, como recurso de incentivo multivariado ao atendimento das necessidades dos filhos, por resignificar as relações de gênero dentro e fora do núcleo doméstico e, como recurso de manutenção e fortalecimento das redes de solidariedade entre famílias distintas, resultando sobre o conjunto complexo de suas dinâmicas de sobrevivência. Ao final, procuramos apontar para a importância do projeto de futuro no conjunto do processo de mobilidade reconfigurativa das estratégias de sobrevivência, mostrando conclusivamente – e, para além das contradições que possam coexistir ao PBF – a importância da participação e uso do benefício pelas famílias beneficiadas.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Trajetórias de vida. Estratégias de sobrevivência.

Mobilidade na Amazônia.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to analyze the life trajectories of the families benefited by the Bolsa Família Program (PBF) in Amazonia, especially in the cities of Boa Vista (RR) and Manaus (AM), seeking to understand through the mothers' livelihood dynamics of these families before and after being contemplated by the program's policy. The analysis can be identified by the intention to do a work of ethnosociological characteristic, through which we seek to value the narratives of the beneficiaries in the context of current life. The relationship between past and present life histories of the poor families benefited by the PBF allowed us to identify - through the flow of convergence of their experiences - social patterns (or social forms) typical of these families, revealing a system of reproduction of their life dynamics based on what we call this thesis of the processes of mobility and reconfiguration of survival strategies, identified by the set of strategies developed by the beneficiaries with the purpose of realizing the future project aimed at her and her children. The confirmation of our hypothesis, therefore, stems from the fact that the benefit affects the whole process of mobility and reconfiguration of survival strategies, opening space for thinking about the impacts of the benefit of the PBF, not only in economic or consumption terms, but also from the consequences that can provoke in symbolic terms, generating a transformation of the values and identity of the members of the families benefited, since the presence of the benefit - however small - propels the family to a monetary and symbolic autonomy, to a type of domestic economy, as a multivariate incentive to meet the needs of the children, for reframing the gender relations inside and outside the domestic nucleus and as a resource for maintaining and strengthening solidarity networks between different families, resulting in the whole complexity of their survival dynamics. Finally, we try to point out the importance of the future project in the reconfigurative mobility process of survival strategies, showing conclusively - and, beyond the contradictions that may coexist with the PBF - the importance of the participation and use of the benefit by the beneficiary families .

Keywords: Bolsa Família Program. Life trajectories. Survival strategies. Mobility in the Amazon.

RÉSUMÉ

L'objectif de cette thèse est d'analyser les trajectoires de vie des familles bénéficiaires du programme Bolsa Família (PBF) en Amazonie, en particulier dans les villes de Boa Vista (RR) et Manaus (AM), en cherchant à comprendre les conditions de vie des mères dynamique de survie des familles avant et après de contemplé dans le cadre dans la politique du programme. L'analyse peut être identifiée par l'ordre de faire un travail de fonction ethnosociologique, par laquelle nous cherchons valoriser les narratifs des femmes bénéficiaires dans le contexte de la vie actuelle. La relation entre le passé et le présent des histoires de vie des familles pauvres bénéficient du PBF, nous a permis d'identifier normes sociales (ou formes sociales) typiques de ces familles, révélant un système de reproduction de leur dynamique de vie guidé dans ce que nous appelons dans cette thèse du processus de mobilité et la reconfiguration des stratégies de survie identifiées par l'ensemble des stratégies développées par le bénéficiaire en vue de la réalisation du projet d'avenir souhaité pour elle et ses enfants. La confirmation de notre hypothèse, donc, découle du fait que l'avantage se concentre sur l'ensemble de processus de mobilité et reconfiguration des stratégies de survie, l'espace d'ouverture à penser l'impact du bénéfice du BFP non seulement en termes économiques ou de la consommation, mais également des conséquences qui peuvent résulter en termes symboliques, générant une transformation des valeurs et de l'identité des membres des familles bénéficiaires, puisque la présence de l'argent - peu importe leur taille - entraîne la famille à une autonomie monétaire et symbolique, une type de l'économie domestique unique comme à plusieurs variables de fonction incitative pour répondre aux besoins des enfants, par les relations entre les sexes recadrage à l'intérieur et à l'extérieur de la vie domestique et tant que centre de maintenance et le renforcement des réseaux de solidarité entre les différentes familles, ce qui sur l'ensemble complexe de leur dynamique de survie. Dans la conclusion nous soulignons l'importance du projet de futur tout au long du processus de mobilité des stratégies d'adaptation, montrant de façon concluante – et au-delà des contradictions qui peuvent coexister dans le PBF – l'importance de la participation et de l'utilisation de le revenu par les familles bénéficiaires.

Mot-clé: Programme Bourse Famille. Trajectoires de vie. Stratégies de survie. Mobilité dans l'Amazonie.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Bolsa família, transferência de renda e erradicação do trabalho infantil	17
Mapa 2 - As rotas da pesquisa de campo sobre a cidade de Boa Vista (RR)	27
Mapa 3 - As rotas da pesquisa de campo sobre a cidade de Manaus (AM)	30
Figura 1 – As três dimensões do Programa Bolsa Família (PBF)	81
Fluxograma 1 – O processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência das famílias beneficiadas pelo PBF antes do recebimento do benefício	87
Fluxograma 2 - O processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência das beneficiárias do PBF no que se refere à categoria trabalho.....	113
Gráfico 1 – Distribuição percentual da população feminina por cor ou raça – grandes regiões	114
Fluxograma 3 – Processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência das famílias beneficiadas pelo PBF a partir do recebimento do benefício.....	147
Gráfico 2 – Percentual de crianças e adolescentes de 10 a 13 anos de idade em situação de trabalho infantil, por Grandes Regiões e situação do domicílio entre 2005 e 2015	165

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – Percentual de domicílios per capita, por classe de rendimento, e segundo as metrópoles.....	18
Quadro 1 – Das disposições dos papéis das beneficiárias na estrutura de organização da família	61
Tabela 2 – Dos tipos de benefício, das condições de recebimento e seus respectivos valores – Famílias extremamente pobres	84
Tabela 3 – Dos tipos de benefício, das condições de recebimento e seus respectivos valores – Famílias pobres	85
Quadro sinóptico 1 – Ilustrações das condições de moradia das beneficiárias do Programa Bolsa Família no espaço urbano	92
Quadro 2 – Das disposições dos papéis das beneficiárias na estrutura de organização da família	101
Quadro sinóptico 2 – Ilustração das condições de moradia das beneficiárias do Programa Bolsa Família no espaço urbano	108
Quadro 3 – Dos critérios de escolha dos candidatos pelas famílias	128
Tabela 4 – Das condições relativas ao espaço de durabilidade do benefício no contexto familiar	141

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	O problema de pesquisa	15
1.2	Dos objetivos da pesquisa.....	22
1.3	As bases metodológicas da pesquisa.....	23
1.3.1	Alguns critérios norteadores fundamentais	23
1.3.2	A respeito de questões elementares sobre a coleta de dados	25
1.3.3	A rota da pesquisa de campo nas cidades de Boa Vista (RR) e Manaus (AM).....	26
1.3.4	Das transcrições ao processo de categorização e explicação das entrevistas	31
1.4	Sobre as hipóteses da pesquisa	33
2	A FORMAÇÃO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS	35
2.1	Os antecedentes culturais.....	35
2.2	A colonização do Brasil: algumas considerações gerais.....	38
2.3	A constituição das famílias brasileiras.....	40
2.4	As famílias beneficiadas pelo PBF – intersecções entre o passado e o presente	47
3	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF).....	73
3.1	O processo de constituição do PBF no Brasil.....	73
3.2	O Bolsa Família – uma iniciativa de transferência de renda unificada.....	77
3.2.1	O contexto de fundação do Bolsa Família	77
3.2.2	O Bolsa Família: dos princípios democráticos às diretrizes e finalidades.....	78
4	TRAJETÓRIAS DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA.....	86
4.1	As beneficiárias do PBF – um fluxo de convergência em direção à cidade.....	86
4.2	Famílias, estruturas domésticas e estratégias de sobrevivência urbana.....	90
4.2.1	O estabelecimento periférico: migração, moradia e representações sociais.....	90
4.2.2	Atribuição de papéis, trabalho e solidariedade social.....	95
4.2.3	Política e religião: outras duas estratégias de sobrevivência	124
5	EXPERIÊNCIA DE POBREZA E PROJETO DE FUTURO	135
5.1	O benefício do PBF: uma estratégia de relativa durabilidade	135
5.2	Os impactos do PBF – o uso do benefício pelas beneficiárias.....	145
5.3	As mães, os filhos e o projeto de futuro	175
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
	REFERÊNCIAS.....	189

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar as trajetórias de vida das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF)¹ na Amazônia, em especial, nas cidades de Boa Vista (RR) e Manaus (AM), buscando compreender através das narrativas das mães, as condições de vida e dinâmicas de sobrevivência destas famílias antes e depois de terem sido contempladas pela política do programa.

Em nossa análise daremos ênfase às narrativas dos participantes do PBF, por entender que a destinação do benefício (o dinheiro) envolve questões de ordem macro e microsociológicas, questões que vão da representante beneficiária e da família às relações entre parentes próximos e vizinhos, suas condições de vida, habitação, costumes etc., enfim, questões de história e de sociologia do cotidiano que se entrelaçam aos fatores de mobilização relacionados as condições de existência das famílias que se encontram vinculadas ao Programa Bolsa Família.

Além disso, cumpre destacar que o aprimoramento desta tese tem se estruturado com base nas contribuições teórico-metodológicas fundamentadas por nossa experiência de estudos (através do doutorado sanduíche) no quadro das instituições de ensino superior da França, por meio da participação nas atividades do Laboratoire d'Anthropologie Urbanités et Mondialisation – LAUM, bem como repensando as diretivas do projeto através de nosso envolvimento nos seminários e grupos de discussão da École des Hautes Études en Science Sociales - l'EHESS e da École Normale Supérieure - ENS.

No capítulo introdutório, situamos o problema de pesquisa através de uma contextualização histórica, procurando apontar a conjuntura social, política e econômica dos impactos do PBF em nosso país, tratando de apontar algumas opiniões resultantes de pesquisas, e das polêmicas e problemáticas em torno das consequências promovidas por esta política social, e que nos conduziram ao interesse pelo tema/objeto.

Saliente-se ainda o fato de que sob o primeiro capítulo, tratamos de delinear o objeto, os objetivos e as bases metodológicas de nossa pesquisa, descrevendo os caminhos de nossa observação participante diante do corpus de estudo aqui delimitado, a saber, as beneficiárias do Programa Bolsa Família que residem no perímetro urbano das capitais Boa Vista (RR) e Manaus (AM), e cujas narrativas foram responsáveis por desenhar a experiência de vida das famílias pobres na sua relação de tempo histórico (diante da *ausência* do benefício e na

¹ Desde já, e sobretudo por questões didáticas, trataremos de usar as siglas de abreviação do Programa Bolsa Família para PBF, como também é comumente conhecido.

presença do benefício), possibilidade que se deve a orquestração esperançosa de suas experiências e responsabilidades cotidianas na luta pela sobrevivência.

Ao fim deste capítulo discorreremos sobre a hipótese da pesquisa, procurando assinalar para nossa tese a partir dos resultados de análise de nosso objeto, propondo uma segunda linha argumentativa – contrária e complementar ao ponto de vista estritamente econômico – sobre as condições de sobrevivência destas famílias a partir do recebimento do benefício, fundamentado naquilo que chamamos de *os processos de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência*, presentes no contexto das trajetórias de vida das beneficiárias enquanto “mecanismos” sociais genéricos, padrões que se generalizam pela presença incisiva de sua manifestação como estratégias de sobrevivência das famílias.

Os capítulos seguintes seguem uma estrutura de encadeamento que pretende situar as famílias pobres brasileiras desde seus vínculos ao passado comunitário – quando ainda encontravam-se ligadas aos espaços de sociabilização tipicamente rurais –, para, somente em seguida, analisar o processo de integração urbana destas famílias no encontro de suas experiências como participantes de uma política de distribuição de renda.

Já no segundo capítulo da tese, propomos um resgate do processo de constituição da sociedade brasileira, buscando reconstituir a história das famílias brasileiras mediante a identificação dos traços culturais que foram responsáveis por definir os costumes das famílias que hoje vivem em situação de pobreza em nosso país e mostrando que esse objeto tem uma história que envolve a reconstituição de categorias e/ou conceitos responsáveis pela reprodução das condições de vida desses grupos em diferentes espaços sociais.

Após situarmos a família em termos histórico-sociológicos, buscamos explicar – num terceiro capítulo – as razões históricas que levaram ao aparecimento do PBF em nosso país, com a finalidade de esclarecer o contexto que antecede as demandas sociais em defesa do direito à cidadania, dando ênfase a um percurso histórico que começa em 1920/1930 e vai até 2003, quando os programas de transferência de renda assumem um caráter unificado por parte do Estado, ou seja, quando a assistência à família em situação de pobreza se estabelece com base em condicionalidades essenciais e na junção de interesses representados pela articulação das três esferas de Governo (Federal, Estadual e Municipal), desencadeando aquilo que se definiu pelo caráter de uma política de distribuição de renda e cidadania.

Somente após nos situarmos sobre o conteúdo histórico das famílias pobres brasileiras, compreendendo, em seguida, o que vem a ser o Programa Bolsa Família, é que nos foi possível desenvolver um quarto capítulo, em que ressaltamos as narrativas de vida, e buscamos reconstituir as trajetórias de vida das beneficiárias e suas condições de existência

tanto no passado quanto no presente, descrevendo o fluxo migratório em direção a outros Estados ou à capital de um mesmo Estado e, assinalando a partir disso as características estruturais dessas famílias, explicando, em seguida, o que vêm a ser estratégias de sobrevivência, bem como aquilo que chamamos de processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência, assinaladas na hipótese introdutória desta tese.

Por fim, um quinto e último capítulo que responde ao objetivo geral de nossa tese, sustentando as afirmações em torno das consequências ou impactos do Bolsa Família sobre as famílias beneficiadas. Neste, nossa atenção recai sobre o modo como a presença e uso do benefício participam das transformações econômicas e simbólicas das famílias. Trata-se, mais especificamente de perceber como as famílias destinam o dinheiro recebido pelo programa e como isso resulta numa mudança de seus valores, de suas identidades e autonomia familiares.

Em linhas gerais, esperamos que esta tese sirva como espaço de reflexão sobre as contradições e/ou possíveis polêmicas e discordâncias que existem em torno do assunto. Mais que isso, esperamos que ela possa servir à compreensão das relações sociais.

1.1 O problema de pesquisa

Antes de chamarmos a atenção para o problema de nossa pesquisa, pensamos ser pertinente contextualizá-lo historicamente, procurando situar as questões que envolvem o tema em análise num contexto de mudanças políticas e econômicas muito expressivas em nosso país, para, somente em seguida, definir o problema de nossa pesquisa na sua especificidade.

É sabido que no Brasil as transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) foram capazes de provocar uma diversidade de opiniões sobre o processo de mobilidade social que se deu entre as famílias de baixa, média e alta renda.

A partir da posse de Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de Janeiro de 2003, o quadro político e econômico do país foi sendo modificado – não imediatamente – mas gradualmente, uma vez que o governo passou a assumir um projeto político envolvido com o crescimento, a distribuição de renda e a geração de emprego.

De certo modo, e considerando a síntese feita por Singer (2012, p. 12), foi a partir do final do segundo mandato do PT que as consequências de tais medidas se tornaram “igualmente lógicas”, porquanto “[o] crescimento do PIB, em 2010, pulou para 7,5%. O desemprego em dezembro havia caído para 5,3%, taxa considerada pelos economistas

próxima ao pleno emprego. O índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, foi de 0,5886 em 2002 para 0,5304 em 2010”.

Portanto, houve ao longo do primeiro e segundo mandatos do PT uma orientação política “que permitiu, contando com a mudança da conjuntura internacional, a adoção de políticas de redução da pobreza” (SINGER, 2012, p. 12), possibilitando o desenvolvimento de uma política de coalizão tensionada a favor da redução da pobreza, através das medidas políticas de redução dos juros e de redução do *superávit* primário em relação ao PIB, do gradual aumento do salário mínimo, da expansão do crédito consignado e do beneficiamento de bolsas pelo PBF, culminando em mudanças sociais expressivas a partir da segunda gestão do governo do PT (2007-2010) e fazendo emergir problemas sociais, políticos e econômicos de análise bastante controversa².

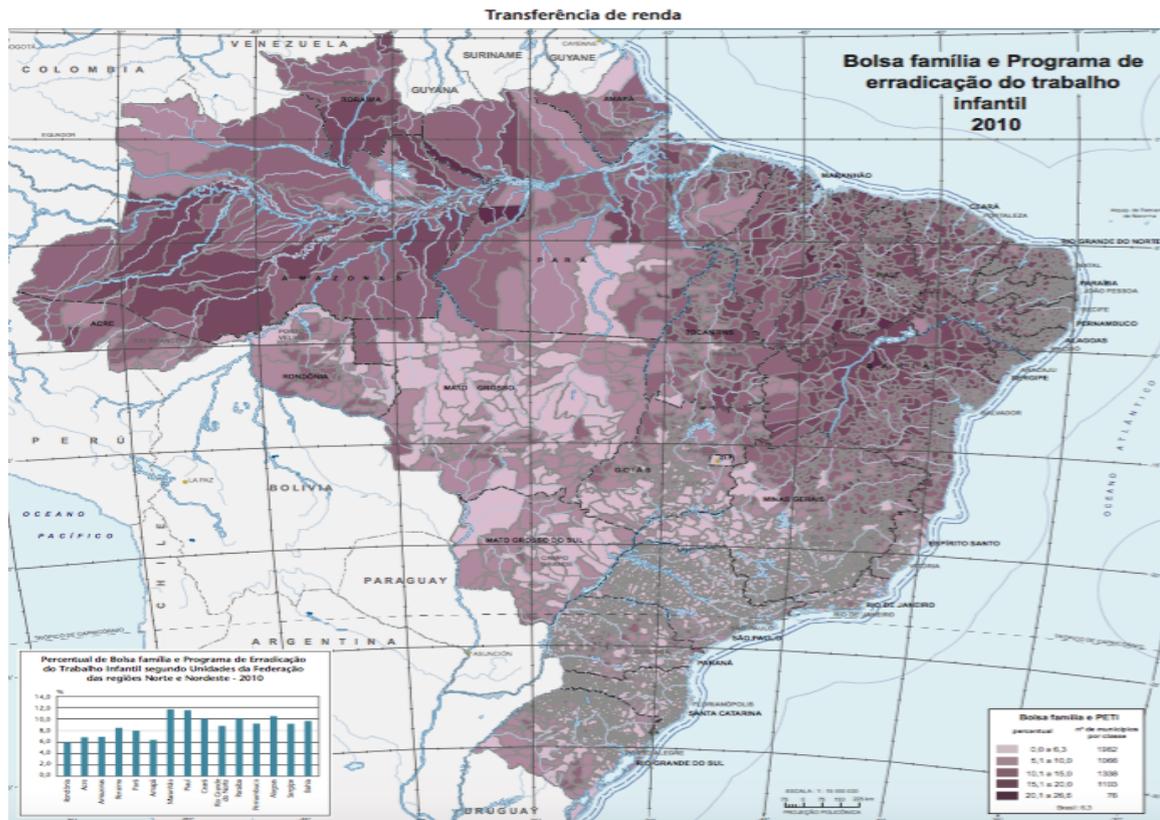
Neste sentido, e sobretudo para que possamos tornar evidentes os motivos que nos levaram à escolha das famílias do PBF como tema desta tese, pensamos ser razoável destacar alguns acontecimentos considerados importantes durante o desdobramento de nosso problema de análise. Por essa razão, nos parece elucidativo apontar ao menos três fatores que foram capazes de nos conduzir à problematização.

Em vista do contexto político a que nos referimos, nos chamou a atenção a característica expansiva da política social do PBF. O impacto desta política a partir de 2003 se deveu, em parte, “à implementação de um Programa que se propõe a unificar os Programas de Transferência de Renda dispersos nos três níveis de governo” (SILVA E SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2012, p. 17); trata-se de seu funcionamento a partir de uma política de unificação do Programa aos níveis municipal, estadual e federal.

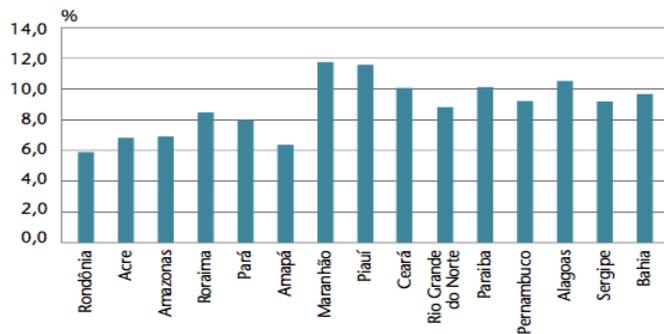
Desse modo, define-se como uma política que teve como objetivo estender ao maior número de famílias em condição de vulnerabilidade social um plano de transferência de renda condicionada, e portanto, de assistência a educação, saúde e alimentação básicas, como se ver no mapa sobre a transferência de renda no Brasil:

² Durante este período, os índices de redução da pobreza apontavam para uma mudança de comportamento no que se refere ao nível de renda e consumo das famílias pobres brasileiras; no entanto, as informações (ou dados qualitativos e quantitativos produzidos sobre o assunto) eram apresentadas por instituições e métodos distintos, gerando controvérsias sobre os impactos da política do Programa Bolsa Família.

Mapa 1 - Bolsa família, transferência de renda e erradicação do trabalho infantil



Percentual de Bolsa família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil segundo Unidades da Federação das regiões Norte e Nordeste - 2010



Bolsa família e PETI

percentual	nº de municípios por classe
0,0 a 6,3	1982
5,1 a 10,0	1066
10,1 a 15,0	1338
15,1 a 20,0	1103
20,1 a 26,6	76

Brasil: 6,3

Fonte: IBGE, Atlas do Censo 2010.

Como se vê, alguns anos após a implementação do Programa Bolsa Família, já podem ser observadas diferenças contrastantes na distribuição de renda em nosso país, especialmente nas regiões Norte e Nordeste do país, basta dizer que o percentual da distribuição de renda com condicionais aumenta a medida em que as cores no mapa escurecem, tem-se, portanto, um maior número de famílias cadastradas e com filhos retirados do trabalho infantil para frequentarem a escola, além do atendimento à saúde e alimentação.

Disso decorre a intenção de investigar as implicações desse tipo de política sobre a vida das famílias pobres beneficiadas, principalmente quando consideradas suas trajetórias de vida, suas condições de sobrevivência e seus modos e meios de vida peculiares, como é o caso das famílias da Região Amazônica, peculiaridade esta decorrente, em certa medida, da própria desigualdade de desenvolvimento regional, como se pode notar através da distribuição do rendimento *per capita*, abaixo descrito:

Tabela 1 – Percentual de domicílios *per capita*, por classe de rendimento, e segundo as metrópoles

Percentual de domicílios com rendimento *per capita* e média de rendimentos *per capita* dos domicílios com rendimento *per capita*, por classes de rendimento, segundo as metrópoles - 2010

Metrópole	Percentual de domicílios com rendimento <i>per capita</i> de 0,00 R\$ a 127,50 R\$ (%)	Média de rendimentos <i>per capita</i> dos domicílios com rendimento <i>per capita</i> de 0,00 R\$ a 127,50 R\$	Percentual de domicílios com rendimento <i>per capita</i> acima de 1 530,00 R\$ (%)	Média de rendimentos <i>per capita</i> dos domicílios que recebem mais de 1 530,00 R\$ <i>per capita</i>	Média de rendimentos domiciliares <i>per capita</i> das metrópoles
Manaus	14,80	59,95	9,51	3 933,47	765,37
Belém	14,26	61,09	12,27	3 634,38	824,83
Fortaleza	13,76	66,11	11,84	3 758,28	824,52
Recife	14,78	58,03	16,98	4 034,94	1 050,45
Salvador	14,19	53,78	13,77	3 731,48	902,45
Goiânia	5,18	43,99	19,69	3 796,95	1 230,90
Brasília	6,18	55,81	29,09	4 522,99	1 728,03
Belo Horizonte	5,19	50,18	24,62	4 066,22	1 455,66
Rio de Janeiro	7,58	42,34	23,86	4 229,35	1 453,93
São Paulo	8,47	32,31	22,22	4 351,73	1 414,69
Curitiba	3,86	31,52	26,38	3 693,21	1 476,85
Porto Alegre	5,00	42,21	31,28	4 050,96	1 734,80

Fonte: IBGE, Atlas do Censo 2010, 2013.

A análise destes dados nos permite constatar – a partir da variável rendimento – a existência de parte do problema do desenvolvimento e subdesenvolvimento regionais, demarcando claramente as faces da pobreza e a diferença de rendimentos entre os polos setentrionais e meridionais de nosso país. Vemos, que em comparação aos Estados do meridiano brasileiro, os casos dos Estados da região Norte e Nordeste é de uma inversão com relação ao percentual dos domicílios com rendimento *per capita*, estando Manaus, Belém, Fortaleza, Recife e Salvador com uma média percentual de 14% (para um rendimento *per capita* de 0,00 R\$ a 127,50), enquanto todos os outros Estados variam uma média percentual

de 5% a 8%. A mesma inversão pode ser observada ao comparar os rendimentos *per capita* acima de 1530,00 R\$, quando se observa que o Norte e Nordeste cai e o Sul e Sudeste sobem.

Por isso, acreditamos ser relevante a tarefa de descortinamento das reais circunstâncias de utilização do benefício e seus impactos por parte das famílias residentes na região Amazônica, mais especialmente Boa Vista (RR) e Manaus (AM).

Por outro lado, um segundo fator merece atenção, pois os investimentos nas Regiões do Norte e Nordeste indicam uma posição muito distinta dentro do quadro histórico dos investimentos econômicos do restante país.

Como bem demonstraram Silva e Silva, Yazbek, Giovanni (2012, p. 145), a política do PBF, “ao completar cinco anos, em outubro de 2008, já havia investido 41 bilhões, a metade na Região Nordeste, a mais pobre do país”. A permanência crescente dessa estratégia política, ao que nos parece, foi capaz de contribuir para as clivagens de interesse político-econômico entre os eixos setentrional e meridional do país, já que seu impacto havia favorecido um percentual significativo de famílias das regiões Norte e Nordeste do país, contrariando, em certa medida, a tradição de domínio político-regional do Sul e Sudeste³.

Além disso, importa destacar o fato de que a condução dessa estratégia política foi subsidiada, em certa medida, pelo apoio social encontrado nas regiões setentrionais do país, cujo desenvolvimento histórico sempre exprimiu exaustiva desigualdade social, política e econômica. Como bem demonstra FAUSTO (2014, p. 38), em seu livro *História Concisa do Brasil*, “o nordeste representou o primeiro centro de colonização e urbanização da nova terra”, sendo explorado intensivamente por aproximadamente 400 anos em favor da metrópole lusitana. Isso nos permite dimensionar historicamente as condições de vida a que foram expostas inúmeras famílias nordestinas durante séculos.

De um certo modo, e em razão dos fatos acima descritos, as ações adotadas pelo governo do PT pareciam mexer com um problema de tensão histórico-social, mesmo se levarmos em consideração o fato de que naquela conjuntura nem todo o projeto conservador havia sido posto em risco.

Nesse sentido, é válida a afirmação de que várias questões jogaram um papel decisivo para o despertar de um terceiro fator que foi objeto de algumas controvérsias político-ideológicas em nosso país; trata-se da mobilidade social no Brasil, principalmente no que se refere à ascensão das famílias de baixa renda à condição de classe média. O referido

³ Sobre essa questão, ver SINGER, André, *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador* (2012). E para uma complementação desta mesma questão, ver BARROS, R; CARVALHO, M; FRANCO, S e MENDONÇA, R. *Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil*. IPEA. Texto para discussão nº 1460, 2010.

tema foi capaz de incitar um amplo e polêmico debate público sobre a chamada “nova classe média brasileira”, suscitado pelos meios de comunicação de massa e por variada gama de pesquisas em diversas áreas do conhecimento⁴.

De certa maneira, no desdobramento da pesquisa, fomos gradualmente conduzidos a buscar uma explicação em resposta às novas polêmicas sobre as “classes” no Brasil. Principalmente porque afirmações como a do economista Neri (2011), em seu trabalho sobre a *Nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*, tornaram-se questionáveis, sobretudo após difusas publicações no campo das ciências humanas, e uma vez que seus métodos de análise divergiam de outros métodos no campo da própria economia e, sobretudo, das ciências sociais, como veremos a seguir.

Em contrapartida, autores como Scalón (2012, p. 387), cuja pesquisa se desenvolve no campo das ciências sociais, reconhecem que o debate em torno da mobilidade social (ou mais estritamente, de classe) estava sendo, em grande medida, “impulsionado por recentes trabalhos acadêmicos que definem as classes exclusivamente, ou em parte, através da renda ou do acesso ao consumo”. Em outras palavras, significava dizer que o problema apontado residia no fato de serem estas variáveis (renda e/ou consumo) insuficientes quando consideradas isoladamente ou apenas em termos quantitativos. Disso resulta o fato de que tínhamos em vista outro aspecto do problema⁵.

Se por um lado era visível o alcance do PBF sobre milhões de famílias brasileiras, por outro, multiplicavam-se as dúvidas sobre as consequências de tamanho impacto político, econômico e social. Haveriam as famílias pobres mudado de classe? Se a resposta fosse afirmativa, restava saber como teria isso sido possível.

Tais questionamentos foram levantados em função da prevalência do tipo de abordagem e de resposta estritamente econômica adotado por pesquisas semelhantes à de Neri (2011), em parte, por causa do uso exclusivo da estatística na análise dos processos de mobilidade das famílias pobres, a saber, aquelas beneficiadas pelo PBF, sendo a abordagem questionada por suas limitações de caráter teórico-metodológico, e fundamentalmente pelas

⁴ Os anos que se seguiram após o segundo mandato do governo do PT foram de muitas publicações sobre o tema das mudanças de classe no Brasil. Para se ter uma ideia, citamos algumas que consideramos mais representativas: Neri (2011), *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*; Sobrinho (2011), *‘Classe C’ e sua alardeada ascensão: nova? Classe? Média?*; Pochmann (2012), *Nova classe média?*; Souza (2012), *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?*; Scalón (2012), *Uma nova classe média no Brasil da última década? o debate a partir da perspectiva sociológica*; Chauí (2013), *Uma nova classe trabalhadora*, dentre outras abordagens importantes no campo da saúde etc.

⁵ Sobre as limitações da análise de Neri (2011), ver SCALÓN, C.; SALATA, André. *Uma nova classe média no Brasil da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica* (2012).

limitações dos resultados sobre o aparecimento de uma nova classe média brasileira, baseados principalmente em análise estatística e no critério de renda e/ou consumo.

Resulta disso um número extenso de pesquisas e de dúvidas sobre a veracidade dos impactos políticos causados pelo PBF, bem como de possíveis alterações induzidas por este tipo de política no quadro das estruturas de classe no Brasil, restando-nos tomar conhecimento – para além das considerações estritamente econômicas e/ou da mera alternância estatística entre as classes – acerca das condições de sobrevivência das famílias beneficiadas pelo PBF, em especial daquelas que vivem na Região Amazônica, tomando como ponto de partida suas *narrativas de vida*⁶ e a mobilidade de seus recursos materiais e simbólicos de sobrevivência, colocando uma lupa sobre questões que nos aparentavam ter sido pouco exploradas.

Por essas e outras razões, podemos afirmar que fomos sendo instigados a uma compreensão do assunto, em razão de uma abordagem do tipo etnosociológica, ou seja, através de uma perspectiva de análise que nos aproximasse das famílias beneficiadas mediante aquilo que BERTAUX (2016, p. 17) chama de “interação dialógica”⁷, para dar vazão aos aspectos econômicos, políticos e morais presentes nos fluxos de suas trajetórias de vida e no interior de suas relações domésticas, tentando apreender alguns aspectos de suas ações rotineiras de sobrevivência.

À exceção da pesquisa de REGO e PINZANI (2014)⁸, poucos trabalhos deram voz a essas famílias, permitindo-lhes falar por si mesmas para que pudessem se manifestar, revelando as consequências e a importância do papel da política do PBF em suas vidas.

Em meio ao contexto acima explicitado, outras questões – não menos importantes – se fizeram presentes, reforçando a necessidade de compreensão daquelas famílias. Surgia, atrelada aos debates sobre esse tipo política social, uma constelação de temas impulsionadores, responsáveis pela ampliação do debate a nível nacional e internacional, como, por exemplo, as questões sobre a transferência de renda na América Latina, os debates de gênero (neste caso, por considerar a mulher como responsável prioritária pelo recebimento

⁶ Segundo Bertaux (2016, p. 11), “Em ciências sociais, a narrativa de vida resulta de uma forma particular de entrevista, a *entrevista narrativa*. É uma entrevista na qual um ‘pesquisador’ (o qual pode ser um estudante tanto quanto um jovem pesquisador) solicita a uma pessoa, que nós designaremos ao longo de todo o texto como ‘sujeito’, de lhe contar toda *ou parte* de sua experiência vivida. Colocando o acento sobre o aspecto ‘vida social’: relações com outras pessoas, situações circundadas por seus constrangimentos e suas oportunidades, práticas recorrentes, projetos formados e cursos de ação orientados em direção a sua realização” (BERTAUX, 2016, p. 11, tradução nossa).

⁷ O conceito de interação dialógica diz respeito a um tipo de abordagem na qual o entrevistador e o entrevistado interagem através de uma conversa (ou diálogo) livre, semiestruturado.

⁸ Para maiores detalhes, ver REGO, Walquíria; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania* (2014).

e uso do benefício), e também os debates sobre as novas tendências das famílias no capitalismo contemporâneo, entre outras.

Do exposto até aqui, vale ressaltar que foram questões como essas que nos conduziram ao real interesse pela compreensão das condições de vida das famílias beneficiadas pelo PBF no Brasil, e em especial na Região Amazônica, com o intuito de conhecer as vidas dessas famílias no passado e no presente, bem como suas condições de sobrevivência mediante uma renda mínima condicionada⁹.

Apesar de existir um número significativo de publicações sobre o assunto, parece que boa parte das pesquisas carece de uma compreensão das famílias beneficiadas a partir de suas trajetórias de vida. As análises sobre o PBF, por vezes, deixam de considerar o impacto do uso do benefício, as dimensões materiais e simbólicas que estão para além do fator renda/consumo, como, por exemplo, os aspectos relacionados às condições reais de sobrevivência das famílias, seus modos e meios de vida, bem como suas estratégias de sobrevivência e seus projetos de futuro.

Daí a necessidade de analisar as trajetórias de vida das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF) na Amazônia, visando compreender as experiências de vida das mulheres beneficiadas por esta política social, e dando ênfase aos relatos narrados por aquelas que vivem a situação de pobreza e extrema pobreza social em seu cotidiano.

1.2 Dos objetivos da pesquisa

O objetivo desta tese é analisar as trajetórias de vida das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF) na Amazônia, em especial, nas cidades de Boa Vista (RR) e Manaus (AM), buscando compreender através das narrativas das mães, as condições de vida e dinâmicas de sobrevivência destas famílias antes e depois de terem sido contempladas pela política do programa.

Para isso, percorreremos do seguinte modo os objetivos específicos: i) identificação, através dos dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), das famílias beneficiadas pelo PBF dentro dos limites do perímetro urbano das cidades de Boa Vista (RR) e Manaus (AM), na Região Amazônica; ii) compreensão da política do Programa Bolsa Família (PBF);

⁹ Uma das razões que nos levam à realização da pesquisa na Região Amazônica se deve ao fato de que nessa Região (entre 2004-2013), “A redução da pobreza não acompanhou as alterações em seus principais aspectos ou perfis. Em termos regionais, pouco mudou, com as regiões Norte e Nordeste apresentando as maiores taxas de prevalência da pobreza, bem como as áreas rurais em todas as regiões. Ou seja, a pobreza e extrema pobreza se reduziu, mas continua sendo mais presente no meio rural e nas regiões Norte e Nordeste” (SOARES; DE SOUZA; SILVA; e SILVEIRA, 2016, p. 1).

iii) análise das trajetórias de vida das famílias beneficiadas, através das narrativas de vida das beneficiárias responsáveis pelo recebimento do benefício; iv) e compreensão das consequências (ou impactos) da política do PBF, através de sua relação imediata com a aprovação de um benefício e seu uso pelas famílias.

Sendo assim, aproveitamos para salientar, que a exposição dissertativa de nossa tese segue fundamentada pelas articulações estabelecidas entre os objetivos propostos e as inferências realizadas pela correlação entre teoria e realidade social, esta última considerada a partir da exposição sistematizada de nosso objeto de pesquisa.

1.3 As bases metodológicas da pesquisa

1.3.1 Alguns critérios norteadores fundamentais

Nosso trabalho está fundamentado na metodologia de pesquisa das ciências sociais, cujos critérios se definem por aquilo que basicamente toda análise exige: a definição do campo de observação, a coleta de dados através de pesquisa de campo e a análise e interpretação dos dados coletados¹⁰.

Inicialmente, o campo de observação empírica de nossa pesquisa estava definido pelo conjunto de famílias beneficiadas pelo PBF que residem nos perímetros urbanos e rurais das cidades de Boa Vista (RR) e Manaus (AM), na Região Norte do Brasil.

No entanto, ao iniciarmos a busca por informações sobre a localização domiciliar dessas famílias nos órgãos públicos dessas cidades – através de solicitações de informações na Secretaria Municipal de Gestão Pessoal da Prefeitura de Boa Vista (RR) e na Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos da Prefeitura de Manaus (AM) –, deparamo-nos com a necessidade de redefinir o campo de observação delimitado, elegendo apenas o perímetro urbano destas capitais como universo de pesquisa.

Os frequentes diálogos com os funcionários das Secretarias Municipais nos conduziram à iniciativa de entrar em contato com o MDS para solicitação de dados pessoais sobre as famílias beneficiadas pelo PBF.

¹⁰ Os procedimentos básicos de metodologia da pesquisa têm sua referência em alguns textos clássicos e contemporâneos essenciais, como os de GOODE, William J. e HATT Paul K. *Métodos em pesquisa social* (1972); SELTZ, C.; WRIGHTSMAN, L.; COOK, S.; KIDDER, L. *Métodos de pesquisa nas relações sociais* (1972); POUPART, J.; DESLURIERS, J.; GROULX, L.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; Álvaro, P. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (2014), e Paugam, S. (coord.). *A pesquisa sociológica* (2015).

Assim, através de solicitação enviada à Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC), nos foi cedida uma planilha do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (o CADÚnico) contendo informações gerais das famílias beneficiadas cadastradas desde 2003, possibilitando que encontrássemos as beneficiárias, tanto por telefone, quanto por bairro e/ou endereço residencial¹¹.

Fatores como esses nos permitiram definir o conjunto dos participantes, identificando as representantes beneficiárias dentro do perímetro urbano das capitais Boa Vista (RR) e Manaus (AM), o que contribuiu para a formação de uma lista que posteriormente nos orientou durante a fase da coleta de dados.

No que se refere ao critério de seleção dos participantes (homens e mulheres), optamos pela análise das beneficiárias e pelo método de seleção por acaso (técnica da “bola de neve”). A escolha aleatória das participantes (baseada em uma planilha Excel do MDS) foi realizada através de sorteio¹². Desta forma, foi selecionada da planilha uma lista de 20 beneficiárias de Boa Vista (RR) e outras 20 beneficiárias de Manaus (AM), totalizando uma amostra de 40 beneficiárias do PBF por nós entrevistadas.

No entanto, apesar de termos trabalhado com um total de 40 entrevistadas, selecionamos para fins de composição e escrita desta tese 20 narrativas, ou seja, tratamos de selecionar aquelas que apresentaram um conteúdo mais expressivo e, portanto, um fluxo de convergência mais íntegro diante do objetivo proposto em nosso trabalho, sendo 10 beneficiárias de Boa Vista (RR) e outras 10 beneficiárias de Manaus (AM) citadas. Quanto ao início da coleta de dados das entrevistas, elas ocorreram a partir da cidade de Boa Vista¹³.

Por se tratar de uma pesquisa que busca analisar as trajetórias de vida das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família na Amazônia, o critério de suficiência das entrevistas, ou seja, o critério para o estabelecimento do número total de entrevistadas necessárias, está pautado pela identificação daquilo que Bertaux (2016, p. 24, tradução nossa) chama de “[...] feixes de percurso biográficos similares”, isto é, as entrevistas são finalizadas quando se percebe uma repetição de padrão frequente entre aspectos de vida similares.

¹¹ Ainda assim, é preciso destacar a participação da Secretaria Municipal da Prefeitura de Boa Vista, através da disponibilização das informações referentes ao quantitativo de beneficiários por bairro, cadastrados desde 2003 nesta cidade, facilitando posteriormente nosso trabalho de campo. Um outro facilitador de identificação das famílias beneficiadas foi estabelecido pelas sugestões das próprias beneficiárias, que indicavam a direção de conhecidos que também eram contemplados pelo PBF.

¹² Apesar de termos em mãos uma lista com os nomes das beneficiárias, a escolha de nossas participantes em termos individuais se estabeleceu de forma aleatória, ou ainda, de modo ocasional, conforme as definições de amostras de pesquisa surgerido por Goode, William J. e Hatt, Paul K. em *Métodos em pesquisa social* (1972).

¹³ A pesquisa de campo foi iniciada a partir da cidade de Boa Vista, por razões de custo e pela facilidade em nos mantermos alojados em residência própria, para fins de organização e cumprimento dos objetivos da pesquisa.

Nesse sentido, a definição da amostra total de beneficiárias a serem entrevistadas se caracterizou muito mais pelo tipo de abordagem qualitativa de nossa pesquisa do que pelos critérios quantitativos de variáveis estatísticas. Isso nos permitiu entrevistar não somente os que recebiam o benefício atualmente, mas também aqueles que um dia já haviam recebido e em algum momento foram cortados do programa, já que nosso interesse se definia pela experiência que obtiveram estas famílias através do uso do benefício.

1.3.2 A respeito de questões elementares sobre a coleta de dados

Para a coleta de dados, foram utilizadas as técnicas da observação direta participante, através do uso do diário de campo, das gravações de áudio e do registro fotográfico. Vale lembrar ainda que essas técnicas foram utilizadas tendo em vista as práticas de pesquisa da etnosociologia sugeridas por Bertaux (2016, p. 19, tradução nossa), que chama a atenção para o fato de que devemos distinguir a abordagem do etnólogo da abordagem do etnosociólogo, ou mais precisamente que:

Contrariamente ao etnólogo, no entanto, o sociólogo não pode se contentar em descrever *um* campo local (uma comunidade humana em suas dimensões restritas: uma escola primária, um serviço de hospital, uma rua comercial, um bairro), em analisar a subcultura e os modos de funcionamento, e em ficar lá. Apesar do grande interesse de tais descrições etnográficas, o sociólogo deve tentar *subir em generalidade*. Fazamos isso procurando identificar no seio do campo observado as *formas sociais* – tais como as configurações de relações socioestruturais (Elias, 1970), as lógicas de situação (Quéré, 1999), os mecanismos generalizadores (Durkheim, cf. Cherkaoui, 1998), as lógicas de ação (Weber, 1992), tensões e dinâmicas internas... – e que seriam suscetíveis de estar igualmente presentes em uma multiplicidade de contextos similares: em outros bairros urbanos, em outras escolas, em outros hospitais, em outras ruas comerciais [...].”

Nossa intenção foi perceber, por meio dos métodos e técnicas de coleta dos dados, as repetições de alguns “mecanismos generalizadores” revelados pelas narrativas de vida¹⁴, bem como aquelas “motivações que se manifestam através dos gestos, das expressões faciais, das inflexões de voz, em todo esse amálgama que constitui o modelo ‘mole’ do vivido” (HOULE, 2014, p. 319), registrando estes sinais através das anotações do diário de campo, do registro fotográfico e das gravações dos áudios das entrevistas.

¹⁴ Segundo Bertaux (2016, p. 20), podemos perceber estes “mecanismos generalizadores” a partir de três objetos da investigação etnosociológica: os *mundos sociais* (neste caso, o universo doméstico dessas famílias), as categorias de *situações sociais* (ou seja, as condições específicas em que vivem estas famílias), e os *fluxos de trajetórias* (ou, em outras palavras, os feixes de percursos biográficos similares).

No que se refere à técnica de entrevista utilizada, optamos pelo modelo de entrevista aberta semiestruturada, capaz de abranger o espaço narrativo das histórias de vida dentro de uma relativa condição de liberdade do entrevistador e do entrevistado, respeitando o tempo de fala dos entrevistados e o desencadeamento livre de suas emoções através da reorganização dos temas do roteiro de entrevista do entrevistador.

No que se refere ao roteiro de nossas entrevistas, sua estrutura foi definida a partir das análises de 3 entrevistas “piloto”. Dessa forma, o roteiro ficou definido da seguinte maneira: 1) O relato sobre as condições de vida das beneficiárias no primeiro núcleo familiar – 1NF (no passado); 2) O relato sobre as condições de vida das beneficiárias a partir do segundo núcleo familiar – 2NF (no passado), ou seja, a partir do momento em que se casam; e 3) O relato sobre as condições de vida das beneficiárias a partir de suas experiências com Bolsa Família (tanto no passado quanto no presente)¹⁵.

Vale lembrar ainda que esses eixos de nosso roteiro de entrevistas serviram de base para o acesso a subeixos de informações específicas sobre as condições de sobrevivência dessas famílias, como, por exemplo, o acesso às questões relacionadas aos processos migratórios, às redes de solidariedade, ao trabalho, à moradia, ao casamento, à educação, à renda, às questões de posicionamento político etc.

Após estruturar a entrevista sob a base de um roteiro, seguimos para a etapa de realização da pesquisa de campo, a começar pela cidade de Boa Vista.

1.3.3 A rota da pesquisa de campo nas cidades de Boa Vista (RR) e Manaus (AM)¹⁶

A realização das entrevistas em Boa Vista, a partir de abril de 2016, foi marcada pelas características de uma cidade plana, cujos reduzidos investimentos nos bairros periféricos desenham uma imagem híbrida de suas formas, tornando visíveis os contrastes entre o centro e a periferia.

Nesta última, os contrastes se notam pela imagem mesclada entre ruas que possuem asfalto e aquelas que não possuem, e pelos tipos de casas mistas: às vezes de alvenaria, às

¹⁵ Nesta pesquisa a estruturação do roteiro da entrevista está fundamentada por aquilo que Bertaux (2016, p. 41) chama de “percursos de vida”, e que estão contidos no conjunto das trajetórias de vida dessas famílias. Além disso, cumpre destacar que as siglas 1NF e 2NF se referem ao tipo de grupo doméstico em que estão inseridas as beneficiárias, se no primeiro núcleo familiar (1NF), quando ainda conviviam com seus pais, ou, se no segundo núcleo familiar (2NF), depois de casadas.

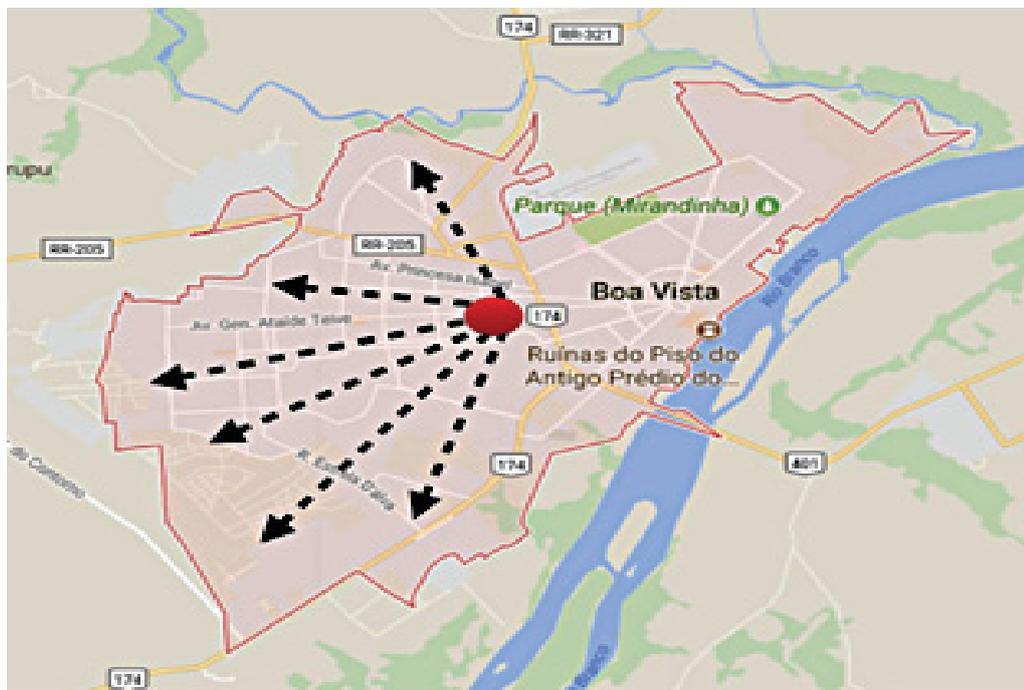
¹⁶ Aproveitamos para destacar que todas as entrevistas, incluindo aquelas realizadas posteriormente em Manaus, foram colhidas durante o primeiro semestre de 2016, seguindo um movimento de registro das informações marcado pela coleta das entrevistas por meio de gravação, pelos registros fotográficos com as beneficiárias, pelas anotações do diário de campo e pelo trabalho de transcrição das entrevistas gravadas.

vezes de madeira, às vezes de alvenaria e madeira. Nestes bairros, o vermelho do barro imprime sua marca através dos traços ofuscados, deixados nas calçadas, ou nas beiras de valas, sendo muito comum nessas localidades a presença dos veios de Igarapés cortando as casas que se aglomeram a sua volta.

Ao nosso ver, diferentemente do centro, a periferia desta cidade apresenta duas características gerais contrastantes: por um lado, o aspecto de cidade em início de desenvolvimento (como se olhássemos as pinceladas “aleatórias” de um quadro abstrato), ou quase como uma profusão de informações contrastantes; por outro, um fluxo constante em torno dos aglomerados comerciais que vão se constituindo nos entornos da malha periférica. Foi nesse espaço urbano típico que demos início a realização às nossas entrevistas.

Nessa cidade, o acesso às margens periféricas foi facilitado por sua característica plana desta cidade, e também pelo acesso disponibilizado pelas Avenidas Mário Homem de Melo, Princesa Isabel e General Ataíde Teive, esta última cortando a cidade na diagonal, indo do centro à periferia no sentido noroeste, tornando-se para nós uma das principais vias de acesso ao leque periférico da cidade. Segue abaixo uma imagem aérea da cidade, sinalizada pelos feixes que cortam em direção à periferia e que indicam nossa rota de pesquisa de campo:

Mapa 2 - As rotas da pesquisa de campo sobre a cidade de Boa Vista (RR)



Fonte: Imagem extraída do Google Earth e adaptada por nós com a finalidade de ilustrar as rotas da pesquisa de campo sobre a cidade de Boa Vista (RR).

Como se pode notar, nossa rota de pesquisa de campo se definiu por um movimento em direção à periferia desta cidade. A planilha de dados solicitada à Secretaria Municipal da Prefeitura de Boa Vista nos permitiu ter conhecimento dos bairros e ruas com maior concentração de beneficiárias, possibilitando um acesso mais direto a essas famílias.

As zonas (ou bairros) selecionadas para entrevista foram: Equatorial, Senador Hélio Campos, Jardim Caranã, Cauamé, Bela Vista, Raiar do Sol, Jardim Primavera, Tancredo Neves, Asa Branca, Cidade Satélite, Pintolândia, Alvorada e Santa Tereza, totalizando as primeiras 20 entrevistas realizadas nesta cidade.

Vale destacar ainda que a escolha da ordem de visitação por bairro se deu de modo aleatório, elegendo o bairro Equatorial apenas como ponto de partida para a realização de nossas entrevistas.

No caso de Manaus, a coleta das entrevistas foi estabelecida através de viagem que seguiu pela BR-174 no dia 15 de junho de 2016. Ao chegar próximo do ambiente urbano, foi possível avistar o “início” da cidade, sendo Manaus uma cidade que apresenta um grande aglomerado urbano e industrial, com visível predomínio de grandes empresas marcando a porta de entrada da cidade. Chama atenção a quantidade de morros habitados, e que fazem dela uma cidade distinta de Boa Vista.

Manaus é uma cidade complexa, pois apresenta – assim como outras cidades brasileiras – as características de uma cidade agitada, com a diversidade e a intensidade dos ruídos, a intensa incidência de fumaça causada pelas indústrias locais, o agitado tráfego de veículos, o processo de desmatamento frequente, que tem causado problemas de saúde à população etc. É uma cidade que se caracteriza pela diferença de densidade do ar, tanto pela questão do clima quanto pela poluição; sua identidade se revela na mistura intensa dos fatores culturais e de desenvolvimento ali presentes, como, por exemplo, os traços marcados da cultura indígena estampados nos rostos, os cursos de águas dos rios poluídos pelas práticas de despejo de lixo urbano, enfim, o contraste entre o verde da floresta e o concreto das estruturas urbanas que se espalham, preenchendo um imenso espaço territorial contrastado. Uma imagem, que de certa forma ainda reflete aquela descrita no livro *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos* (1988) de Charles Wagley.

No dia seguinte, tomei em mãos a lista de beneficiárias que havia organizado com base na planilha da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania do MDS. Ao caminhar pelo primeiro bairro escolhido, descobri que os vários endereços listados não existiam; tentando encontrar uma resposta para o que havia acontecido, segui em direção ao centro da cidade, lá também não encontrei nenhum dos endereços da lista. Descobri de um informante taxista, e

por meio de pesquisa no Google Maps, apurar que muitas ruas que estão na lista como ruas do perímetro urbano de Manaus não existiam naquela localização, mas apenas em municípios fora do perímetro urbano daquela cidade. Ou seja, que os bairros cadastrados na planilha do governo existiam dentro do perímetro urbano de Manaus, mas que os nomes das ruas associadas a estes bairros não correspondiam às ruas existentes na cidade de Manaus. Isso nos fez mudar a estratégia de pesquisa.

Em decorrência das mudanças de planos, tivemos de refazer a maneira de encontrar as famílias beneficiadas, optando pela busca livre, através dos bairros que indicavam possuir uma grande concentração de pessoas cadastradas no programa. Diferentemente de Boa Vista, em Manaus não tínhamos informações dos logradouros das beneficiárias; tivemos de descobrir de forma aleatória, e principalmente através das informações sugeridas pelas próprias beneficiárias, que faziam questão de indicar para a entrevista conhecidos próximos.

Assim, resolvemos prosseguir a pesquisa entrevistando as beneficiárias independentemente das ruas que constavam no cadastro. Reorganizamos a lista apenas pela concentração de beneficiárias por bairros, indo ao encontro delas através das informações concedidas por moradores que habitavam os bairros em que havíamos visitado.

Na cidade de Manaus, o acesso ao eixo periférico selecionado se estabeleceu principalmente por meio das Avenidas Brasil, André Araújo e Cosme Ferreira, que nos possibilitaram o alcance aos bairros periféricos selecionados e que possuem uma grande concentração de beneficiárias do PBF.

Diferentemente de Boa Vista, Manaus é uma cidade muito extensa, e que possui numerosas avenidas e bairros. O centro da cidade se caracteriza por ser uma região portuária e de comércio muito antiga, com contrastes acentuados de desigualdade entre as ruas, e prédios antigos e modernos que beiram o rio Amazonas, os outros bairros foram revelando seus contrastes sociais pela ocupação dos morros, crescendo em espiral na direção oposta ao rio, e aumentando com o passar do tempo o número de bairros periféricos da cidade.

Por essa razão, ao transitarmos pela grande Manaus, sentimo-nos impingidos a realizar um trabalho que fosse prático e de baixo custo, o que se fez pela escolha reduzida de apenas 3 bairros para realização das 20 entrevistas projetadas¹⁷. Segue abaixo uma imagem aérea da cidade, sinalizada pelos feixes que indicam a periferia a que tivemos acesso para realização de nossa pesquisa:

¹⁷ Em vista dos imprevistos ocorridos, cabe destacar que não foi mais possível entrevistar beneficiárias apenas do ano de 2003, uma vez que as informações da planilha já não atendiam a nossa necessidade. Ou seja, passamos a entrevistar as beneficiárias independentemente do ano de cadastro, o que já vinha ocorrendo em Boa Vista pela dificuldade que tínhamos de encontrar todas do ano de 2003.

Mapa 3 - As rotas da pesquisa de campo sobre a cidade de Manaus (AM)



Fonte: Imagem extraída do Google Earth e adaptada por nós com a finalidade de ilustrar as rotas da pesquisa de campo sobre a cidade de Manaus (AM).

À diferença de Boa Vista, nossa rota de pesquisa de campo em Manaus se estabeleceu de maneira distinta, uma vez que esta cidade possui uma densidade demográfica de 158,08 hab/km², ou seja, três vezes maior que a densidade demográfica de Boa Vista, que é de 49,99 hab/km², segundo dados do último Censo demográfico realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dessa forma, a seleção dos bairros foi feita apenas com base no quantitativo de beneficiários inscritos por bairro, deixando nas mãos das próprias entrevistadas a indicação de outras pessoas que possivelmente recebiam o Bolsa Família naquelas proximidades.

Assim, os bairros selecionados para a entrevista na cidade de Manaus foram: o São Francisco (localizado na região da zona centro-sul), onde foi realizado um total de 13 entrevistas, subdivididas por localização, sendo 5 entrevistas realizadas na parte “baixa” do morro, outras 6 na parte “alta” do morro, conhecida como Beco do Flamengo, e as outras 2 entre a parte “alta” e a parte “baixa” do morro; em seguida, outras 4 entrevistas foram realizadas no bairro da Compensa (localizado na região da zona oeste), mais precisamente no chamado Beco São José, e por último, foram realizadas outras 3 no bairros Zumbi (localizado na região da zona leste), totalizando assim as 20 entrevistas realizadas nesta cidade¹⁸.

Cabe destacar que a ordem de visitação dos bairros foi estabelecida a partir do critério de proximidade com a base de alojamento onde nos encontrávamos, elegendo o bairro

¹⁸ Todas as zonas citadas apresentam a característica de grandes morros com acentuados contrastes sociais.

Compensa como ponto de partida para a realização da coleta de nossas entrevistas nesta cidade.

1.3.4 Das transcrições ao processo de categorização e explicação das entrevistas

Na fase de transcrição da base de dados coletados, realizamos a descrição dos fatos coletados pelas entrevistas através da organização das narrativas em forma de texto longo, fundamentado pelos relatos de vida e demais registros coletados.

Optamos por ordenar a narrativa das falas respeitando os tempos históricos de argumentação presentes nos diferentes momentos dos percursos de vida relatados, mantendo as características discursivas do próprio objeto em seu conjunto, visto que nossa análise envolve a compreensão de momentos vividos no passado e no presente¹⁹.

A construção do texto foi realizada com base nos áudios gravados, na associação com as informações registradas no diário de campo e através do recursos mnemônicos, marcados pela força de expressividade dos acontecimentos. Isso nos permitiu construir um modelo de redação que se caracterizou tanto pelo resgistro *ipsis litteris* das entrevistas, quanto pelas notas comentadas sobre as multiplicidades de observações relativas a emoções, gestos, etc. registrados pelos recursos da memória e pelas anotações feitas em nosso diário de campo.

No que se refere ao processo de categorização das entrevistas, foram utilizadas 40 entrevistas, das quais 20 são referentes a Boa Vista (RR) e outras 20 relativas a Manaus (AM); estas foram posteriormente tabuladas, analisadas e interpretadas, sendo apenas 20 entrevistas utilizadas na redação do texto atual, ficando as outras entrevistas separadas apenas como reserva de informação para possíveis acréscimos complementares.

Para iniciar o processo de categorização do conteúdo das entrevistas, tomamos como princípio básico de classificação as condições de sobrevivência das beneficiárias ao longo de suas trajetórias de vida, desde sua vida no primeiro núcleo familiar (INF) até o momento em que passam a receber a renda do bolsa família. Esse princípio de classificação convocou imediatamente um outro conjunto de categorias derivadas, e que foram sendo identificadas e destacadas no processo de envolvimento com as entrevistas, permitindo-nos elaborar uma primeira planilha contendo trechos das narrativas das beneficiárias indicados por categoria, possibilitando a percepção dos padrões (ou formas sociais) que se apresentavam por semelhança categórica (ou fluxo de convergência) através do cruzamento dos dados.

¹⁹ Para se ter uma compreensão mais clara desta questão, ver os eixos gerais do esquema de roteiro citados anteriormente no tópico 1.3.3.

No entanto, uma segunda planilha (ou planilha “filtro”) se fez necessária, uma vez que existia um conjunto exaustivo de categorias na primeira planilha. Disso resultou uma planilha mais objetiva, com informações qualitativas e quantitativas essenciais para a análise e interpretação das condições de vida das beneficiárias, e que pode ser resumida pelas seguintes categorias e subcategorias:

1) **Condições Gerais das Beneficiárias** (localização, lugar de nascimento, tipo de moradia no 1NF/2NF, estado civil, escolaridade, estado de saúde, idade, religião);

2) **Condições Gerais dos Pais das Beneficiárias** (lugar de nascimento, tipo de moradia, tipo de trabalho, escolaridade);

3) **Questões relacionadas ao benefício** (beneficiárias que recebem ou receberam o benefício, quantidade de filhos e número de filhos que recebem ou recebiam o benefício, ano de recebimento do benefício, valor do benefício atual, valor do benefício, quando recebia, escolaridade dos filhos, formas de aquisição do benefício, responsável pelo uso do benefício, finalidade do benefício, sentimento relacionado corte do benefício ou à possibilidade do corte, consciência política do PBF, impactos do uso do benefício pelas beneficiárias);

4) **O companheiro** (a relação com o marido, e as condições de trabalho);

5) **As estratégias de sobrevivência e a reprodução de alguns arquétipos familiares visíveis** (Os processos migratórios, as ocupações relacionadas ao trabalho durante a juventude no 1NF, as ocupações relacionadas ao trabalho depois de casada (2NF no passado), as ocupações relacionadas ao trabalho depois de casada (2NF no presente), as redes de solidariedade e parentesco, questões relacionadas a política, o princípio da religiosidade, o casamento, os filhos, a educação);

E 6) **O Projeto de futuro**²⁰.

Somente após a conclusão desta planilha, foi possível ter uma visão geral das condições de sobrevivência das famílias beneficiadas pelo PBF na Amazônia. Isso se tornou possível pelo cruzamento categorizado das informações contidas nas narrativas de vida, bem como pela articulação reflexiva entre estes dados e as teorias sociológicas, possibilitando-nos uma explicação (ou hipótese atual) pautada pelos campos estratégicos que marcam a dinâmica de sobrevivência dessas famílias.

²⁰ Por questões de espaço, a planilha completa acha-se disponibilizada em anexo ao final deste trabalho.

1.4 Sobre as hipóteses da pesquisa

Quando iniciamos nossa pesquisa, as primeiras impressões que tínhamos sobre as famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família revelaram a necessidade de um contato mais íntimo com a realidade vivida por elas. A distância existente entre o pesquisador e o objeto pesquisado não permitiu olhar além do que se era discutido na literatura nacional, levando-nos a uma aproximação dessas famílias a partir da observação direta participante²¹.

Nossa primeira hipótese estava fundada na ideia de que o Programa Bolsa Família talvez não fosse capaz de provocar mudanças econômicas significativas nos modos de vida das famílias de baixa renda, principalmente no que diz respeito a ascensão de classe social com superação da pobreza e da desigualdade materiais dessas famílias.

Como se pode notar, na primeira hipótese, nosso olhar inclinava-se fortemente a preocupação com aspectos econômicos imediatos, ou seja, com as consequências materiais imediatas do benefício sobre a vida dessas famílias, deixando em segundo plano a possibilidade de afirmação de uma hipótese existir a partir do engendramento entre aspectos materiais e simbólicos variados, plausíveis apenas a partir da tese atual, quando a pesquisa de campo e a interpretação dos dados foram realizadas.

Em função desta constatação, nossa tese sobre o Programa Bolsa Família segue uma linha de argumentação fincada na inferência das narrativas das beneficiárias, constatando, deste modo, que o benefício contribui para algumas transformações nos padrões de vida das famílias, tanto em termos materiais quanto simbólicos, o que será demonstrado nos capítulos seguintes, e, sobretudo, através do papel que assume o benefício ao fazer parte do *processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência* destas famílias, implicando em consequências ou impactos que dizem respeito a questões de ordem econômica e simbólica²².

Disso, decorre o fato de que a presença do benefício sobre as dinâmicas de vida das famílias beneficiadas contribui para promover uma mudança de seus estilos de vida, de seus padrões de conduta e, portanto, de suas mentalidades, uma transformação decorrente de pelo menos seis consequências ou impactos fundamentais, e que se apresentam entrelaçadas as dinâmicas de sobrevivência por meio do uso do benefício para fins de realização de seus

²¹ Sobre o método de observação direta participante ver CHAUVIN, Sébastien.; JOUNIN, Nicolas. *A observação direta*. In: PAUGAM, Serge. *A pesquisa sociológica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

²² Denominamos por *processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência*, todo tipo de ação social capaz de realizar um movimento de mudança (ou reposicionamento) das estratégias de sobrevivência estabelecidas pelo sujeito durante o curso de suas motivações (ou intenções) almejadas. Uma intersecção de ideias possíveis para pensar este conceito encontram-se reunidas nas contribuições de SIMMEL, George. *Filosofia del dinero* (2013), e WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais* (2001).

projetos de futuro, podendo ser sintetizadas da seguinte maneira: 1) Existe uma tomada de consciência de que a *autonomia monetária* é condição socialmente necessária para a superação da pobreza, mexendo com seus valores e identidade; 2) O fato de que há garantia do recurso mês a mês, estimula as beneficiárias a um tipo de *economia doméstica* muito singular; 3) Isso conduz as beneficiárias ao entendimento de que o benefício serve como *recurso de incentivo à saúde, educação, e ao atendimento das necessidades básicas (materiais e simbólicas) dos filhos*; 4) O benefício também tem sido responsável por *ressignificar as relações de gênero no ambiente doméstico e fora dele*; 5) Além de servir como *recurso de manutenção e fortalecimento das redes de solidariedade entre as famílias*, independentemente de possuírem ou não parentesco consanguíneo; e 6) A presença durável do benefício é responsável por *agrega valor material e simbólico ao processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência em seu conjunto*, permitindo a reestruturação dos estilos de vida dessas famílias com base em um projeto de ascensão social.

É importante frisar que todas estas questões sempre estão entrelaçadas a crença em um projeto de futuro e a necessidade contínua de manutenção do processo de mobilidade e reconfiguração de suas estratégias de sobrevivência no espaço urbano.

2 A FORMAÇÃO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

2.1 Os antecedentes culturais

*Quando o português chegou
Debaixo d'uma bruta chuva
Vestiu o índio
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O português*

Oswald de Andrade - *erro de português*.

*...Que noite mais funda calunga
no porão de um navio negreiro
que viagem mais longa candonga
ouvindo o batuque das ondas
compasso de um coração de passáro
no fundo do cativoiro...*

Roberto Mendes & Capinam (interpretação de Maria Bethânia) - *yáyá massemba*

Em nossa compreensão, a análise das famílias beneficiadas não poderia se dar sem o reconhecimento de sua matriz histórico-social, uma vez que suas práticas de vida refletem – em certa medida – as formações sócio-históricas de um continente cujo processo de constituição e desenvolvimento se fez e se faz, ainda hoje, por meio das interseções conflituosas decorrentes do processo de amálgama entre raças e culturas heterogêneas que aqui se fizeram presentes.

A América Latina é esse espaço cultural onde estão situadas as famílias brasileiras e, para o nosso caso, as famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Um espaço cuja ocupação foi iniciada fundamentalmente a partir do século XVI, pelos processos de colonização, através do domínio gradual dos povos e terras ali existentes. Um processo que, segundo Freyre (1947), foi caracterizado pela intensa miscigenação entre as culturas europeias, ameríndias e africanas.

No entanto, para que possamos compreender a constituição dos modos de vida que pautaram – e ainda hoje pautam – a cultura das famílias brasileiras, será preciso reconhecer no passado histórico de nossa gente alguns traços de constituição dominantes presentes em nossos costumes e ancorados nos hábitos de vida trazidos pela cultura portuguesa com o processo de colonização.

Daí a razão pela qual buscamos recuperar, em breves linhas, as características sociais que antecederam o processo de formação da cultura brasileira, partindo do reconhecimento de que a estrutura de formação da monarquia lusitana exerceu importante papel na cultura típica do sistema familiar colonial brasileiro.

Ao analisarmos o processo de constituição da sociedade portuguesa durante a passagem de feudo a reino em continente europeu, percebemos que seu passado guarda elementos peculiares capazes de marcar sua identidade histórica.

Diferentemente de outros países da Europa, a quase inexistência de um feudalismo na sociedade portuguesa – marcada pela forte presença de diferentes povos, de uma geografia típica de fronteira bicontinental, com instituições adaptadas à realidade do intenso fluxo de migrantes das mais diversas culturas – foi responsável pela formação de uma monarquia portuguesa capaz de reunir sob os interesses de uma classe burguesa em ascensão os objetivos de expansão da cultura de colonização iniciada através da costa africana em direção às Índias, e posteriormente voltada ao continente sul-americano pelo sistema de navegação.

Assim, as condições geográficas e culturais em que se encontrava inserida a sociedade portuguesa à época de sua formação nacional foram cruciais para o desenvolvimento de uma cultura expansionista-colonizadora, carregada de valores e traços de uma aristocracia rural que aos poucos entrou em decadência, restabelecendo-se nas estruturas do novo Estado português em expansão.

Desde o início de sua formação, o sistema medieval de Portugal se organizou de forma distinta quando em comparação aos outros países da Europa. O domínio das terras portuguesas sempre apresentou uma variedade étnica muito complexa. Como escreveu Freyre (1947, p. 42), “[durante] oito séculos a península hispânica ou ibérica foi dominada pelos africanos, árabes e mouros que deixaram ali traços de si mesmos”.

Segundo Freyre (1947) e Furtado (2001), os privilégios de sangue que sustentavam a aristocracia rural no restante da Europa – e que fizeram do feudalismo um sistema de ampla difusão em todo o continente – se mostravam esgarçados pelas diferenças étnicas presentes na península ibérica, desmobilizando muito cedo – no caso português – a prevalência do modelo típico de dominação feudal, representada pelo monopólio das terras e dos valores sociais, políticos e econômicos sob o domínio hereditário de uma aristocracia rural enriquecida pela dominação de hábitos culturais típicos da feudalidade, e que aos poucos seriam transmitidos em forma de costumes e valores ao povo brasileiro.

Desse modo, o fortalecimento de uma burguesia comercial portuguesa, que durante a reconquista se tornou cada vez mais intenso e complexo, dependeu do entrelaçamento entre

classes, fazendo com que a burguesia nascente se inserisse nos quadros estruturais da antiga aristocracia rural em decadência, impulsionando os valores burgueses na direção de seu objetivo principal: a expansão marítima comercial.

Como bem destacou Furtado (2001, p. 28-29), “o elemento burguês enriquecido procurava introduzir-se nos quadros da velha sociedade, casando com filha de nobre empobrecido”, assim como a velha nobreza “facilmente se deixou atrair pelas facilidades trazidas com a intensificação das atividades comerciais, e pouco a pouco se incorporou à sua antiga rival para a grande aventura da expansão marítima”.

No caso português, o processo de constituição de um Estado monárquico voltado ao comércio exterior foi impulsionado gradualmente através da mobilidade recíproca entre as posições que foram assumindo a aristocracia feudal e os grupos comerciantes em desenvolvimento. Melhor dizendo:

Todo o sentido da história portuguesa nos começos da Idade Moderna está profundamente marcado por esses fatos fundamentais: a ascensão precoce de uma burguesia comercial cosmopolita e voltada para o mar; a absorção mais ou menos rápida da classe territorial pela burguesia e sua incorporação ao aparelho do Estado comercial. [...] A monarquia encarnará esse espírito – misto de comercialismo e desejo de conquista – e dirigirá todo o Reino na grande aventura da expansão marítima. (FURTADO, 2001, p. 30).

Sobre este aspecto, podemos sintetizar dizendo que à época da expansão marítima houve uma assimilação de interesses entre a classe territorial e a burguesia, com esta última detendo o domínio da riqueza comercial, que se ampliava em paralelo ao desenvolvimento das cidades e do Estado mercantil; já a classe territorial assumia posições na estrutura das instituições sociais, capazes de garantir o caráter monárquico do Estado português, através de uma nobreza imbuída de um espírito comercial expansionista. Uma de suas principais características é a dominação de grandes extensões de terras estrangeiras para intensa lucratividade, associando ao espírito comercial burguês uma forma de dominação tradicional das terras coloniais, marcada pelos costumes da antiga aristocracia rural portuguesa.

Com a expansão das relações mercantis, a dissolução do nexos primário de exploração econômica e coerção político-legal conduziu não apenas a uma crescente projeção desta última sobre o vértice régio do sistema social, mas também a um fortalecimento compensatório dos títulos de propriedade que garantiam a primeira. Em outras palavras, com a reorganização de todo o sistema político feudal e com a diluição do primitivo sistema de feudo, a propriedade da terra tendia a tornar-se progressivamente menos “condicional”, à medida que a soberania se tornava correspondentemente mais “absoluta”. O enfraquecimento das concepções medievais de vassalagem atuava em ambos os sentidos: ao tempo que conferia novos e extraordinários poderes à monarquia, emancipava os domínios da nobreza das restrições tradicionais. (ANDERSON, 2004, p. 20).

Diferentemente do restante da Europa, os conflitos estabelecidos entre os senhores latifundiários e os mercadores portugueses caracterizavam-se por um interesse comum: uns eram alimentados pela expansão mercantil de característica fortemente comercial, e os outros, impulsionados ao enriquecimento através da reprodução de seus costumes tradicionais, já que a estes cabia a experiência sobre o monopólio e a dominação dos povos sobre grandes extensões de terra. Isso nos leva a reconhecer, no caso de Portugal, que “os dois grupos antagônicos estavam muito mais próximos culturalmente do que na França ou Inglaterra” (FURTADO, 2001, p. 26), uma vez que “[a] empresa das navegações e tráfego já não será quase tão-somente particular. As frotas são mistas. Nelas encontram lugar os navios de particulares. Mas a sua maioria será do rei, de seus fidalgos – transformados em mercadores” (SODRÉ, 1944, p. 48).

Foi a partir deste projeto de expansão além-mar que Portugal iniciou o seu processo de colonização das terras estrangeiras, transferindo seus costumes aristocrático-burgueses através da dominação das terras, da exploração da força de trabalho escrava e da prática da monocultura, características cujo ponto de partida se desenhou inicialmente pela dominação da parte oeste do continente africano em direção às Índias, e cujo esgotamento comercial posterior fez mudar a direção rumo à América do sul, onde os vastos espaços territoriais respondiam idealmente aos interesses da monarquia portuguesa, pautada, sobretudo, pelo modelo de dominação da família real portuguesa, imbuída de seu caráter aristocrático, patriarcal, religioso e fortemente agrário.

2.2 A colonização do Brasil: algumas considerações gerais

A colonização das terras sul-americanas, realizada pelos portugueses e espanhóis a partir do século XVI, inaugurou o processo de constituição das sociedades no “novo continente”, fazendo com que alguns traços dominantes fizessem parte do mosaico identitário que constitui a imagem das famílias latino-americanas.

Do ponto de vista histórico-sociológico, faz-se necessário destacar que a diversidade de constituição das famílias latino-americanas se deve ao fato de ter sido colonizada por espanhóis e portugueses, havendo os espanhóis colonizado preponderantemente o lado oeste da América e assumindo como um de seus principais objetivos a dominação dos grupos locais, “a fim de aproveitar a organização social existente, com o objetivo de intensificar ao máximo a mineração” (QUEIROZ, 1978, p. 3).

Os interesses dos colonizadores espanhóis se definiam muito mais pelo aspecto de controle das cidades fundadas, dos grupos dominantes locais, e da extração de minérios, do que pela iniciativa em primeira instância do desenvolvimento de um sistema agrário de produção nos moldes portugueses.

À diferença dos espanhóis, a ocupação portuguesa – tomada aqui como ponto de partida crucial para a nossa análise – se estabeleceu a partir da zona leste do continente. Melhor dizendo, “somente onde a cana-de-açúcar encontrou condições excepcionais para sua produção e expansão é que os responsáveis pelos primeiros esforços de colonização viram efetivamente recompensadas suas iniciativas econômicas” (HOLANDA, 2007, p. 80). Entre tantos outros objetivos, estavam aqueles definidos pela “importância particular que entre nós assumem tradicionalmente a lavoura latifundiária e a monocultura” (HOLANDA, 2011, p. 279), caracterizadas pela ocupação e organização das relações sociais implementadas pelos portugueses, e que ainda tracejam com cores vivas nos hábitos, nas formas de pensamento e nos costumes presentes nas famílias brasileiras de nossos dias.

Portanto, vê-se que o processo de formação das sociedades latino-americanas – e mais especificamente, neste caso, da sociedade brasileira – resulta da influência dos padrões sociais estabelecidos com a ocupação e a dominação das terras pelos países ibéricos, e em nosso caso, especialmente por Portugal, cujo principal objetivo foi “[...] ocupar o território e produzir açúcar” (QUEIROZ, 1978, p. 3-4). Como bem observou Freyre (2003, p. 116), tratava-se de uma vida socioeconômica marcada pelas relações sociais estabelecidas nas grandes plantações de fazendas e engenhos de cana, onde se fazia presente um constante “processo de equilíbrio de antagonismos” entre povos de culturas e raças distintas.

Quando falamos da formação histórica da sociedade brasileira, falamos do processo de constituição das famílias em um meio social definido, em certa medida, pelo sistema de produção agrário e pelas características de organização das relações sociais fortemente marcadas pela cultura colonizadora portuguesa, e que encontrou “[...] no Brasil um meio excepcionalmente apto para recompensar certas virtudes heroicas que o espírito do Renascimento acordara no mundo cristão” (HOLANDA, 2011, p. 282). Disso é possível destacar as práticas relacionadas ao patrimonialismo, ao patriarcalismo, ao catolicismo etc., responsáveis pela tessitura das relações sociofamiliares que vieram a caracterizar as famílias brasileiras desde sua formação originária através das colônias portuguesas.

Por essa razão, acreditamos ser necessária a realização de um percurso de explicação que nos permita identificar as relações entre certos traços socioestruturais presentes nos

modos de vida das famílias pobres contemporâneas, mais especificamente as famílias pobres beneficiadas pelo PBF e que residem na região Norte do Brasil, objeto deste estudo.

2.3 A constituição das famílias brasileiras

A dominação das terras pelas famílias portuguesas foi iniciada através das pressões políticas, econômicas e sociais que “levaram a Coroa portuguesa à convicção de que era necessário colonizar a nova terra”; fatores como a crise comercial de Portugal, as ameaças constantes de espanhóis e franceses sobre a “nova terra”, a necessidade de defender o Estado monárquico português das ameaças internacionais em continente europeu etc. foram responsáveis por fomentar as primeiras iniciativas de ocupação e dominação efetivas da margem leste do continente sul-americano.

Como bem anotou Freyre (1947, p. 44), em *Interpretação do Brasil*, o perfil da conduta moral dos portugueses que dominaram as terras brasileiras estava permeado de uma “duplicidade da alma, que lhes desenvolve uma capacidade especial não apenas para suportar contradições, mas para harmonizá-las”, e foi com esse espírito e diante destas circunstâncias que conseguiram os portugueses iniciar a colonização das terras brasileiras.

Em outras palavras, significa dizer que o processo de colonização e formação da sociedade brasileira sofreu forte influência das características psíquicas e sociais típicas da cultura portuguesa, formada a partir daquilo que Freyre (2003, p. 69) chamou de espírito de “bicontinentalidade, ou antes, dualismo de cultura e de raça”, que era a capacidade de suportar os conflitos e/ou antagonismos étnicos através da flexibilidade dos processos de integração, segregação, assimilação e/ou acomodação culturais decorrentes das tensões histórico-sociais vivenciadas pelos processos conflitivos entre os povos estrangeiros que ocupavam o território português e as nacionalidades fronteiriças do continente europeu, tensões responsáveis por desenvolver o espírito cultural e expansionista da sociedade portuguesa, impulsionando-a ao processo de colonização.

Até onde sabemos, a colonização portuguesa no Brasil se deu de forma organizada a partir das decisões tomadas pelo ano de 1530, quando “[...] João III e seus conselheiros chegaram à conclusão de que devia ser promovida alguma classe de colônia permanente no Brasil” (BETHELL, 1990, p. 212, tradução nossa) – propósito destinado à expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-1535), cuja missão foi iniciada levando uma frota de cinco barcos com 400 colonos, além de três objetivos discerníveis:

O primeiro compromisso de Sousa – patrulhar a costa – revela que a Coroa não havia abandonado por completo suas ideias sobre a defesa de seus interesses no Brasil, que consistia especialmente em expulsar os numerosos barcos ilegais, enquanto seu segundo objetivo era estabelecer uma colônia real (São Vicente, 1523) através de concessões revogáveis (não hereditárias) aos colonos, anunciando uma nova política no Brasil; finalmente, enquanto se procedia à colonização, ordenou-se à expedição explorar as desembocaduras dos rios Amazonas e Prata, para determinar, entre outras coisas, sua proximidade ao meridiano de Tordesilhas. (BETHELL, 1990, p. 212, tradução nossa).

A missão de Martim Afonso de Sousa estabelece, segundo Fausto (2014, p. 18), um “momento de transição entre o velho e o novo período” da expansão portuguesa em terras estrangeiras, abrindo caminho para o processo de colonização do Brasil, inicialmente sob a responsabilidade dos capitães-donatários, que “constituíam um grupo diversificado onde havia gente da pequena nobreza, burocratas e comerciantes”; não eram proprietários, mas apenas possuidores com “extensos poderes tanto na esfera econômica e na de arrecadação de tributos como na esfera administrativa”; “tinham o monopólio da justiça e autorização para fundar vilas, doar sesmarias, alistar colonos para fins militares e formar milícias sob seu comando” (FAUSTO, 2014, p. 19).

Tratava-se de transferir as estruturas de poder da metrópole portuguesa para as “novas terras” colonizadas, movimento que, segundo Queiroz (1957), se deu tanto pelo envio constante de colonos portugueses que chegavam e se instalavam em torno das “feitorias erigidas para o comércio do pau-brasil” – com o objetivo de defender as terras do domínio de outras nações –, quanto pelo processo de acomodação dos povos africanos e ameríndios, realizado, segundo Freyre (2003, p. 65), através da organização econômica e civil da sociedade brasileira.

Pode-se dizer que foi o processo de colonização das terras um dos maiores responsáveis pela formação e desenvolvimento da civilidade brasileira, abrindo caminho para a necessidade de fundação – pelos portugueses – dos povoados ou vilas, com o interesse de transformar o Brasil numa “colônia regular” (QUEIROZ, 1957, p. 196), dando início à estrutura de organização e funcionamento da sociedade brasileira, pautada pelo modelo de família patriarcal, cujos traços feudais estavam mediados por interesses capitalistas.

O aparecimento da primeira vila fundada por Martim Afonso de Souza (vila de São Vicente) marca um período de estruturação das formas de sociabilidade dos agrupamentos humanos que ali se encontravam reunidos, moldando as matrizes familiares que iriam se desenvolver através das estruturas básicas necessárias à reprodução da ordem econômica, política e moral da Coroa portuguesa no Brasil. Na região de São Vicente:

Fundou-se a primeira vila: edificações das casas necessárias para os colonos, de um forte, da igreja, da casa da Câmara, da cadeia; e instalou-se o primeiro núcleo administrativo, tendo Martim Afonso convocado todos os “homens bons” para, em assembleia, elegerem os funcionários necessários, transplantando assim para o Brasil a instituição portuguesa da Câmara Municipal, tal qual vigorava de acordo com as Ordenações Manuelinas. (QUEIROZ, 1957, p. 196).

A transferência dessa estrutura significa, segundo Weber (1999, p. 187-408), a transposição das condicionantes sociais, políticas e econômicas de dominação do Reino de Portugal para a reprodução de sua dominação sob a forma *legítima* em terras colonizadas. No que se refere a esta forma de dominação, basta perceber o quanto a instituição político-administrativa de Portugal – sob as determinações das Ordenações Manuelinas – era engendradora pelas formas de dominação tradicional e burocráticas em vigor²³.

Como se pode notar, foram essas estruturas – a que nos termos de Marx (2000) dão-se os nomes de infraestrutura e superestrutura – que auxiliaram na reprodução da ordem econômica, política e moral da Coroa portuguesa sobre as colônias brasileiras. A estrutura de organização e funcionamento da sociedade colonial se apresentava definida pelo modelo social-hierárquico preconizado pela sociedade europeia do século XVI.

Assim a organização social do Brasil colonial foi se definindo – não apenas, mas sobretudo – pelas necessidades de acomodação das ordens políticas (relativas, por exemplo, à criação de instituições jurídico-políticas como as Câmaras Municipais, e que asseguravam certo controle sobre o domínio local), econômicas (relacionadas à extração do pau-brasil e, posteriormente, à produção do açúcar para o comércio, por meio das plantações, criações de gado e engenhos em grandes fazendas), e sociais (através do modelo de organização social estruturado sob a base da família patriarcal), fatores esses responsáveis por engendrar uma ordem moral típica das colônias brasileiras.

Como se pode notar até aqui, é sobre o extenso território colonizado que irão se espalhar e tomar corpo as estruturas de ocupação e dominação da sociedade portuguesa no Brasil, caracterizadas, segundo Samara (1993, p. 10-11), pelo “estabelecimento de uma estrutura econômica de base agrária, latifundiária e escravocrata”. Era realçada por fatores “como a descentralização administrativa local, excessiva concentração fundiária e acentuada dispersão populacional”, resultando numa configuração social de tipo paternalista, representada em sua complexidade pelo tipo de família patriarcal (ou extensa), cuja estrutura “apresentava uma feição complexa, incorporando ao seu núcleo central componentes de

²³ É preciso chamar a atenção para o fato de que as Ordenações Manuelinas eram preceitos jurídicos fundamentados nas ideias religiosas em torno da legítima capacidade de “um indivíduo” (o Rei de Portugal, D. Manuel) determinar as diretrizes para a organização e o funcionamento das colônias.

várias origens, que mantinham diversos tipos de relações com o dono da casa, sua mulher e prole legítima. Assim, todos viviam juntos sob o mesmo teto”.

No dizer de Freyre (2003, p. 81):

A família, não o indivíduo, e tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala a fazenda, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase reina sem governar. Os senados de câmara, expressões desse familismo político, cedo limitam o poder dos reis, e mais tarde o próprio imperialismo ou, antes, o parasitismo econômico, que procura estender do reino às colônias os seus tentáculos absorventes.

Assim, quando analisamos a história da formação social do Brasil, percebemos que o gênero de vida e a economia desenvolvidos pelos portugueses tinham seu acento marcado pelas práticas sociais inscritas sob o poder político, econômico e social centrado nas famílias nucleares localizadas nas grandes fazendas locais.

Em razão disso, se pode dizer que ao contrário dos espanhóis, na colonização do Brasil as cidades eram um prolongamento (ou uma consequência) do desenvolvimento agrícola, ou melhor, elas funcionavam muito mais como centros administrativos e comerciais para o atendimento dos interesses das famílias proprietárias das terras, do que como espaço exclusivo de dominação, exploração e administração sociais. Portanto, o foco centrava com intensidade nos interesses agrários e não necessariamente urbanos, ainda em via de se desenvolver.

À época da colonização, o latifúndio era o espaço sobre o qual se reunia a diversidade de tramas sociais existentes em torno da família patriarcal, o espaço dinâmico onde a vida social se organizava, se produzia e reproduzia mediada pelas funcionalidades dos papéis assumidos por cada um de seus membros, sendo as cidades extensões pouco desenvolvidas e de interesse secundário.

O perfil agrário da colonização portuguesa no Brasil incidirá sobre o processo de constituição e desenvolvimento do modelo de famílias que aqui houve de se estabelecer, sendo responsável, em certa medida, pelos traços (ou padrões sociais) que perduram durante séculos e que ainda hoje estão muito presentes em nossa sociedade.

Talvez uma imagem em forma de síntese histórica nos permita enxergar esta característica agrária, ou de ruralidade, que carregou e ainda hoje carrega o Brasil em sua extensão de domínio territorial. Diz Queiroz (1978, p. 4), ao tratar do aspecto agrário da história brasileira:

Na América Portuguesa, a independência foi pacificamente proclamada, quase sem lutas [...]. Não havia cidades grandes determinando zonas de influência de rivalidade maior ou menor; as inimizades eram locais e dividiam, em cada município, as famílias que ali habitavam. A própria intensa fragmentação local dos grupos e dos clãs concorria também para impedir a divisão do território; o poder se encontrava disperso nas mãos dos grandes fazendeiros que habitavam suas propriedades, que se uniam uns aos outros – ou se dividiam nitidamente – segundo redes de alianças e de inimizades; estas redes se tinham raízes locais, estendiam-se de maneira ampla, cobrindo regiões, e concorriam para a coesão nacional. As lutas dos clãs político-familiares continuaram existindo durante o império e a república, e a consolidação paulatina do poder central acompanhou-as, desenhando de maneira cada vez mais firme os quadros institucionais do país.

Durante aproximadamente dois séculos, a exploração das terras brasileiras pelos portugueses tinha como um de seus principais objetivos o atendimento as demandas da Coroa portuguesa, ou seja, a produção sob um sistema agrário caracterizado pela monocultura da cana-de-açúcar. Voltava-se mais ao atendimento das exigências externas da metrópole portuguesa do que ao atendimento e manutenção de relações internas entre as colônias, influenciando em grande medida a organização e o funcionamento da estrutura familiar brasileira, tipicamente definida por fortes traços de um patriarcalismo rural cujas raízes encontram-se vinculadas aos modos de vida aristocráticos lusitanos.

Desse modo, e apenas quando se tomam em conta tais considerações, “[...] é que bem se compreende o especialíssimo caráter que tomou a colonização do Brasil, a formação *sui generis* da sociedade brasileira” (FREYRE, 2003, p. 69), possibilitando perceber as características de estruturação e funcionamento das famílias que se estabeleceriam no Brasil – em grande medida definidas pelos padrões de hierarquia dos chefes de família, das relações de dominação e subordinação das mulheres, filhos e membros de famílias agregadas, das redes de solidariedade e do tipo de trabalho rural e escravo.

Nota-se, portanto, que a formação da sociedade brasileira está marcada, desde sua origem até momentos posteriores, pela concentração de grandes extensões de terras sob o domínio de pequenos grupos de famílias abastadas, cuja principal característica está no fato de reunir sob a égide de um patriarca o controle e poder de decisão sobre o funcionamento da vida local. Tais características foram capazes de influenciar os modos de vida que a pouco e pouco se tornaram parte das dinâmicas de sobrevivência das famílias brasileiras.

Em termos sociológicos, significa dizer que o “[...] latifúndio implica uma intrincada malha de relações econômicas, sociais, políticas e culturais [...] que não pode ser apreendida unicamente a partir de sua dimensão econômica” (SOTELO, 1975, p. 73-74), senão a partir de um complexo cultural e dinâmico cujas formas fundamentais – de um lado, a plantação e, do outro, a fazenda – teceram de modo unívoco um papel essencial, sendo a casa-grande um dos

principais símbolos responsáveis por reunir no imenso espaço rural o tipo de estrutura familiar colonial em que os hábitos e costumes se definiram por sua tipicidade patriarcal, estendendo-se até pelo menos fins do século XVIII, quando sua forma de tipicidade, sustentada ainda por um modelo predominantemente agrário, muda para semipatriarcal, seguindo em sua transformação até nossos dias²⁴.

Vê-se, portanto, que a casa-grande foi, por assim dizer, um dos espaços mais representativos da concentração de funções econômico-sociais típicas da sociedade colonial brasileira, já que funcionava não apenas como lugar de “síntese do poder” de subordinação e exploração econômica de grupos étnicos distintos, mas também pela intrincada relação de solidariedade e favores estabelecidos entre os membros subsidiários que faziam parte da vasta parentela que ali se acomodava, por meio de um processo de estruturação que não se resumia apenas aos aspectos econômicos e políticos, e sim também à sua dimensão simbólica, aos valores morais capazes de estabelecer laços de dependência recíproca.

Atrelavam-se a esse extenso núcleo familiar intrincadas tramas de relações sociais vinculadas aos modos de vida dominante do patriarcado português. O perfil das relações sociais estabelecidas nos grandes latifúndios – e em particular na casa-grande – se definiu pelo estabelecimento de formas sociais interligadas ao tipo de sociedade rural e escravagista, onde as redes de parentesco e solidariedade estavam firmadas por um tipo de relação muito específica, que refletia os padrões sociais típicos daquele modelo de sociedade.

Vale chamar atenção ainda para o fato de que no tempo da colonização, por mais que as famílias pobres tentassem se mobilizar com base em valores étnico-pessoais trazidos de outras culturas, tais valores encontravam-se subjugados aos valores dominantes das famílias dos latifundiários.

O padrão prevalecente do modelo de família patriarcal foi se coadunando pelo processo de acomodação ao circuito das relações sociais, constituindo o latifúndio – representado aqui tanto pelas plantações quanto pelas fazendas e casa-grande – a forma sobre a qual se estabeleceu “o tipo de organização social que se implantou na sociedade colonial, sendo o núcleo doméstico para onde convergia a vida econômica, social e política”

²⁴ É importante destacar aqui a existência de uma distinção feita por Freyre (2013) entre dois conceitos, o de família patriarcal e semipatriarcal, estando o primeiro relacionado – mais especificamente – à sociedade brasileira do período colonial, onde a dinâmica de vida voltava-se às exigências da família nuclear (extensa); e o segundo, ao período de passagem do Brasil colônia para Império, onde as dinâmicas de vida bem como o poder central começam a se distribuir entre as classes de burgueses que se formam pelo processo de desenvolvimento gradual das cidades, através da compra de fazendas etc. No entanto, ambos os conceitos não deixam de carregar, como se pode notar, os elementos patriarcais típicos, mas cada um representando determinado momento da história brasileira. Vale destacar que são, ambos, conceitos em conexão recíproca.

(SAMARA, 1993, p. 12, grifo nosso), o espaço de expressão da forma de organização do modelo de família patriarcal que, como revela Cândido (1951, p. 294, tradução nossa),

[...] estava fundamentada numa estrutura dupla: um núcleo central, legalizado, composto pelo casal branco e seus filhos legítimos; e uma periferia nem sempre bem delimitada, composta de escravos e agregados, índios, negros, ou mestiços, em que estavam incluídos as concubinas do chefe e seus filhos ilegítimos.

Esta imagem de estruturação do universo doméstico da família brasileira representa o ponto de chegada e de partida de relações sociais mais complexas, confirmando a afirmação que já havíamos exposto: a noção de que “a família brasileira era uma vasta parentela que se expandia, verticalmente, através da miscigenação e, horizontalmente, pelos casamentos entre a elite branca” (SAMARA, 1993, p. 13), um circuito amplo de relações que reuniam na figura do chefe de família a representação dos laços de amizade e parentesco essenciais à organização social e familiar, e que teve no compadrio uma das principais formas de articulação e dependência política, econômica e moral/afetiva entre os membros das famílias abastadas e pobres de nosso país.

Por essa razão, faz-se necessário apontar a ligação estreita entre o fenômeno do compadrio e algumas categorias (ou padrões sociais) responsáveis pelo perfil das famílias brasileiras, mostrando como foram sendo definidos os modos de vida das camadas menos favorecidas durante o processo de acomodação social que ocorreu aproximadamente durante os três primeiros séculos de formação de nossa sociedade.

A nosso ver, trata-se de identificar nos traços gerais revelados pela história das famílias brasileiras, os padrões (ou formas sociais) que se encontram atualmente manifestas como parte dos modos de vida das famílias pobres contemporâneas, sobrevivendo não mais em circunstâncias coloniais, mas em realidades urbanas que tecem dinâmicas cujos modos de vida (tradicional e contemporâneos) se enlaçam, revelando a imagem do novo e do tradicional enquanto partes de uma mesma expressividade de vida.

O estudo da família brasileira – a partir da compreensão de que esta constitui um conjunto complexo de relações – deve ser conduzido, conforme preceitua Cândido (1951, p. 291, tradução nossa), a partir de “um ponto de vista triplo; em seus aspectos estruturais, funcionais e morais”, desde que apreendidos dentro do movimento de transformação histórica pela qual veio se metamorfoseando.

É a partir deste quadro de considerações histórico-sociológicas que iremos analisar as famílias beneficiadas pelo PBF, com a compreensão de que elas também fazem parte do “retrato” do Brasil tradicional, posteriormente tornado moderno e contemporâneo, mas cujo

“tecido da vida” iniciou o seu bordado num passado no qual as narrativas são um reflexo revelado pela memória, pelos hábitos e costumes inscritos em suas trajetórias.

2.4 As famílias beneficiadas pelo PBF – intersecções entre o passado e o presente

Quando chamamos a atenção para a identificação de certos padrões tradicionais interligados aos modos de vida das famílias beneficiadas, é para que possamos compreender que os costumes das famílias patriarcais do período colonial brasileiro mantiveram – e mantêm ainda hoje, ao seu modo²⁵ – estreita relação com os costumes das famílias pobres de nosso país²⁶.

Como foi possível notar, no período colonial o espaço doméstico estava representado pela casa-grande. Era o espaço que simbolizava a “síntese” das relações sociais mais genéricas, pois nela encontravam-se reunidos os agrupamentos da camada periférica anexados ao núcleo central da família legítima, chamada família grande (ou extensa), e cujos modos de vida se definiram pautados por alguns fatores genéricos considerados importantes no quadro das relações sociais tecidas ao longo de nossa história.

Isso mostra que para termos uma compreensão sobre o modo de vida atual das famílias pobres brasileiras, devemos levar em conta as nuances, ou os traços sociais mais genéricos – representados aqui por categorias, tais como: patriarcado, matrimônio, habitação e trabalho rurais, processos migratórios, redes de parentesco e solidariedade, fatores políticos e religiosos – que possibilitaram a essas famílias o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência baseadas em costumes tradicionais, considerados aqui em suas peculiaridades distintas relativas ao tempo histórico nos quais se desenvolveram e se desenvolvem.

Portanto, apenas quando recuamos ao passado histórico de formação das famílias brasileiras é que passamos a compreender como aqueles aspectos (ou categorias) estavam interligados, existindo de maneira recíproca, mediados em seu conjunto por uma característica de ordem moral, política e econômica que durante o período do Brasil colônia e Império

²⁵ Um simples olhar sobre a concentração de terras no Brasil é capaz de nos revelar esse passado ainda presente. No Nordeste, região onde teve início a colonização do país, é comum avistarmos o horizonte verde das plantações de cana-de-açúcar em lugares afastados da capital. Trata-se, portanto, de constatação empírica, fácil de ser observada quando adentrarmos o interior de certos Estados.

²⁶ Neste caso, vale lembrar que o contraponto aqui realizado é feito a partir dos relatos das trajetórias de vida das famílias pobres beneficiadas pelo PBF e que residem na região Amazônica, mais particularmente nas capitais de Boa Vista (RR) e Manaus (AM), onde foram realizadas nossas observações empíricas.

esteve representada sob a forma particular da prática do compadrio, chamada posteriormente de *compadresco*²⁷.

Contudo, para que possamos revelar a relação entre a prática do compadrio e as demais formas de manifestação social – representadas, neste caso, pelas expressões categóricas acima citadas –, faz-se necessário identificá-las no circuito das relações típicas da sociedade colonial e imperial brasileiras, relacionando-as imediatamente aos modos de vida das famílias beneficiadas pelo PBF e nos permitindo ter uma compreensão de conjunto sobre os modos de vida e as estratégias de sobrevivência dessas famílias.

Por essa razão, acreditamos ser importante indicar a formação da estrutura familiar que se organizou no Brasil, através do processo de acomodação dos grupos sociais ao redor da família “legítima” dos proprietários de terras, donos de engenho.

À época do período colonial, poucas famílias tinham condições de montar um engenho e de fazê-lo prosperar. Ser dono de engenho era um poder concedido a um grupo reduzido de indivíduos-proprietários. Desse modo, “os sesmeiros menos abastados, impossibilitados de montar engenho, tornavam-se tributários dos senhores ricos, dando-lhes a cana para moer e pagando-o com uma parte da safra” (QUEIROZ, 1957, p. 198). Tornavam-se, assim, tributários dos grandes proprietários. Aos que não possuíam as condições necessárias para se tornar senhores de engenho, cabia sempre uma articulação ou vínculo de dependência para com os donos das grandes propriedades rurais.

Em torno destes grandes proprietários e dos colonos mais simples, seus tributários, havia a turma dos agregados, gente de poucas posses que vinha do Reino e se encostava noutro mais poderoso, vivendo de pequenos serviços, ou de um ofício remunerado, ou mesmo admitido para plantar cana em terras de um senhor. Criavam-se entre todos eles laços de serviços mútuos e de amizade, cujo resultado foi o **compadrio**: o “senhor de engenho” era convidado para padrinho dos filhos de colonos e agregados, e de ambos os lados, reforçados os laços de amizade e interesse pela sanção religiosa, se esperava apoio, auxílio, defesa e lealdade. (QUEIROZ, 1957, p. 198).

A estrutura desse tipo de família definia-se pela hierarquia do poder aquisitivo das terras, centrado na figura de um único proprietário. Os laços de ordem moral assim como a expressividade paternalista reunida sob a imagem de um senhor eram definidores das relações de poder dentro daquela sociedade.

Neste caso, pode-se dizer que o compadrio se define como uma expressão moral que sintetiza aspectos patriarcais, religiosos, políticos e econômicos, capazes de legitimar os

²⁷ Sobre a relação entre compadrio e *compadresco*, ver CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida* (2010).

múltiplos interesses vinculados à família do proprietário latifundiário (ou senhor de engenho). Com relação a este último, Queiroz (1957, p. 199) ressalta que os “habitantes do povoado dependiam totalmente dele, de seu amparo e engrossavam as fileiras de seus agregados; era ele a única autoridade e o único defensor do local”.

Diante da complexidade de questões que envolvem a discussão em torno da família brasileira, sobretudo no que diz respeito à relação existente entre a estrutura de organização e funcionamento da família patriarcal e sua mediação na prática do compadrio, reinava o patriarcado.

Por sistema patriarcal de dominação entende-se a estrutura de organização e funcionamento de um sistema social cuja

essência não se baseia no dever de servir a uma “finalidade” impessoal e objetiva e na obediência a normas abstratas, mas justamente no contrário: na submissão em virtude de uma devoção rigorosamente pessoal. Seu germe radica na autoridade de um *dominus* dentro de uma comunidade-doméstica. (WEBER, 1964, p. 758).

Neste caso, o poder dominante familiar não está representado por um “mecanismo” jurídico pautado pela impessoalidade objetiva da lei, mas sim pela autoridade masculina, representada pela figura do grande proprietário de terras, capaz de sintetizar, por meio da prática do compadrio, um conjunto variado de formas de poder.

Ao tempo da colonização, dirá Machado (1965, p. 151), “[é] o instinto de conservação que solidariza a parentela”; sua necessidade de se manter sob a forma de uma organização defensiva ao redor de um senhor refletiu o processo de acomodação que fez da família colonial um corpo amplo e miscigenado, centrado na autoridade de um chefe de família responsável por conduzir e governar “à feição romana, militarmente”. Daí,

a autoridade incontestável do pai de família sobre a mulher, a prole, os escravos e também os agregados ou *familiares*, proletários livres, que se acolhem ao calor da sua fortuna e à sombra de seu prestígio e que lembram a clientela do patriciado. Compete-lhe em todos os assuntos o voto decisivo. Ele é, geralmente, quem dá marido à filha e esposa ao filho, sem lhes consultar as inclinações e preferências, de sorte que casamentos se fazem, às vezes, sem que os nubentes se tenham jamais comunicado ou visto, *por razão da distância dos lugares em que vivem*. (MACHADO, 1965, p. 151).

Nota-se que o acento recai sobre o peso da autoridade paterna. Nas famílias brasileiras do período colonial as decisões baseavam-se – na maior parte das vezes – na ideia de que o homem, e não a mulher, era o provedor político, econômico e moral da família, já

que à imagem da figura masculina encontrava-se associado o caráter religioso do poder supremo, representado pelas formas de tratamento pessoais “Senhor” e/ou “Senhora”.

Segundo Cândido (1951, p. 298, tradução nossa):

[as] relações entre parentes foram ritualizadas, assim como as outras relações. Primos de todos os graus se chamavam Senhor Primo, Primo, Senhor, ou *vossemecê*; os mais distantes eram chamados *parentes*; tios e tias eram abordados respectivamente como Senhor Tio ou Senhora Tia, e também eram solicitadas bênçãos. Um relacionamento básico era aquele de compadrio com ou sem relação de sangue, pois era isso uma espécie de super-relação.

Percebe-se, desse modo, que a imagem do homem de família se apresenta intrinsecamente ligada à figura religiosa do senhor enquanto entidade à qual se prestam favores e respeitos mútuos. Quaisquer que sejam as circunstâncias, devem os parentes se comportar ritualisticamente, reforçando a reverência à figura masculina ou feminina, mas desde que essa relação observe o círculo de dependência mútua e de amizades no contexto de dominância masculina, representada pela pessoa do chefe de família.

Dado que ao redor da estrutura familiar patriarcal encontravam-se situados os membros subsidiários (parentes, filhos ilegítimos, ou de criação, afilhados, amigos, serviçais, agregados e escravos) e seus vizinhos (pequenos sitiantes, lavradores, roceiros, trabalhadores livres e migrantes), estes últimos adequavam-se gradualmente à vida local a partir do modelo de organização familiar circundante, pautado por um espaço de relações de poder onde o homem prevalecia sobre a mulher.

A categoria de patriarcado envolve uma constelação de práticas mediadas “por laços de serviços mútuos e de amizade” (QUEIROZ, 1957, p. 198). Assim, as relações sociais, além de definidas hierarquicamente pelo perfil de subjugação da mulher ao homem, também se apresentavam revestidas de uma aura ritualística (ou religiosa) que atravessava as práticas do matrimônio, das redes de parentesco e solidariedade, das atividades de trabalho, das decisões políticas, criando uma inter-relação capaz de integrar as ações humanas ao corpo moral, político e econômico do chefe de família.

É em vista de tais aspectos que pretendemos explicar as condições de sobrevivência das famílias beneficiadas pelo PBF, buscando perceber no quadro de suas trajetórias de vida como tais aspectos se definem e jogam um papel decisivo no desenvolvimento das estratégias de sobrevivência mobilizadas em função da realização de seus projetos de futuro.

Ao analisar as trajetórias de vida das famílias beneficiadas, percebemos através de suas narrativas que a geração de seus pais reflete as características típicas dos modos de vida das famílias pobres brasileiras, reproduzindo alguns padrões sociais que, ainda hoje, revelam

a ligação com o processo de formação de nossa cultura.

Um primeiro aspecto (ou padrão social) a ser levado em consideração na análise das famílias beneficiadas diz respeito àquilo que Cândido (2010) chamou de caráter rústico²⁸ destes grupos, pois quando nos depararmos com as condições de vida em que viveram os beneficiárias no primeiro núcleo familiar (1NF), constatamos que suas estruturas cognitivas e sociais estão entrelaçadas a modos de vida de características tipicamente rurais, com reflexo na forma de organização patriarcal.

Basta dizer que, das vinte entrevistadas selecionadas (sendo dez da cidade de Manaus e dez da cidade de Boa Vista), 19 relatam que viveram com seus pais em condições de moradia rústica, de trabalho rural e sob o modelo de relação conjugal heterossexual, típica imagem das famílias pobres brasileiras que se mantiveram a preencher o espaço do imenso território brasileiro sob a tutela das famílias ricas proprietárias de terras, vivendo, segundo Samara (1993, p. 13), sob a influência destas últimas – “por razões econômicas, políticas ou laços de compadrio” – enquanto camada periférica, formada pelos pequenos sitiantes, lavradores, roceiros, trabalhadores livres e migrantes²⁹.

Ou seja, o desenvolvimentismo iniciado com a “lavoura latifundiária e a monocultura” (HOLANDA, 2011, p. 279) dos portugueses no Brasil – através da introdução de suas técnicas agrícolas e, conservadas desde a época colonial – “tem sido apontado, juntamente com a propriedade da terra, como a causa principal do baixo nível econômico da maioria da população” (QUEIROZ, 1978, p. 8). Assim, o perfil das condições de vida e trabalho das famílias pobres brasileiras sempre esteve associado à característica tipicamente agrária, iniciada no período colonial e ainda hoje carregada de traços rústicos.

Tal arranjo é perceptível principalmente quando analisamos as narrativas de vida das beneficiárias, a começar pela descrição de suas condições de vida, quando ainda moravam com seus pais, ou melhor, quando conviviam no 1NF. A começar pela origem social destes grupos de famílias, é possível perceber, por meio de suas narrativas, que o lugar de nascimento e pertencimento sociais está definido – com exceção apenas para o caso da beneficiária do Mato Grosso do Sul – majoritariamente pela região Norte/Nordeste, havendo

²⁸ Partimos do entendimento de Cândido (2010, p. 25), de que o rústico exprime aqui “um tipo social e cultural, indicando o que é, no Brasil, o universo das culturas tradicionais do homem do campo; as que resultaram do ajustamento do colonizador português ao Novo Mundo, seja por transferência ou modificação dos traços da cultura original, seja em virtude do contato com o aborígene”.

²⁹ A partir deste momento, as informações serão descritas tomando por base os dados da planilha de análise e categorização das entrevistas realizadas com as beneficiárias da região Amazônica, disponibilizada em anexo neste trabalho.

as vinte beneficiárias nascido no espaço setentrional de nosso país, cujo desenvolvimento histórico sempre revelou clara desigualdade social, política e econômica.

Complementa esta realidade a constatação histórica de que “o Nordeste representou o primeiro centro de colonização e urbanização da nova terra” (FAUSTO, 2014, p. 38), sendo explorado intensivamente por quase 400 anos em benefício da metrópole lusitana, desvelando as condições de vida e subjugação a que foram expostas milhões de famílias pobres nordestinas durante o processo de colonização.

É reveladora a imagem relatada pelas beneficiárias ao contarem suas histórias de vida, a começar pelo convívio com seus pais durante a fase de juventude, época em que dizem ter vivido num ambiente rural, afastado das grandes capitais, pois seus pais viviam no interior dos Estados brasileiros. Pelo menos 19 beneficiárias relatam as formas rústicas em que estavam inseridas e as dinâmicas de vida que as trouxeram até as cidades em que hoje residem, fatos semelhantes àqueles pelos quais passaram as camadas empobrecidas “de origens nômades” (Cândido, 2010, p. 45) do período colonial, e que viviam ora do trabalho rural em novas ou velhas terras ocupadas para a intensa produção da cana-de-açúcar e da pequena produção de gêneros alimentícios derivados, ora mediante o comportamento migratório em direção às cidades (ou vilas) ainda pouco desenvolvidas à época da colonização.

Complementarmente, como bem descreveu Queiroz (1978, p. 8), o exôdo rural, representado em nosso caso pela categoria de processos migratórios, pode ser visto como uma estratégia de sobrevivência tradicional e que ainda hoje se encontra articulada aos meios de sobrevivência das famílias pobres da América Latina, e não apenas do Brasil.

A descoberta de terras mais férteis e o cultivo de um produto novo constituíram atrações para os indivíduos que, abandonando os lugares que habitavam, partiram em demanda de outros. Os êxodos de população foram sempre frequentes. Nos novos e velhos territórios, as plantações continuadas, com suas técnicas muito rudimentares, exaurem os solos. Assim, logo que a nova zona é aberta, depois de uma primeira fase de enriquecimento geral há outra de estabilidade econômica e, em seguida, de decadência; novo êxodo, deixando atrás de si “terras cansadas”, em que permanecem apenas algumas famílias menos empreendedoras. Estas são verdadeiras “regiões mortas”, com uma população pobre e muito rarefeita, que conserva a recordação de melhores dias. (QUEIROZ, 1978, p. 8).

Como se pode observar, a mobilidade social sempre foi um fato necessário à sobrevivência das famílias pobres. Assim, é comum vê-las movimentarem-se como um “pêndulo de natureza inconstante”, que busca a cada “novo momento” melhores condições de vida.

No caso das entrevistadas, quando perguntamos sobre quem são seus pais, onde moravam e do que sobreviviam, as respostas apresentam um padrão de semelhança: das 20 beneficiárias, 15 responderam que viviam com seus pais no interior dos Estados brasileiros como Maranhão, Pará, Amazonas, Rondônia, Roraima, e que hoje vivem nas cidades de Boa Vista (RR) e/ou Manaus (AM) em decorrência do processo migratório que as levou a abandonar as condições de vida no interior dos Estados setentrionais, para, arriscando-se na empreitada de “alma bandeirante”, almejavam novas oportunidades de vida. As outras quatro entrevistadas nasceram na cidade de Manaus, mas seus pais e avós eram imigrantes. Em síntese, todas as famílias apresentam essa característica de se valer do processo migratório como estratégia de sobrevivência.

Entre as várias motivações responsáveis por impulsionar o processo migratório para a região Amazônica, vale destacar o ciclo da borracha como expoente de ocupação e exploração das riquezas naturais, responsável pela iniciação oficial e científica de “um novo ciclo social e econômico na Amazônia Continental” (BATISTA, 2007, p. 169), que se iniciara por volta de 1745 e estendeu-se pelos anos seguintes, até seu apogeu a partir da década de 1870, quando se intensificou o processo imigratório de exploração dessa região.

As primeiras levas de imigrantes a chegar foram de maranhenses e se localizaram inicialmente no Tocantins. A partir das grandes secas de 1870, começaram a vir também imigrantes do Nordeste oriental, principalmente do Ceará e menos do Rio Grande do Norte e demais Estados. Nessa altura os braços já estavam sendo disputados. A produção, à medida que se valorizava, foi crescendo graças ao trabalho dos novos seringueiros, *brabos* que se *amansavam* por força da ambição. Os nordestinos vinham deslocados por um fenômeno climático incontrolável e traziam fome física e sonhos de riqueza. (BATISTA, 2007, p. 171).

A característica migratória presente na vida das famílias pobres brasileiras segue sendo arrastada pelas “frestas de oportunidades” que se deslocam junto às mudanças de interesse político e econômico determinadas pelos acordos de grupos ricos nacionais e internacionais que pretendem, assim como no tempo colonial, ampliar desproporcionalmente a exploração dos recursos naturais através da utilização de mão de obra barata, justificada a partir dos ideais capitalistas de desenvolvimento, ordem e progresso.

O processo de ocupação da região Amazônica vai sendo tecido gradativamente quando, por volta da década de 1950, a região Norte do país tem sua entrada efetiva no contexto político-nacional estabelecido a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), calcado na política de energia e transporte e no desenvolvimento dos “Cinquenta Anos em Cinco”. Foi nesse contexto, portanto,

que ações efetivas afetaram a região, através da implantação das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre, duas grandes pinças contornando a fimbria da floresta. A partir daí, acentuou-se a migração que já se efetuava em direção à Amazônia, crescendo a população regional de 1 para 5 milhões entre 1950 e 1960, e de modo acelerado a partir de então. (BECKER, 2007, p. 25).

O planejamento regional efetivo da região Norte iniciou-se, segundo Becker (2007, p. 26), entre 1966 e 1985, quando o Estado brasileiro passou a produzir um espaço político para o exercício do controle social e houve a criação de novas unidades federativas (a partir de 1988), quando passou a existir o Estado de Roraima³⁰.

Vê-se, portanto, que um dos motivos relacionados à dinâmica migratória das famílias pobres concerne ao jogo de interesses políticos e econômicos nacionais e internacionais de exploração dos recursos naturais iniciados desde os primeiros tempos da colonização. Trata-se do tão desejado “sonho de riqueza” (BATISTA, 2007, p. 171) humano, que para o caso da América Latina havia de ser despertado, segundo Tocantins (1979, p. 87), “depois dos descobrimentos de Colombo, quando a Europa ouviu, admirada, a narração das aventuras na terra e nos mares do Novo Mundo”. Propagou-se então “a história de uma nuvem de ouro, caindo como benesses nas mãos de quem se dispunha a procurá-la. E o conto maravilhado do príncipe recoberto de metal precioso, o Eldorado – país do ouro – converteu-se no fim declarado e tácito de todas as expedições” saídas do continente europeu.

Tais questões sempre permearam o imaginário das famílias ricas e pobres que foram se constituindo no interior do continente sul-americano. O movimento das bandeiras é outro exemplo vivo, capaz de mostrar que

o sertão, ao contrário, conhece a pobreza dos que demandam o Brasil com os olhos na fortuna, e se contenta em pedir-lhes a robustez e a audácia que lhes sobram; e, sabendo-os impacientes, acena-lhes com a miragem da riqueza fácil e imediata, ao alcance das mãos ávidas, nas florestas abundantes de índios predestinados ao cativoiro, nas minas resplandecentes de gemas e metais de prol, no viso luminoso das serranias que as fábulas sobredouram. (MACHADO, 1965, p. 232).

Quando passamos a analisar as histórias de vida das beneficiárias, percebemos que uma das estratégias de sobrevivência destas famílias será marcada pela presença intensa do processo migratório, movido, em grande medida, pelas necessidades econômicas e pelos sonhos por melhores condições de vida, vislumbrando assim a possibilidade de realização de

³⁰ No caso de Roraima, o processo migratório tem seu começo acentuado a partir da expedição mineradora iniciada, segundo Vieira (2014, p. 128), pelo “experiente garimpeiro Severino Pereira da Silva que, vindo da Paraíba, vivia na região do Cotigo há mais de trinta anos. Segundo Dom Alcuino, teria sido ele o responsável por dar início ao processo de mineração de ouro e diamante nessa região, como também o de fazer propaganda sobre o potencial de mineração, incentivando, dessa forma, uma forte migração para o local, dando início a mais uma frente de expansão econômica e aumentando sensivelmente os problemas das relações interétnicas da região”.

um projeto de futuro que possa alçá-los a patamares sociais ainda não conquistados, ascensão que pode vir a se tornar concreta, a depender da mobilidade de estratégias que sejam capazes de estabelecer a cada nova situação vivida.

Ao analisarmos as trajetórias das beneficiárias, observamos que das vinte apenas cinco não vivenciaram o processo migratório como estratégia de sobrevivência, uma vez que seus pais ou avós foram, em lugar deles, os migrantes que se puseram ao encontro da zona urbana de Manaus, enquanto as demais (as outros 16 beneficiárias) relatam a manifestação da prática da migração como padrão social e estratégico de sobrevivência dessas famílias. Prova disso é o fato de suas narrativas revelarem as características de migrantes, como no caso da beneficiária M1am (mulher, 60 anos, 2016), que veio de Porto Velho para Manaus com os pais em busca de melhores condições de vida. A beneficiária D1am (mulher, 30 anos, 2016) veio do Pará para Manaus com os pais também em busca de melhores condições de vida. A beneficiária F1rr (mulher, 52 anos, 2016) relata haver migrado do município de Santa Luzia, no interior do Maranhão, na beira do Rio Pindaré, em direção a Boa Vista em busca de melhores condições de vida; revelou ter apenas um tio nesta cidade³¹.

Assim seguem as 16 narrativas, demonstrando que o processo migratório tem se revelado uma das estratégias de sobrevivência típicas dessas famílias. Isso significa reconhecer em nosso passado, assim como no presente, que

[as] técnicas agrícolas tradicionalmente conservadas desde a época colonial têm sido apontadas, juntamente com a propriedade da terra, como a causa principal do baixo nível econômico da maioria da população. O hábito de queimar o mato antes do plantio, o sistema de pousio, isto é, de interrupção de culturas para que a terra readquirira o seu vigor, torna indispensável a utilização de grandes áreas. Reciprocamente, verifica-se que uma grande área, graças à sua produção relativamente exígua, só pode sustentar pequeno número de pessoas, expulsando o excedente. Os expulsos, ou entram mais adiante no território ainda não cultivado, abrindo zonas pioneiras, ou aumentam as aglomerações urbanas. (QUEIROZ, 1978, p. 8).

Guardadas as devidas diferenças entre os sistemas rurais do passado e do presente, é ainda muito comum – em regiões como Norte e Nordeste – observarmos estes tipos de prática de queima dos canaviais e/ou de imensos espaços florestais explorados para atendimento à demanda do mercado e sob o domínio de um grupo reduzido de proprietários, causando um aumento ainda persistente do processo migratório em direção aos centros urbanos em desenvolvimento. Assim,

³¹ Nesta pesquisa o processo migratório das beneficiárias pode ser compreendido de duas maneiras: pode ocorrer entre Estados de mesma região ou de regiões distintas, ou entre municípios de um mesmo Estado. Neste último caso, é comum o fluxo migratório do interior em direção à capital.

[a] migração rural para as cidades é, pois, um fato tradicional na América Latina, e não um fato recente; teve também sempre a mesma consequência, isto é, a formação de bairros pobres – favelas, mocambos, “barriadas”, “vencidades” – em que vão habitar os recém-chegados e que ali vivem de algum trabalho que conseguem arranjar. (QUEIROZ, 1978, p. 8-9).

Disso resulta que o aspecto da migração rural é um movimento ainda hoje muito presente nas famílias pobres, como as das beneficiárias do PBF, pois, até onde foi possível constatar, coube a elas ou a seus pais a tarefa de se deslocar em direção às cidades de Boa Vista (RR) e/ou Manaus (AM) em busca de melhores condições de vida, movimento de assimilação que se estabeleceu pelo preenchimento das zonas periféricas destas cidades.

O processo de assimilação destas famílias ao meio urbano ocorrerá, como poderemos notar em suas narrativas, mediante a fusão entre as determinantes impostas pelo meio urbano e as disposições de adequação e afirmação de seus costumes tradicionais. Um processo de sociabilidade híbrido, condicionado pela reciprocidade do confronto entre os costumes modernos e tradicionais típicos de cada região, e que em nosso caso está definido pela cultura amazônica.

Ao nos aproximarmos das histórias de vida das beneficiárias, percebemos que suas condições materiais e simbólicas de vida estão ligadas – em sua maioria – ao processo de socialização ocorrido pela formação de suas individualidades no 1NF, cujas características eram predominantemente rurais e estruturavam-se sob a forma tradicional de organização familiar, estabelecendo o lugar dos papéis assumidos por seus membros dentro do circuito de produção e reprodução de seus meios de vida.

Naquilo que diz respeito ao 1NF, constatamos que a maioria de seus pais nasceu no Norte ou Nordeste e viviam no interior. Suas habitações revelam a ligação com o passado: das vinte entrevistadas aqui citadas, 19 relatam que moravam em casas rústicas, feitas de madeira e/ou barro.

Quando perguntamos às beneficiárias sobre as condições de moradia em que viviam, é comum ouvi-las dizer: “Ah, era bem precário. [...] Nós morávamos numa casa de palha, de barro” (E3rr, mulher, 35 anos), enquanto outras afirmam: “Era uma casa de madeira com uns canelões assim, dentro do igarapé” (C1am, mulher, 32 anos), ou que a casa “era muito humilde, era de palha, assoalho de paxiúba, aí eles tiram, bate e faz o assoalho. [...] O telhado era de palha, a nossa casa assim nunca foi uma casa terminada; meu pai sempre fazia, cobria a casa e cercava uma banda, aí cercava um quarto, aí sempre o resto ficava” (M6am, mulher, 61 anos).

Esses relatos nos fornecem uma imagem das condições de habitação em que viviam as beneficiárias, um retrato dos costumes tradicionais e das diferenças e desigualdades que marcaram as relações entre ricos e pobres desde os tempos coloniais, já que aos grandes proprietários cabiam as casas de pedra e barro (mais arrojadas), enquanto “[o] tipo comum era a casa de palha, ou coberta de capim ou erva, como se faziam as cabanas, os mocambos. Uma disparidade, e, daí, as *cabanas* contra os *proprietários*; os palmares, as paliçadas ou caiçaras, que são as verdadeiras lutas entre ricos e pobres, entre os que exploram e os que são explorados” (ARAÚJO, 2003, p. 300).

Estas memórias, através de seus relatos, nos permitem perceber as formas de organização social em que se encontravam as famílias à época do colonato, e que ainda hoje – consideradas as diferenças de inserção das beneficiárias em meio urbano – exprimem com realismo os aspectos rústicos da cultura popular que se produz e reproduz pelos processos de mobilidade reconfiguradora de suas estratégias de sobrevivência, transferindo a marca do cenário rural antigo para o meio urbano moderno. Pois “[os] que conhecem bem o tema, sabem que na Amazônia as cidades, tirando a zona central, podem ser chamadas de mocambos ou de barracas. Quem olhar as fotografias aéreas dos aspectos das cidades, vê logo a veracidade da assertiva que fazemos” (ARAÚJO, 2003, p. 303).

No entanto, somente quando efetuamos a análise das narrativas é que percebemos a complexidade que guardam as formas tradicionais da cultura popular no interior do ambiente doméstico, pois suas aparências habitacionais apresentam-se revestidas de um conteúdo vivo, estruturado sob a forma de organização tradicional típica da cultura brasileira.

No caso das beneficiárias, além de seus pais serem migrantes do eixo setentrional do Brasil e carregarem com eles a cultura dos modos de habitação rústicos, a estrutura de organização familiar está calcada no modelo tradicional de família, em que seus pais se apresentam na maioria como analfabetos, como relataram 19 beneficiárias ao afirmarem que seus pais não concluíram os estudos básicos e que viviam de trabalho predominantemente rural, aquele típico das famílias pobres brasileiras (a agricultura, também chamado trabalho da roça)³².

Ou seja, no que se refere à escolaridade de seus pais, do universo de beneficiárias em questão, 19 relatam que eles eram analfabetos, refletindo uma imagem típica do processo de

³² O único caso apresentado como exceção à regra é o da beneficiária P1am (mulher, 21 anos, 2016), cuja mãe era professora nascida em Manaus, mas filha de um migrante inglês (avô da beneficiária), chamado, segundo ela, de William Bark, da região de Barbatus, na Inglaterra. Vale destacar, ainda, que as informações relacionadas ao avô desta beneficiária estão escritas conforme o áudio, apesar de não havermos encontrado nada sobre sua origem ou a forma exata de pronúncia de seu nome.

formação das famílias pobres de nosso país, que vivendo no entorno rural e de dependência das famílias patriarcais foram duramente excluídas de uma “instrução civil básica”, já que, ao tempo do colonato,

[...] o meio não pode ser propício às coisas do espírito. Fundada a povoação, todas as preocupações se voltam para a consolidação da conquista. Depois, a tarefa que se impõem é dilatar e aproveitar a zona ocupada. Abre-se então o ciclo das entradas para a expulsão e descimento do gentio. Numa sociedade assim absorvida por interesses imediatos, o tempo não sobra para mais nada. (MACHADO, 1965, p. 99).

Essa imagem revela que desde o tempo da colonização a educação não foi uma prioridade, ou, como diria Machado (1965, p. 99), o pouco que se fez com relação a esse assunto só veio inscrever suas primeiras impressões em nossa sociedade através da fundação das escolas menores em 1772, cuja “influência se vai enfraquecendo à medida que se agrava a pendência dos republicanos de São Paulo com os padres da Companhia”, fazendo retroceder as primeiras iniciativas, que só voltariam a ter certa importância com a chegada da família real portuguesa ao Brasil a partir de 1808. Mesmo assim, era a educação, a esse tempo, uma finalidade que servia aos interesses de formação de um grupo privilegiado; as condições eram em verdade muito rudes para que pudéssemos falar em instrução civil de direito.

[...] o compromisso de bem verdadeiramente olhar pelas pessoas dos órfãos, doutrinando-os, ou ensinando-lhes as orações, criando-os em temor e amor a Deus, apartando-os do mal e chegando-os para o bem, ensinando os machos a ler, escrever e contar, e as fêmeas a coser e lavar e fazer renda e todos os mais misteres que as mulheres por suas mãos usam, e a todos os bons costumes. (MACHADO, 1965, p. 100).

Essas instruções só eram oferecidas às camadas mais pobres da sociedade quando existia algum vínculo de parentesco que obrigava o responsável a conduzir a orientação daqueles que estavam sob a guarda de sua tutela; afora isso, os costumes locais formados por laços de parentesco, dependência e amizade pautavam a vida do trabalhador rural, do sitiante, roceiro, do tropeiro etc.

Vê-se, portanto, que o contexto teceu a personalidade do pobre pelas agruras da vida. Sem uma instrução adequada e vivendo de um trabalho rural sob a dependência da prestação de favores aos donos de terras, moldou-se o homem do campo, pequeno roceiro-agricultor que, envolvido nas malhas de uma sociedade patriarcal, constituiu família e se fez constituir por ela, como um violeiro que sob os arranjos das primeiras notas tece a cantiga pela improvisação de rimas e acordes que reluz da vida em forma de canção.

Nota-se, portanto, que assim como as famílias pobres do período colonial careciam de uma formação básica elementar, vivendo, pois, do trabalho e dos cultivos do campo, os

pais das beneficiárias ainda representam, em certa medida, as condições de vida passadas, já que, além de não possuírem um grau de instrução formal básico, também sobreviviam do tipo de trabalho rural e/ou doméstico que lhes foi passado por tradição e costume.

Do grupo de entrevistas consideradas nesta tese, 12 relataram que seus pais não haviam migrado para o meio urbano, mas viviam do trabalho rural, ou seja, da roça, através da plantação e da criação de animais, da caça e/ou da pesca, com ênfase nas atividades do lar (esta última representada fundamentalmente pelas filhas e pela mãe). Já as outras 7 relataram ter vivido em meio rural, mas os pais haviam migrado para o meio urbano juntamente com elas (as beneficiárias); apenas a mãe da P2am (que segundo seu relato era professora em Manaus) não possuía um passado de convívio com o meio rural. Das mães das beneficiárias que partiram para o meio urbano, uma tornou-se zeladora, outra cozinheira, a outra marceneira, as outras quatro tornaram-se domésticas/diaristas no meio urbano.

Em síntese, podemos constatar que em 95% dos casos a relação trabalho rural/doméstico nos hábitos do 1NF foi prevalecte, pois a única mãe que não possuía um histórico de trabalho no meio rural foi a da beneficiária P2am (mulher, 38 anos, 2016); todas as outras relatam o passado dos pais (e em especial da mãe) como trabalhadores (as) do campo/domésticas/donas de casa³³.

Nesse sentido, será muito comum ouvi-las dizer: “Meus pais eram agricultores, trabalhavam na roça, a gente criava galinha, criava porco, meu pai era pescador, matava muito pirarucu, tambaqui, peixe escolhido; a minha mãe plantava muita batata, cará, batata-doce, macaxeira, banana” (M6am, mulher, 61 anos, 2016). Outra dirá: “Meus pais viviam da roça deles mesmos, pescavam e tudo, era assim que eles viviam lá” (M3am, mulher, 34 anos, 2016); ou ainda: “Nós vivíamos da agricultura mesmo, da roça, porque lá não tinha outra coisa a não ser a agricultura” (G1rr, mulher, 48 anos, 2016).

Portanto, o meio rural foi predominantemente o ambiente típico do 1NF da maioria das beneficiárias; estas se encontravam inseridas num grupo doméstico cujo perfil se definia pelo das famílias de pequenos agricultores de vida rústica. Não eram, com certeza, mais aqueles do tempo do Brasil colonial, uma vez que não mais viviam sob as condições de dependência direta de uma família patriarcal, o que não os impediu de reproduzir as características de rusticidade de seus antecessores, tão presentes em suas formas de habitação,

³³ Cabe chamar a atenção para o fato de que a figura do pai das beneficiárias não se apresenta em todos os casos de modo frequente, senão através de uma imagem de presença/ausência que é constante. Queremos dizer com isso que seu papel nas narrativas vem carregado de posição definida; se ainda vive no meio rural ou urbano, sua imagem é a do homem que sempre está presente e ao mesmo tempo ausente, sempre saindo cedo para trabalhar e sustentar a família por meio de atividades externas ao núcleo doméstico.

nos bens que possuíam e na estrutura de organização das posições que ocupavam dentro do núcleo doméstico.

Ao analisar as trajetórias de vida das beneficiárias, percebemos que os costumes de uma vida rústica são inerentes à forma como estruturam suas relações domésticas; a distribuição dos papéis que desempenham, as escolhas conjugais, as redes de solidariedade que constroem, o vínculo relacionado aos princípios de religiosidade e a forma como lidam com as questões políticas ainda apresentam, como veremos, as características de uma vida tradicional, mas cujo contexto não é mais aquele a que estavam submetidos os membros das famílias agregadas do período colonial e imperial no Brasil. Diferentemente do passado, agora o acento recai sobre o contexto urbano, e não mais predominantemente rural, o que já é perceptível pelo movimento migratório iniciado por uma parte de seus pais, que tiveram de deixar para trás as atividades da agricultura, para, num ambiente urbano, prestar serviços correspondentes às habilidades que possuíam.

Este movimento de entrelaçamento ao meio urbano completa seu ciclo através da assimilação completa das filhas (beneficiárias) à periferia das capitais, uma vez que nenhuma das entrevistadas resistiu à necessidade do êxodo; ao contrário, 19 deixaram para trás – seja pela condição de escolha pessoal, seja por decisão migratória dos pais – o ambiente rural, adequando-se às condições de uma realidade (urbana) distinta daquela em que viveram parte de sua juventude.

Todavia, para que possamos compreender o processo de encaixe das gerações das beneficiárias ao meio urbano, será necessário identificar primeiramente as estruturas de organização da família em que estavam inseridas no 1NF, deixando para um segundo momento a análise sobre a opção de vida em uma *relação conjugal*, fora do núcleo de origem, e através da formação do 2NF. Para isso, valemo-nos do seguinte quadro:

Quadro 1 – Das disposições dos papéis das beneficiárias na estrutura de organização da família

BENEFICIÁRIAS	DISPOSIÇÃO DOS PAPÉIS DAS BENEFICIÁRIAS NA ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO DA FAMÍLIA NO PRIMEIRO NÚCLO FAMILIAR (INF)
	ATRIBUIÇÕES RELACIONADAS AO TRABALHO DURANTE A JUVENTUDE
1. M1am (mulher, 60 anos)	I) Tomava conta da casa enquanto os pais saíam pra trabalhar, e cuidava dos mais novos. II) Ajudava a mãe na limpeza da prefeitura e, à noite, na limpeza do colégio.
2. P1am (mulher, 21 anos)	I) Estudou durante a juventude, trabalhando depois de certa idade.
3. P2am (mulher, 38 anos)	I) Não fazia nada porque tinha quem fizesse tudo; apenas estudava.
4. C1am (mulher, 32 anos)	I) Ajudava a mãe nos afazeres da casa, aprendendo desde cedo a seguinte lição da mãe: “A gente pode ser pobre; feio num é ser pobre, feio é você ser sujo, seboso, então vamos escovar”. II) Em determinada época, teve de sair à rua para pedir comida.
5. M3am (mulher, 34 anos)	I) Desde nova ajudava nos afazeres domésticos, criando rotinas de organização entre os irmãos. Os mais velhos ensinavam aos mais novos.
6. C2am (mulher, 23 anos)	I) Nunca trabalhou, parando de estudar na 7ª série e casando aos 13 anos de idade.
7. D1am (mulher, 30 anos)	I) Em casa cuidava das irmãs mais novas. II) Trabalhou de babá, cuidando do filho de uma peruana.
8. M4am (mulher, 39 anos)	I) Trabalhava na roça enquanto a mãe, doente, cuidava dos afazeres domésticos. II) Já trabalhou na casa dos outros por um prato de comida.
9. M6am (mulher, 61 anos)	I) Era a mais velha e trabalhava em casa cuidando dos irmãos e preparando a comida, além de participar do plantio na roça. II) Trabalhava em casa de família desde os oito anos de idade (relata que não pode mais trabalhar por ter um problema renal decorrente de coluna, ocasionado pelo trabalho de empregada doméstica).
10. E3am (mulher, 62 anos)	I) Era a mais velha e ajudava a mãe nos afazeres domésticos. Revela que “ia pro igarapé, levava aquele bacião de roupa assim, lacrava; eu só podia levar roupa enxuta e só podia voltar quando tivesse enxuta. Eu sempre fui danada...”. II) Vendia nas ruas as pequenas produções domésticas: ovo, colorau. III) Cuidou do pai doente enquanto era criança. IV) Criou os irmãos mais novos.

11. M1rr (mulher, 64 anos)	I) Trabalhava na roça com o padrinho, fazia farinha etc. II) Trabalhava quebrando coco no cocal. III) Lavava roupa. IV) Pescava no rio.
12. E3rr (mulher, 35 anos)	I) Trabalhava com o pai juntando coco e castanha-do-pará pra vender. II) Afirma: “Com sete anos já era dona de casa”. III) “Caminhava como daqui pro Goiana, pra lavar roupa”. IV) A pedido da mãe, vendia bolo com café na estação de trem.
13. A3rr (mulher, 48 anos)	I) Às vezes trabalhava na roça; quase sempre cuidava das irmãs e das tarefas domésticas. II) Morou com a irmã, cuidava dos afazeres domésticos. III) Morou e trabalhou na casa de uma família de japoneses durante sete anos, sem carteira assinada (nessa época, também morava com a irmã; tinha então 15 anos).
14. F1rr (mulher, 52 anos)	I) Trabalhava na roça ajudando os pais. Cuidava da casa e dos irmãos mais novos.
15. G1rr (mulher, 48 anos)	I) A partir dos cinco anos de idade tinha muita responsabilidade. As meninas ficavam ajudando a mãe em casa, os homens iam para a roça. Quando a mãe saía, tinha de cuidar da casa e dos irmãos mais novos. Quando a mãe saía, a Vó se responsabilizava, cobrando a dedicação com a educação. Também participava da venda dos resultados da roça e da criação de animais.
16. R1rr (mulher, 47 anos)	I) Sua função era cuidar da casa, lavar roupa e fazer comida enquanto o pai ia com os filhos homens para a roça. Diz: “Com dez, cinco, seis, sete anos eu já tava pra beira do rio, lavando roupa, no igarapé”.
17. E1rr (mulher, 62 anos)	I) Os seis irmãos homens iam para a roça, e ela e a irmã “carregavam água de poço, pisando arroz em pilão, caçando lenha para fazer fogo. Passava o dia na lida”.
18. Z1rr (mulher, 48 anos)	I) “Nós éramos dez irmãos; eu era a mais velha, ajudava em tudo, arrumava a casa para minha mãe. Desde cedo sempre tive que cuidar da casa”.
19. H1rr (mulher, 35 anos)	I) Ajudava a mãe em casa quando moravam no interior do Pará e na capital Boa Vista. Cada uma das filhas mulheres era responsável por um tipo de atividade durante a semana: “Uma semana uma lavava prato, a outra cozinhava e a outra lavava roupa. Minha mãe dividia as tarefas”.
20. J1rr (mulher, 30 anos)	I) Estudava com os irmãos, depois cuidava dos afazeres domésticos, esperando a chegada da mãe, que trabalhava de cozinheira.
Nº de beneficiárias	20
TOTAL EM %	100%

Fonte: Elaboração própria com base em recortes da planilha de categorização e análise das entrevistas, realizadas através da pesquisa de campo³⁴.

³⁴ Aproveitamos para destacar que as cores em amarelo indicam a experiência de vida da beneficiária no tempo passado, seja no primeiro núcleo familiar (1NF) ou no segundo núcleo familiar (2NF), enquanto a cor vermelha indica a vida no tempo “presente” (o hoje), e busca representar a condição atual de vida dos entrevistados no momento da entrevista. A cor roxa representa um destaque seguido de comentário no interior do texto. No geral, pretendemos com esta planilha mostrar em linha de tempo histórico as manifestações em que se apresentam as atribuições e os papéis desempenhados pelas beneficiárias ao longo de suas vidas.

Este quadro é uma imagem representativa das estruturas de organização e atribuições dos papéis desempenhados pelas beneficiárias no curso de suas trajetórias de vida; trata-se de um conjunto de informações que sintetiza os tipos de relação que foram – e ainda hoje são – estabelecidas no interior do núcleo doméstico em que puderam estabelecer relações diretas de parentesco e solidariedade.

Se observarmos atentamente o quadro, perceberemos que as narrativas revelam, em seu conjunto, uma estrutura familiar organizada sob o modelo tradicional de funcionamento dos papéis atribuídos a cada um dos gêneros no interior do grupo doméstico.

A começar pela análise da primeira coluna, referente aos papéis atribuídos às filhas (beneficiárias) no INF, nota-se a presença de uma forma de organização mais tradicional e menos moderna, cujos papéis eram definidos pela relação direta que mantinham com as formas tradicionais da divisão sexual do trabalho no Brasil.

Com exceção das beneficiárias P1am, P2am e C2am, destacados pela cor roxa, todas as demais exerceram, ao longo da juventude, funções sociais relacionadas ao trabalho da roça e ao trabalho doméstico. Uma ou outra função ainda lhes era atribuída conforme a divisão sexual comumente adotada em nosso país desde o período colonial³⁵.

No que se refere à figura paterna das beneficiárias, nota-se nas narrativas o cumprimento dos *mores locais* típicos das famílias de comunidades rurais. Segundo Pierson (1966, p. 261-278), nestes grupos o pai se apresenta como “aquele que dirige, e cujas vontades são respeitadas”; cabe-lhe sustentar os filhos e a mulher, dando-lhes um direcionamento material e moral; já “[a] esposa deve cuidar da casa, dos filhos e do marido, a quem deve ajudar na roça quando necessário, proporcionar-lhes satisfação sexual, e procurar de outros modos de contribuir para seu conforto e comodidade”.

Assim como em épocas passadas, a estrutura do INF das beneficiárias ainda apresenta a forma típica de organização familiar definida pela hierarquização das relações entre homens e mulheres; as filhas (beneficiárias) ocupam – como se pode notar na coluna da direita que revela a síntese das narrativas – funções de trabalho entre a roça e o lar, ficando a cargo das mulheres a prioridade do lar. São raros os casos em que os filhos homens são citados para a finalidade de atribuições domésticas, geralmente ficando sob a responsabilidade

³⁵ Um debate histórico-sociológico mais extenso sobre a divisão sexual do trabalho pode ser encontrado em Saffioti, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015; Saffioti, Heleieth. *A mulher na sociedade de classe*. São Paulo: Expressão Popular, 2013; HIRATA, H.; KERGOAT, D. *Les paradigmes sociologiques à l'épreuve des catégories de sexe: quel renouvellement de l'épistémologie du travail?* In: DURAND J. P.; LINHART, D. *Les Ressorts de la mobilisation au travail*. Paris: Octarès, 2005; KERGOAT, D. *La Division du travail entre les sexes*. In: KERGOAT, J. et al. (dir.). *Le monde du travail*. Paris: La Découverte, 1998; PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

das beneficiárias (na fase da juventude) o cuidado com os irmãos mais novos, o preparo da comida, a lavagem das roupas, ou até mesmo o auxílio na roça ou em qualquer outro tipo de serviço em que lhes cabe reproduzir o papel de filhas-mães.

Percebe-se, portanto, que o ambiente doméstico em que estavam inseridas as beneficiárias era aquele dos costumes de famílias rústicas, em que as relações entre homens e mulheres se espelhavam na tradição das sociedades patriarcais brasileiras, pois, assim como se encontravam subjugadas as mulheres ricas ao tempo do colonato, não havia de ser diferente para aquelas que constituíam laços de matrimônio em torno das camadas periféricas, uma vez que a matriz da estrutura familiar brasileira é a da família grande, cujos laços de parentesco, amizade e compadrio (posteriormente chamado compadresco) reforçavam o modelo de estrutura familiar a ser reproduzido, aquele no qual “[a] muié tem que obedecê o marido, se ele manda de fazê uma coisa, ela deve de fazê”. Além de tudo, se a mulher deseja ter prestígio no grupo a que pertence, deve ser ‘boa dona de casa’, ‘boa mãe’ e ‘bastante trabalhadora’” (PIERSON, 1966, p. 272).

Não apenas as mães das beneficiárias deviam ser boas donas de casa e “trabalhadeiras”, mas sobretudo as filhas mulheres, representadas aqui pelas beneficiárias, pois desde a juventude já estavam sendo preparadas para reproduzir, por meio dos costumes familiares, o papel que deveriam assumir enquanto donas de casa, reflexo que se mostra presente ao longo de suas trajetórias de vida.

Assim como as mulheres brancas e ricas da época escravocrata, as mulheres de camadas pobres deviam apresentar “os requisitos fundamentais para submeter-se, sem contestação”, ao poder do marido ou patriarca. Assim,

era normal que aos 15 anos a mulher já estivesse casada e com um filho, havendo muitas que se tornavam mãe aos 13 anos. Educadas em ambiente rigorosamente patriarcal, essas meninas-mães escapavam ao domínio do pai para, com o casamento, caírem na esfera de domínio do marido. (SAFIOTTI, 2013, p. 241).

Esta autoridade paterna também pode ser demonstrada a partir de exemplos contemporâneos como o da beneficiária M4am, que ao relatar as atitudes de seu ex-marido para com uma de suas filhas, afirma:

[a] minha mais velha, que ficou na guarda dele com 13 anos, arrumou marido, hoje em dia ela tá com 16 ou 18 anos, já me deu uma netinha, graças a Deus. Eu ainda rodei pelo conselho tutelá, porque assim, ele deu ela muito nova pra casar, mas eu fiz o marido dela ir no conselho tutelá, eu fiz ele assinar um termo de responsabilidade, porque ela era uma criança, uma adolescente. Aí eu peguei outra também, a minha segunda filha, que tava com ele. Hoje em dia ela já tá com 13

anos, então hoje em dia, graças a Deus, tá tudo chegando perto de mim. (Mulher, 39 anos, 2016).

Como se pode notar, a reprodução de certos hábitos patriarcais se faz presente em diversos espaços e tipos de práticas, independentemente da classe, do estrato ou segmento. As ações humanas são capazes de revelar por suas *performances* a natureza histórica de seus padrões de comportamento dentro de determinada sociedade.

Mais que isso, dirá Safiotti (2013, p. 242-243), ao tempo da ordem escravocrata estavam as mulheres destinadas a conservar uma postura de subjugação ao homem e de responsabilidade para com os filhos: a de mulher obediente que não saía às ruas, “só deixando a casa para irem praticamente à igreja, o que nunca faziam desacompanhadas”. Ademais, nessa época – em vista das diferenças de graus de liberdade concedidos a homens e mulheres –, “o casamento representava praticamente a única carreira aberta às mulheres”, já que os limites de escolha eram restringidos pela dominação masculina. O tipo de relação conjugal era definido por uma característica de prática binária, na qual as atribuições do papel do homem e da mulher separaram-se em campos distintos ao longo do processo histórico.

Complementarmente, dirá Bourdieu (2002, p. 17-18):

[o] mundo constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Este programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao *próprio corpo*, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social.

Em nosso caso, percebe-se que o modelo familiar em que se acha inserida a maioria das beneficiárias durante a juventude não é mais aquele da ordem social escravocrata; no entanto, os traços de organização da família no INF ainda revelam uma forte ligação com o passado, indicando o lugar dos papéis que deve assumir cada uma das meninas-mães dentro do grupo doméstico. Sobre este aspecto, declaram as próprias beneficiárias:

[...] na minha época, sabe o que é que eu tinha que fazer? Juntar coco, ir para o mato com meu pai juntar castanha, aquela castanha-do-pará pra vender. Tinha de ajudar meu pai, tinha de ajudar minha mãe; com sete anos de idade já era uma dona de casa. Nós morávamos em uma casa de palha, de barro, e não tinha água; tinha de ir na casa do vizinho buscar, tinha de lavar roupa lá, eu tinha de caminhar como daqui até lá no Goiano [supermercado de Boa Vista] pra lavar roupa, entendeu? Era muito difícil, muito difícil. Nossa vida foi sofrida, só mudou quando nós viemos aqui para Roraima. (E3rr, mulher, 35 anos, 2016).

[...] eu sempre fui a mais velha, né? Então eu me encarregava da turma, certo, botava pra encher a água, pra varrer quintal, que era grande, pra lavar louça, e

tomava de conta das crianças pequenas. Nós nos criamos assim. Foi muito bonita a minha vida no interior; eu só fico triste porque às vezes fico lembrando que eu não tive oportunidade de estudar. Com oito anos eu comecei a trabalhar em casa de família, lá mesmo, pra ajudar minha família, porque minha mãe era muito carente. Aí depois vim aqui pra Manaus. (M6am, mulher, 61 anos, 2016).

É comum ouvi-las fazer esse tipo de afirmação, revelando, nesses casos, que “[o] papel da filha mais velha é dos mais importantes nesse sentido. Cuida, geralmente, dos irmãos mais novos, agindo em relação a eles tal como se fosse a própria mãe” (PIERSON, 1966, p. 269). Não são raros os relatos como o da beneficiária E3rr, que ao tratar sobre responsabilidades domésticas, ouviu de sua mãe: “Ah, minha filha, você que tava na frente, aí você saiu, aí ficô por isso mesmo”, referindo-se à ausência da filha pelos problemas de rotina doméstica que sempre foram de sua responsabilidade até antes de casar e sair de casa.

Vê-se, pois, que são os filhos (e, neste caso, mais especificamente as filhas) um meio para o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência no interior do grupo doméstico e fora dele, já que servem ao trabalho doméstico e ao trabalho da roça, além de cumprir funções como a de pequenos vendedores ambulantes e de prestar serviços solidários pelas vizinhanças. São, em verdade, uma extensão dos “braços” dos pais, e quanto a isso, será preciso chamar atenção para o fato de que contribuem, como agentes participantes, no circuito dos processos de manutenção das redes de solidariedade e parentesco entre a família e a comunidade; aprendem, pois, a manter desde muito cedo uma ordem econômica e afetiva de codependência mútua entre seus pares³⁶.

Quando analisamos os dados relativos à participação das beneficiárias no 1NF, percebemos que a solidariedade se manifesta através de pelo menos três aspectos fundamentais: 1) a participação das filhas (beneficiárias) nas atividades de trabalho doméstico e, às vezes, da roça, substituindo seus pais na prestação de serviços e cuidados mútuos para com o restante da família; 2) por meio das relações de dependência entre parentes com vínculo de proximidade consanguíneo que às vezes habitam ou não a mesma casa, mas que fizeram parte do núcleo parental originário, como seus avós, tios etc.³⁷; e 3) através dos laços de ajuda mútua mantidos com famílias vizinhas próximas da comunidade onde moram e/ou desenvolvem suas atividades.

Eis, portanto, a solidariedade, outra categoria importante na complementaridade das dinâmicas de sobrevivência dessas famílias, e que será responsável pela constituição de laços

³⁶ Mais adiante desenvolveremos uma reflexão mais detalhada sobre as redes de solidariedade e parentesco.

³⁷ Na maioria dos casos, o familismo é a característica predominante dessas famílias. Os filhos, ou continuam morando com seus pais na fase adulta, ou se casam e mantêm laços de dependência econômica e afetiva mútua, morando afastados, mas mantendo certas relações, como se vivessem juntos.

de dependência e amizade mútuos que atravessam as relações entre os grupos domésticos, incorporando-se às formas de sociabilidades típicas do meio rural brasileiro, ou, como diria Durkheim (2002, p. 1-11), àquelas formas responsáveis pelas *maneiras de ser* e pelos *modos de agir* que definem o homem do campo.

Uma vez mais, temos na solidariedade uma característica (ou padrão) cuja matriz encontra-se no período de formação das famílias no Brasil. Sua compreensão depende do entendimento de que a princípio ela funcionava como instrumento de coadunação dos elementos que participavam do círculo da família grande, ou seja, quanto mais nos aproximamos dos tipos de famílias tradicionais, mais poderemos perceber sua relação com o tipo de *lugar social* em que estavam acomodadas³⁸.

Desse modo, quando nos referirmos à solidariedade nas famílias de características tendencialmente rústicas – como é o caso das famílias das beneficiárias –, devemos ter em conta, que a sua manifestação se apresenta como reflexo dos costumes atrelados ao tipo de família grande que marcou o processo de formação da sociedade brasileira.

Na época que compreende o período da escravidão no Brasil, a formação social estava definida – como já dissemos – pela característica de manutenção dos “laços de serviços mútuos e de amizade, cujo resultado foi o compadrio” (QUEIROZ, p. 158). A família grande era considerada uma sociedade de parentes, unidos pelos laços de solidariedade e sob a dependência da figura de um patriarca, cuja imagem estava sintetizada na representação do poder econômico, moral, político e religioso. Portanto,

[a] esse tempo, a família exerce o máximo de funções sociais, atinge o apogeu de sua evolução hipertrófica; “é um agrupamento político quase completo”. Ela concentrava também, em si, todas as funções sociais: centro de produção, baseada na propriedade latifundiária e no trabalho escravo, era, mais do que uma unidade econômica, uma unidade religiosa, com sua religião e seus deuses, e uma unidade política, com suas leis e sua justiça interior, acima da qual não haveria outra a que se pudesse apelar, em uma palavra: “um pequeno Estado”. (PINTO, 1980, p. 4).

Desse modo, as relações sociais estavam caracterizadas por relações de ajuda mútua, amizade e dependência. A família grande era o *locus* no qual deveriam transitar os membros de diferentes camadas e representava o lugar social onde se definiam as posições e os papéis de um comprometimento solidário mais amplo.

Como demonstra Pinto (1980, p. 7), pode não parecer, mas as lutas (ou conflitos) entre as famílias na sociedade escravocrata podem revelar muito deste aspecto de

³⁸ Sobre a categoria de lugar social, ver PAUGAM, Serge. *Le lien social* (2016).

solidariedade que se tornou parte integrante das maneiras de ser e dos modos de agir dos membros das famílias ricas e pobres de nosso país. Na sociedade escravocrata,

a posição de cada um na sociedade era determinada e garantida pelo grupo de parentes a que pertencesse, por via da solidariedade da família, que impondo a noção de responsabilidade coletiva fazia com que, na vingança privada, (1) todo o grupo sofresse as represálias por um delito praticado por um de seus membros (*solidariedade passiva*) e (2) todo grupo se unisse para vingar o delito cometido contra um de seus membros, delito considerado como praticado contra o grupo todo (*solidariedade ativa*).

Este caráter de “responsabilidade coletiva” demonstra os vínculos de solidariedade que deviam ser estabelecidos pela família quando alguém do grupo se encontrava em situação de necessidade ou risco social. Isso legitimava o grupo quanto à garantia da contraprestação de serviços mútuos, fortalecidos pelos laços de dependência e amizade.

Há, nos relatos de Franco (1997) sobre processos-crime, passagens sobre casos de violência por desentendimento no trabalho, ou até mesmo nos ambientes de comércio, cuja causa é muitas vezes silenciada, principalmente quando parece comprometer a imagem do proprietário de terras. Ela cita o exemplo dos autos sobre a morte do agregado Rodrigues pelo vendeiro Tertuliano; a razão do desentendimento se justifica, em última instância, pelo cumprimento do dever de Tertuliano de defender o Comendador (proprietário de terras) de quaisquer riscos de morte. Assim, o que se pode concluir é que nesse tipo de relação configura-se

a contraprestação de serviço: de uma parte, a consideração do submetido [o vendeiro Tertuliano] com os interesses do mais poderoso [o Comendador], indo até o assassinato; de outra, o cumprimento do dever de proteção pelo beneficiário [o Comendador]. Entrelaçada a esses compromissos, aparece a forma da dominação pessoal: ambos os personagens estão ligados por favores recíprocos, e isto faz de Tertuliano o instrumento de objetivos que lhe são estranhos. (FRANCO, 1997, p. 77).

Ao final deste processo, percebemos quão fortes são as ligações de contraprestação de serviços mantidas entre o fazendeiro e membros de famílias agregadas: sitiantes, vendeiro, tropeiros etc. Basta dizer que na conclusão do processo acima citado, encontram-se os argumentos finais sobre o ocorrido. Diz-se: “no caso da agressão feita pelo vendeiro, foi seu ato justificado pela comunidade e, ainda mais, respondendo a júri, foi absolvido” (FRANCO, 1997, p. 76). Neste caso, a contraprestação de serviços aparece vinculada à relação de solidariedade e confiança entre agregado e proprietário, cujo fundamento moral é o compadrio. Assim, o fundamento acionado em função da realização dos interesses pessoais continua sendo o compadrio.

Fundamentalmente, as relações entre proprietários e os demais agregados podem ser pensadas, segundo Elias (2001) e Goffman (2011), como relações humanas que possuem a característica de ser dialógica, ou seja, cujo funcionamento ocorre por meio da heterogeneidade das interconexões subjetivas representadas pelas diversidades de posições ocupadas na estrutura familiar, cujos laços de solidariedade também participam, firmando a teia de interações familiares.

Precisando o significado dessas afirmações, podemos dizer que os sujeitos agem conforme a expectativa criada por eles em um espaço (ou lugar social) específico de interação. Assim, sempre foi lugar-comum entre as famílias brasileiras a contraprestação de serviços destinada a atender às expectativas do grupo social a que pertencem, fortalecendo os laços de solidariedade estabelecidos entre eles. Prova disso é a ideia de uma “responsabilidade coletiva” ou de uma “contraprestação de serviços”, sempre presente como condição necessária de sobrevivência dessas famílias, sejam elas ricas ou pobres.

No caso das beneficiárias, esta solidariedade pode ser percebida através daqueles três aspectos fundamentais que havíamos citado anteriormente e que dizem respeito às características típicas dos atos de solidariedade que acabamos de observar.

O primeiro aspecto fundamental observado no INF das beneficiárias foi o da participação destas (ainda crianças) nas atividades de trabalho doméstico, substituindo seus pais (sobretudo a mãe) na prestação de serviços e cuidados mútuos para com o restante da família, por exemplo: 1) no caso da beneficiária E3am (mulher, 62 anos, 2016), ela era a mais velha e ajudava a mãe nos afazeres domésticos. Diz: “Eu ia para o igarapé, levava aquele bacião de roupa assim, lacrava, e só podia levar roupa enxuta e voltar quando estivesse enxuta. Eu sempre fui danada”. Além disso, relata que vendia nas ruas as pequenas produções domésticas, como ovo, colorau etc., que cuidou do pai doente quando era criança e criou os irmãos mais novos; 2) no caso da beneficiária M1rr (mulher, 64 anos, 2016), ela trabalhava na roça com o padrinho, fazia farinha, quebrava coco no cocal, lavava roupa e pescava no rio; 3) já a beneficiária M6am (mulher, 61 anos, 2016) era a mais velha e trabalhava em casa, cuidando dos irmãos e preparando a comida, além de participar do plantio na roça; no mais, relata que passou a trabalhar em casa de família desde os oito anos de idade.

Neste caso, percebe-se que a solidariedade assume a característica de uma prestação de serviço entre os membros do grupo doméstico, sendo convocada a fazer parte do circuito das relações familiares como estratégia de sobrevivência; são, portanto, os filhos, convocados a se tornar pais desde muito cedo.

O segundo aspecto diz respeito às relações de dependência entre parentes com vínculo de proximidade consanguíneo, que habitam ou não a mesma casa, mas que algum dia fizeram parte do núcleo parental originário dos pais, como seus avós, tios etc., e que em determinadas circunstâncias se prestam a cuidar dos filhos “alheios” (neste caso, as beneficiárias e seus irmãos). Estas relatam que:

1) M1am (mulher, 64 anos, 2016): sempre morou na casa da mãe, ajudando-a no trabalho; nesta mesma casa mora hoje com a filha (também beneficiária) e a neta, as quais se sustentam reciprocamente; 2) D1am (mulher, 30 anos, 2016): praticamente foi criada pela avó; depois, a mãe passa a trabalhar fora enquanto os tios a criam para que todos pudessem se estruturar em Manaus; 3) E3rr (mulher, 35 anos, 2016): a avó por parte de pai insistiu em trazer a família para Boa Vista; na vinda para Boa Vista, o tio sugeriu para a mãe que ela ficasse morando com ele para estudar. Depois de três anos ela chegou a Boa Vista e morou novamente com a mãe, e depois com a tia, voltando a morar com a mãe anos depois. Teve sempre o hábito de deixar os filhos com a mãe, para poder trabalhar. Hoje a neta é criada por ela e a avó, enquanto a filha mais velha tenta concluir os estudos; 4) C2am (mulher, 23 anos, 2016): morou com os pais na casa dos avós paternos e também relata que foi criada pela avó.

Percebe-se mais uma vez que, nestas circunstâncias, a solidariedade apresenta uma característica de contraprestação de serviços e de responsabilidade coletiva que são recíprocas entre pais e avós, ou entre pais e tios. O acolhimento hospitaleiro dos parentes ao receberem seus filhos-netos é outro costume típico das famílias tradicionais e se caracteriza por um tipo de solidariedade que serve como estratégia de sobrevivência.

Um último tipo de solidariedade identificado por nós no INF das beneficiárias é o da forma de trabalho cooperativa tida como *mutirão*³⁹, um tipo de atividade coletiva que

consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado tipo de trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. (CÂNDIDO, 2010, p. 82).

Casos desse tipo parecem ter sido comuns durante o processo de socialização das beneficiárias na infância, sendo responsável pelo desenvolvimento do caráter das beneficiárias, que lidam com o trabalho do campo desde muito cedo, recebendo dos pais, assim como da comunidade em que vivem, lições de companheirismo mútuo. Tomemos o

³⁹ Sobre o *mutirão* como fato social comum entre as famílias do meio rural, ver CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito* (2010); FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata* (1997); e WILLEMS, E. *Uma vila brasileira: tradição e transição* (1961).

exemplo da beneficiária M6am (mulher, 61 anos, 2016), que ao falar sobre suas atribuições durante a juventude, revela:

a gente nunca morou assim em casa encostadinha, era um pouco distante, né? Mas quando era final de semana, assim, nos juntávamos com a família, fazíamos roçado, por exemplo; hoje é o seu roçado, aí se juntam todos os familiares e vamos ajudar. Quando é época de roçar os homens roçam, quando é época de plantar as mulheres plantam. Aí então ia todo mundo, um ajudar o outro. A gente vivia assim.

Expressões desse tipo evidenciam um grau de solidariedade que transcende o grupo doméstico pessoal; neste caso, a solidariedade apresenta um caráter coletivo mais extenso, mostrando através do mutirão que a contraprestação de serviços e a responsabilidade coletiva devem ser compreendidas como “prestação voluntária e gratuita de serviços entre pares” (FRANCO, 1997, p. 31).

O que assinalamos são, portanto, três aspectos (ou características fundamentais) em que a categoria da solidariedade aparece como padrão no conjunto dos relatos de vida das beneficiárias durante seu processo de socialização na fase da juventude, período em que seu capital cultural é desenvolvido através do contato recíproco com as “formas sociais” (BERTAUX, 2016) de seu lugar de origem, neste caso, o 1NF.

Desta forma, percebemos que as condições de vida em que viviam as beneficiárias durante a fase de juventude eram típicas condições rurais. Isso significa dizer, segundo Durkheim (1999), que as funções de integração social eram mais homogêneas, os valores e as crenças eram partilhados como fundamento coletivo. As relações entre os indivíduos apresentavam uma similitude de lugares e funções típicas das sociedades de solidariedade mecânica, fundamentadas por costumes tradicionais.

Por consequência, é sob a base de referência dos costumes tradicionais que as beneficiárias irão desenvolver suas estratégias de vida e sobrevivência, mobilizando, por meio de seus capitais culturais, as formas sociais que lhes foram transmitidas pelas gerações de seus pais através do processo de socialização.

Como já havíamos dito anteriormente, as formas sociais (ou padrões) a que nos referimos são aquelas pautadas por um modelo de sociedade rústica, que no Brasil assumiu os traços culturais do modelo patriarcal, como, por exemplo: *o tipo de matrimônio, o tipo de habitação e trabalho rurais, os processos migratórios, as redes de parentesco e solidariedade, os fatores político e religioso etc.*, mas que no caso em análise dizem respeito especificamente à relação que sempre mantiveram com as beneficiárias desde os primeiros anos de suas vidas, apresentando-se como alternativas (ou modelos de referência) nos quais se

apoiarão durante o processo de mobilidade reconfiguradora de suas estratégias de sobrevivência ao meio urbano.

Cumpramos esclarecer ainda que as questões relativas aos fatores *político* e *religioso* dos pais das beneficiárias não foram abordadas nesta etapa por carecermos de informações sobre a opinião política e religiosa de seus pais; no entanto, estas categorias poderão ser exploradas, ainda que de modo sumário, a partir do posicionamento das próprias beneficiárias sobre este assunto.

Os laços sob os quais foram construídos os fundamentos das maneiras de ser e dos modos de agir das beneficiárias são aqueles vinculados a uma tradição rústica, típica dos processos de formação das famílias no Brasil, cujas características se definem pela importância que assumem algumas destas categorias no contexto de suas vidas.

Do mesmo modo que estas categorias foram responsáveis por pautar o destino de seus pais num contexto rural tradicional, serão elas de fundamental importância durante o estabelecimento do processo de assimilação das beneficiárias ao meio urbano, tendência que pode ser observada no capítulo 4 – na 2ª e 3ª colunas do quadro 3 –, através do crescente processo de migração que estabeleceram ao se deslocar do meio rural para o meio urbano, em busca de melhores condições de vida.

Do exposto até aqui, nossa constatação é que essas categorias serão mobilizadas durante o processo de assimilação dessas famílias ao meio urbano, sendo convocadas – pela mudança de lugar social – a fazer parte de um novo circuito de interações sociais cujas características não são mais aquelas de um meio rural, mas sim as de um ambiente urbano complexo e dinâmico, que exige dos sujeitos envolvidos uma intensa mobilidade reconfiguradora de suas estratégias de sobrevivência, o que influirá sobre suas condições de sobrevivência e sobre o uso que fazem de seu benefício⁴⁰.

⁴⁰ As questões relativas ao processo de assimilação dessas famílias ao meio urbano serão discutidas a partir do capítulo 4, quando nos valeremos da análise do quadro 3, onde abordaremos o processo de migração, o casamento (relação conjugal) e as condições de trabalho.

3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)

3.1 O processo de constituição do PBF no Brasil

*A tontura da fome
é pior do que a do álcool.
A tontura do álcool
nos impele a cantar.
Mas a da fome nos faz tremer.
Percebi que é horrível ter só ar dentro da barriga.*

Carolina de Jesus – *Quarto de despejo*.

Primeiramente, cabe esclarecer o fato de que antes de realizarmos as entrevistas para conhecer as histórias e condições de vida das famílias beneficiadas pelo PBF, não tínhamos ainda a clareza de que o PBF era o objeto propriamente dito de nossa análise.

No entanto, com as análises das entrevistas, foi possível precisar o lugar exato daquilo que iríamos reconhecer como o objeto de pesquisa propriamente dito. Trata-se das famílias beneficiadas pelo PBF na região Norte do Brasil, e cujo benefício é parte agregada aos fluxos de suas trajetórias de vida e de suas dinâmicas de sobrevivência num determinado contexto social, neste caso, o meio urbano⁴¹.

Por essa razão, resolvemos separar algumas linhas para o esclarecimento do que vem a ser o PBF, tanto para mostrar que sua implementação na sociedade civil é reflexo de sucessivas lutas (diretas e/ou indiretas) por direitos políticos e sociais, travadas entre os mais diversos segmentos da sociedade ao longo de nossa história, quanto para saber o lugar de ocupação dessa política no contexto das dinâmicas de sobrevivência das famílias, através do reconhecimento de seus objetivos, e de suas diretrizes e finalidades.

No contexto brasileiro, o chamado Sistema Brasileiro de Proteção Social marca sua entrada em cena entre os anos de 1920-1943, quando o problema das questões sociais, ou da conquista da cidadania, por assim dizer, assume um lugar nas estruturas das instituições políticas brasileiras, provocando um reordenamento das funções do Estado⁴².

⁴¹ Resolvemos esclarecer esta questão para que não haja dúvidas quanto ao fato de que não pesquisamos o programa em si mesmo, mas sua manifestação enquanto *cota-parte* no conjunto das relações de sobrevivência dessas famílias no meio urbano.

⁴² Para uma melhor compreensão sobre a questão social e o processo de constituição da cidadania no Brasil, ver IANNI, Octávio. *A ideia de Brasil Moderno* (2004). Ver também os textos de SILVA e SILVA, Maria Ozanira; YAZBEK, Maria Carmelita; DI GIOVANNI, Geraldo. *A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda* (2012), e DE CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho* (2015).

A partir deste momento, a garantia dos direitos civis, sociais e políticos⁴³ será alvo de frequentes disputas políticas e sociais de peso oscilatório para cada um dos “lados” das dinâmicas de conflito mútuo entre interesses políticos divergentes. Tanto “que, ao longo das décadas de 20 e 30, os governantes e setores dominantes começaram a admitir que a questão social poderia deixar de ser considerada um problema de polícia, e começar a ser tratada como um problema político” (IANNI, 2004, p. 89).

A história brasileira mostra que ao longo do processo de constituição da democracia no Brasil (e, neste caso, em especial a partir da constituição do Estado Novo), sempre houve uma frequente marca de peso oscilatório da prioridade no atendimento das demandas populares ou das demandas políticas de interesse nacional e internacional conduzidas pelo interesse de grupos hegemônicos em nosso país, ainda hoje persistente⁴⁴.

Esta marca oscilatória entre os interesses políticos e sociais permaneceu como parte integrante das disputas civis, ora em defesa da proteção social, ora em defesa dos interesses de parte da classe política nacional atrelada aos interesses internacionais, fazendo com que o Sistema de Proteção Social até então vigente avançasse

[...] rumo a sua consolidação e expansão durante as décadas de 1970 e 1980, sob a orientação do autoritarismo militar, fazendo com que a expansão dos programas e serviços sociais passasse a funcionar como compensação à repressão e ao arbítrio, aliada à grande demanda posta na conjuntura anterior. Ampliaram-se os programas sociais como uma espécie de compensação pela repressão aberta direcionada aos movimentos sociais e ao movimento sindical. (SILVA E SILVA; YAZBEK; DE GIOVANNI, 2012, p. 26).

No entanto, esses mecanismos de controle do Estado não foram suficientes para conter as necessidades de transformação provocadas pelo interesse de uma variedade de grupos como: movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, igreja etc. Contrariamente à noção de cidadania defendida pelo Estado ditatorial, a sociedade (representada pelas

⁴³ Cumpre destacar, que nesta pesquisa “[os] direitos são aqui tomados como práticas, discursos e valores que afetam o modo como desigualdades, e diferenças são figuradas no cenário público, como os interesses se expressam e os conflitos se realizam. [...] Para colocar em termos mais precisos, os direitos operam como princípios reguladores das práticas sociais, definindo as regras das reciprocidades esperadas na vida em sociedade através da atribuição mutuamente acordada (e negociada) das obrigações e responsabilidades, garantias e prerrogativas de cada um. [...] Melhor dizendo, constroem uma gramática civil que baliza práticas e interações sociais por referência ao que é reconhecido como medida de justiça, medida que é sempre alvo de reformulações nos embates e litígios de posições e interesses, valores e opiniões, mas que é sempre solidária com critérios, muitas vezes implícitos, não redutíveis às prescrições legais, que fazem a partilha entre o legítimo e o ilegítimo, entre o permitido e o interdito, o obrigatório e o facultativo (DA SILVA TELLES, 2004, p. 91-92).

⁴⁴ Para se ter uma ideia prática e atual sobre esta questão, basta comparar as diferenças de prioridades e metas ocorridas durante os governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (PMDB). Para além das questões relacionadas ao *impeachment* de Dilma Rousseff (PT), o importante a se destacar é a radical mudança das prioridades e metas sociais entre a gestão do governo do PT e a do atual presidente Michel Temer.

organizações acima citadas) buscava um “alargamento da concepção de cidadania” (SILVA E SILVA; YAZBEK; DE GIOVANNI, 2012, p. 26).

Assim, as demandas sociais assumem um lugar na Constituição de 1988, na disputa por uma maior participação na democracia, possibilitando a “instituição do conceito de Seguridade Social que incorporou a Assistência Social, junto com a Previdência Social e a Saúde, como políticas constitutivas da Seguridade Social no país” (SILVA E SILVA; YAZBEK; DE GIOVANNI, 2012, p. 26).

Embora o processo de democratização em nosso país revelasse múltiplas contradições entre os direitos sociais, civis e políticos, os caminhos de institucionalização dos interesses populares haviam demandado mais uma vez ao Estado a necessidade de reordenamento de suas funções ante o exercício de uma “nova” possibilidade de cidadania.

No entanto, esse jogo de forças na conquista por direitos – representados a partir das disputas de interesse entre os diferentes grupos da sociedade civil – será mais uma vez reordenado através dos movimentos de reforma do Estado a partir de 1990, quando os grupos de interesses políticos neoliberais no Brasil passaram a assumir um projeto político-econômico-social fortemente inclinado aos interesses do capital internacional e sua possível revitalização no plano nacional.

Neste momento, o Estado assumiu sua ênfase nos processos relacionados à “desregulamentação da economia: privatizações, abertura econômica, precarização das relações de trabalho, enfraquecimento do Estado e substituição do tema do desenvolvimento pelo da estabilidade monetária, entre outros” (SADER, GARCIA, 2010, p. 25), desvelando uma intensa modificação e desqualificação das estratégias de investimento no campo da Seguridade Social no Brasil.

Diante deste cenário, e na tentativa de encontrar espaços de mobilização contra e/ou a favor dos “novos projetos de modernização” do Governo brasileiro, diferentes grupos e atores sociais se articularam dentro e fora do Congresso Nacional, buscando alternativas de construção de um espaço tanto de resistência quanto de legitimação dos interesses da política neoliberal em nosso país.

Como exemplo de algumas ações divergentes daquelas defendidas pela política neoliberal, podemos citar a Basic Income European Network (BIEN), uma associação internacional de intelectuais de diferentes áreas e diversos países, criada em 1986, cuja pretensão era reunir – através de fóruns de debates – as diversas experiências de transferência de renda no mundo, assumindo a partir da década de 1990 um importante papel no que se

refere às discussões sobre o auxílio de renda mínimo para famílias em estado de vulnerabilidade.

As pressões de adequação à política neoliberal no contexto brasileiro impulsionaram a criação de uma diversidade de programas sociais capazes de assumir, segundo Ribeiro (2013, p. 151-176), um caráter descentralizado, rompendo com o modelo de federalismo centralizado propagado durante o regime militar⁴⁵.

Diante desse panorama, durante a década de 1990, ganhou destaque a diversidade de políticas de transferência de renda para auxílio à educação, à saúde e à assistência social das famílias em condições de vulnerabilidade social. Apresentava-se agora um “novo” solo onde disputas políticas em torno da Seguridade Social no Brasil se fariam presentes com a criação de uma gama variada de programas sociais, cuja característica principal foi a descentralização destas políticas. Sua atuação se passava nos Estados e Municípios, e através do diálogo com o Governo Federal em cooperação compartilhada de responsabilidades, mas jamais a partir da unificação da gestão e do orçamento sob a direção de um único programa.

Neste sentido, vale destacar a proposta de criação do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) pelo senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo, “tendo sido aprovada em 16 de dezembro de 1991, permanecendo, desde 1993, na Câmara dos Deputados, na Comissão de Finanças e Tributação, com parecer favorável de autoria do deputado Germano Rigotto (PMDB-RS)” (SILVA E SILVA; YAZBEK; DE GIOVANNI 2012, p. 47), o que revelava a existência de interesses divergentes dentro do Congresso Nacional e, sobretudo, o fato de que nesta década – tanto para a esquerda quanto para a direita, consideradas suas devidas divergências político-ideológicas – se colocava a necessidade de inclusão de programas sociais na área da Seguridade Social no Brasil, que irão assumir outro significado a partir da gestão do governo do PT, em 2003⁴⁶.

⁴⁵ Sobre esta discussão, ver RIBEIRO, Leandro. In: HOCHMAN, Gilberto; DE FARIA, Carlos. *Federalismo e políticas públicas no Brasil* (2013).

⁴⁶ Antes da implantação do Programa Bolsa Família em 2003, existia no Brasil uma diversidade de programas sociais espalhados em diferentes capitais do país. Segundo SILVA E SILVA; YAZBEK; DE GIOVANNI, (2012, p. 47-95), além do *Programa de Garantia de Renda Mínima* (PGRM) sugerido pelo senador Eduardo Suplicy, e que posteriormente viria se chamar “Bolsa Escola”, outros se espalharam de um modo cumulativo e disperso pelo país, como, por exemplo, o Programa Comunidade Solidário (presidido a época pela então primeira-dama Ruth Cardoso), o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM) da Prefeitura Municipal de Campinas/SP, o Programa Bolsa Familiar para a Educação e o Programa Poupança-Escola do Governo de Brasília/DF, o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM) da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto/SP e o Programa “Nossa Família” da Prefeitura Municipal de Santos/SP.

3.2 O Bolsa Família – uma iniciativa de transferência de renda unificada

3.2.1 O contexto de fundação do Bolsa Família

A partir de 2003, após Luiz Inácio Lula da Silva assumir a Presidência da República, o governo do PT (através de uma equipe de avaliação sobre os programas sociais) propôs uma mudança na forma de condução das políticas sociais no país, abrindo espaço – inicialmente no âmbito do Programa Fome Zero – para se discutir a possibilidade de implantação de um programa político de transferência de renda nacional capaz de articular várias propostas em um único programa. Foi o caso do Programa Bolsa Família (BF), estabelecido mediante a inclusão dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale-Gás, e Cartão-Alimentação, cujo funcionamento foi efetivado em decorrência da elaboração de um plano de governo elaborado pelo Instituto Lula e pela posterior constituição do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), este último responsável pela gestão das políticas e programas de redução da fome e da pobreza, por meio da assistência social às famílias pobres brasileiras⁴⁷.

Neste momento, iniciava-se no Brasil uma fase de experiências cumulativas, e até certo ponto inovadoras das funções do Estado, no que se refere à proteção social. No entanto, vale lembrar que foi nos dois primeiros mandatos do Presidente Lula que o Programa Bolsa Família projetou gradualmente suas consequências políticas, econômicas e sociais sobre o desenvolvimento do país⁴⁸, abrindo caminho para a ampliação de metas no combate à fome, à pobreza e à desigualdade, que se estenderia a partir de 2011, com o governo da presidenta Dilma Rousseff do PT, através

da criação da Estratégia Brasil Sem Miséria, constituída de três eixos programáticos: transferência de renda, inclusão social produtiva e ampliação de serviços sociais básicos, sendo o BF o principal programa de transferência de renda integrante do

⁴⁷ Sobre o lançamento de proposta de criação do Programa Bolsa Família no Brasil, ver informações nos documentos de Exposição de Motivos (EM) e no Projeto de Medida Provisória (MP) nº 132, de 20 de outubro de 2003, sendo transformado na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e posteriormente regulamentado pelo decreto nº 5.209, conferindo ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) a ampla assistência às famílias beneficiadas. Os documentos encontram-se disponibilizados no *site* do governo, sendo apenas citados nas referências bibliográficas deste trabalho.

⁴⁸ Para uma compreensão sobre as mudanças no campo da pobreza e desigualdade no Brasil durante os anos de funcionamento do Programa Bolsa Família, ver as publicações de artigos e seus diferentes olhares em: DE CASTRO, Jorge Abrahão; MODESTO, Lúcia. (Orgs.). *Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios*. Vol. 1, Ipea, 2010; DE CASTRO, Jorge Abrahão; MODESTO, Lúcia. (Orgs.). *Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios*. Vol. 2, Ipea, 2010; BARROS, R; CARVALHO, M; FRANCO, S; MENDONÇA, R. *Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil*. Ipea. Texto para discussão nº 1.460, 2010; CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo (Orgs.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA, 2013.

eixo de transferência de renda. A partir de então foram elevados os valores das transferências monetárias e o número de famílias atendidas, ultrapassando 14 milhões de famílias em 2014. (SILVA E SILVA; LIMA, 2014, p. 31).

É a partir deste contexto que pretendemos abordar as famílias beneficiadas da região Amazônica, já que o período em que foram realizadas as entrevistas se estabeleceu durante o governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), período no qual o Programa Bolsa Família fez parte do Plano Nacional Brasil Sem Miséria, dando continuidade aos projetos político-sociais de transferência de renda iniciados no governo do presidente Lula.

A importância de se considerar o contexto sob o qual as entrevistas foram realizadas deve-se ao fato de estarem estas famílias sob as orientações de um “novo” Plano Nacional a partir de 2011, cujos resultados, diretrizes e finalidades dependem da atualização cadastral dos beneficiários, dos reajustes e valores dos benefícios, e da atualização de informações sobre as regras de funcionamento do programa.

Nesse sentido, para que haja clareza na exposição que segue abaixo, resolvemos realizar uma apresentação do Programa Bolsa Família, atentando para as informações contidas no *site* do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), principalmente aquelas referentes às diretrizes e finalidades do programa, aos valores dos benefícios etc., e que constam de modo objetivo e atualizado na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e no Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004; bem como por meio de textos complementares, a exemplo do Manual de Gestão do Programa Bolsa Família (MDS, 2015), do Ministério do Desenvolvimento Social, elaborado em coparceria com a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC)⁴⁹.

3.2.2 O Bolsa Família: dos princípios democráticos às diretrizes e finalidades⁵⁰

Como já enfatizado, o BF se caracteriza por ser um programa de transferência de renda direta e mediante condicionalidades⁵¹.

⁴⁹ O Manual de Gestão do Programa Bolsa Família traz informações sobre as diretrizes, finalidades, valores do benefício etc., auxiliando na construção de uma síntese sobre aquilo que diz respeito ao projeto de política social do PBF.

⁵⁰ As informações contidas neste subtópico são um resumo com base nos documentos descritos no final do subtópico anterior, cuja finalidade é tornar a exposição didática e menos técnica, possibilitando uma apresentação sucinta sobre o Programa.

⁵¹ Segundo a concepção do Programa, as condicionalidades se definem pela atitude correlacionada entre a União, estados, municípios, Distrito Federal e a sociedade, naquilo que se refere às responsabilidades relacionadas à educação, à saúde e à assistência social. Portanto, trata-se de uma *relação de compromisso entre as partes*, ou seja, de uma política transversal entre a sociedade (o que inclui a família) e o Governo Federal.

Seus objetivos foram inspirados na Constituição de 1988, a partir do estabelecimento dos princípios constitucionais de enfrentamento da pobreza e da desigualdade, de proteção social não contributiva, de proteção social à família, de intersetorialidade (ou seja, articulação das áreas responsáveis pela educação, saúde e assistência social, a fim de estabelecer as condicionalidades), de gestão descentralizada e inclusão social. Ideias tornadas necessárias diante do processo de redemocratização ocorrido em nosso país na passagem dos anos 80 para os anos 90.

Portanto, foi com base nestes princípios democráticos que o Programa Bolsa Família desenvolveu sua política de combate à fome e às desigualdades sociais, estabelecendo como objetivos básicos (ou finalidades) o cumprimento das seguintes metas:

- I) A promoção do acesso à rede de serviços públicos, de saúde, educação e assistência social;
- II) Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;
- III) Estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;
- IV) Combater a pobreza; e
- V) Promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do poder público.

Por outro lado, cabe ressaltar a importância de aspectos fundamentais do programa para o cumprimento destas finalidades:

- I) “O Bolsa Família realiza o pagamento dos benefícios preferencialmente às mulheres, com objetivo de contribuir para a ampliação do bem-estar da família e, ao mesmo tempo, da autonomia feminina no espaço doméstico e nas comunidades locais”.
- II) Outro fundamento importante “diz respeito à autonomia que os beneficiários têm para utilizar os recursos financeiros: é deles a decisão de como utilizar os recursos recebidos, conforme suas necessidades e sem a interferência de qualquer instância externa”.
- III) “Para o PBF, a família corresponde à unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou afinidade,

que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros” (Lei nº 10.836, de 9/1/04).

No entanto, para que essas finalidades possam ser alcançadas, elas devem ser executadas e geridas “de forma descentralizada, por meio da conjugação de esforços entre os entes federados, observada a intersetorialidade⁵², a participação comunitária e o controle social” (DECRETO nº 5.209, de 17/9/04).

Mais especificamente, significa dizer que a execução e a gestão dos objetivos devem ser estabelecidas através da descentralização cooperativa entre União, estados, municípios e Distrito Federal, em participação conjunta com a sociedade, cabendo: 1) à União, ser responsável pela disciplina e normatização dos procedimentos de gestão, abertura de canais de comunicação para o recebimento de sugestões e de denúncias sobre eventuais irregularidades, e apoio financeiro aos estados, municípios e Distrito Federal; 2) aos governos estaduais, cumprir a função de administrar a execução dos recursos transferidos pelo Governo Federal através de uma coordenação intersectorial que disponibilizará apoio técnico, serviços e estruturas institucionais nas áreas da educação, saúde e assistência social, estimulando os municípios na criação de parcerias com órgãos e instituições governamentais e não governamentais nas três esferas de governo, com a finalidade de articular ações complementares; 3) e aos municípios e Distrito Federal, administrar a execução dos recursos transferidos pelo Governo Federal, viabilizando as atividades relativas ao cumprimento de condicionalidades, ao acompanhamento dos beneficiários por meio da emancipação sustentada e ao exercício de ações complementares por meio da indicação do gestor do programa no município, e como parte integrada, a criação de uma Instância de Controle Social (ISC) do Bolsa Família e do Cadastro Único das famílias de baixa renda.

Portanto, é com base na cooperação entre os eixos federativos acima mencionados e suas estruturas institucionais e do diálogo através da participação comunitária, que o Bolsa Família pretende realizar um movimento de articulação unificada para o exercício de suas funções e, sobretudo, para a realização de suas finalidades em nível nacional⁵³.

⁵² Por intersetorialidade entende-se a articulação mantida pelo governo entre a família e as áreas da seguridade social básicas, como educação, saúde e assistência social.

⁵³ Segundo o Manual de Gestão do Programa Bolsa Família (2015, p. 10-11), a articulação unificada significa, por um lado, a gestão a partir dos três eixos federativos, mas também, por exemplo, que “uma família acompanhada apenas na dimensão educacional, pelo Bolsa Escola, passou, com o PBF, a ser acompanhada também pelas áreas de saúde e assistência social. Assim, podemos dizer que a unificação dos programas remanescentes significou um novo modelo de atendimento, passando do acompanhamento isolado de indivíduos ao acompanhamento de toda a família”. Vale lembrar também que a característica de unificação do programa

Segundo as diretrizes do Programa, isso depende dos acordos de cooperação entre os entes federativos, articulados com base em três pilares fundamentais:



Figura 1 – As três dimensões do Programa Bolsa Família (PBF)

Fonte: Elaboração própria, com base na imagem disponibilizada pelo Manual de Gestão do Programa Bolsa Família/MDS.

Em outras palavras, significa dizer que a cooperação entre as diferentes esferas de governo deve funcionar com base em três dimensões (ou pilares) específicos, sendo estas:

- I) A transferência de renda direta às famílias: também chamada emancipação sustentada, compreende a transferência direta de um benefício (ou valor em dinheiro), possuindo a característica de um auxílio imediato oferecido às famílias em condição de vulnerabilidade e pobreza;
- II) As condicionalidades: ou seja, os compromissos assumidos pelas famílias e pelo poder público na obtenção do acesso aos direitos básicos, como educação e saúde, buscando romper o ciclo intergeracional da pobreza⁵⁴;

propõe impossibilitar a sobreposição de uma família sobre outra, evitando “situações de famílias beneficiadas por vários programas, enquanto outras não conseguiam participar de nenhum deles”.

⁵⁴ Por ciclo intergeracional da pobreza entende-se o padrão de manutenção da pobreza de uma geração à outra. Neste sentido, a ideia do programa é romper com este ciclo, gerando uma mudança nas condições de vida das famílias pobres em nosso país.

- Condicionais relacionadas à educação:
 - Matricular as crianças e adolescentes de 6 a 7 anos na escolar; e
 - Garantir a frequência mínima de 85% das aulas para criança e adolescentes de 6 a 15 anos, e de 75% para jovens de 16 e 17 anos.
- Condicionais relacionadas à saúde:
 - Com relação às grávidas e às mulheres que estiverem amamentando:
 - Fazer os exames antes do nascimento do bebê (pré-natal);
 - Ir ao posto de saúde mais próximo de sua casa, com o cartão da gestante, de acordo com o calendário estabelecido pelo Ministério da Saúde (MS);
 - É aconselhável que participem de atividades educativas oferecidas pelas equipes de saúde sobre o aleitamento materno e a promoção da alimentação saudável.
 - Com relação aos responsáveis por crianças menores de 7 anos:
 - Levar as crianças aos locais de campanha de vacinação;
 - Manter atualizado o calendário de vacinação de acordo com as instruções do MS; e
 - Levar as crianças ao posto de saúde, com o cartão de saúde da criança, para o acompanhamento de seu crescimento e desenvolvimento, entre outras ações, conforme o calendário estipulado pelo MS.

III) E as ações complementares: devem ser geridas por todas as esferas do poder público, com a finalidade de gerar oportunidade para auxiliar as famílias no enfrentamento da vulnerabilidade social, ou seja, na superação dos riscos sociais, como, por exemplo, “no caso de famílias vitimadas por enchentes ou por longos períodos de seca. Ou também podem ser situações mais duradouras, a exemplo de famílias que vivem em locais com alto grau de violência e com dificuldade de inserção dos adultos no mercado de trabalho” (MDS, 2015)⁵⁵.

⁵⁵ Neste caso, “[o] termo vulnerabilidade social está relacionado diretamente ao conceito de riscos. No campo da proteção social, entende-se o termo risco como uma variedade de situações que englobam: 1) Riscos naturais: desabamentos, enchentes, secas; 2) Riscos de saúde: doenças, deficiências, acidentes; 3) Riscos ligados ao ciclo da vida: nascimento, maternidade, velhice, morte; 4) Riscos sociais: violência doméstica, gangues, crime; 5) Riscos econômicos: desemprego, financeiros, choques de mercado; 6) Riscos ambientais: poluição, desmatamento; e 7) Riscos políticos: discriminação, revoltas” (MDS, 2015).

Por fim, e em vista do que já foi exposto, cabe ao programa o estabelecimento dos critérios para a definição das famílias participantes e dos valores a serem pagos, uma vez que faz parte da política do programa evitar a sobreposição de oportunidades de uma família sobre as demais. Desta forma, podem participar do PBF as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, cadastradas na plataforma do Cadastro Único.

Em vista disso, vale esclarecer que o principal critério utilizado pelo programa para aquilo que se denomina de famílias pobres e extremamente pobres é a renda *per capita* da família. No entanto, cumpre destacar que as famílias com menor renda são as primeiras a serem incluídas no programa, através de uma estimativa calculada por município “com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), ambos executados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)” (MDS, 2015).

Quanto à definição das famílias, o programa parte da consideração de que são famílias em situação de extrema pobreza aquelas cujo valor da renda *per capita* é igual ou inferior a R\$ 77,00 por pessoa. Quando a renda *per capita* da família encontra-se entre os valores de R\$ 77,00 e R\$ 154,00, estas serão reconhecidas como famílias em situação de pobreza. Portanto, o critério balizador para a aquisição do benefício é a renda *per capita*.

Todavia, deverão fazer parte dos critérios que determinam o valor a ser recebido por família, a renda *per capita* e a *composição familiar*, ou seja, além da consideração do valor *per capita* da família, é necessário considerar a quantidade de componentes da família mediante as faixas etárias, para que desse modo possam ser atribuídos tipos de benefícios (ou valores) específicos a cada família, sendo estes classificados da seguinte forma:

- I) Benefício Básico de R\$ 77,00: concedido apenas às famílias extremamente pobres, independentemente da quantidade de componentes familiares que possua;
- II) Benefício Variável de R\$ 35,00: concedido às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza que tenham gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até cinco benefícios variáveis⁵⁶;
- III) Benefício Variável Jovem (BVJ): concedido às famílias do Programa que tenham jovens entre 16 e 17 anos. Neste caso, cada família pode receber

⁵⁶ Vale ressaltar que a partir do Plano Brasil Sem Miséria, criado em 2011 sob o governo da presidenta da República Dilma Rousseff (PT), o número de Benefícios Variáveis aumentou de três para cinco por família.

- até dois BVJ; e
- IV) Benefício para a Superação da Extrema Pobreza (BSP): concedido às famílias com renda *per capita* igual ou inferior a R\$ 77,00, independentemente de receberem ou não outros benefícios. Seus valores são estipulados caso a caso, mas devem ultrapassar o valor de R\$ 77,00.

Em síntese, podemos resumir isso nas tabelas abaixo, para se ter uma ideia de conjunto sobre os tipos de benefício, as condições nas quais podem ser recebidos e os valores mínimos e máximos de renda possibilitado a cada família, segundo os critérios estabelecidos pelo Programa⁵⁷:

Tabela 2 – Dos tipos de benefício, das condições de recebimento e seus respectivos valores – Famílias extremamente pobres

BF	FAMÍLIAS EXTREMAMENTE POBRES			
	Modalidade (ou tipo) do benefício			
	Valor unitário			
	Benefício Básico	Benefício Variável	Benefício Variável Jovem	Nº Total de benefícios por família em R\$ (do mínimo ao máximo)
	R\$ 77,00	R\$ 35,00	R\$ 42,00	
CONDIÇÃO	Todo beneficiário tem direito a um Benefício Básico , independentemente de se possui ou não gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos	A depender do número de gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos , poderão estes beneficiários receber até 5 Benefícios Variáveis (BV)	A depender do número de jovens de 16 e 17 anos, poderão estes beneficiários receber até no máximo 2 Benefício Variável Jovem (BVJ)	
TOTAL EM R\$	Benefício Básico (Fixo) R\$ 77,00	Benefício Variável (de 1 a 5) De R\$ 35,00 a R\$ 175,00	Benefício Variável Jovem (de 1 a 2) R\$ 42,00 ou R\$ 84,00	De R\$ 77,00 a R\$ 336,00

Fonte: Elaboração própria, com base nas informações disponibilizadas pelo Manual de Gestão do Programa Bolsa Família (MDS, 2015).

⁵⁷ A tabela que segue abaixo contém dados atualizados e em correspondência com o período de nossa pesquisa de campo.

Tabela 3 – Dos tipos de benefício, das condições de recebimento e seus respectivos valores – Famílias pobres

PBF	FAMÍLIAS POBRES			
	Modalidade (ou tipo) do benefício			
	Valor unitário			
	Benefício Básico	Benefício Variável	Benefício Variável Jovem	Nº Total de benefícios por família em R\$ (do mínimo ao máximo)
	R\$ 77,00	R\$ 35,00	R\$ 42,00	
CONDIÇÃO	Não recebe Benefício Básico	A depender do número de gestantes, nutrízes, crianças e adolescentes de até 15 anos , poderão estes beneficiários receber até 5 Benefícios Variáveis (BV)	A depender do número de jovens de 16 e 17 anos, poderão estes beneficiários receber até no máximo 2 Benefícios Variável Jovem (BVJ)	
TOTAL EM R\$	Benefício Básico (igual a 0) R\$ 0,00	Benefício Variáveis (de 1 a 5) De R\$ 35,00 a R\$ 175,00	Benefício Variável Jovem (de 1 a 2) R\$ 42,00 ou R\$ 84,00	De R\$ 35,00 a R\$ 259,00

Fonte: Elaboração própria, com base nas informações disponibilizadas pelo Manual de Gestão do Programa Bolsa Família (MDS, 2015).

Em linhas gerais, podemos sintetizar dizendo que o PBF se caracteriza por ser um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, já que as condições para o recebimento do benefício pelas famílias dependem da contrapartida destas no cumprimento das determinações básicas estabelecidas pelo poder público, incluídos o Ministério da Educação e Ministério da Saúde.

Em outras palavras, a inclusão das famílias no quadro de beneficiários (bem como a saída destas do programa) depende da reciprocidade mútua estabelecida com os agentes públicos. Só então poderão as famílias beneficiadas destinar os recursos recebidos livremente, conforme suas necessidades e sem interferência de qualquer instância externa, mas desde que atendam às regras políticas do programa.

4 TRAJETÓRIAS DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

4.1 As beneficiárias do PBF – um fluxo de convergência em direção à cidade

*Vai pela estrada enluarada
Tanta gente a retirar
Levando só necessidade
Saudades do seu lugar.*

*Esse povo muito longe
Sem trabalho, vem prá cá
Vai pela estrada enluarada
Com tanta gente a retirar
Rumano para a cidade
Sem vontade de chegar...*

Elomar Figueira Melo - *Retirada*

Antes de levantar explicações sobre os possíveis impactos do benefício na vida das famílias beneficiadas pelo PBF, acreditamos ser pertinente retomar – em um primeiro momento, e de modo sumário – a discussão a respeito das trajetórias de vida a que se expuseram estas beneficiárias quando ainda conviviam com seus pais no INF, para, somente em seguida, encontrar no fluxo de convergência em direção à cidade as razões (ou motivos) de suas condições de vida e de seus modos de sobrevivência no espaço urbano.

No entanto, é importante que se diga que as trajetórias de vida das beneficiárias dependem direta e imediatamente das estratégias de sobrevivência desenvolvidas ao longo de suas histórias de luta em busca da superação da pobreza, o que pode ser compreendido através do processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência que pautam a vida destas meninas-mães-mulheres/donas-de-casa. Isso pode ser visto previamente no fluxograma logo abaixo indicado, que serve como síntese na compreensão do processo de mobilidade social destas mulheres antes de se tornarem beneficiárias:

Fluxograma 1 – O processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência das famílias beneficiadas pelo PBF antes do recebimento do benefício⁵⁸



Fonte: Fluxograma adaptado a partir das planilhas de categorização das entrevistas realizadas através da pesquisa de campo.

De acordo com o fluxograma acima é possível notar o processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência das beneficiárias mediante o fluxo de desenvolvimento de suas trajetórias de vida em direção à cidade, permitindo-nos uma visão mais objetiva sobre as dinâmicas de integração da família ao espaço urbano, a começar pelo fenômeno da migração.

Como já havíamos demonstrado, o processo migratório sempre foi uma condição necessária à sobrevivência, ou seja, historicamente os grupos familiares em circunstâncias de

⁵⁸ Aproveitamos para esclarecer, que neste capítulo, não abordaremos a estratégia de sobrevivência “Os filhos”, por entender que já foram feitas referências a ela em ocasiões anteriores, principalmente quando nos referíamos ao papel dos filhos em “substituição” ao papel dos pais dentro e fora do núcleo doméstico, quando havia a necessidade de os filhos ajudarem no sustento da família, prática muito comum entre as famílias pobres brasileiras. Por essa razão, e também para que o assunto não se torne demasiado extenso, voltaremos a falar sobre a estratégia de sobrevivência “Os filhos” quando retomarmos a análise sobre as consequências do uso do benefício a partir do recebimento da bolsa pelo PBF. Quanto ao “riso”, também deixaremos para assinalar sua importância quando nos referirmos aos impactos do uso do benefício em capítulo posterior. No que se refere à estratégia de sobrevivência “Educação”, esta será abordada ao final da tese, quando passarmos a falar sobre o projeto de futuro das famílias beneficiadas.

vulnerabilidade social (e que vivem no meio rural) tendem a assumir o processo migratório como estratégia de sobrevivência, haja vista os relatos das beneficiárias sobre seus pais, migrantes em sua maioria do Norte ou Nordeste do país. Estes se deslocaram em busca de melhores condições no meio rural ou urbano de outros Estados do Norte do Brasil, ou, ao que se pode constatar, que saíram do interior de um mesmo Estado diretamente para a capital.

No entanto, o que se deve ter em vista – no caso das beneficiárias – são os padrões sociais em que estavam inseridas durante seu processo de socialização na infância/juventude, cujos traços principais se definem pelas formas tradicionais do casamento, do trabalho rural, das redes de solidariedade entre parentes próximos e vizinhos, da religiosidade e da política etc. Estas circunstâncias jogam papel importante no desenvolvimento das maneiras de ser e dos modos de agir que irão pautar suas existências para além do círculo familiar originário, a começar pela “desvinculação” estabelecida com o INF através da formação de relações conjugais⁵⁹.

Ao olharmos atentamente o processo de “desagregação” familiar das beneficiárias, percebemos que suas motivações transitam entre os costumes do passado e a realização dos desejos de mudança que lhes são presentes. Segundo Saffioti (2013, p 240-243), estas mulheres almejam uma nova vida, mas para que isto ocorra, ainda se veem na dependência de – agindo por tradição – “abraçar” o casamento como “a única carreira aberta” a elas.

Como demonstramos anteriormente, o primeiro núcleo familiar em que viveram as beneficiárias estabelece os parâmetros de referência do modelo de vida tradicional típico da cultura brasileira, a partir do qual “[era] normal que aos 15 anos a mulher já estivesse casada e com um filho, havendo muitas que se tornavam mãe aos 13 anos” (SAFFIOTI, 2013, p. 241). Assim como no passado, foram as beneficiárias impelidas à realização de seus projetos de futuro a partir das circunstâncias de vida que pautavam seu imaginário, pois se perguntamos até quando viveram (ou moraram) com seus pais ou avós, elas dizem:

“Até os 13 anos, porque a mulher batia demais em nós, a madrasta, foi quando eu tive mais coragem pra trabalhar fora [na roça e como dona de casa], aí eu saí de casa, fui logo morar com um camarada lá, foi o primeiro pai dos meus filhos, aí tive o meu primeiro filho com esse marido, que é esse que tem trinta e dois ou trinta e um anos [o filho], e essa outra [a filha] tem trinta, ou vai fazer trinta agora, vinte nove ou é trinta anos” (R1rr, mulher, 47 anos, 2016).

“Até os 15 eu morei com meus pais, foi no momento em que eu conheci ele [o

⁵⁹ Resolvemos colocar o termo desagregação entre aspas para indicar que não há uma desvinculação plena da família, pois os laços de solidariedade e assistência mútua – como já dissemos anteriormente – os mantêm unidos, por vezes é como se convivessem sob o mesmo teto, mantendo-se separados apenas fisicamente, mas não moralmente. Este aspecto poderá ser mais bem compreendido quando fizermos apontamentos sobre as formas que assume a solidariedade no espaço urbano.

marido], aí eu engravidei e fomos morar juntos, nós fomos morar em um apartamento [uma quitinete] no bairro Bela Vista” (J1rr, mulher, 30 anos, 2016).

“Quando eu me separei da minha avó eu tinha 13 anos, por causa daquelas coisa da adolescência de namorar né (risos), aí eu me separei dela, me juntei com o pai dos meus filhos, aí eu vim morar com a minha sogra, aí eu viajei com ele, aí eu engravidei com 15 anos e tive meu primeiro filho com 15 anos” (C2am, mulher, 23 anos, 2016).

Casos como estes revelam um momento de transição no qual meninas-mães tornam-se meninas-mães-mulheres, ou melhor, elas buscam na opção da vida conjugal um meio de sobrevivência compartilhada, uma tentativa – quase nunca bem-sucedida – de lançar-se às possibilidades de melhores condições de vida, no caso das beneficiárias, um projeto compartilhado através da união pelo casamento, ou de forma amigada, e cujo padrão está referenciado pelos processos de antropoprodução definidos pela modelo homem-provedor/meninas-mães-domésticas, típicos de uma cultura de matriz patriarcal⁶⁰.

Queremos chamar a atenção para o fato de que a relação conjugal (representada, neste caso, pelo ato do casamento), tanto quanto o processo migratório em busca de novas oportunidades se revela-se – como houve de ser para seus pais – como estratégias de sobrevivência capazes de pautar seus destinos pessoais em busca de melhores condições de vida, uma destinação impulsionada pelos dilemas de ordem macro e microssociais pertinentes as suas trajetórias de vida, mas cujo sentido universal encontramos na necessidade de afirmação de seus destinos pessoais, ou seja, o ciclo de formação de uma segunda família marca uma tentativa de tornar-se sujeito de si-mesmo, ou, como bem esclarece De Gaulejac (2009, p. 36-38, tradução nossa), significa dizer que:

[a] confrontação às contradições existenciais podem conduzir cada indivíduo a tornar-se sujeito. Em particular, a dilaceração narcisista da criança ante a invalidação de si-mesma. As situações de humilhação, de rejeição e abandono colocam o sujeito em posição de afirmar sua existência mesmo que ela se torne problemática. [...] O indivíduo se revela como sujeito nas múltiplas escolhas que o conduzem a ser outra coisa que ‘fizemos dele’, nos interstícios onde ele produziu sua existência, naquilo que ‘faz dele’. Se a vida se impõe a todo ser humano que não escolhe nem nascer nem viver, o caminho no qual ele conduz sua vida depende de decisões múltiplas, a maioria das quais pode parecer bastante inofensivas, mesmo que elas influenciem o desdobramento de sua existência. Decisões ante os eventos, constrangimentos, oportunidades.

De um modo geral, o que temos são iniciativas de “rompimento” (ou de “desagregação”) que se estabelecem mediante a necessidade de superação de suas condições existenciais originárias, mas que devem ser afirmadas pela tentativa de construção de algo que

⁶⁰ Sobre o conceito de antropoprodução, ver BERTAUX, Daniel. *Destinos pessoais e estruturas de classe* (1979).

possibilite lançá-las a uma condição de vida distinta daquelas já experienciada, uma possibilidade de afirmar-se enquanto sujeito através de seu próprio acervo de experiências acumuladas durante suas experiências no primeiro núcleo familiar.

Impulsionadas à tentativa de uma vida distinta e de afirmação de suas subjetividades por melhores condições, as beneficiárias em 75% dos casos migraram em direção às cidades⁶¹; à diferença de seus pais, essa geração de mulheres intensificam o processo de busca por melhores condições de vida em um espaço urbano e não mais rural. Enquanto seus pais migravam – em sua maioria, ou seja, em 95% dos casos – de algum interior em direção as cidades, a geração de suas filhas (as beneficiárias) opta pela migração dentro de um mesmo Estado, só que agora por meio da intensificação da mobilidade rural-urbana, impulsionada – de uma certa forma – pelos desdobramentos desencadeados pelas necessidades de autonomia pessoais e familiares, e pela mudança em face das suas contradições existenciais⁶².

Nota-se, portanto, que as estratégias de sobrevivência mobilizadas pelas beneficiárias não se distinguem, em seus conteúdos, das formas tradicionais praticadas por seus pais; serão a prática da migração e da conjugalidade pelo casamento (ou pela união amigável), recursos de sobrevivência familiares que, estendendo-se pelo espaço social, mudarão apenas o lugar de contexto e a geração dos sujeitos que irão reproduzi-las – agora, integrados não mais em um meio rural onde os filhos subsistem junto aos pais, mas através da busca por melhores condições de vida na periferia das cidades, neste caso, em Boa Vista (RR) e Manaus (AM).

4.2 Famílias, estruturas domésticas e estratégias de sobrevivência urbana

4.2.1 O estabelecimento periférico: migração, moradia e representações sociais

Ao analisarmos as trajetórias de vida das beneficiárias, percebemos que sua integração ao espaço urbano decorre de um processo de assimilação que envolve a mobilização de estratégias variadas, em sua maior parte ligadas não apenas ao processo migratório ou de conjugalidade, mas também às suas funções de trabalho e redes de solidariedade encaradas dentro e fora das estruturas domésticas.

Os processos migratórios em direção às cidades revelam que o lugar de inserção dessas famílias é majoritariamente a periferia; elas buscam se enquadrar na malha dos

⁶¹ As 25% restantes representam beneficiárias nascidas na cidade de Manaus ou de Boa Vista, mas cujas trajetórias indicam o mesmo perfil das 75% citadas, pois seus pais também eram migrantes que vieram do interior para a capital, ou seja, seus traços culturais guardam semelhanças de conteúdo.

⁶² Uma análise complementar sobre a questão da autonomia do sujeito jovem, ou melhor, de sua necessária afirmação em um contexto familiar, pode ser mais bem esclarecidas pelas contribuições de VAN DEL VELDE, Cécile. *Sociologie des âges de la vie* (2015).

aglomerados urbanos formados pelas favelas, mocambos e cortiços, ainda hoje muito presente em regiões como a Amazônica, diferenciando-se do passado apenas pela presença de traços híbridos refletidos nas irregularidades seculares do desenvolvimento urbano.

A presença massiva das beneficiárias nessas zonas das cidades se define pelo caráter sincrético marcado pelo ajustamento cultural de seus costumes, ou seja, os costumes reproduzidos pelos grupos de referência destas jovens-mães foram – e ainda hoje continuam sendo – responsáveis, em certa medida, por estruturar o universo de suas representações simbólicas, sendo a experiência rural responsável, segundo Bourdieu (1984), pelas formas tradicionais de do acúmulo de capitais que contribuíram para estruturar os modos de ser e as maneiras de agir de suas personalidades, possibilitando-lhes a elas mobilizar suas estratégias em função de seus valores e em resposta às determinações do espaço urbano.

Um primeiro olhar sobre suas habitações e seus bens nos dará uma dimensão da coexistência de elementos culturais novos e antigos presentes no espaço periférico da cidade. Isso pode ser percebido através da constatação de que no passado (no 1NF) 19 beneficiárias experienciaram uma vida sob condições de habitação rústica, feita de madeira, ou predominantemente de madeira e barro; hoje, 9 vivem em habitações de alvenaria, e 3 vivem em habitações que mesclam alvenaria e madeira; esta última é uma forma híbrida marcada pela característica de um modelo de habitação típico do espaço urbano, mas que guarda em sua estética a expressão do sincretismo entre os modelos urbanos (feito de tijolo, cimento, ferro etc.) e os modelos tradicionais (feitos de madeira, palha, ripas, etc.).

No entanto, será preciso chamar a atenção para o fato de que as outras 8 beneficiárias vivem sob a base dos modelos rústicos de habitação, pois nem sempre conseguem mudar minimamente suas condições materiais de existência, permanecendo, no interior da estrutura periférica, sob o modelo em que viveram durante a juventude. A presença do rústico é marca do interior das estruturas físicas e culturais típicas do sincretismo desenvolvimentista que domina a periferia urbana.

Com a finalidade de ilustrar os aspectos de mudança cultural ocasionados pela integração dessas famílias ao espaço urbano, apresentamos abaixo alguns registros fotográficos que nos parecem representativos:

Quadro sinóptico 1 – Ilustrações das condições de moradia das beneficiárias do Programa Bolsa Família no espaço urbano



Fig. 1: Beneficiária G1rr (mulher, 48 anos, 2016) no interior de sua habitação, sentada no espaço da cozinha, e na companhia de uma de suas filhas na cidade de Boa Vista. (O Autor, 2016).



Fig. 2: Netas da beneficiária I1rr (mulher, 61 anos, 2016) na lateral da casa onde moram, na cidade de Boa Vista. Ao fundo, um espaço de prática religiosa. (O Autor, 2016).



Fig. 3: Beco do Flamengo, na cidade de Manaus, lugar onde existe uma presença significativa de famílias beneficiadas pelo PBF. A presença das beneficiárias domésticas é um marcador social. (O Autor, 2016).



Fig. 4: Beneficiária E2am (mulher, 38 anos, 2016) na frente de sua habitação e na companhia de seu filho mais novo na cidade de Manaus. Relata ter sido abandonada pelo companheiro. (O Autor, 2016).

Como se pode notar, o processo de assimilação destas famílias ao meio urbano está marcado pelos aspectos de sincretismo presentes entre os seus costumes tradicionais e as

alternativas culturais determinadas pelo espaço urbano. As imagens permitem constatar o hibridismo entre os aspectos tipicamente urbano-rurais.

Se observarmos atentamente as imagens acima ilustradas, perceberemos que seus conteúdos apresentam a coexistência de elementos modernos e tradicionais. Os tipos de habitação, por exemplo, apresentam uma arquitetura de variação estética muito singular, podendo ser às vezes de madeira (tipo rústica), às vezes de alvenaria (tipo urbana), ou de alvenaria e madeira (tipo híbrido), apresentando, de um modo geral, uma cena paisagística caracterizada pelo amálgama entre os elementos da cultura rural (como a madeira) e da cultura urbana (como o cimento, o azulejo, as telhas de amianto – Brasilit – etc.).

Constatamos, portanto, que os contrastes da cena periférica podem ser olhados a partir da multiplicidade de planos recíprocos⁶³: 1) a partir de uma constatação genérica, através da qual captamos pela observação de um morro, beco, ou cortiço, uma imagem entrelaçada por estruturas que mesclam madeiras e concretos de uma forma quase “desordenada”, revelando uma desigualdade de condições materiais e/ou simbólicas entre os desiguais; 2) a partir de uma constatação mais detida, pelo desenvolvimento de formas específicas de habitação, como, por exemplo, os tipos híbridos (formado por habitações cujas estruturas são ao mesmo tempo de alvenaria e madeira) e que revelam, segundo Linton (1936, p. 273-274), “alternativas” de abrigo típicas do processo de fusão cultural; e 3) a partir da variação das estruturas de madeira e alvenaria que se intercalam no interior e/ou exterior das casas, compondo uma cena que se faz híbrida por dentro e por fora.

No entanto, observa Durkheim (2000, p. 41-45), as formas de expressão materiais e exteriores dos fenômenos sociais guardam uma relação recíproca com os aspectos morais, relativos às práticas, crenças e costumes típicos de uma dada sociedade. Uma simples aproximação em direção ao interior do ambiente doméstico destas famílias nos permite constatar a relação intrínseca entre as condições objetivas e subjetivas, entre a vida material e simbólica de organização das estruturas domésticas.

Ao entrar nas habitações dessas famílias, percebemos que elas possuem uma característica em comum: suas vidas são preenchidas, quando muito, com *o básico* dos móveis e utensílios domésticos urbanos, a saber: um sofá, uma televisão, um fogão, uma geladeira, uma mesa, armário de cozinha, panelas, cama (ou apenas colchão), aparelho de som, ferro de passar roupa e, em alguns casos, um micro-ondas, nunca encontramos mais que

⁶³ Em nossa tese, a análise da fotografia está fundamentada na concepção sociológica da imagem como “representação social” (MARTINS, 2011) da vida cotidiana, como recurso capaz de auxiliar na compreensão da realidade social através da capturação em imagem das formas de expressões manifestadas pela consciência social e, portanto, por revelarem os aspectos tipicamente culturais e de condições de existência destas famílias.

o necessário para sua subsistência e geralmente em condições de utilidade muitas vezes precárias.

À diferença de seus pais, estas mães (ou famílias) possuem utensílios que são típicos das sociedades industriais, quase sempre adquiridos a prazo, no entanto, são seus hábitos de organização – sob a forma dos costumes tradicionais – que revelam o entrelaçamento cultural existente entre os bens materiais contemporâneos e as formas de representação tradicionais.

Ao nos aproximarmos do interior do núcleo habitacional, é comum vermos entrelaçados à presença de produtos industrializados, hábitos de organização e representação social típicos da cultura do meio rural, como, por exemplo, as molduras com retratos-pintados de parentes acima do móvel da sala, quadros antigos com paisagens do meio rural, imagens de santos, mensagens em folhetos reforçando a figura da mãe protetora, objetos de cozinha lustrados e organizados de forma simétrica, hábitos de costura ou de bordado expressos em lenços ou toalhas de mesa (às vezes, feito pelas próprias beneficiárias, como no caso da R1rr), modos de se vestir que guardam conexão com o passado, em alguns casos ainda é possível vê-las, principalmente as mais idosas, com vestidos de estampas de chita típica do meio rural etc. Todas estas características aparecem representadas de alguma forma em uma ou em outra habitação que visitamos; varia, é claro, a ocorrência, pois ligadas às gerações de beneficiárias com mais idade estão aquelas mais jovens e cuja forma de se portar já não é mais aquela de seus pais e avós, apesar de morarem em uma habitação que ainda integra as características do meio rural em sua ambiência doméstica e decorativa⁶⁴.

Em um plano geral, podemos dizer que seus modos de vida revelam um conjunto complexo de representações sociais que se interseccionam à matriz de suas novas estruturas domésticas.

Segundo Mannoni (2016, p. 55, tradução nossa), significa dizer que:

[...] os elementos nodais que formam as representações sociais dependem da história do indivíduo ou do grupo do qual elas emergem. A combinação que procede destas elaborações tem, bem entendido, uma vocação social fundamental, desde que os elementos figurativos que são as representações sociais se organizem entre eles para conduzir, segundo isto que se passa, se passou ou se passará, as narrativas de vida, crença, contos, fábulas, mitos, lendas ou ideologias de onde a experiência tira seus sentidos.

Assim, as habitações urbanas destas famílias revelam em seu exterior e interior parte do conteúdo da memória coletiva da família, vivenciada durante o processo de socialização no

⁶⁴ A descrição destes fatos se deu com base no diário de campo e nas fotografias, algumas destas constam mais abaixo, quando tratarmos da posição que assume a mãe (beneficiária) dentro da estrutura doméstica da família.

INF, ou, como bem observou Halbwachs (1994, p. 152), isto evidencia a constatação de que “a memória familiar compõe um quadro que ela tende a conservar intacto e que é em qualquer circunstância a armadura tradicional da família”, ou ainda, seu conteúdo simbólico de estruturação e enfrentamento diante das condições de existência típicas de sua cultura.

Do ponto de vista das representações sociais, podemos pensar as características internas e externas dos núcleos domésticos dessas famílias a partir da noção de representação social enquanto “visão funcional do mundo, que permite ao indivíduo ou grupo dar um sentido a suas condutas e compreender a realidade através de seu próprio sistema de referência, logo, adaptar-se e definir seu lugar nessa realidade” (ABRIC, 1994, p. 13). Tanto é assim, que vemos no interior de suas habitações um encontro entre o passado e o presente, revelados de fora para dentro e de dentro para fora; uma representação decorrente das necessidades de estilos de vida que se entrecruzam pela integração dessas famílias às zonas periféricas do espaço urbano⁶⁵.

4.2.2 Atribuição de papéis, trabalho e solidariedade social

No entanto, um olhar um pouco mais atento sobre as representações sociais destas famílias também nos permite compreender como estão estruturados o papel social atribuído a cada um dos membros no interior e exterior do núcleo doméstico, o que será mais bem compreendido após situarmos em linhas gerais o perfil básico dessas famílias.

A princípio, estas famílias estão compostas por mães que são filhas de pais que vieram em sua maioria do Norte ou Nordeste. Hoje, apenas 3 beneficiárias são consideradas nordestinas, as outras 17 nasceram na Região Norte (sendo 15 migrantes do interior, e 5 nascidas na capital). Das 20 mulheres, 16 vivem uma relação conjugal dentro de um modelo amigado (não oficial), e as outras 4 estão distribuídas entre solteiras, divorciada e viúva, que também relatam terem vivido de forma amigada em algum momento de suas vidas⁶⁶.

Naquilo que diz respeito à educação, percebe-se que das 20 entrevistadas, 16 afirmam não terem concluído os estudos básicos. É muito comum perceber entre todas elas uma forma particular de expressão oral e de construção de suas narrativas que lhes são

⁶⁵ Uma análise mais aprofundada sobre as representações sociais pode ser vista em DURKHEIM, E. *Sociologia e filosofia* (1970); e MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social* (2004).

⁶⁶ Para este grupo de famílias economicamente pobres, parece não importar tanto a forma que assume a relação conjugal; mais que isso, o importante é dar vazão às características de integração social pela sobrevivência, ou seja, nestes casos, a relação conjugal pode se caracterizar, segundo Paugam (2017, p. 61-85), como uma forma de estratégia de sobrevivência e integração social de grupos de famílias vulneráveis ou marginalizadas, sobre este aspecto haveremos de notar que nestes grupos a solidariedade conjugal também exerce papel determinante.

próprias; seus trejeitos, oralidade e humor revelam as matrizes familiares das quais fizeram parte suas experiências de vida, bem como a formação de seu caráter; além disso, falam de um modo distinto, muitas vezes tido como “errado” pelos cidadãos, que as estigmatizam por não possuírem suficiente conhecimento do português-padrão⁶⁷.

Quanto à religião, observamos a existência de 10 beneficiárias evangélicas, 8 católicas e 2 sem religião definida, parecendo indicar um sutil movimento de ascensão em direção ao tipo de religião evangélica, apesar de afirmarem que têm sido seus pais católicos, elas demonstram certa convicção pela nova opção religiosa, mudam a religião, mas não suas crenças em um princípio de salvação divina.

Os papéis sociais atribuídos a cada um dos membros no interior do núcleo doméstico são pautados pelas circunstâncias acima descritas, e participará no conjunto pela definição de posições dentro das estruturas domésticas urbanas. Ou seja, as condições materiais e simbólicas que compõem as cidades onde estão inseridas estas famílias, definem os lugares ocupados pelo grupo, segundo Paugam (2016, p. 50-77), lugares de participação orgânica, de filiação e de participação eletiva e de cidadania Paugam, 2016, p. 50-77), lugares de participação orgânica, de filiação e de participação eletiva e de cidadania que serão cruciais para o desenvolvimento das estratégias de sobrevivência e enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais⁶⁸.

No que se refere ao papel assumido pela figura do pai no interior do núcleo doméstico urbano, é possível constatar que a imagem deste representante de família ainda é aquela do homem provedor que sai para o trabalho e traz para casa o sustento da família, agora não mais nas atividades da agricultura ou da roça, mas sim mediante as funções que irá ocupar como trabalhador urbano.

Dizem as beneficiárias ao falar de suas condições de vida após chegaram à cidade juntamente com o companheiro:

“Ele trabalhava, a gente vivia do trabalho dele, tinha casa própria, aí vivia assim do dinheiro dele né, que ele trabalhava, hoje meu marido trabalha na Universal

⁶⁷ Neste trabalho, apesar de a questão linguística não ser o centro de nossa investigação, acreditamos que uma análise sobre as formas de expressão linguísticas consideradas “erros de pronúncia recorrentes”, como, por exemplo as expressões “eu tava **c’uns** 14 anos”, “tô pensando no ano que vem **m’imgajá** pra terminar meus **instudo**”, “**qu’eu** preciso”, “já mudei **pr’um** bocado de casa” etc., podem dar pistas para pensarmos a questão do fenômeno sóciolinguístico como estratégia de sobrevivência que possibilita – por um mecanismo teleológico arguto – integrar estas famílias através de sua assimilação ao espaço urbano. Para uma análise introdutória ao assunto, ver BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz* (2001).

⁶⁸ Para uma melhor compreensão dos conceitos de lugar de participação orgânica, lugar de filiação, lugar de participação eletiva e lugar de cidadania, ver PAUGAM, Serge. *Le lien social* (2016); e PAUGAM, Serge. *Vivre ensemble dans un monde incertain* (2017).

Eletrônica, numa empresa que monta controle de televisão, aí é disso que a gente vive” (M3am, mulher, 34 anos, 2016).

“Eu tinha 15 anos quando conheci o pai dos meus filhos, fui morar com ele de aluguel em uma casa de madeira, vivíamos do trabalho dele, ele trabalhava, ele sempre foi pedreiro” (Z1rr, mulher, 38 anos, 2016).

“Até os 15 eu morei com meus pais, foi no momento em que eu conheci ele [o marido], aí eu engravidei e fomos morar juntos, nós fomos morar em um apartamento [uma quitinete] no bairro Bela Vista [...]. Nós vivíamos do trabalho dele, meu marido era ajudante de pedreiro, serviços gerais, o que aparecia pra ele, e aí também tinha um vizinho lá que era pintor e chamava ele pra fazer umas diárias” (J1rr, mulher, 30 anos, 2016).

“Quando nós fomos morar juntos eu tinha 17 anos, ele trabalhava na feira, ele era feirante, mexia com venda de verdura na feira, ele comprava de um pessoal, aí o pessoal deixava em caminhões, aí ele comprava um pouquinho de um e um pouquinho de otro, só sei que ele vendia tudo, depois reunia tudo isso e ia vender na feira, vendia na feira do produtor e na feira do garimpeiro [...] Eu ficava em casa cuidando do meu filho, quando fui trabalhar o meu filho tava com quatro anos, o Lucas, aí fui trabalhar de diarista, aí de lá pra cá eu nunca mais parei” (H1rr, mulher, 35 anos, 2016)⁶⁹.

Vê-se, pois, que as funções assumidas pelos maridos na cidade – quando de sua presença – são majoritariamente aquelas consideradas inferiores, pois exigem pouca qualificação e muitas vezes informais. Segundo Tavares (2004), são funções de trabalho precárias (sem vínculo empregatício legalmente estável). Sempre que nos foi possível, verificamos através de suas narrativas que seus parceiros eram vigilantes sem seguridade trabalhista estável, auxiliares de manutenção de máquinas de ar-condicionado, vendedores de lojas e supermercados, por vezes pintores e/ou pedreiros, vendedor de salgados, marceneiro etc., trabalhadores que assim como suas parceiras se encaixaram nas malhas do setor urbano por um processo de assimilação precária, caracterizado pela herança simbólica rural que permanece, pela ausência de vínculo formal de trabalho e pelo exercício de atividades que exigem pouca qualificação.

Vale destacar, que faz parte do processo de assimilação destas famílias ao espaço urbano, o desenvolvimento variado das estratégias de sobrevivência. Como se pode notar na narrativa de J1rr, o trabalho externo se revela (neste primeiro momento de assimilação e integração ao espaço urbano) como lugar masculino de busca pela sobrevivência do grupo, assumindo a mulher posição de doméstica.

⁶⁹ A feira do garimpeiro e a feira do produtor, localizadas na cidade de Boa Vista (RR), podem ser consideradas como pequenos centros de venda de produtos locais típicos do meio rural; são espaços constituídos pela presença de famílias pobres rurais/urbanas que através de suas “barracas” ou das “divisórias de pequenos espaços” sobrevivem pelo movimento do circuito urbano consumidor, elas se destinam à venda de produtos locais (como farinha, frutas, verduras, peixe, porco etc.) que são produzidos no interior ou na própria capital e levados para serem vendidos na feira.

No entanto, é preciso chamar a atenção para o fato de que a estratégia de busca por trabalho também se encontra interseccionada por laços de solidariedade coletiva entre famílias distintas; isto pode ser visto na afirmação da beneficiária, quando diz “e aí também tinha um vizinho lá que era pintor e chamava ele pra fazer umas diárias”, ou seja, a estratégia de busca por trabalho envolve também, como pano de fundo, as estratégias de sobrevivência e codependência recíprocas entre famílias distintas, os laços de amizade e dependência mútua – típicos das práticas de vida no INF – fazem parte agora do contexto urbano, muitas vezes reforçados pelas relações estabelecidas entre os agrupamentos coletivos que se constituem em zonas periféricas⁷⁰.

Desse modo, foi possível constatar que entre as posições assumidas pelo marido dentro do núcleo doméstico define-se esta como a de homem-provedor-inconstante, cuja presença – quando ocorre – se concretiza apenas ao final do dia, depois que retorna do trabalho ou de lugares que frequenta por interesses de destinos pessoais (como bares, casas de prostituição etc.), contrariando em grande parte os interesses de suas parceiras⁷¹.

Cabe ressaltar ainda que nas narrativas das mães (as beneficiárias), são frequentes os casos variados de violência doméstica atrelados à postura de “independência” do parceiro diante da família. Apesar de existirem exceções, constatamos, nesta pesquisa, uma grande parte dos relatos de insatisfação com a postura do pai e a obrigação das mães de desenvolverem – sob o papel de domésticas – estratégias de sobrevivência variadas que lhes possibilitem realizar – mesmo que minimamente – os objetivos traçados em seus projetos de futuro, visando a uma melhor condição de vida para seus filhos⁷².

Vale destacar ainda, o fato de que mesmo diante dos conflitos existentes entre os casais, percebe-se, como dissemos anteriormente, que as relações conjugais também assumem a função de estratégia de sobrevivência, pois, mesmo diante das contradições que apresentam, elas funcionam para estas famílias – e, neste caso, nos referimos mais especificamente às

⁷⁰ Lançaremos mão de outros exemplos relacionados à mobilidade das estratégias de sobrevivência quando discorrermos em especial sobre as mães-beneficiárias, uma vez que são elas o objeto propriamente dito de nossa pesquisa e da discussão analítica mais detalhada.

⁷¹ Nesta pesquisa os destinos pessoais são entendidos a partir das perspectivas sociológicas de BERTAUX, Daniel. *Le récit de vie* (2016); e DE GAULEJAC, Vincent; Roche, Pierre; Hanique, Fabienne. *La sociologie clinique: enjeux théorique et méthodologiques* (2012).

⁷² Para uma compreensão mais detalhada sobre os relatos de violência doméstica com relação às práticas de dominação masculina, ver MAGALHÃES, B. *As marcas do corpo contando a história: um estudo sobre a violência doméstica*. Maceió: EDUFAL, 2005. Vale destacar ainda, o fato de que mesmo diante dos conflitos existentes entre os casais, percebe-se, como dissemos anteriormente, que as relações conjugais também assumem a função de estratégia de sobrevivência mesmo diante das contradições que apresentam, funcionam para estas famílias e, neste caso, referimo-nos mais especificamente às beneficiárias, como um “lugar de participação eletiva” (PAUGAM, 2017, p. 21), mas certamente contraditório, já que, mesmo diante de tal escolha, a mulher permanece historicamente em um universo de privilégios sociais ainda hoje majoritariamente masculinos.

beneficiárias – como um “lugar de participação eletiva” (PAUGAM, 2017, p. 21), certamente contraditório, já que a mulher tem convivido historicamente em um universo de condições e privilégios sociais ainda hoje majoritariamente masculinos.

No que se refere ao papel assumido pelas beneficiárias, percebe-se, através dos relatos, que sua inserção ao espaço urbano fez-se inicialmente como domésticas, ou como se diz habitualmente, como donas de casa. Elas assumiram, a princípio, formas de condutas típicas dos costumes familiares que integraram sua socialização na infância e na juventude. Destacam-se aí os cuidados da casa e da criação dos filhos, do engajamento no mundo do trabalho quando possível, na função de empregadas domésticas, faxineiras, cozinheiras, lavadeiras e passadeiras de roupa. Estas atividades, junto com a dos maridos podem ser entendidas como formas de resposta ao enfrentamento da pobreza e, ao mesmo tempo, como estratégia de sobrevivência no meio urbano, mobilizadas em função de um projeto de futuro para si e para a família.

É que, com o tempo, a vida no espaço urbano exigiu que estas mulheres se articulassem em função de suas novas necessidades de sobrevivência, para isso, tiveram de se lançar às atividades de trabalho dentro e fora do núcleo doméstico, sendo condicionadas a mobilizar diferentes estratégias de sobrevivência em associação com suas necessidades e expectativas de vida.

Notamos, pois, que assim como seus parceiros, estas mulheres tiveram de se lançar ao mundo do trabalho urbano, uma vez que a vida na cidade exigia – através do *desenvolvimento conflituoso de novas necessidades* – que participassem no universo dos serviços urbanos como mais uma força de trabalho adequada às novas condições de existência⁷³. Isso pode ser mais bem compreendido pela visualização do quadro abaixo ilustrado:

⁷³ A ideia de um *desenvolvimento conflituoso de novas necessidades* pode ser entendida pelo conjunto variado de ocorrências sociais que impulsionam o sujeito a agir em direção distinta, como, por exemplo, os vícios do marido e sua presença inconstante no ambiente doméstico, o desemprego familiar, o envolvimento dos filhos adolescentes com drogas, o aumento do custo de vida, a prostituição etc.

Quadro 2 – Das disposições dos papéis das beneficiárias na estrutura de organização da família

BENEFICIÁRIAS	DISPOSIÇÃO DOS PAPÉIS DAS BENEFICIÁRIAS NA ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO DA FAMÍLIA NO SEGUNDO NÚCLEO FAMILIAR (2NF)	
	ATRIBUIÇÕES RELACIONADAS AO TRABALHO DEPOIS DE CASADA (2NF)	ATRIBUIÇÕES RELACIONADAS AO TRABALHO DEPOIS DE CASADA (2NF)
1. M1am (mulher, 60 anos)	I) Dona-de-casa. II) Empregada doméstica. II) Lavava roupa passava pra fora. III) Montou uma banquinha pra alugar. IV) Vendia salgado.	I) Desempregada/doméstica/dona de casa). II) Diz sabe fazer de tudo um pouco.
2. P1am (mulher, 21 anos)	I) Operadora de telemarketing (sem carteira assinada). II) Trabalhou no distrito (com carteira assinada/já recebia bolsa família)	I) Desempregada/doméstica/dona de casa).
3. P2am (mulher, 38 anos)	I) Trabalhou na SUFRAMA antes do Bolsa família	I) Se diz desempregada/doméstica/dona de casa). II) Mas tira 30 reais do Bolsa Família para comprar salmos e revendê-los, ampliando sua renda. Contrariamente à primeira afirmação, diz trabalhar com vendas.
4. C1am (mulher, 32 anos)	I) Dona de casa, cuidava dos filhos dela e da irmã. II) Morou e ajudou uma senhora que a acolheu, enquanto trabalhava de auxiliar de cozinha para uma mulher que vendia arroz frito (quibe); III) Trabalhou numa empresa como auxiliar de lavanderia	I) Desempregada/doméstica/dona de casa.
5. M3am (mulher, 34 anos)	I) Dona de casa, desempregada, que vivia do trabalho do marido.	I) Desempregada/doméstica/dona de casa.
6. C2am (mulher, 23 anos)	I) Dona de casa, desempregada, vivia do trabalho do marido.	I) Desempregada/doméstica/dona de casa)
7. D1am (mulher, 30 anos)	I) Dona de casa. II) Trabalhou de diarista. III) Trabalhou de serviços gerais.	I) Desempregada/doméstica/dona de casa.
8. M4am (mulher, 39 anos)	I) Trabalhava na roça com os filhos. II) Vendia espeto de madeira no bar. III) Trabalhou em supermercado. IV) Manicure. V) Diarista. VI) Trabalhou com vendas de perfumes (UP linhas de perfume)	I) Trabalha como acompanhante (ou, como eles chamam, cuidadora de idoso), com carteira assinada. Obs.: O filho já trabalha como cuidador de idoso. Atualmente não recebem mais o Bolsa Família.
9. M6am (mulher, 61 anos)	I) Dona de casa, cuidava da filha e trabalhava na “roça” plantando no quintal. II) Empregada doméstica em casa de família. III) Trabalhou na pastoral da criança. IV) Trabalhou como agente de saúde.	I) Desempregada/doméstica/dona de casa. II) Vende salgados e bolos.

10. E3am (mulher, 62 anos)	I) Dona de casa. II) Trabalhou no didrito. III) Trabalhou no CIEC. IV) Trabalhou de serviços gerais em colégio e em um restaurante que vendia prato de um real, de carteira assinada (foi quando cortaram o benefício).	I) Desempregada/doméstica/dona de casa. II) Vende produtos Natura e CDs na rua.
11. M1rr (mulher, 64 anos)	I) Dona de casa. II) Trabalhava de “roça” no quintal. III) Trabalhou junto com o marido, como gari, limpando a rua.	I) Desempregada/doméstica/dona de casa.
12. E3rr (mulher, 35 anos)	I) Dona de casa II) Trabalhava em restaurante como zeladora. III) Trabalhava e morava nas olarias ao lado do rio branco, produzindo e vendendo tijolos de barro.	I) Auxiliar de cozinha do CTG.
13. A3rr (mulher, 39 anos)	I) Trabalhou como doméstica a partir dos 16 em casa de família, dividindo sua renda com a irmã mais velha.	I) Desempregada/Doméstica/dona de casa. Vende Bombons (doces variados), pirulitos etc., em casa.
14. F1rr (mulher, 52 anos)	I) Dona de casa II) Lavava roupa “pra fora” como meio de sobrevivência III) Vendia doces e salgados. IV) Trabalhou em restaurante V) Trabalhou de diarista. VI) Montou com o marido um pequeno comércio onde vendia comidas e bebidas em casa, fechando posteriormente.	I) Desempregada/doméstica/dona de casa.
15. G1rr (mulher, 48 anos)	I) Dona de casa II) Trabalhou como empregada doméstica e fazia vendas (produtos Natura).	I) Desempregada/doméstica/dona de casa (doente).
16. R1rr (mulher, 47 anos)	I) Viveu casada com um indígena, trabalhava na roça, pescava e cuidava da casa. Sofreu violência desse indígena durante aproximadamente cinco anos. Relata: "O trabalho de ralar mandioca, fazer farinha, tudo era eu". Quando sobrava farinha vendia para comprar sal, sabão etc. II) Quando saiu do interior de Roraima para a cidade de Boa Vista trabalhou de empregada doméstica na casa de terceiros III) Em seguida, trabalhou como costureira autônoma e dona de casa.	I) Costureira (autônoma) e doméstica/dona de casa.
17. E1rr (mulher, 52 anos)	I) Trabalhava administrando o "comércio" (mercadinho) do marido no sul do Estado de Roraima (interior). Este comércio era dentro da própria casa do marido. Vivia como dona de casa. Diz: "A casa sempre fui eu que cuidei". II) Ao chegar em Boa Vista assumiu a função de dona de casa.	I) Trabalha em lavanderia do Hospital Geral de Roraima (HGR).
18. Z1rr (mulher, 38 anos)	I) Dona-de-casa, relata que a renda da casa sempre veio do trabalho do marido, sempre cuidou dos filhos enquanto ele trabalhava.	I) Desempregada/doméstica/dona de casa.

19. H1rr (mulher, 35 anos)	I) Aos 14 anos trabalhou de babá na casa de uma família que mora no centro da cidade; II) Trabalhou em um Programa da Prefeitura chamado "Operação Faxina"; III) A pedido do marido ficou tomando conta da casa e cuidando dos filhos. Só passou a trabalhar de diarista quando o filho completou quatro anos, e este podia ficar na escola.	I) Após o falecimento do marido, trabalhava como diarista, parou apenas quando descobriu que estava grávida. Hoje é Desempregada/doméstica/dona de casa.
20. J1rr (mulher, 24 anos)	I) Dona de casa, disse ela: "Quando cheguei em Boa Vista eu só estudava e ficava em casa para cuidar dos filhos e terminar de concluir os estudos".	I) Desempregada/doméstica/dona de casa.
Nº de beneficiárias	20	20
TOTAL EM %	100,00%	100,00%

Fonte: Elaboração própria, e que representa apenas as informações contidas nas colunas 2 e 3 de nossa planilha de categorizações. Pretende ilustrar os papéis das beneficiárias no 2NF, tanto no passado (coluna com cor de tarja amarela) quanto no presente (coluna com cor de tarja vermelha).

À primeira vista, pode-se notar que a posição ocupada por estas meninas-mães-mulheres a partir do 2NF expressa os resultados de atribuições desenvolvidas ao longo do processo de constituição de seus destinos pessoais, e que resultam da luta pelo enfrentamento da pobreza em diferentes espaços e circunstâncias sociais.

A análise das trajetórias de vida dessas mães revela que o processo de integração ao meio urbano acontece mediado pelo sincretismo entre os valores da cultura do campo e os da cultura da cidade, ou seja, a entrada delas no cenário urbano ocorre pela intersecção tanto daqueles conteúdos que refletem o acúmulo de suas experiências no 1NF, como pela interposição daqueles conteúdos que pautam a organização e o funcionamento da vida no espaço urbano.

No caso em análise, o processo de integração urbana destas mães ocorre, segundo Simmel (2013, p. 64), mediado por “conexões causais” recíprocas, e se apresentam como possibilidade lógica dentro do quadro de ações e circunstâncias objetivamente visíveis. O acervo de conhecimento adquirido por elas e a capacidade de articulação desses conhecimentos ante a realidade constituem a condição necessária de enfrentamento na busca pela sobrevivência, e isso pode ser percebido pela mobilização das estratégias que pautam a luta pela integração delas à periferia das cidades. É muito comum ouvi-las dizer:

“Eu morava no Maranhão, no município de Zé Doca, era no interior, [...] quando eu fui crescento eu trabalhava de roça junto com meu padrinho Viturino [...], ele é que era o chefe da casa, eu lavava roupa, cuidava da casa, pescava no rio, no dia que eu

não trabalhava eu ia quebrar coco, lá tinha lugar de cocal [...]. Nós tínhamos poucas coisas, a vida era sofrida e a renda dava só pra comer muito mal [...]. Eu tinha 16 anos quando me casei, nós tínhamos nosso terreno, aí nós vendemos e viemos pra cá [para Boa Vista], quando chegamos aqui nós trabalhamos de favor nas casas, viemos eu e minha família, pra perto dos parentes, como se diz, dos conhecidos né, tudo vizinho de lá do Maranhão, aqui nós somos muito conhecidos [...], mas hoje eu considero que eu estou melhor de condição, porque quando nós chegamos em Boa Vista nós não passamos mais fome, tenho minha casinha boa aqui juntamente com meus netos e minha família todinha, num falta o que comer, porque nós temos todo dia um pouquinho graças a Deus” (M1rr, mulher, 64 anos).

Ao afirmarmos serem comuns os relatos das beneficiárias, estamos chamando a atenção para o fato de que suas histórias de vida guardam um padrão de comportamento característico, principalmente no que diz respeito à mobilidade de suas estratégias de sobrevivência diante de suas expectativas de vida.

Em suas narrativas, as beneficiárias relatam que se casam jovens e que migram em direção ao espaço urbano em busca de melhores condições de vida; estas mudanças, no entanto, dependem da garantia de uma outra estratégia de sobrevivência, a solidariedade familiar. Em outras palavras, significa que a possibilidade concreta para a realização de seus objetivos também depende da esperança e confiança nascidas da relação com os mais próximos, uma vez que depende – na maior parte dos casos – das redes ligadas aos grupos de filiação originária e/ou da participação eletiva que ali se encontram abrigados, e cuja legitimidade pode ser estabelecida através do “reconhecimento afetivo ou por similitude” (PAUGAM, 2016, p. 62-77). Estas redes incluem cônjuges, amigos, ou parentes escolhidos já estabelecidos no Estado de destino; aqueles cujos laços afetivos compreendem uma mesma unidade familiar, e cujo sentimento se encontra ligado às relações de proximidade vividas no INF. Nestes casos, a integração urbana é mediada pelo apoio recíproco daqueles cujas histórias de afeto e solidariedade lhes são familiares.

Notamos, pois, que em comparação ao meio rural, o espaço urbano aparece como lugar de destino em torno de uma vida com oportunidades distintas; o acesso a saúde, a educação, a possibilidade de oferecer aos filhos outros horizontes para além daqueles determinados por suas condições de existência no meio rural, etc., jogam um papel decisivo sobre o desdobramento de seus destinos pessoais enquanto família⁷⁴.

⁷⁴ Cumpre salientar ainda, que mesmo quando algumas destas famílias migram do Estado de origem para o interior do Estado de destino, o objetivo final é fazer da estratégia de migração ao interior do Estado de destino um “trampolim” para o alcance de um desejo de vida menos padecido nas zonas urbanas de certas capitais. A experiência de vida parece ter ensinado a elas que o tempo de vida em lugares rurais é quase sempre temporário e conflituoso, daí a necessidade de se projetarem na realização de um objetivo futuro em direção às capitais. Dos 20 casos descritos, 15 relataram viver no interior antes de chegar ao destino da cidade, o que não as impediu de manter um fluxo de contato permanente com a recém-conhecida capital.

A esperança em um futuro de oportunidades – marcada, em nossa cultura, pelas características da busca pelo “ouro” de possibilidades urbanas – também contribuiu para impulsionar o desejo de realização de seus projetos de futuro em uma sociedade marcada historicamente pelas desigualdades sociais; no entanto, isso depende tanto da posição e do papel que elas ocupam no interior da estrutura doméstica do 2NF, quanto da capacidade de articulação de suas estratégias diante das expectativas de vida.

Como já havíamos demonstrado, os costumes de família participam da cadeia de motivações psicológicas que abrem caminho para a realização de seus destinos pessoais. O casamento, os filhos, a migração, a solidariedade, bem como a possibilidade de conquistar novos horizontes de vida através da integração urbana contribuem para o estabelecimento da organização e o funcionamento da estrutura doméstica a partir da chegada dessas famílias à periferia destas cidades.

O movimento de chegada ao espaço urbano é marcado pela receptividade dos parentes/conhecidos que inserem a família (ou grupo de famílias) por período de tempo necessário. Como disse M1rr “[...] viemos eu e minha família, pra perto dos parentes, como se diz, dos conhecidos”, ou seja, neste caso, não há diferença entre parentes e conhecidos, no que diz respeito aos valores e crenças que são compartilhadas por eles, o que existe é um processo de “aglutinação” (DURKHEIM, 2004, p. 28) por similitude; são experiências vividas em um lugar de filiação e participação cujo reconhecimento dos costumes lhes é familiar, sendo a solidariedade uma atitude integradora e coparticipativa⁷⁵.

A convivência com os parentes e conhecidos é o primeiro passo no processo de integração urbana. Alojada na casa de um deles, a família recém chegada dá início à mobilidade espacial urbana, e começa a repensa suas estratégias de sobrevivência, agora não mais numa cidade imaginada, mas na cidade real; Boa Vista ou Manaus fogem da escala por ela imaginada antes de resolver partir. Dentre os desafios que se apresentam para alcançar uma vida com relativa segurança e independência estão a necessidade de qualificação profissional, emprego, moradia, melhores condições de saúde e educação. Sem isto o projeto de futuro está ameaçado.

Apoiadas em um modelo de estrutura doméstica tradicional, estas famílias se encaixam na malha periférica da cidade pelos laços de solidariedade e pela reprodução e cumprimento dos papéis definidos pela origem de seus costumes. O dilema que se apresenta é

⁷⁵ Sobre questões relativas aos tipos de lugares sociais e seu processo de integração por meio da solidariedade, ver DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social* (2004), *O suicídio* (2000), e *A educação moral* (2008). Para uma compreensão mais integradora e atual sobre estas ideias em Durkheim, ver PAUGAM, Serge. *Le lien social* (2016), *Vivre ensemble dans un monde incertain* (2017), e *Repenser la solidarité* (2015).

conciliar autonomia e solidariedade sem permanecer na dependência exclusiva dos parentes e conhecidos.

Enquanto a figura masculina do marido se reproduz a partir do papel de homem/provedor pouco presente, o papel da mãe (beneficiária) é novamente a de trabalhadora doméstica, a princípio como doméstica nos serviços de coparticipação solidária na casa dos parentes/conhecidos, e posteriormente – quando ocorre de haver uma mudança para a casa própria ou a conquista de um emprego – como “trabalhadora do lar”, predominantemente como doméstica⁷⁶. Daí ser comum ouvi-las relatar:

“O meu tio e a minha tia eles vieram pra cá, depois eles trouxeram a gente, minha mãe trabalhava de doméstica, aí os meus tios como não tinham trabalho eles cuidavam da gente, nós eramos três irmãos [...] aí o meu tio depois começou a trabalhar em oficina, ajudou a gente, ele conseguiu uma casa pra gente morar lá no Lírio do Vale, lá a gente não pagava nada, porque era uma oficina, ele trabalhava com um homem que cedeu a casa pra gente morar, pra gente sair do aluguel, [...] aí minha mãe teve um relacionamento meio conturbado, ele era alcoólatra, eu acho que eu tinha uns 10 ou 12 anos, [...] aí como quando a gente vai crescendo a gente vai querendo as coisa da gente né, eu queria ter um xampu, eu queria ter minhas coisa né, aí o dinheiro da mamãe num dava e o relacionamento era complicado, aí eu digo a mano é eu mesmo, aí como o meu tio conheceu uma peruana que trabalhava vendendo um negócio na rua, aí eu fui ser babá [...], depois minha vó veio pra buscar a mamãe né, aí eu fiquei aqui, nesse tempo o meu tio tinha feito uma casinha lá no quintal dele pra gente morar, era uma casinha de madeira, aí a mamãe foi embora pra Santarém, eu fiquei nessa casa morando sozinha, eu tinha uns 15 anos, aí conheci um rapaz, esse que hoje é meu marido né, conheci ele e a gente começou a namorar, depois passou uns tempos e meu tio queria que a gente casasse, se não ele ia me mandar embora lá pra Santarém [risos longos], aí eu falei pro meu namorado, ‘rapaz só tem um meio de ficar aqui, se a gente casar’, aí eu fiquei junta com esse meu marido, [...] aí fomos morar juntos, comecei trabalhando um tempão de diarista, depois eu consegui arrumar um emprego desses numa escolar, fiquei trabalhando de serviços gerais um tempão, aí depois que eu trabalhei de serviços gerais eu tive que sair por causa que eu não tinha com quem deixar os meninos né, aí eu também tenho uma irmã que ela mora comigo, só que ela também quer ter as coisa dela né, eu num tenho condições de dar tudo que ela quer fazer, ela quer fazer a faculdade, não tenho condições, porque o meu marido ele trabalha de vigilante agora, só que ainda assim tem que pagar aluguel né, tem que pagar as conta, não dá muito, mas assim quando eu trabalhava eu ajudei bastante, a minha irmã fazia curso, essas coisa pra puder ter um emprego melhozinho, né?, não de casa de família [...]” (D1am, mulher, 30 anos).

Notamos, pois, que este tipo de narrativa apresenta marcadores discursivos que são comuns entre os diversos fluxos de trajetórias de vida apresentados pelas beneficiárias. Das 20 entrevistadas, as mesmas 20 descrevem o cumprimento dos papéis de doméstica a partir da

⁷⁶ Vale lembrar que a condição de saída para uma casa própria é sempre relativa, pois depende tanto de fatores como o grau de parentesco e amizade estabelecido entre os parentes/conhecidos, das oportunidades de emprego, do uso de certas economias trazidas de seu lugar de origem etc., quanto de fatores que não a tornam possível, uma vez que as oportunidades se fecham e o familismo novamente se abre como possibilidade de aglutinação entre estas famílias, ou seja, elas mobilizam estratégias de construção de casas com andares suspensos ou mesmo distribuídas em um único espaço de terra com a finalidade de resolução para o problema.

constituição do 2NF, mesmo quando o histórico da migração não tenha sido necessário. É comum ouvi-las relatar que sempre substituíram suas mães nas atividades domésticas quando jovens, geralmente através do cuidado com os irmãos mais novos, nas atribuições de lavagem de roupa e no cuidado da casa, no preparo da comida e na obtenção de serviços paralelos que lhes trouxessem renda ou legitimidade familiar pela prestação de serviços mútuos de solidariedade entre os parentes/conhecidos.

Por essa razão, quando se casam, estas mulheres articulam o papel que lhes foi atribuído pela cultura desde tenra idade. O passado é mobilizado em função da esperança de garantir a sobrevivência em um espaço que não corresponde mais a realidade rural, e, por isso, fazem afirmações do tipo “eu queria ter minhas coisa, aí o dinheiro da mamãe num dava e o relacionamento era complicado, aí eu digo a mano é eu mesmo”, aí como o meu tio conheceu uma peruana que trabalhava vendendo um negócio na rua, *aí eu fui ser babá [...]*”.

Isto ajuda a compreender porque é tão comum vê-las assumir posições que se equiparam à de doméstica durante o processo de integração ao espaço urbano. Quando se pergunta o que faziam na casa de quem a acolheu respondem, que ajudavam limpando, lavando e passando roupas, cuidando dos filhos daqueles que trabalham etc. Ao mudarem-se para sua própria casa são as responsáveis pelas tarefas domésticas, embora mantenham com os parentes e conhecidos os laços de solidariedade com eles construídos.

Portanto, quando falamos da posição e do papel assumido por estas mães a partir do 2NF, buscamos chamar a atenção para o fato de que o lugar ocupado por elas no espaço urbano continua sendo o de dona de casa/trabalhadora do lar, só que agora em função das atividades e serviços que são típicos do meio urbano.

Como já havíamos mencionado, as narrativas apontam para um padrão de comportamento em que cabe ao homem (neste caso, o marido) o trabalho fora de casa, através de serviços diversos e, na maior parte das vezes, com o descumprimento dos horários de chegada em casa, enquanto que às mulheres cabem os serviços domésticos (lavar e passar roupa, manter a casa limpa e em ordem, preparar comida, levar os filhos à escola, fazer compras etc.); apenas quando se sentem um pouco mais integradas ao espaço urbano é que elas se mobilizam em busca de outras atividades paralelas e remuneradas. Estas atividades, quase sempre se realizam apoiadas no modelo das experiências domésticas representadas por seus capitais simbólico-culturais, e refletidas nas expressões de zelo manifestadas por seus comportamentos de organização e dos cuidados domésticos que lhes foram atribuídos pela tradição de seus costumes, como se nota nas fotografias abaixo relacionadas:

Quadro sinóptico 2 – Ilustração das condições de moradia das beneficiárias do Programa Bolsa Família no espaço urbano



Fig. 5: Beneficiária H1rr (mulher, 35 anos) apoiada na parte externa de sua casa na periferia da cidade de Boa Vista. Neste dia, relatou ter perdido seu companheiro (pai de seus filhos) recentemente, desempregada e preocupada sobre o que vai fazer na luta pela sobrevivência. Disse estar grávida de seu terceiro filho. (O Autor, 2018).



Fig. 6: Cozinha da casa da beneficiária H1rr (acima citada) na cidade de Boa Vista. (O Autor, 2018).

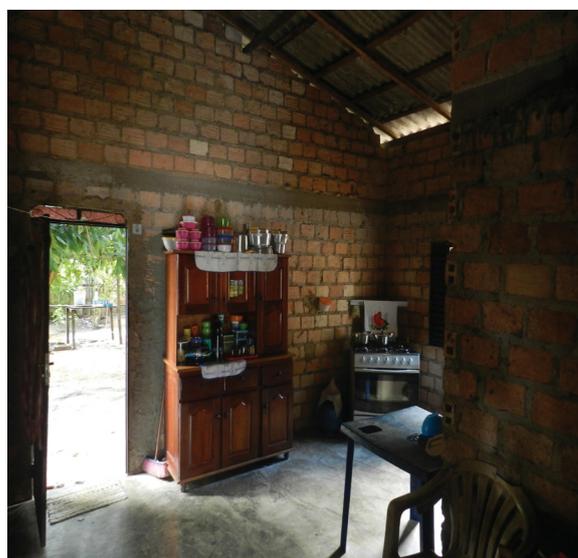


Fig. 7: Cozinha da casa da beneficiária Alam (mulher, 36 anos) na cidade de Boa Vista. (O Autor, 2018).

Ao visitarmos o interior de suas habitações, notamos que a estrutura doméstica se define pela imagem prevalente de mães-trabalhadoras-domésticas. Raras vezes as

encontramos acompanhadas do marido (pai de seus filhos); geralmente estão sozinhas, cuidando dos afazeres domésticos. Por condicionamento social procuram manter a organização e o zelo da casa, práticas que se espelham nos costumes e histórias de vida experienciadas no INF.

Quanto a este aspecto, é muito comum ouvi-las dizer:

“a mamãe era muito zelosa dentro de casa, muito zelosa, ela cuidava, quando eu era nova ela gostava de tudo bem limpinho, ela ensinava a gente a escovar o assoalho, olha ‘a gente é pobrezinho’, ela dizia né, ‘a gente pode ser pobre, feio num é ser pobre, feio é você ser sujo, seboso, então vamos escovar’, aí ela escovava aquele assoalho da madeira, chega ficava amarelinha de limpinho, então, se a gente achasse um tapete que tava sujo, mas se desse pra gente lavar, ela dizia: ‘olha vou pegar esse tapete que tá passando aí no igarapé, eu vou lavar e vocês vão ver como ele vai ficar bem limpinho’, aí, como as vezes a beira tava enrolada e já num voltava mais para o lugar, então ela pregava no assoalho de madeira, ali fixava no chão, mamãe era assim (risos)” (C1am, mulher, 32 anos).

Relatos como esse são comuns entre as beneficiárias. Revelam, através da memória, a posição e o papel que ocupam na “região de fundo” (GOFFMAN, 2009, p. 101-131) da estrutura doméstica. Por exemplo, ao observarmos atentamente as narrativas e as imagens que elas incitam através das mães, percebemos que a organização e o zelo doméstico se destacam como possíveis marcadores sociais de atribuição dos papéis a que estão sujeitas no núcleo familiar.

Nas figuras 5 e 7, por exemplo, o objeto “vassoura” apresenta-se como instrumento comum de manutenção da vida doméstica entre as beneficiárias, sempre apoiada em um canto da casa e revelando seu caráter de “requisito instrumental” (GOFFMAN, 2009, p. 102) e garantidor da limpeza, organização e zelo doméstico.

Não foram raras as casas em que entramos e cujos marcadores vassoura, limpeza, organização e zelo sobressaíam como parte integradora e expressiva da reprodução dos papéis atribuídos às mulheres. É recorrente a necessidade de manutenção de um ambiente limpo e arrumado, de uma cozinha com objetos lustrados, organizados e bem dispostos, em uma exatidão que demarca fortemente o papel da mulher.

As imagens apenas reforçam o discurso por elas reproduzido e que determina a posição assumida pela mulher na estrutura familiar de uma sociedade tradicionalmente patriarcal, uma vez que o modelo de sociedade reforça a ideia de que o lugar de reconhecimento da mulher é, sobretudo, na cozinha, como “donas do lar”; mais do que cidadãs do mundo, são condicionadas pela história de suas vidas a acreditar que devem ser

mães-trabalhadoras-domésticas, chegando a reproduzir certos dizeres por força do hábito e da tradição, como, por exemplo, quando argumentam:

“A casa sempre fui eu que cuidei, é que nem meu marido diz, daqui pra fora é ele quem manda, já daqui pra dentro quem manda sou eu, ele consegue as coisa que é de comer pra família, por isso ele mesmo diz, “da varanda pra fora eu mando, mas da varanda pra dentro quem manda é você”, porque ele sabe o que tá faltando e o que não tá, entendeu, a hora do almoço quem decide sou eu, a hora que tá pronto, se eu não fizer ninguém come, então dentro da casa quem manda sou eu, se eu quiser eu abro a porta se eu não quiser eu num abro, pra lá o espaço é dele e pra cá é o meu, então é assim que a gente vive até hoje” (E1rr, mulher, 52 anos).

Segundo Kergoat (2009, p. 68), este tipo de afirmação revela o estabelecimento de “‘papéis sociais’ sexuados” adquiridos pelo processo de formação cultural, e que seguem sendo reproduzidos por elas até a fase de vida adulta, principalmente quando da integração dessas famílias ao espaço urbano. Por exemplo, o casamento, a chegada à cidade, o envolvimento com parentes/conhecidos e a aquisição de uma habitação própria são conquistas decorrentes da mobilidade reconfiguradora de suas estratégias de sobrevivência sob o modelo da divisão sexual do trabalho típica de nossa sociedade.

Por essa razão, acreditamos, segundo Hirata (2002, p. 279), que o processo de integração urbana destas famílias envolve tanto a dimensão de “vínculo social”, ou seja, relações conjugais ou entre parentes/conhecidos etc., e que tem por conteúdo questões relacionadas a “solidariedade orgânica, complementaridade, conciliação, coordenação, parceria, especialização e divisão dos papéis”, quanto às ideias que remetem a uma abordagem em termos de “relações sociais” e que envolvem pensar as questões ligadas a “divisão do trabalho, contradição, antagonismos, oposição, dominação, opressão, poder” etc., tratando-se, portanto, de pensar as relações entre gêneros como parte integrante de “uma teoria geral das relações sociais”, ou, como se diz em sociologia, de desenvolver uma compreensão relacional das dimensões macro e microsociológicas que lhes são correspondentes.

Segundo Dejours (2002, p. 23-43, tradução nossa), é através da relação conjugal e, portanto, da divisão sexual do trabalho, que se estabelecem posições de afeto entre as subjetividades. Nestes casos, a união entre duas pessoas indica que

“A relação de afeto é também uma relação de dependência, vale dizer, de alienação de sua própria autonomia psíquica no outro. A alienação da autonomia subjetiva se coloca frente à submissão da vontade do outro. No mesmo movimento, a alienação abre um espaço à dominação. Se o amor é uma relação recíproca, isto supõe que em ambos os casos há submissão. Mas o teste de submissão pode ser executado ou

negociado de diferentes maneiras. E pode ser que a forma estabilizada na qual ele é concretizado e estabilizado entre dois seres não seja idêntica para ambos os parceiros. É em efeito evidente que, ao promover o registro de subjugação-dominação, a relação de afeto coloque à prova relações de força e desigualdade de posições no casal”.

Como se pode notar, o encaixe da família ao perímetro urbano se faz pela reprodução dos costumes típicos da cultura dominante masculina: aos homens cabem as funções que estão colocadas “da varanda pra fora”, e às mulheres, aquelas funções determinadas “da varanda pra dentro” (E1rr, mulher, 52 anos), é nitidamente uma integração familiar cujos costumes ainda se reproduzem com base nas estruturas domésticas em que

“as formas sociais ‘casal’ e ‘família’, que podemos observar em nossas sociedades, são ao mesmo tempo expressão das relações (rapport) sociais de sexo configuradas por um sistema patriarcal e também espaços de interações sociais que vão, eles mesmos, recriar o social e dinamizar parcialmente o processo de sexuação do social” (Kergoat, 2009, p. 72).

Ou seja, nos casos em análise, além de as fotografias e discursos revelarem a posição e o papel que ocupam estas mães no quadro geral de sua integração ao espaço urbano, as definições de seus destinos pessoais estão atravessadas, segundo Le Doaré (2001, p. 10, tradução nossa), pelo processo de “ambivalência das relações afetivas e psíquicas” mantido pela correspondente sustentação de um modelo da prática da conjugalidade onde, segundo Chabaud-Rychter; Fougeyrollas-Schwebel; e Sonthonnax (1985, p. 47, tradução nossa), “[a] estrutura do trabalho doméstico refere-se a relação de serviço social”, ou seja, “[no] trabalho doméstico, as mulheres estão ao serviço de seu marido e de seus filhos, ao serviço de sua família”. São, portanto, as mães/domésticas, as “donas de casa”.

De acordo com Souza-Lobo (2011), estas relações de gênero refletem as relações de poder dentro e fora da família, uma vez que exprimem formas de sociabilização entrelaçadas à lógica de reprodução das sociedades de tipo patriarcal. Trata-se, portanto, de dois níveis de compreensão do problema: o primeiro, relacionado à ideia de gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças perceptíveis entre os sexos; e o segundo, relacionado à compreensão de gênero como forma básica de representar relações de poder nas quais as representações dominantes são naturalizadas e, frequentemente, não questionadas, dando margem a uma concepção das relações de gênero em que tanto os espaços primários das relações familiares quanto os secundários implicam a construção de uma “subjetividade sexuada e de identidades de gêneros” focalizada nas práticas tradicionais

e “normais” de mulheres e homens, a partir dos espaços que ocupam na sociedade, na vida pública e privada, e nas relações que estabelecem com as instituições e o Estado.

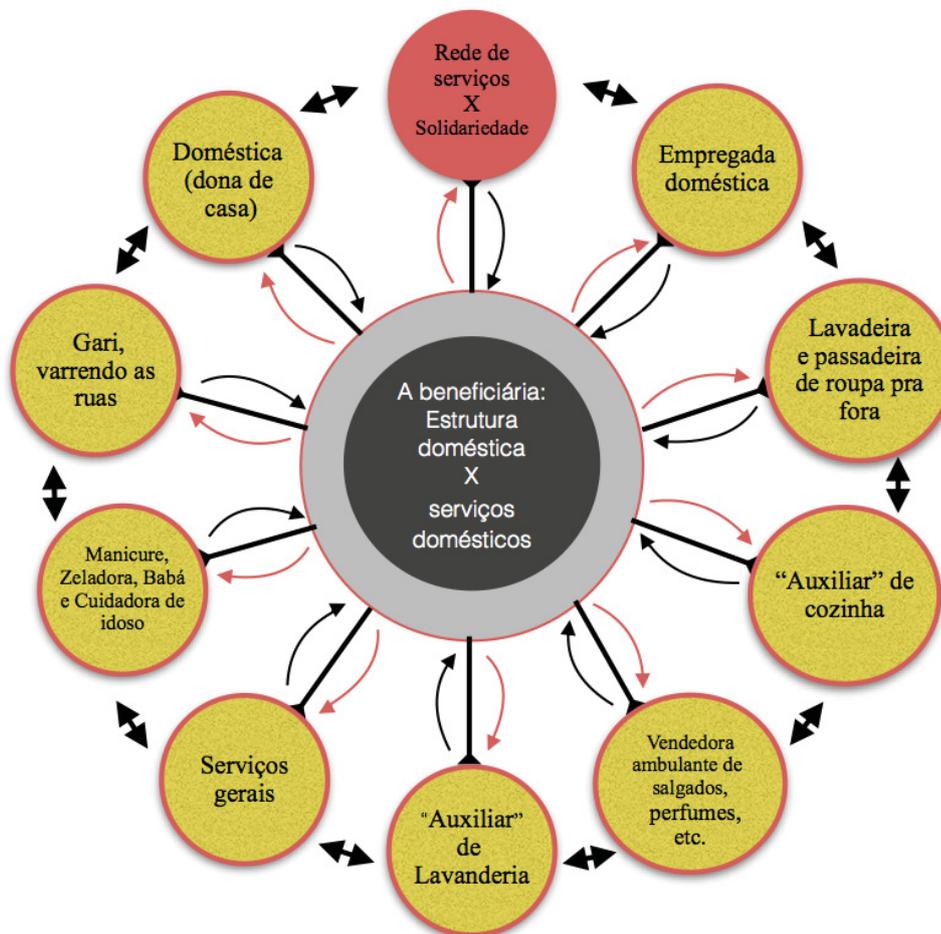
Naquilo que diz respeito ao papel das mulheres, notamos que a prioridade no cuidado dos serviços domésticos é a primeira característica assumida quando de sua inserção no espaço urbano; elas cozinham, passam, lavam, cuidam dos netos e filhos de vizinhos e/ou conhecidos, ou seja, estabelecem-se primeiramente como domésticas/donas de casa, para, somente em seguida, se lançarem em outras atividades paralelas. Isso pode ser notado através das informações contidas na coluna de tarja indicativa amarela, disponibilizada no quadro 3; acima referidas, apenas os casos das beneficiárias P1am e P2am se apresentam como uma relativa exceção diante do padrão identificado⁷⁷.

Vê-se, pois, que a primeira tendência revelada pelas beneficiárias está definida pelos papéis assumidos por elas ao chegarem ao espaço urbano; nos referimo-nos às marcações em algarismo romano de número I, presentes na coluna indicada pela tarja amarela no quadro 3 acima ilustrada, e que apontam para o fato de que a integração delas ao espaço urbano se estabelece, inicialmente, através da posição ambivalente representada pelo papel de mães/desempregadas/domésticas/donas de casa.

Já as marcações que variam dos números II a VI serão tratadas como tendências secundárias, uma vez que a mobilidade destas mães dentro do “circuito dos serviços” urbanos ocorre impulsionada por movimentos de força social cuja características são ao mesmo tempo centrífugas e centrípetas. Suas ações sociais são mobilizadas tomando como ponto de partida e de chegada a manutenção das relações doméstico-conjugais; inicialmente elas se esforçam para tornar estável o funcionamento do núcleo doméstico, depois – mediante o nível de suas expectativas de vida –, mobilizam-se na direção dos serviços de ordem secundária, disponibilizados fora de seu espaço doméstico, realizando assim um movimento que pode ser representado da seguinte maneira:

⁷⁷ Os casos marcados em cor lilás (referentes às beneficiárias P1am e P2am) indicam aquelas beneficiárias cujo trabalho doméstico não parece ter sido uma prioridade inicial (exceto pelo convívio que mantiveram com seus pais e/ou avós), uma vez que relatam terem buscado outros tipos de trabalho após a conclusão de seus estudos, a partir da maior idade e do casamento. No entanto, como se pode notar pelas informações contidas na coluna de tarja indicativa vermelha disponibilizada no quadro 3 acima referido, suas vidas parecem ter se destinado – no presente – à condição de domésticas/donas de casa.

Fluxograma 2 - O processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência das beneficiárias do PBF no que se refere à categoria trabalho



Fonte: Fluxograma adaptado a partir das planilhas de categorização das entrevistas realizadas pela pesquisa de campo.

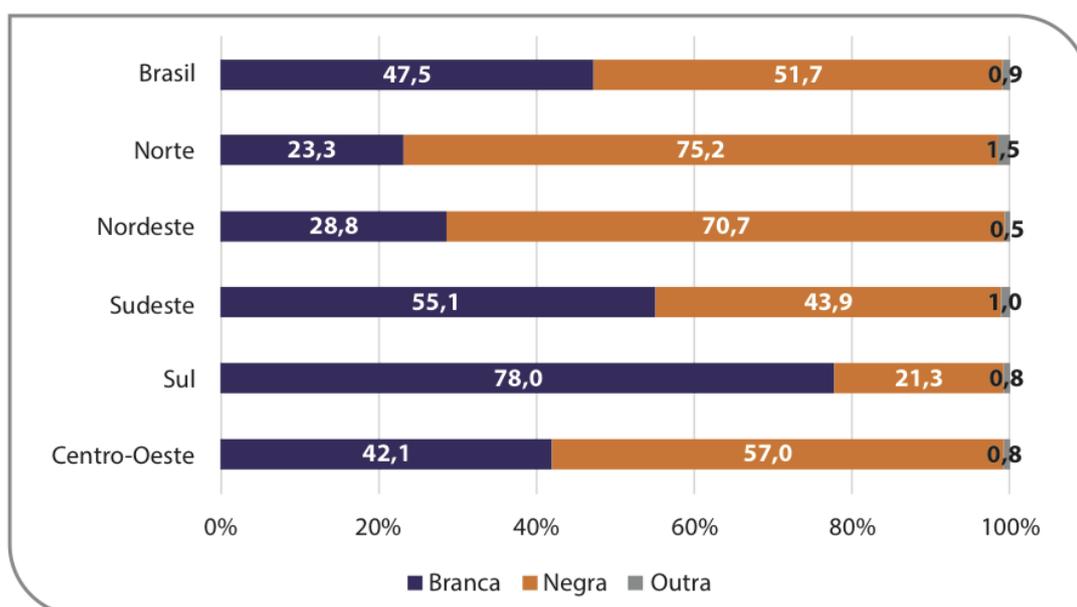
Neste caso, constatamos que a mobilidade reconfigurativa das estratégias de sobrevivência das beneficiárias é um processo constante e ininterrupto de luta pela vida. Como já havíamos demonstrado, quando chegam ao espaço urbano, estas mães iniciam um processo de integração que resulta na afirmação de suas posições e de seus papéis enquanto mães/donas de casa/desempregadas/domésticas.

No entanto, sendo o espaço urbano o lugar de novas e sucessivas contradições, também será ele o responsável por lançar estas mães ao enfrentamento de novos dilemas, agora nascidos das circunstâncias contraditórias do cotidiano urbano, e que estão perpassados por problemas relacionados à gravidez prematura de suas filhas, à dependência química dos filhos (as) e do marido, além da ausência e possível abandono deste último, seguido de

práticas de violência doméstica e constantes negativas de socialização da renda do trabalho para fins de sobrevivência da família etc.⁷⁸.

Além disso, cabe destacar outro fator de peso na distribuição desigual das oportunidades e dos dilemas das mulheres em nosso país. Trata-se do problema histórico-social que envolve a cor, a raça e a classe, fatores estes marcados pela simples evidência do contato que tivemos com estas famílias na Região Norte, uma vez que suas características físicas e pessoais apresentam os traços de uma sociedade predominantemente identificada com a cultura de colonização/patriarcal, como se pode notar nas informações contidas no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Distribuição percentual da população feminina por cor ou raça – grandes regiões



Fonte: Disponível no Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM, 2015, p. 11), Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR, dados do monitoramento sistemático de indicadores sociais sobre a situação das mulheres brasileiras.

Partindo de uma constatação mais geral, os dados supracitados reforçam a necessidade e a atualidade da reflexão sobre gênero, atrelada às questões de classe e raça/etnia no Brasil, particularmente quando se trata da região Norte, que concentra o maior número de mulheres negras/indígenas do país, o que torna a realidade dessa população ainda mais complexa e carente de políticas públicas focalizadas.

⁷⁸ Sobre as questões relacionadas aos dilemas da vida cotidiana, ver LEFEBVRE, Henri. Critique de la vie quotidienne I: Introdução. Paris: L'Arche Éditeur, 1961; e LEFEBVRE, Henri. Critique de la vie quotidienne II: Fondements d'une sociologie de la quotidieneté. Paris: L'Arche Éditeur, 1961.

Nesse sentido, e segundo Saffioti (2015, p. 122), pode-se dizer que os problemas sociais são, desde sua gênese, um fenômeno gendrado. Na opinião da autora, o assunto deve ser abordado a partir da consideração de três questões fundamentais, a discussão de gênero, de classe e de raça. Assim, “[o] nó formado por essas três condições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo+gênero+classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão”, principalmente se tomarmos como ponto de partida a realidade de certos contextos locais.

É importante que se volte a frisar a relevância de identificar as práticas sociais e os processos que se desenvolvem na Amazônia, em uma perspectiva que priorize o entendimento da sua complexidade, para ultrapassar compreensões simplistas ou até mesmo leituras reducionistas, marcadas pela categorização, pela invisibilidade ou pela estigmatização de grupos sociais que vivem nessa região. Ou ainda, rejeitando referências que ofereçam “noções dualistas e gerencialistas que impregnam, na atualidade, grande parte dos discursos e textos que falam da Amazônia e que têm exaustivamente priorizado o modelo desenvolvimentista” (Castro, 2012, p. 15). Sem dúvida, isso reforça a possibilidade de empreender investigações e interpretações reveladoras das características próprias da região Amazônica, das suas relações de gênero e da implementação de políticas públicas, sem perder o contexto das diferentes realidades regionais.

São, portanto, os dilemas de família um conjunto gendrado sob a lógica de organização de uma sociedade de tipo patriarcal, e que revelam facetas de intersecção ligadas aos problemas micro e macrosociais, tanto aqueles da ordem do íntimo da família (dependência química de pais e filhos etc.) até aqueles ligados a cor, raça e divisão de classes. Tais problemas e/ou dilemas responsáveis jogam um papel decisivo na condução do processo de mobilidade reconfigurativa das estratégias de sobrevivência destas mães.

É por isso que suas ações no “entorno” da sociedade é impulsionada tanto pela urgência no enfrentamento dos novos dilemas urbanos encarados, quanto pela necessidade de realização de seus projetos de futuro, resultando, entre outras coisas, na condição de busca por trabalho fora de seu ambiente doméstico e em correspondência com a reprodução desse mesmo ambiente doméstico, o que implica sustentar a família através de uma jornada de serviço redobrada e conquistada – na maioria dos casos aqui estudados – mediante trabalhos/serviços cujas funções mantêm uma correspondência quase direta com suas habilidades como mães/domésticas/donas de casa (ver fluxograma 2).

Além disso, e ainda de acordo com o fluxograma 2, as estratégias de ação das beneficiárias na luta pela sobrevivência dependem tanto da disponibilidade dos trabalhos

encontrados, quanto da afinidade correspondente de seus conhecimentos e de suas experiências de vida diante de certas oportunidades de serviço. Trata-se, pois, daquilo que Thompson (1987, p. 57) chamou em sua obra *A formação da classe operária inglesa* de “espaço de experiência” das classes, ou seja, situações a partir das quais se criam condições de “práticas urbanas” (LEFEBVRE, 1970, p. 12) que mesclam as experiências do passado e do presente de certos indivíduos (ou grupos), em função de suas necessidades de afirmação no interior de determinados espaços (ou “arenas”) de atuação na luta pela sobrevivência.

Por isso, é muito comum ver estas mães se desdobrarem em direção das funções remuneradas cuja especialidade reflete, em certa medida, os conhecimentos e habilidades relativos às suas trajetórias de vida. Assim, a cidade enquanto espaço resultante do prolongamento das ações capitalistas incorpora, pela precariedade dos serviços, e em atendimento da divisão sexuada do trabalho, a mão de obra barata e desregulada dos homens e mulheres pobres que migraram do campo pela mesma razão social, a falta de oportunidades, e que contam como únicas fontes de trabalho suas próprias experiências de vida.

Notamos, portanto, que a mobilidade das estratégias conduzidas por estas mulheres se dá tanto em sentido centrífugo (ver seta vermelha no fluxograma 2), quando se põem a buscar fora de suas casas os trabalhos de empregada doméstica, lavadeira e passadeira de roupa pra fora, “auxiliar” de cozinha, vendedora ambulante (de salgados, perfumes, etc.), “auxiliar” de lavanderia, serviços gerais, manicure, zeladora, babá, gari etc., quanto em um sentido centrípeto (ver seta preta no fluxograma 2), a partir do cumprimento correspondente de uma “servidão voluntária” (HIRATA, 2002, p. 18-20) marcada pelo “consentimento” ambivalente assumido por seus papéis de mães/domésticas/donas de casa.

Ou seja, o problema da exploração do trabalho das mulheres apresenta uma clara definição no circuito das relações e vínculos sociais; ele se mostra desigual tanto no tocante ao tempo duplo de suas jornadas de serviços enquanto mães, quanto pela reprodução da divisão sexuada do trabalho em nossa sociedade, e que garante o acesso às oportunidades de serviços e/ou atividades através do modelo bifurcado pelo contraste desigual entre serviços-de-homens versus serviços-de-mulheres, questão que pode ser mais bem elucidada, segundo Ávila (2013, p. 236), a partir da seguinte informações:

“A relação entre dois percentuais de inserção no mercado de trabalho evidencia de maneira contundente a reprodução da divisão sexual do trabalho, no qual diz respeito à participação de homens e mulheres por grupamentos de atividades e que, segundo dados do IBGE (2012), estão assim distribuídos: na atividade de serviços domésticos 94,8% são mulheres e 5,2% homens, já na atividade de construção 93,9% são homens e 6,1% são mulheres. Percebe-se uma inversão na

proporcionalidade entre homens e mulheres nos dois grupamentos de atividades que está em conformidade com os padrões sexistas de organização do mercado de trabalho”.

Isto evidencia o fato de que a maior parte do tempo social da mulher está preenchida por sua participação nos serviços de caráter doméstico, tanto dentro quanto fora do núcleo doméstico, desvelando a subjugação ambivalente das mães de famílias no quadro geral das relações de gêneros típicas do modelo societário de tipo patriarcal e indicando um aumento de sua participação no quadro geral dos trabalhos e/ou serviços sociais. Ou seja,

“com a crescente participação feminina no mercado de trabalho e a nula resposta social e masculina ante esta mudança de cultura e comportamento das mulheres, estas últimas assumiram a dupla jornada e o duplo trabalho deslocando-se continuamente de um espaço ao outro, solapando e intensificando seus tempos de trabalho. Tempos que vêm determinados por um lado, pelas exigências da produção mercantil e, por outro, pelos requerimentos naturais da vida humana” (CARRASCO, 2005, p. 53).

É, portanto, mobilizando estratégias que as lançam em setores de serviços precários, que estas “mulheres vão para o mercado de trabalho levando consigo a responsabilidade do trabalho reprodutivo doméstico, o que as coloca cada vez mais em conflito com a forma de organização do tempo social no cotidiano” (ÁVILA, 2009, p. 61).

Nestas circunstâncias, a necessidade de buscarem um trabalho assalariado ou autônomo torna-se cada vez mais imprescindível; na maior parte das vezes, por razões de complementaridade da renda da família, já que a renda torna-se mais aguda em decorrência das baixas expectativas de vida que lhes são proporcionadas. Assim, a preocupação com a realização profissional e a autonomia financeira torna-se uma necessidade na condução dos objetivos almejados por estas mães, mais especificamente aos objetivos relacionados aos seus projetos de futuro, fincados na garantia de uma vida mais digna para as próximas gerações.

Nestes casos, o que está em jogo é o padrão de mobilidade estratégica que se articula num duplo sentido: ao passo que se lançam ao mercado de trabalho fora de suas casas, sustentam, de forma correspondente, o trabalho reprodutivo doméstico, fazendo lembrar os movimentos politonais presentes no campo da arte musical, já que suas ações representam “um movimento de *reação e transformação*”, na tentativa de promover “novos e significativos resultados harmônicos e timbrísticos” (NORONHA, 1998, p. 17) no seio da família; no entanto, e à diferença daquilo que se passa no campo da arte musical, na vida cotidiana as ações destas mães se apresentam de forma limitada, uma vez que suas transformações ocorrem, na sua maioria, limitadas ao eixo de sustentação do núcleo doméstico,

no contexto das relações de trabalho determinadas pela divisão sexual do trabalho em nossa sociedade.

Desse modo, raramente conseguem uma ascensão social que viabilize uma mudança efetiva de classe, pois, como se pode notar através das informações contidas no quadro 3 (na coluna de tarja indicativa vermelha), atualmente quase todas as mães – após suas experiências de trabalho antes de serem beneficiárias – encontram-se como as principais representantes de família, na condição de mães/desempregadas/domésticas/donas de casa. Quando não estão sob esta condição estrita, é porque acionam a mobilidade reconfigurativa de suas estratégias de sobrevivência por meio da prestação de serviços (dentro do campo da informalidade, como se pode ver no fluxograma 2) precários e autônomos, como os de costureiras, vendedoras de salgados e perfumes nas ruas etc.

Olhando o processo do passado para o presente, percebemos que elas realizam um movimento ininterrupto – dentro dos limites da lógica sexuada da divisão do trabalho – em busca da reprodução de suas condições domésticas e possível ascensão social; encontram-se, pois, dentro do campo de ação de um modelo de sociedade em que, partindo de um ponto específico (a condição de mães/desempregadas/domésticas/donas de casa), sobem em espiral, lançando-se às diferentes formas de serviço social, e descem novamente – na condição atual (presente) –, em direção àquele mesmo ponto de partida, agora com mais idade e novamente na condição de mães/desempregadas/domésticas/donas de casa.

Portanto, o processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência destas mães através do trabalho e/ou pela prestação de serviços é, em última instância, um processo de luta dialética e ininterrupta pela sobrevivência, conduzido, na maior parte dos casos aqui analisados, pelos vínculos de solidariedade estabelecidos dentro e fora do núcleo familiar originário.

Como se vê, a mobilidade reconfigurativa de suas estratégias de sobrevivência na luta por trabalhos urbanos que correspondam as suas habilidades domésticas e às suas expectativas de sobrevivência enquanto pobres, garante a reprodução de suas vidas e a possibilidade – amparada nas incertezas de realização de seus projetos de futuro – de abrir caminhos em busca de melhores condições de vida às próximas gerações.

No entanto, todas estas questões estão interseccionadas por aquilo que já havíamos demonstrado anteriormente: o fato de que a organização e a funcionalidade destas famílias estão referenciadas sob a base das relações sociais típicas do homem do campo, e cujas ações se baseiam em uma das principais estratégias de sobrevivência destas famílias: as redes de solidariedade entre parentes/conhecidos.

De um certo modo, já havíamos demonstrado parcialmente como as redes de solidariedade familiares participam das garantias de manutenção e reprodução das famílias pobres do meio rural, no entanto, ainda não havíamos demonstrado com relativo detalhamento de informações como estas famílias foram (e ainda hoje o são) capazes de adequar suas práticas de solidariedade pelo fortalecimento de sua integração ao espaço urbano.

Uma primeira constatação é a de que estendem este tipo de prática desde quando optam por deixar seus lugares de origem, na esperança de encontrar melhores oportunidades de vida nas cidades. Como já acentuamos, a porta de entrada ao espaço urbano é – na quase totalidade dos casos analisados – condicionada por relações de amizade e parentesco que já se encontram integradas ao espaço urbano; o “outro-afetivo” (parente/conhecido), bem como sua casa, é a relação de apoio pré-idealizada e posteriormente estabelecida como mediação ao “universo das oportunidades urbanas” almejadas por estas famílias.

Por isso, quando falamos das redes de solidariedade enquanto mecanismos estratégicos de sobrevivência destas famílias, referimos-nos a uma prática de seguridade coletiva (de natureza afetivo-informal) que tem por princípio garantir ao “semelhante” (parente/conhecido) a ajuda necessária na luta pela manutenção/transformação de sua vida, independentemente das dificuldades materiais e simbólicas que porventura possam existir para qualquer uma das partes em processo de interação.

Esta é uma prática cuja extensão do conteúdo perpassa uma gama variada de ações corriqueiras desenvolvidas ao longo de suas experiências cotidianas. Se tomarmos como exemplo a questão do trabalho, perceberemos o quão correspondentes são a iniciativa destas mães em busca de trabalho e/ou serviços e sua correlação imediata com a solidariedade dos parentes/conhecidos.

Quando interrogadas sobre suas condições de vida ao chegarem à cidade, respondem:

“Quando eu vim pra Manaus minha mãe já tava aqui, aí quando eu cheguei aqui as pessoas diziam pra ir naquele Programa do Nonato Oliveira, foi lá que eu consegui um emprego, aí pronto, tava trabalhando de doméstica, lavava, passava, cozinhava, sempre fui uma menina esperta né, minha mãe sempre me ensinou, aí eu nunca tive muita dificuldade pra trabalhar [...]. Olha, eu ganhava um salário mínimo naquele tempo, eu não lembro quanto é que era, só sei que dava pra mim comprar comida, ajudar minha mãe a pagar a luz, mas dava pra gente se manter tá entendendo [...] depois eu trabalhei com as freiras, me envolvi com a pastoral da criança, eu fui agente comunitária, eu fui fazendo vários cursinhos com o pouco saber que eu tinha, mas eu era inteligente tá entendendo, aí eu fiz o curso de agente de saúde, participei da pastoral, trabalhei 14 anos na pastoral da criança, foi no tempo da doutora Zilda quando eu trabalhei como agente de saúde durante 3 anos, aí eu fui trabalhando né, aí o pessoal foram me conhecendo, um me chamava pra cá outro me chamava pra lá, aí num me faltou nada graças a Deus” (M6am, mulher, 61 anos).

“Eu tenho um tio lá na Compensa que ele é irmão do meu pai, ele também chegou na Compensa pelo tempo da invasão, tirou um terreno e ele me abrigou na casa dele durante uns dois meses até eu arrumar um trabalho, eu e uma pequeninha com o meu filho mais velho, o restante dos filhos eu deixei com o meu pai no interior, aí foi quando eu conheci esse rapaz [segundo marido] depois de uns dois anos, aí eu fiquei com ele, eu casei [...], nesse tempo eu fazia diária na casa das pessoas, na época a diária era 70 reais, só que num é uma coisa fixa, aí eu comecei a me entrosar com venda né, as pessoa me convidaram, eu conheci um senhor que a família dele e ele me deu uma oportunidade pra mim trabalhar com venda, acho que você conhece a UP linha de perfumes, pois é, aí esse senhor me deu o kit dele pra mim trabalhar, e aí eu comecei a trabalhar e graças a Deus me ajudou muito [...], eu vivia disso, fazia duas diárias por semana mais o dinheiro dos perfumes que eu vendia” (M4am, mulher, 39 anos).

“Com dezessete anos eu saí de casa, nós já morávamos em Manaus, aí mamãe perdeu a cabeça, assim, começou a beber, a se envolver com outros homens, depois que esse outro rapaz separou dela ela ficou assim muito perturbada, bebia demais, ficou com problema de saúde, ficou com problema com as bebidas, aí num dava mais pra gente morar com ela [...], aí foi na época que eu saí de casa, fui morar com outras pessoas [...]. A Dona Neide [moradora do bairro] gostava muito de mim, aí eu fui conversar com ela, eu falei minha situação pra ela, ela disse ‘fique aqui, só que as condições de alimento aqui é muito difícil, porque só o marido da minha filha é que trabalha, eu disse ‘não eu vou morar com vocês eu ajudo na limpeza, mais pela moradia, mas eu vou tentar um emprego’, aí eu fui tentei, consegui um imprego com a mulher que vendia comida, aí ela deixou eu trabalhar com ela, ela me ensinou a fazer o arroz frito pra vender para os clientes [...] Depois eu fui morar com a minha irmã, ela me ofereceu um emprego, assim: ‘tú me ajuda, cuida das minhas filhas que eu te pago’, porque ela trabalhava, aí tá, foi a época que ela me ajudou bastante essa minha irmã, ela ainda mora aqui perto [...]aí eu limpava a casa dela e ela me dava comida, e me dava um dinherinho pra mim comprar sandália, roupa, comida num era preciso ela me dava né, aí depois eu me juntei com esse que hoje é meu marido [...]” (C1am, mulher, 32 anos).

Através desses relatos é possível perceber a conexão estreita entre a necessidade de sobrevivência e o ato de solidariedade coletiva mobilizada por estes parentes/conhecidos, tanto no que se refere ao acolhimento dentro de um determinado ambiente familiar (seja este de parentesco consanguíneo direto ou não), quanto pelas articulações sutis de mutualidade estabelecidas através da mobilidade reconfigurativa de suas estratégias sobrevivência, como, por exemplo, quando as pessoas aconselham as outras a procurarem programas televisivos a exemplo do programa de “Nonato Oliveira”⁷⁹, ou quando se filiam ao movimento das organizações religiosas como a “pastoral da terra”, ou ainda, quando se predispõem a ajudar

⁷⁹ Tipo de programa popularesco conhecido pelo nome de “O povo na TV”, apresentado no ano 2000 pelo vereador Nonato de Oliveira, do Partido Social Democrata Cristão - PSDC, em programação pela afiliada do SBT no Amazonas. O programa tinha como um de seus focos principais a iniciativa de promessa de emprego para as famílias pobres da cidade de Manaus, sendo as imagens do vereador (apresentador) e do Prefeito (na época Alfredo Nascimento, do Partido da República – PR) enaltecidas pelas “oportunidades” de emprego que foram capazes de oferecer às camadas pobres do Amazonas anualmente. Isto parece ter ocorrido com mais frequência nos períodos eleitorais, quando da necessidade de promoção de suas imagens como representantes políticos da população carente e desempregada. Para uma melhor compreensão deste Programa, ver vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=dKhChTmc-Pw>.

o outro pela divisão de sua renda através de um acordo afetivo-informal pautado pela amizade e pelo sentimento de solidariedade, condicionado pela necessidade de ajuda coletiva.

Nestes casos, o que se constata é a existência de uma rede de interações mútuas cujo tecido está firmado por aquilo que Mauss (2003, p. 185-210) vai chamar de “prestação total”. Trata-se de uma prática social de retribuição por gratidão, a partir da qual os indivíduos de uma determinada cultura ou classe estabelecem valores e obrigações para com eles próprios e desenvolvem relações de assistência mútua entre seus pares, criando uma espécie de contrato afetivo-informal que é responsável pela tessitura de um sistema de dependências e afetividade de natureza recíproca.

Ou seja, podemos afirmar, segundo Mauss (2003), que assim como no caso dos clãs malaio-polinésios – consideradas aqui as diferenças culturais e de contexto histórico –, entre os parentes/conhecidos das famílias das beneficiárias a noção de uma “propriedade-talismã” está fundamentada na ideia de que “Recusar dar, negligenciar convidar, assim como recusar receber, equivale a declarar guerra; é recusar a aliança e a comunhão”, já que o sistema de ajuda mútua reproduzido por estas famílias supõe a receptividade e a acolhida como fato necessário à reprodução constante de um “regime social”, de uma “mentalidade definida”, que em comparação com as práticas de solidariedade dos polinésios necessita:

“que tudo, alimentos, mulheres, filhos, bens, talismãs [neste caso tudo aquilo que diz respeito às riquezas materiais e simbólicas típicas da cultura destas famílias], solo, trabalho, serviços, ofícios sacerdotais [neste caso as crenças religiosas] e funções, é matéria de transmissão e prestação de contas. Tudo vai e vem como se houvesse troca constante de uma matéria espiritual que compreendesse coisas e homens, entre os clãs [neste caso as famílias] e os indivíduos, repartidos entre as funções, os sexos e as gerações” (MAUSS, 2003, p. 203).

Assim são as redes de solidariedade tecidas pelas beneficiárias quando de suas participações no espaço urbano. Desde o momento em que são acolhidas nas dependências de parentes/conhecidos até o momento em que vão trabalhar e morar por conta própria, elas se mostram envolvidas em uma “malha” de mutualidade cujas regras se definem pelas prestações e contraprestações que “se estabelecem de uma forma sobretudo voluntária” (MAUSS, 2003, p. 191) entre parentes/conhecidos, e que ocorrem tanto através das relações de assistência mútua entre indivíduos de uma mesma família, quanto através das relações de assistência mútua entre indivíduos de famílias distintas.

No que se refere às relações de assistência mútua entre indivíduos de *mesma família* constatamos, através dos relatos das beneficiárias, as seguintes experiências de solidariedade:

- 1) Mlam (mulher, 60 anos): Sempre morou na casa da mãe, ajudando-a no trabalho, nesta

mesma casa mora hoje com a filha (também beneficiária) e a neta, sustentam-se reciprocamente. Ela trabalhou de diarista por meio de relações de amizade e a filha trabalhou em serviço de telemarketing arrumado por seu ex-marido. 2) D1am (mulher, 30 anos): praticamente foi criada pela avó; depois a mãe passa a trabalhar enquanto os tios a criam para que todos pudessem se estruturar em Manaus; em seguida, casa e arruma emprego de diarista, graças ao tio. 3) E3rr (mulher, 35 anos): a avó por parte de pai insistiu em trazer toda a família dela para Boa Vista. Na vinda para Boa Vista, o tio sugeriu para a mãe dela a deixasse morando com ele, para que tivesse oportunidade de estudar. Depois de três anos chegou a Boa Vista e morou novamente com a mãe, e depois morou com a tia, voltando a morar de novo com a mãe anos depois. Teve sempre o hábito de deixar os filhos com a mãe, para poder trabalhar. Hoje a neta é criada por ela e pela avó (mãe da beneficiária), para que a sua filha de 16 anos conclua os estudos. 4) C2am (mulher, 23 anos): Morou com os pais na casa dos avós paternos. Praticamente foi criada pela avó. Entre outras coisas o uso do benefício serve também para pagar um advogado, a fim de tirar o irmão da cadeia.

Já no que se refere às relações de assistência mútua entre indivíduos de *famílias distintas*, foi possível constatar as seguintes experiências de solidariedade: 1) C1am (mulher, 32 anos): explicou sua condição de vida a uma senhora, e esta se sensibilizou, permitindo que ela morasse em sua casa. Depois morou na casa de outras pessoas com quem não possuía parentesco. Em seguida, morou com uma irmã, para somente depois obter sua própria casa. 2) M4am (mulher 39 anos): por meio da mãe, um político da época, chamado Amazonino, ajudou muito a família dela. Dois anos após o falecimento da mãe, viaja para o interior do Amazonas e conhece um rapaz; passam a morar na casa da mãe desse rapaz. Volta a morar em Manaus, na casa de um tio; enquanto seu filho ficava com o tio, ela trabalhava de diarista. 3) A3rr (mulher, 39 anos): morou na casa de uma família de japoneses que primeiramente empregou-a como doméstica, sem carteira assinada. Passava apenas os finais de semana na casa da irmã que a apoiava em Boa Vista. Relata que esta família ajudou-a muito. Dividia seu salário e despesas com a irmã mais velha. 4) M6am (mulher, 61 anos): conheceu uma enfermeira que a convenceu e a ajudou a se inscrever no Bolsa Família. O benefício possibilitava pagar a padaria e a taberna. 5) M1rr (mulher, 64 anos): morava com a irmã e quando chegou em Boa Vista passou a morar de favor na casa das pessoas. 6) H1rr (mulher, 35 anos): relatou que trabalhava como diarista e por estar grávida naquele momento não podia exercer mais a função; como a renda é apenas a do Bolsa Família e do Crédito Social da prefeitura, os vizinhos a ajudam.

Ao considerar as experiências de vida mediante os dois tipos de relações de assistência mútua, notamos que a solidariedade se destaca como fator necessário de retribuição entre as famílias pobres. Estas sempre estão dispostas a acolher o outro, independentemente do grau de parentesco, como se pode notar acima, ou são acolhidas por parentes ou conhecidos. Mesmo quando se casam, ainda podem morar sob um mesmo teto; as avós ou tios/tias cuidam dos netos e/ou filhos alheios. Os serviços são “arranjados” por indicação de parentes/conhecidos; a renda socializada ajuda a amenizar os problemas de outros participantes próximos; as relações políticas também se “arranjam” pela troca de favores; na padaria e na taberna é negociada de forma amistosa a garantia do “pão de cada dia”. Enfim, tudo se configura na tessitura de uma malha de relações sociais de codependência, seguridade e amizade entre famílias em estado de pobreza.

A solidariedade parece se afirmar como uma “substância” necessária que dá suporte ao processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência destas famílias em seu conjunto, manifestando-se como um “mecanismo” de proteção e enfrentamento aos imprevistos e adversidades provocadas pelo meio social do qual são parte integrante:

“[...] o solidarismo se afirma como um ‘garantismo’. A justiça existirá entre os homens somente se eles se tornarem associados solidários neutralizando entre si os riscos aos quais eles são confrontados. Não é uma questão de restituir à sociedade a integridade da parte presente em cada um de nós que é de origem social. O solidarismo não leva apenas à plena socialização dos lucros e perdas, mas a uma socialização frequente que pode evitar o sofrimento absoluto e a imensa pobreza” (PAUGAM, 2016, p. 39, tradução nossa).

Portanto, a questão da solidariedade enquanto estratégia de sobrevivência não passa apenas pela questão do trabalho ou de qualquer outra questão tomada isoladamente; ela envolve toda uma rede de retribuições por gratidão, de prestações e contraprestações mútuas que garantem a determinadas classes e estratos sociais contornar suas dificuldades pelas práticas de socialização e assistência compartilhadas⁸⁰.

Quando falamos da solidariedade, é para mostrar que ela participa – tanto quanto as outras estratégias – do quadro geral de mobilidade por sobrevivência, praticada pelas beneficiárias quando de sua integração ao espaço urbano.

⁸⁰ Vale destacar o fato de que o sistema de solidariedade entre os parentes/conhecidos às vezes sofre intercorrências de recusa negativa, quando de uma intriga por parte de irmãos ou tios etc. Até onde pudemos constatar, isso não é a regra, mas sim a exceção. As discordâncias entre as famílias existem e às vezes irrompem, contrariando – aparentemente – as expectativas de solidariedade. Os conflitos mais parecem um chamado à responsabilidade no contexto das práticas de solidariedade do que um antagonismo desmedido.

Assim como todas as outras estratégias, a solidariedade se define pela universalidade de sua presença no circuito das estratégias tornadas possíveis, incorporando-se a todas as outras pela necessidade de reprodução das práticas de integração e mutualidade típicas das famílias pobres migrantes, mas que agora sofrem uma readequação de suas práticas pela influência das condicionalidades determinadas pelo espaço urbano.

4.2.3 Política e religião: outras duas estratégias de sobrevivência

A posição assumida por estas famílias (e em especial por estas beneficiárias) no contexto de suas relações dentro do espaço periférico permite constatar que suas dinâmicas de sobrevivência estão articuladas de um modo relacional pela permanente capacidade de se reinventarem, ou, como bem anota Weber (2009, p. 22), pela capacidade de desenvolverem em contexto específico “uma cadeia ilativa lógica” de ação social justificada pela escolha de estratégias de sobrevivência que lhes pareça racionalmente mais viável que outras, desenvolvendo assim uma cadeia de possibilidades e garantias de vida ligada não só às estratégias da migração, do casamento (por atribuição de papéis), do trabalho e da solidariedade, mas também aquelas que são da ordem do político, do religioso e até mesmo do humorístico, quando da expressão do riso nos relatos marcados por uma vida de completo descaso e sofrimento social, nossa hipótese é que o riso funciona como forma de defesa e ao mesmo tempo de escárnio com a situação que enfrentam no dia-a-dia. Assim, o riso faz partes dos mecanismos de defesa do indivíduo diante das dificuldades e mantém o ânimo para continuar lutando.

No que diz respeito à questão política, notamos que as estratégias de sobrevivência desenvolvidas neste campo respondem mais uma vez ao jogo das interações simbólicas e materiais que nos remete às práticas de relações de poder típicas do sistema patrimonial brasileiro, neste caso, não mais como modos de agir vigorosamente mandonistas e/ou coronelistas, mas, sobretudo, como uma característica clientelista revelada pela prática das relações entre governo, políticos e setores pobres da população na Amazônia.

Pelo que foi possível constatar, as relações das famílias pobres com políticos locais jogam um papel decisivo no circuito das estratégias de sobrevivência. Ao serem questionadas sobre o que pensam a respeito do benefício recebido pelo PBF, se é um direito ou um favor político, ou ao relatarem suas opiniões sobre a política brasileira, o sentido do voto em suas vidas etc, observamos que exprimem respostas que refletem os paradoxos de uma prática

política que ainda guarda em sua memória as características de uma sociedade de passado patrimonialista.

Quando perguntamos às beneficiárias o que pensam sobre o papel político do voto e como fazem para definir em quais candidatos votar e, se acreditam que votar possa ajudá-las, suas respostas revelam práticas de poder muito antigas em nossa sociedade.

No que diz respeito ao voto, demonstram uma atitude de descrença na política, 20 beneficiárias admitem que não acreditam mais no sistema político brasileiro, portanto, o sentimento de descrença no poder do voto – e na política – predomina (exeto nos casos em que a motivação é religiosa), uma vez que não há reciprocidade por parte dos políticos; como diria Mauss (2003), não há retribuição dos candidatos, já que as promessas quase nunca são cumpridas, nestes casos, parece mais viável arriscar-se acompanhando o coletivo da igreja.

Daí relatarem suas inconformidades com o sistema político eleitoral de maneira convergente:

“Eu não acredito nesse sistema, eu já trabalhei muito com políticos, e hoje eu sou muito decepcionada, votando no caso do Neudo Campos [ex-governador de Roraima], porque assim, ele é primo legítimo do meu esposo, a gente trabalhou na campanha política dele de perto, só que eu trabalhei um ano pra ele, na primeira política dele, quando eu vi aquele projeto dele que ele lança por fora, e a fala dele, e o que é o plano dele por dentro, só pra eles, é muito diferente, eu sempre ouvia o projeto dele para com o povo, e quando tava lá nos encontros pessoais a proposta dele era outra, aí eu fiquei muito decepcionada, aí eu digo assim, tá na hora de nós mudarmos, mas em quem você vai vota né” (G1rr, mulher, 48 anos).

“Olha, pra eu ser sincera, é tanto candidato que nós já votamos nele e que ganharam, mas quando a gente precisa eles viram é as costas. O vereador Sindomar, não sei se o senhor conhece, ele é aqui da nossa rua, ganhou, arrumou emprego pra umas pessoas e nós vai lá e nunca consegue falar com ele, entendeu? Não tem jeito, somos obrigados a votar, olha, nós votamos no Artur, aí depois nós votamos no Melo, tá aí óh, não fazem nada pelas pessoas” (M1am, mulher, 60 anos).

“Não, num acredito que seja importante não, só voto porque é obrigatório. Porque a gente tenta ajudar eles durante a campanha, mas depois eles nunca mais aparecem” (C1am, mulher, 32 anos).

“Eu não acredito mais na política, eles só sabem fazer promessa, é igual coisa de santo, faz promessa “te dou isso, te dou aquilo” e quando é na hora eles não cumprem, não fazem nada, desaparecem, aí eu não acho que vale mais apena, voto porque sinceramente sou obrigada, se não não votaria mais não, de jeito nenhum” (C2am, mulher, 23 anos).

Tomadas como exemplo do padrão de opiniões convergentes entre beneficiárias, estas falas representam relações de poder típicas de uma sociedade cujo modelo de organização e funcionamento político sempre esteve associado às práticas patrimonialistas, agora não mais sob a forma do mandonismo ou coronelismo, mas do clientelismo, ou seja, a

partir de relações políticas baseadas na negociação entre os setores pobres e a “classe” política e o Estado o que equivale a dizer, segundo Carvalho (2004, p. 27), que “[o] clientelismo é um resíduo do patrimonialismo” (CARVALHO, 2004, p. 27):

“As relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumenta com o decréscimo do mandonismo. À medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelística” (CARVALHO, 1997).

É comum ouvi-las relatar sobre suas relações de “troca de favores” com políticos locais. Como já foi visto anteriormente, a vida das beneficiárias envolve questões de ordem mais abrangente; suas existências são atravessadas por necessidades que se estabelecem de forma urgente e inesperada; são dificuldades compartilhadas quase permanentemente entre parentes/conhecidos, um irmão, um tio, um pai ou uma avó. Enfim, o curso de suas vidas permanece marcada por estes movimentos de ajuda mútua, de aliança e comunhão, quase sempre correspondidos com base nos “direitos e deveres de dar e de receber” (MAUSS, 2003) típicos destas famílias.

No entanto, no que diz respeito às relações políticas, o cenário das práticas de assistência e solidariedade parece assumir outro significado, já que, nestes casos, a relação político-econômica entre candidatos e famílias pobres não se estabelece pela equivalência de seus capitais econômicos, políticos e sociais, mas pela desigualdade destes diante da prática de relações de poder clientelistas. Esta pode ser notada através de relatos como o da beneficiária M6am (mulher, 61 anos), que se referiu ao programa do “Nonato Oliveira” (anunciado pelo nome de “O povo na TV”), e cujo foco principal se baseava na iniciativa de promessa de emprego para as famílias pobres da cidade de Manaus, em associação com a promoção da imagem dos políticos locais, um tipo de prática que, segundo Pereira (2002), Cintra (2004), e Figueiredo e Limongi (1999), mantém sua relação estreita com manobras de concentração e destinação de recursos por parte do Executivo federal, uma vez que um dos fatores estratégicos dessa relação está calcado na prática da liberação de recursos para a execução das emendas orçamentárias destinadas a levar obras e serviços às bases eleitorais dos políticos locais, reforçando, desse modo, as estratégias da classe política que intenciona reeleger-se.

Portanto, as relações estabelecidas entre determinados grupos de políticos e as famílias pobres apresentam, a nosso ver, pelo menos três fatores fundamentais, que podem ser considerados como parte característica da prática clientelista vivenciada pelas beneficiárias através de suas experiências cotidianas.

O primeiro está associado ao interesse de certos políticos em se reeleger, garantindo sua participação na obtenção dos interesses políticos e econômicos em âmbito local e nacional. Para tanto, faz-se necessária a garantia de outros dois fatores inter-relacionados, um deles definido pela obrigatoriedade do voto, a partir da qual as famílias pobres (e, em especial, as beneficiárias) estabelecem uma desigual dependência pela “troca de favores” políticos, pautados, em última instância, pelo terceiro fator, que é a necessidade de sobrevivência da família pelo desenvolvimento de estratégias que se constroem a partir de negociações por acordos “amistosos”, na maioria mal correspondidos, porquanto os políticos prometem “te dou isso, te dou aquilo, e quando é na hora eles não cumprem, não fazem nada, desaparecem” (C2am, mulher, 23 anos).

Como se pode ver, as relações entre as famílias pobres beneficiárias e os políticos locais são bem contraditórias: enquanto os primeiros pretendem garantir a reprodução de seus interesses eleitorais através da conquista dos votos obrigatórios das famílias pobres beneficiárias, estas últimas, por se encontrarem em situação de vulnerabilidade social e, portanto, em condição econômica desigual, aceitam – na maior parte dos casos aqui analisados – participar da prática de “negociação por troca de favores”⁸¹ como estratégia de sobrevivência visível e objetivamente viável, já que acordos como estes envolvem – à semelhança dos jogos de azar – probabilidades (ou riscos) tanto de ganho quanto de perda. Como que em um “jogo” movido pela necessidade de sobrevivência, estas famílias parecem depositar suas esperanças em alguém (neste caso, um ou mais candidatos) cujo nível de aparente “retribuição” lhes pareça menos inconfiável; daí se valerem – em sua maioria – dos critérios de natureza coletivo-solidária estabelecidos entre parentes/conhecidos, quando da decisão pela escolha dos candidatos em que pretendem votar:

⁸¹ Estratégia de sobrevivência elencada anteriormente como o terceiro fator presente nas relações estabelecidas entre as famílias pobres e certos grupos de políticos.

Quadro 3 – Dos critérios de escolha dos candidatos pelas famílias⁸²

Beneficiárias	A ESCOLHA DE CANDIDATOS PELA FAMÍLIA	
	Decisões pessoais (Individuais)	Decisões que envolvem certo consenso coletivo (de grupos e/ou famílias)
1. M1am		X
2. P1am	X (Afirma fazer escolhas individuais, mas a depender da situação opta por decisões consensuais e solidárias)	-
3. P2am	-	X (com influência da igreja/religião influencia)
4. C1am	-	X
5. M3am	-	X
6. C2am	-	X (reconhece que prefere votar em alguém que ajudou um conhecido ou parente)
7. D1am	-	X (a igreja/religião influencia)
8. M4am	-	X (reconhece a liberdade de escolha de cada um, mas tem mudado de opinião, dando preferência a alguém da igreja)
9. M6am	-	X (a igreja/religião influencia)
10. E3am	-	X
11. M1rr	-	X
12. E3rr	-	X
13. A3rr	X	-
14. F1rr	X	-
15. G1rr	-	X
16. R1rr	-	X
17. E1rr	-	X
18. Z1rr	X	-
19. H1rr	X	-
20. J1rr	X	-
N° de beneficiárias	6	14
TOTAL EM %	30,00%	70,00%

Fonte: Elaboração com base na planilha de categorizações, e que representa as informações das 20 beneficiárias utilizadas como referência para a escrita desta tese, servindo como exemplo para ilustrar a tendência (ou padrão) dos papéis políticos assumidos pela totalidade do número de entrevistadas. (Autor, 2018).

⁸² Neste caso, resolvemos seguir o mesmo padrão dos quadros 1 e 3, mantendo como referência as mesmas 20 beneficiárias, pois suas opiniões ilustram o padrão majoritário das participantes, que no quadro geral das 20 entrevistas é de 14 entrevistadas por “Decisões que envolvem certo consenso coletivo” (referente a segunda coluna) contra 6 entrevistadas por “Decisões individuais” (referente a primeira coluna). O X simboliza a marcação da posição assumida pelas beneficiárias no quadro de opiniões.

Ao analisar as decisões políticas em apoio aos candidatos, percebemos que suas experiências convergem para um ponto em comum, já que as escolhas para apoiar ou não determinados candidatos deve respeitar “Decisões que envolvem certo consenso coletivo” entre os parentes/conhecidos. São práticas que passam por uma espécie de aprovação de grupo, sendo geralmente conduzidas por um representante de família que estabelece o diálogo com os demais membros da família pautado pela mediação das necessidades coletivas, e cuja constatação dos fatos pode ser verificada nos seguintes argumentos:

“Olha, como minha família é grande e hoje já estão todos adultos, então só lá em casa nós somos 20 votos né, então nós chegamos e fazemos uma reuniãozinha né, aí sempre minha mãe é a cabeça de tudo, aí ela diz: ‘olhe minha filha fulano de tal ajudou, fez isso, fez aquilo, e nós já vem focando nele não é de agora entendeu, ele tem ajudado no trabalho dele, então vamos dá uma ajudinha pra ele’, aí a gente se junta, ‘que é que tú acha fulano?’, se a mãe tá falando, vamos dar o voto de confiança’, nisso nós já elegemos um bucado, é ela que tem a referência, então nós seguimos assim, nós vamos com ela” (E3rr, mulher, 35 anos).

“Toda vez que chega a época das eleições a gente fica assim né, reunindo a família, aí observa qual é o candidato que nós acha mais ou menos, aí é assim, a gente primeiro decide entre nós, depois a gente vai lá e vota” (M3am, mulher, 34 anos).

“Na maioria das vezes nós reunimos a família, aí a gente vê quem ajudou os parentes, assim, os mais próximos, aí depois a gente vota” (C1am, mulher, 32 anos).

Esses relatos revelam parte do processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência destas famílias. Assim como a migração, o casamento, o trabalho e as redes de solidariedade formam um corpo de possibilidades objetivadas nas práticas de assistência e seguridade social por parte destas famílias, a política, mesmo não sendo um “espaço de relações de confiança plenamente correspondidas”, define-se, em última instância, como mais um dos “lugares” de participação destas famílias no circuito da luta pela sobrevivência que se configuram no espaço urbano.

Saliente-se ainda o fato de que não são apenas as beneficiárias posicionadas na segunda coluna do quadro 4 que relatam sua escolha dos candidatos a partir de decisões coletivas. Também as mulheres referidas na primeira coluna, às vezes relatam poderem optar a qualquer momento por um posicionamento de caráter coletivo. Nesses casos, estas posições, apesar de se fazerem menos presentes, estão quase sempre carregadas de solidarismo que as aproxima do conteúdo de solidarismo que as aproximar do conjunto. As decisões, desse modo, giram mais em favor do consentimento de grupo, do que pelo interesse individual.

Ademais, é necessário destacar dentro deste terceiro fator, definido a partir de agora pela prática da “negociação por troca de favores apoiada em decisão coletiva”, outra

estratégia de sobrevivência, que atrelada às decisões de caráter coletivo, joga um papel de destacada importância. Trata-se do princípio da religiosidade.

Notamos, segundo as informações do quadro 4, as beneficiárias P2am, D1am, M4am e M6am, optam por “Decisões que envolvem certo consenso coletivo”, no entanto, suas condutas estão pautadas por posições, segundo Weber (2005), fundadas em motivações religiosas. Sobre este aspecto, nos parece suficiente a constatação factual de que entre elas 10 são evangélicas, 8 são católicas e apenas 2 não possuem religião definida.

Como se pode notar, diferentemente da vida desenvolvida no meio rural, a vida das beneficiárias nos centros urbanos exige sua permanente necessidade de interação através da capacidade de manter-se em constante mobilidade social. Isso lhes permite uma flexibilidade sobre a forma como estabelecem as relações de sobrevivência nos espaços urbanos.

Para estas famílias, as estratégias associadas às práticas políticas e religiosas são necessárias dentro do circuito da luta contra a pobreza. Como já havíamos apontado, o espaço urbano convoca à necessidade de articulação entre diferentes estratégias de sobrevivência; quanto a isto, basta notar a vinculação das famílias às práticas política e religiosa, esta última apresentada tanto como filosofia de vida, quanto como instrumento de decisão política.

Eis alguns relatos:

“Nós vamos votar com o pessoal da Universal, a gente tá com um candidato, ou melhor, um pré-candidato, ele é um pastor, e eu vou votar nele porque eu tenho a certeza que ele vai fazer a diferença, João Luiz o nome dele, pastor aqui da Universal [...] Eu vou votar nele, e a pessoa que também confiar vai votar porque eu tenho certeza que ele vai fazer diferença porque ele é um homem de Deus, e o homem de Deus verdadeiramente ele faz a diferença [...]” (P2am, mulher, 38 anos).

“Olha, assim, geralmente a gente houve as propagandas deles e tal, mas assim, agora eu estou indo pra igreja, e aí então eu já penso diferente, eu já penso assim, como esse mundo de hoje ele tá muito assim violento, tá assim muita corrupção, muita coisa acontecendo né, aí eu já penso que a gente tem que colocar pessoas que tão na presença do Senhor, sabe, que é pra vê se acontece projetos sociais pra ajudar as pessoas, não dizendo que eles são santo, porque ninguém é santo, santo só foi Jesus né, mas assim, eu creio que se Deus coloca uma pessoa, veja, é o coração daquela pessoa, porque ‘coração do homem é terra que a gente não anda’, agora, se eu tô vendo que aquela pessoa tá fazendo as coisas certas, tendo amor pelo próximo, ajudando o próximo aí é outra coisa, olha, lá na minha igreja teve o casamento coletivo, a gente num pagou nada, só nossa roupa mesmo, entendeu, então isso daí é pra ajudar o próximo [...], então eu vejo que a pessoa ela tá trabalhando mesmo, então no meu ponto de vista ela já tem o meu voto, entendeu, porque é pra ajudar o próximo, entendeu, hoje eu posso dizer que eu sou uma nova criatura em Cristo de Jesus, então eu já tenho uma outra visão, então não vou votar naquela pessoa só porque me deu isso ou aquilo não, porque eu quero que o Brasil melhore e não que ele piore né [...]” (D1am, mulher, 30 anos).

“Na verdade, aqui em casa é assim, a gente costuma votar junto com o pessoal da igreja” (M4am, mulher, 39 anos).

“Veja bem, a gente vota porque é obrigado né, inclusive hoje a nossa família tem até medo quando vai apoiar uma pessoa, por exemplo, eu estou apoiando um rapaz que é ali da igreja né, é a primeira vez que ele tá entrando pra vereador, eu falo assim ‘você é o quê da comunidade, você faz o quê da comunidade?’, porque por exemplo, eu não tenho esse saber assim pra explicar direito, mas eu penso assim, pra eu eleger um candidato pra representar minha comunidade ele tem que ser bem estruturado na minha comunidade, o povo tem que conhecer ele como ele é, como pessoa, como trabalhador, como coisa da comunidade, tá entendendo, porque você vai votar numa outra pessoa da outra comunidade, aí depois que a pessoa ganha ele nunca mais vai lhe receber, tem deles que não volta nem pra agradecer, entendeu, e o pessoal me procura muito aqui, porque como eu trabalho lá na pastoral da criança, aí eu conheço praticamente a comunidade toda, aí eles sabem que eu sou conhecida aí eles vem pra cá pra pedir meu apoio, pra isso e aquilo, mas eu hoje em dia não quero mais me envolver muito não, meu esposo não gosta, eu já fui muito envolvida nessas coisas, mas meu esposo não gosta muito não... (M6am, mulher, 61 anos).

Estas narrativas indicam uma relação muito estreita, quase da identificação da figura do político com a da Santidade, principalmente quando afirmam: “hoje eu posso dizer que eu sou uma nova criatura em Cristo de Jesus, então eu já tenho uma outra visão, então não vou votar naquela pessoa só porque me deu isso ou aquilo não” (D1am, mulher, 30 anos). Para essas beneficiárias, as relações de confiança entre famílias e candidatos envolvem também noções de crenças religiosas compartilhadas. Isso significa que quanto mais integrado à comunidade religiosa estiver o candidato, maior será o grau de cumplicidade e confiança. Como demonstrou Weber (2005), as relações estão atravessadas por sentimentos de obrigações ético-religiosas, a partir das quais estabelecem o consenso coletivo.

Não há dúvida de que a escolha do candidato (ou político) é definida por um critério de caráter coletivo-religioso, principalmente se levarmos em consideração a constatação de que apenas 2 das beneficiárias não possuem religião definida, e pelo fato de que a representação da imagem de Deus existe como presença exaustiva e norteadora em toda a estrutura discursiva de suas narrativas.

Em seus relatos, a presença de “Deus” remete a uma outra necessidade sobre a qual suas vidas encontram-se estruturadas. Nestas famílias a religiosidade parece assumir uma condição um tanto complexa, já que sua manifestação envolve questões associadas ao que Freud (2010, p. 13) chama de transformação do *princípio de prazer* em *princípio de realidade*. O princípio da realidade requer uma forma de orientação intencional das atividades dos sentidos a partir da qual os sujeitos dirigem suas ações diante da pobreza enquanto ameaça existencial inscrita em suas trajetórias. A força da realidade ameaçadora, pode ser a razão pela qual se servem do princípio de religiosidade enquanto “vantagem de um alívio psíquico” (FREUD, 2013, p. 93). Assim, a religiosidade poderá assumir a cada nova

experiência de vida, a forma de uma estratégia de sobrevivência diante da realidade⁸³. A religião ao encobrir a condição existencial de pobreza, restitui, desse modo, a esperança na promessa de salvação⁸⁴.

Ao mesmo tempo, é preciso que se diga, também, que a religiosidade como estratégia, serve, segundo Weber (2001), de instrumento de mediação para o consentimento da dominação legítima, já que há entre os atores envolvidos – as beneficiárias e os candidatos à política local ou nacional – uma espécie de consentimento que envolve “considerações racionais de vantagens e desvantagens (referentes a meios e fins)” por parte tanto de um grupo quanto do outro. Percebe-se pelos dados que as necessidades de sobrevivência das beneficiárias as condicionam a tomar decisões que envolvem certo consenso coletivo, não só fundado no acordo familiar ou do grupo, mas também na prática religiosa. A prática religiosa as leva a enfrentar a realidade a partir de uma relação de dominação legítima, na qual religião e política se associam e se apresentam como opções paralelas e distintas às circunstâncias à primeira vista. Se olharmos com mais atenção, veremos que o paralelismo entre religião e política não se sustenta e na verdade conformam uma unidade de representação: os candidatos confiáveis são os homens de Deus, da Igreja, homens bons porque vivem em Cristo. Assim, as estratégias sustentadas na unidade política-religiosa, desconhecem a desigualdade e a luta entre as classes, por um lado. Por outro, reforçam o assujeitamento político-econômico destas famílias aos interesses dominantes, ao mesmo tempo em que mantém a reprodução da lógica capitalista ininterrupta da tortuosa espiral do desemprego e da persistente mobilidade do trabalho precário⁸⁵.

Em vista disso, é correto afirmar, segundo a teoria durkheimiana, que a religião pode manifestar-se associada ao lugar de participação eletiva do qual é parte integrante e necessária

⁸³ Sobre as questões relativas ao desenvolvimento da subjetividade humana a partir de uma abordagem sócio-histórica e psicanalítica, ver FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização: novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936)*. v. 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2010; FREUD, Sigmund. *Totem e Tabu: algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos*, 1. ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013; MARCUSE, Herbert. *Eros e a civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

⁸⁴ Sobre as questões relativas ao desenvolvimento da subjetividade humana a partir de uma abordagem sócio-histórica e psicanalítica, ver FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização: novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936)*. v. 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2010; FREUD, Sigmund. *Totem e Tabu: algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos*, 1. ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013; MARCUSE, Herbert. *Eros e a civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

⁸⁵ Para uma compreensão mais detalhada da relação entre o modo de produção capitalista, a dimensão religiosa e a alienação, ver MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2005; MARX, Karl. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007; e MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 25. ed. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

– por exemplo, nos grupos de amizade, nas comunidades locais, nas instituições religiosas etc. Daí a razão pela qual afirmamos ser a religião tanto um meio quanto um fim na obtenção de recursos materiais e simbólicos que possibilitem a reprodução das condições de sobrevivência destas famílias diante das transformações do espaço urbano.

Neste sentido, é correta a afirmação de que a religião cumpre mais de uma função social; ela participa no circuito das estratégias de sobrevivência tanto como conteúdo de justificação para o enfrentamento e aceitação das múltiplas dificuldades existenciais, quanto como “recurso” que se presta ao estabelecimento de “acordos coletivos” entre as famílias e os candidatos à política local/nacional.

Arelado a isso, deve-se acrescentar ainda o fato, por nós anteriormente salientado, de que a religião também exerce uma função alienatória, já que a configuração dos destinos pessoais está pautada por limites da pobreza e da extrema pobreza, situação em que viver e existir são dimensões desigualmente refratárias, principalmente se considerarmos o conjunto das condições materiais de existência em que vivem estas famílias, desde suas experiências de vida no 1NF e no 2NF.

Enfim, a dinâmica de sobrevivência destas mães, seja através da migração, do casamento, do trabalho, da solidariedade, da política e/ou da religião, demonstra a capacidade que elas possuem a capacidade de viver em permanente estado de improvisação social, sempre criando meios alternativos de escapar da pobreza, capacidade revelada por sua singularidade de classe pobre e pela característica de desregulamentação do social, estabelecendo, a partir do circuito concreto de suas estratégias de sobrevivência, quais dessas estratégias podem e devem assumir um caráter de viabilidade relativamente durável e necessária à manutenção da existência. Como bem salientou Arendt (2007, p. 149), estas estratégias “emprestam ao artifício humano a estabilidade e a solidez”; existem como possibilidades concretas que podem ser acessadas por meio de sua característica de relativa durabilidade histórica⁸⁶.

Ainda assim, é preciso levar em consideração o fato de que estas estratégias podem variar entre si em seus diferentes graus de intensidade, durabilidade e fluidez; por exemplo, no caso da solidariedade e da religião, estas se revelam como componentes duráveis de longo alcance, principalmente por suas presenças constantes em toda a fluidez do percurso de

⁸⁶ Estas questões podem ser melhor compreendidas se agregarmos as discussões e citações das beneficiárias, os registros de experiência de vida dos escritos de Carolina de Jesus (2014a; 2014b), especialmente, *Quarto de despejo: diário de uma favelada* e *Diário de Bitita*.

desenvolvimento das trajetórias de vida dessas beneficiárias, o que poderá ser verificado quando da análise de seus modos de vida durante o 1NF e o 2NF.

É bem evidente a importância do grau de durabilidade dessas estratégias de sobrevivência no conjunto das alternativas de enfrentamento da pobreza ao longo de suas experiências de vida; sobre isso basta que se verifique a interdependência que possuem as estratégias da migração, do trabalho, da política, etc., ante aquelas que apresentam – se não indiretamente, pelo menos imediatamente – uma maior durabilidade, como é o caso da religião e da solidariedade, a nosso ver, uma relação dialética onde a preponderância de umas sobre outras depende necessariamente do grau de intensidade e durabilidade históricas que possuem em face das demais. Parece ser esse o caso do benefício do PBF como estratégia de sobrevivência, com caráter significativamente durável e/ou estável dentro de um espaço de tempo histórico – contado, neste caso, pelos anos de experiência no recebimento de um valor em dinheiro – cuja experiência se passa num movimento ininterrupto de transformação.

5 EXPERIÊNCIA DE POBREZA E PROJETO DE FUTURO

5.1 O benefício do PBF: uma estratégia de relativa durabilidade

*É preciso que haja alguma coisa
alimentando o meu povo;
uma vontade
uma certeza
uma qualquer esperança.
É preciso que alguma coisa atraia
a vida
ou tudo será posto de lado
e na procura da vida
a morte virá na frente
e abrirá caminhos.
É preciso que haja algum respeito,
Ao menos um esboço
ou a dignidade humana se afirmará
a machadadas.*

Torquato Neto – *Poema do aviso final*

Acreditamos que somente após considerarmos a análise das trajetórias de vida das beneficiárias em seu conjunto, ou seja, suas condições de existência no 1NF e no 2NF (tanto no passado quanto no presente), bem como a mobilidade variada de suas estratégias de sobrevivência diante da pobreza, é que se fez possível o desenvolvimento da compreensão do uso do benefício e seus consequentes impactos sobre a vida das famílias beneficiadas pelo PBF.

Como já havíamos demonstrado no capítulo 3, o PBF nasce como um reflexo do processo de constituição das políticas de Seguridade Social no Brasil, mais especificamente daquilo que veio a se chamar Sistema de Proteção Social, tendo seu início a partir da conquista dos direitos civis, sociais e políticos, entre os anos de 1920 e 1943, e que se estenderam com as disputas civis surgidas entre as décadas de 1980 e 1990, dando passagem às transformações políticas, econômicas e sociais em favor dos grupos de interesses políticos neoliberais dominantes no Brasil, cujo poder passara a sofrer fortes pressões dos grupos e atores sociais que se articulavam em contraposição às propostas neoliberais dentro e fora do Congresso Nacional, estendendo às instituições sociais a necessidade de um debate mais amplo que correspondesse aos interesses democráticos da nação e não apenas aos interesses arbitrários de um grupo político dominante.

Foi no contexto da década de 1990 que foram ganhando destaque primeiramente as políticas descentralizadas de transferência de renda para a educação, saúde e assistência

social, destinadas a atender famílias em condições de pobreza, para somente em seguida, a partir do Governo do Partido dos Trabalhadores (PT), sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, terem as famílias pobres brasileiras sido incluídas no Sistema de Seguridade Social Brasileiro através da unificação das políticas e programas de atendimento às famílias em situação de pobreza, como é possível notar mediante o sistema de condicionalidades sociais do Programa Bolsa Família (PBF).

É sabido que esse tipo de política tem sua história vinculada às necessidades de regulação social através do liberalismo político e econômico internacional do século XIX, que assumiu a forma dos conflitos sociais entre os diferentes interesses de classes. Em outras palavras, significa que a matriz do que hoje se entende por Sistema de Proteção e/ou de Seguridade Social nada mais é do que o resultado das contradições entre interesses de grupos divergentes surgidos a partir das contradições internacionais de época, típicas de uma sociedade em crise, e que fora responsável pelas mesmas demandas que viriam a fazer parte das estruturas de conservação e funcionamento da sociedade contemporânea.

Sobre este aspecto, afirma Polanyi (2012, p. 429), ao se referir as mudanças liberais ocorridas na Inglaterra:

voltemos àquilo a que chamamos o duplo movimento. Podemos personificá-lo como a ação na sociedade de dois princípios organizadores, estabelecendo cada um deles fins institucionais específicos, com o apoio de determinadas forças sociais e através da utilização de métodos distintivos. Um deles era o princípio do liberalismo econômico, visando à instauração de um mercado autorregulado, contando com o apoio das classes ligadas ao comércio e utilizando em larga medida como métodos o *laissez-faire* e o livre-cambismo; o outro era o princípio da proteção social, visando à conservação do homem e da natureza bem como da organização da produção, contando com o apoio variável dos mais imediatamente atingidos pela ação nociva do mercado – em primeiro lugar, mas não exclusivamente, a classe trabalhadora e os grupos cujos interesses se ligavam à terra – e recorrendo a métodos como a legislação protetora, as associações restritivas e outros instrumentos de intervenção.

Como se nota, é a partir deste “duplo movimento” entre os conflitos de grupos estendidos a partir de necessidades históricas de regulação social que o desenvolvimento de estratégias de proteção social se fez presente como uma necessidade de ordenamento político, econômico e social por parte do Estado. Assim, “cada uma destas classes sociais foi portadora, ainda que inconscientemente, de interesses mais amplos do que o seu próprio interesse particular” (POLANYI, 2012, p. 431). Isso nos fornece uma ideia sobre o modo como as relações de poder no seio da sociedade podem influenciar as reivindicações de interesses entre os diversos grupos sociais, como houve de ser o caso das demandas nascidas com o pós-guerra, e a partir das quais houve a necessária busca por proteção social, mais

precisamente pelo desenvolvimento urgente de um modelo de “sistema global de proteção do trabalhador assalariado e de sua família” (DAMON, 2006, p. 16, tradução nossa), conhecido como *Welfare State*, também chamado de Estado Providência, aquele sobre o qual

à sombra das ambições socialistas e das utopias comunistas, foram desenvolvidas políticas visando reduzir as desigualdades entre as diferentes posições sociais através de transferências sociais. Retendo uma parte da riqueza com a ajuda dos tributos, dos impostos e dos direitos de herança, as políticas de redistribuição terminaram por reequilibrar a reparação das fortunas. (DUBET, 2010, p. 19).

Esta tendência geral foi responsável por influenciar as estratégias das reformas democráticas no Brasil a partir dos avanços constitucionais de 1988, quando o país, segundo Behring (2011, p. 156-161), passou “a ter em perspectiva a construção de um padrão público universal de proteção social”, e que se estenderia em transformação através da contrarreforma do Estado na década de 1990, conquistada por meio de uma política de coalizão de centro-direita, cujo protagonismo foi exercido com a implantação do Plano Real, envolvendo a consequente “entrega de parcela significativa do patrimônio público ao capital estrangeiro”, configurando um cenário nacional típico das disputas político-ideológicas do período de governabilidade do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (FHC). Em seu governo, o caráter político-administrativo se destaca pela reprodução de um modelo de democracia em que “os direitos mantidos pela seguridade social se orientam, sobretudo, pela seletividade e privatização, em detrimento da universalidade e estatização”.

Esses princípios constitucionais, genéricos, mas norteadores da estrutura da seguridade social, deveriam provocar mudanças profundas na saúde, previdência e assistência social, no sentido de articulá-las e formar uma rede de proteção ampliada, coerente e consistente. Tinham o objetivo de permitir a transição de ações fragmentadas, desarticuladas e pulverizadas para “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (Artigo 194 da Constituição da República Federativa do Brasil). Apesar de tais indicações, não foram essas as orientações que sustentaram a implementação das políticas que compõem a seguridade social na década de 1990. (BEHRING, 2011, p. 158).

Isso significa dizer que as limitações na execução de princípios constitucionais de caráter genérico (ou universais), responsáveis pela implementação das políticas que compõem a seguridade social nesta mesma década, contribuíram, conforme tratado em capítulo anterior, para agudizar os espaços de mobilização contra e/ou a favor dos “novos projetos de modernização” do Governo brasileiro, dando vazão à articulação de diferentes grupos e atores sociais dentro e fora do Congresso Nacional, cujos interesses foram protagonizados pelas disputas civis que resultaram, a partir de 2003, na conquista do poder do Estado pelo Partido

dos Trabalhadores (PT), que sob a Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, conferiu uma mudança na forma de condução das políticas sociais no país.

Agora, a concepção democrática de política social enquanto instrumento de seguridade das famílias no Brasil assumia uma característica mais expansiva de universalidade dos direitos. Em vez da reprodução de políticas de características descentralizadas, o governo do PT deu vazão às iniciativas de unificação das políticas de seguridade social, estabelecendo programas sociais por condicionalidades e a nível federativo, condição ainda não vista na cena histórica nacional.

Assim, em período relativamente curto, o país assistiu – não sem muito embate e alguns reveses – à construção e à consolidação de sistema de proteção e promoção social de alcance não desprezível. Entre outras conquistas, inseriu-se na organização das políticas sociais brasileiras a ideia de seguridade social para promover a articulação dos direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social e afiançar o compromisso com a garantia de segurança aos indivíduos diante de riscos como a doença e a pobreza relacionada à insuficiência de renda, ao desemprego ou à incapacidade para o trabalho. [...] Igualmente relevante foi a fixação do salário mínimo (SM) como referência para os benefícios previdenciários e assistenciais permanentes e a instituição dos pilares de política ativa de combate à pobreza por meio da transferência de renda aos setores mais vulneráveis da sociedade, concretizada inicialmente com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas com deficiência em situação de pobreza – e posteriormente ampliada pelos programas de transferência condicionada de renda a famílias pobres com crianças e adolescentes entre seus membros, hoje unificados sob o Programa Bolsa Família (PBF). (IPEA, 2009, p. 521).

Desse modo, o debate sobre a ideia de seguridade social a partir do século XXI ganha uma nova “roupagem”, principalmente no que se refere às iniciativas de transferência de renda unificada, e em especial no que diz respeito ao recebimento – por parte das famílias pobres – de um benefício repassado pelo Programa Bolsa Família (PBF), um programa de transferência de renda com condicionalidades, capaz de assegurar por um período de tempo determinado a sobrevivência das famílias pobres e extremamente pobres do país.

A análise até aqui efetuada conduz à compreensão de que as políticas sociais refletem também, e em certo sentido, o compromisso do Estado com a seguridade social das famílias, concebidas, neste caso – e principalmente desde a primeira metade do século XIX, e posteriormente através do aparecimento do Estado de bem-estar social –, como “uma categoria de ação política (e não apenas do pensamento político)” (LENOIR, 2015, p. 169, tradução nossa). Ou seja, as políticas sociais surgem como uma garantia constitucional que visa à assistência das famílias em situação de pobreza, intencionando integrá-las – por meio da regulação social – aos espaços de acesso que nascem da própria contradição do modelo de organização e funcionamento do Estado dentro do capitalismo.

Neste sentido, quando falamos da política do PBF enquanto resultado da conquista por seguridade social no Brasil, estamos partindo da premissa de que elas conferem à sociedade a característica de uma estrutura que se refere, “em análise social, às propriedades de estruturação que permitem a ‘delimitação’ de tempo-espaço em sistemas sociais, às propriedades que possibilitam a existência de práticas sociais discernivelmente semelhantes por dimensões variáveis de tempo e de espaço, e lhes emprestam uma forma ‘sistêmica’” (GIDDENS, 2009, p. 20).

Em termos sociológicos, significa dizer que as políticas sociais resultam em propriedades estruturais que garantem a experiência dos indivíduos (neste caso, dos grupos de famílias do PBF) dentro de um determinado contexto social e, além disso, por um período de tempo delimitado.

O pressuposto de que a seguridade social e/ou as políticas sociais podem ser compreendidas como propriedades estruturantes das relações sociais, confere às famílias pobres brasileiras os atributos de uma “experiência social” (DUBET, 2010a, tradução nossa) que, segundo Arendt (2007, p. 149), possibilita “ao artifício humano a estabilidade e a solidez”, o que tende a ocorrer por período de tempo relativamente durável.

Disso resulta o fato, ainda segundo Arendt (2007, p. 149-187), de que assim como as diversas categorias sociais como o trabalho, os instrumentos de trabalho, os produtos do trabalho e a arte resultam de um artifício humano de busca por objetivação e delimitação de espaços de atuação a partir dos quais as experiências humanas se tornam possíveis, devem as políticas sociais e qualquer outra forma de estruturação das relações humanas cumprir as funções de artifício de durabilidade, sustentação ou estabilidade relativas das experiências sociais, evitando, portanto, a “perda de padrões e normas universais, sem os quais o homem jamais poderia ter construído um mundo dotado”, segundo Bourdieu (2005), “de uma realidade estruturante e estruturada”. Sem esta não seriam possíveis o acesso e a experiência sociais através de espaços e campos de significação que permitam o devir das diferentes formas de manifestação do agir entre os indivíduos e grupos (neste caso, as famílias).

No que se refere às famílias, é inegável o fato de que a política do PBF representa, segundo Bourdieu (1984), uma forma de estruturação do campo onde se estabelecem relações de interação e força entre os envolvidos, neste caso, entre a família, sociedade civil e o Estado. Isso requer pensar a participação das famílias na política do PBF através de uma experiência social que envolve a correlação de interesses entre as partes envolvidas, já que ao Estado cabe a tarefa de promover a assistência social através do acesso a um benefício (ou renda), e aos beneficiários a contrapartida através do cumprimento de suas obrigações

no uso do benefício, legitimando, em certa medida, os interesses sociais⁸⁷.

Isto implica, segundo Dubet (2010b, p. 17-42, tradução nossa), que no quadro histórico das experiências de luta da classe trabalhadora, as políticas resultam tanto da necessidade de conquista dos direitos sociais dos indivíduos enquanto trabalhadores, quanto da luta pela extensão do acesso – enquanto trabalhadores – aos bens que lhes são de direito.

Queremos dizer, portanto, que ao serem conquistadas, estas políticas sociais tornam-se lugares (ou meios) de acesso à participação dentro das estruturas contraditórias de organização e funcionamento do próprio Estado; elas se caracterizam pelo sentido objetivo que possuem enquanto lugar de cidadania, ou seja, como “proteção jurídica (direitos civis, políticos e sociais) ao título do princípio de igualdade” (PAUGAM, 2016, p. 64, tradução nossa), servindo como “reguladores” políticos de assistência e integração sociais.

Como já visto no capítulo 3, no caso das famílias beneficiadas pelo PBF, seu envolvimento e participação são efetivados quando ocorre a regularização dessas famílias através da plataforma do Cadastro Único para recebimento do benefício social, só havendo o cancelamento deste em casos de irregularidades, ou, quando por razões da conquista de outros meios de renda, a representante de família (geralmente a mãe) declara ser desnecessária sua continuidade no Programa, repassando a possibilidade de beneficiamento para outra família que se encontra cadastrada na lista de espera para participação junto ao Programa⁸⁸.

Independentemente da saída das beneficiárias do Programa, importa destacar o fato de que a participação das mães junto ao PBF reflete um espaço de experiências sociais por um período de tempo *relativamente* durável⁸⁹; mais que isso, significa dizer que o PBF enquanto campo de estruturação da política social atua como espaço de mobilidade estratégica das famílias na luta pela sobrevivência, funcionando como mais uma alternativa de sobrevivência no conjunto do processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias desenvolvidas ininterruptamente pelas famílias.

⁸⁷ Sobre o papel da política do PBF e sua relação entre o Estado, a família e a sociedade, ver as especificações do capítulo 3 de nossa tese.

⁸⁸ Durante a pesquisa de campo, algumas beneficiárias relataram a preocupação em repassar o seu benefício para outras famílias, reconhecendo ser esta uma atitude justa, uma vez que outras famílias necessitavam beneficiar-se desta política tanto quanto ela teve o direito de se beneficiar. De qualquer modo, isso parece reforçar o fato de que a solidariedade entre as famílias – mesmo entre aquelas que não possuem consaguinidade – revela-se como um dos traços típicos e recursivos diante de suas necessidades de sobrevivência.

⁸⁹ Usamos a expressão *relativamente* para indicar que o tempo de recebimento do benefício pode sofrer variações de ordem macro e microsociológica, ou seja, as experiências das beneficiárias no PBF podem ser prolongadas ou interrompidas. Disso dependerão tanto as transformações na conjuntura política e econômica no plano nacional e internacional, quanto aquelas mudanças que envolvem a vida particular de cada beneficiária, como, por exemplo, uma oportunidade de emprego mais “estável” que lhe aparece e a retira do programa. Por essa razão, partimos da premissa de que o recebimento do benefício tem uma durabilidade variável, o que não compromete a análise, pois o espaço de durabilidade da experiência se deve à participação (ou aprovação) das famílias beneficiadas na lista de cadastro do PBF.

À diferença das estratégias de sobrevivência mobilizadas por condições de “perceptividades pessoais”, como nos casos em que as beneficiárias respondem de maneira relativamente autônoma às “coerções importas pela situação” (DUBET, 2010a, p. 126, tradução nossa), desenvolvendo seus próprios meios de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência “em função das oportunidades que se oferecem” e lhes parecem mais viáveis, no caso do PBF, a sua posição no conjunto das estratégias de sobrevivência assume um caráter social de natureza política, uma vez que, neste caso, é o PBF uma política de Estado projetada a partir de determinações jurídico-políticas, cuja finalidade é o estabelecimento da integração e regulação sociais por meio da transferência de renda condicionada, durante um período de tempo relativamente durável.

No caso em análise, a durabilidade da experiência das 20 entrevistadas é variável, pois, como já havíamos demonstrado em capítulo anterior, tornou-se inviável a determinação das participantes sob o critério de cadastro mais antigo no programa. Por essa razão, resolvemos deixar o objeto falar, resultando em um quadro configurativo no qual a durabilidade das experiências das beneficiárias no programa e os respectivos impactos do PBF em suas vidas se estabeleceram dentro dos limites de tempo abaixo referenciados e sob as seguintes condições:

Tabela 4 – Das condições relativas ao espaço de durabilidade do benefício no contexto familiar

								Continua
BENEFICIÁRIAS	CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO		FILHOS		VALOR DO BENEFÍCIO QUANDO RECEBIAM	VALOR DO BENEFÍCIO ATUAL	ESPAÇO DE DURABILIDADE DAS EXPERIÊNCIAS	
	Benefício		Presente		Passado (referente aos que já receberam)	Presente (referente aos que ainda recebem)	Período de recebimento	
	Ainda Recebem	Já receberam	Quantidade*	Recebem ou recebiam o benefício	Valor em R\$	Valor em R\$	Em anos ou meses	
	1. M1am		x	2	2	Entre 45 e 65 reais		De 2006 a 2016
2. P1am	X		1	1		111 reais	De 2014 até o presente	
3. P2am	X		4	4		217 reais	De 2012 até o presente	
4. C1am		x	3	1	32 reais		Durante o 1º semestre de 2011	

BENEFICIÁRIAS	CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO		FILHOS		VALOR DO BENEFÍCIO QUANDO RECEBIAM	VALOR DO BENEFÍCIO ATUAL	CONCLUSÃO ESPAÇO DE DURABILIDADE DAS EXPERIÊNCIAS
	Benefício		Presente		Passado (referente aos que já receberam)	Presente (referente aos que ainda recebem)	Período de recebimento
	Ainda recebem	Já receberam	Quantidade*	Recebem ou recebiam o benefício	Valor em R\$	Valor em R\$	Em anos ou meses
5. M3am	X		6	2		147 reais	De 2012 até o presente
6. C2am		x	3	3	242 reais		De 2013 a 2016
7. D1am	X		2	2		147 reais	De 2015 até o presente
8. M4am		x	8	3	Entre 95 e 246 reais		De 2001 a 2014
9. M6am	X		8	1		70 reais	De 2001 até o presente
10. E3am		x	2	1	35 reais		De 2004 até 2006
11. M1rr	X		9	2		147 reais	De 2004 até o presente
12. E3rr	X		3	3		Entre 80-230 reais	De 2002 até o presente
13. A3rr	X		4	3		230 reais	De 2004 até o presente
14. F1rr	X		3	1		160 reais	De 2001 até o presente
15. G1rr		x	2	2	85 reais		De 2003 a 2015
16. R1rr	X		7	6 (3 filhos em um momento e 3 em outro)	65 reais	70 reais	De 2001 até o presente
17. E1rr	X		3	3	65 reais	70 reais	De 2001 até o presente
18. Z1rr	X		9	3	Aproximadamente 250 reais	250 reais	De 2004 até o presente
19. H1rr	X		2	2		147 reais	De 2003 até o presente
20. J1rr	X		4	4	65 reais	140 reais	De 2004 até o presente

Fonte: Elaboração própria com base em nossa planilha de categorizações, e que toma como referência para análise das experiências de vida das beneficiárias o espaço de durabilidade do benefício a partir de sua configuração familiar.

As informações contidas na tabela 4 devem ser entendidas considerando-se as seguintes observações: 1) a ausência de informações centradas no pai se deve ao fato de ele não ser o foco de nossa pesquisa, e também por ser ele – na maior parte dos casos observados – uma figura mais ausente que presente, escapando, desse modo, a uma análise mais aprofundada sobre sua condição como membro participativo no contexto efetivo de uso do benefício. Ademais, nota-se que a realização do projeto de futuro da família é executada e dirigida muito mais pela mãe do que pelo pai, pois aquela demonstra não poder contar muito com a certeza da presença do companheiro ao longo do processo de luta por melhores condições de vida; 2) os valores do benefício (tanto no passado quanto no presente) foram considerados em conformidade com as narrativas e não a partir das informações contidas nas planilhas de cadastro do governo, uma vez que nosso principal interesse é compreender a experiência e os impactos decorrentes do uso que estas mães fazem do benefício; e 3) no que diz respeito ao “Espaço de durabilidade das experiências” (última coluna do quadro 5), os casos em que o início de recebimento do benefício ocorre a partir de 2001, indicam que as beneficiárias já participavam das políticas dos programas de governos anteriores aos do Presidente Lula, sendo incorporadas ao PBF a partir de 2003 através da continuidade de suas inscrições, agora como beneficiárias participantes de um programa de transferência de renda unificada sob condicionalidades.

Em vista disso, e sobretudo a partir das informações contidas na tabela 4, é que se pode falar do PBF (e, em especial, do benefício) como mais uma alternativa de que se beneficiam estas famílias no conjunto do processo de mobilidade e reconfiguração de suas estratégias de sobrevivência. À diferença de outras estratégias, é o benefício, segundo Simmel (2013), um recurso de natureza jurídico-política capaz de proporcionar uma experiência de vida de forma relativamente autônoma, uma vez que sua manifestação sob a forma de dinheiro é capaz de estabelecer

um poder superior ao conceito geral de propriedade, um poder no qual, por meio da ordem legal, o caráter específico de qualquer outra posse objetiva é diluído e o proprietário individual do dinheiro é colocado na frente de um número ilimitado de objetos, cujo gozo também é garantido pela ordem pública; isto é, o dinheiro não preestabelece, a partir de si mesmo, sua própria utilização e usufruto como fazem os objetos unilateralmente determinados. (SIMMEL, 2013, p. 361).

Dito de outra maneira, significa que a aprovação deste recurso implica a participação das mães como beneficiárias do PBF por um período de tempo relativamente durável e legítimo, dando a elas a possibilidade concreta – através do valor recebido em dinheiro – de se apropriar deste da maneira que melhor lhe convém. Sobre este aspecto reside o grau de

liberdade individual possibilitado pelas circunstâncias objetivas proporcionadas por sua materialidade sob a forma de recurso financeiro, que “graças à sua disponibilidade e austera determinação quantitativa, proporciona um ponto de apoio e um descanso psíquico determinado ante as oscilações e flutuações dos valores vitais qualitativos, especialmente quando estes se encontram em um processo de conquista” (SIMMEL, 2013, p. 364).

Portanto, no que se refere ao quadro 5, é preciso considerar o fato de que a presença do benefício incide sobre a possibilidade concreta e de relativa autonomia individual quanto à destinação do recurso para fins de atendimento às necessidades de sobrevivência de cada família. O uso do benefício é, pois, a garantia e ao mesmo tempo a autonomia a partir da qual se encontra tanto “a forma individual em que cada um se comporta ante o dinheiro” (SIMMEL, 2013, p. 362), quanto a razão sob a qual se realizam as experiências de vida das famílias durante um espaço de tempo relativamente durável, o que pode ser mais bem compreendido se observarmos as condições de durabilidade dessas experiências, que nestes casos se apresentam representadas pelas dinâmicas de sobrevivência mobilizadas de um modo singular e dentro de certo espaço de tempo pelas beneficiárias.

No conteúdo demonstrado através do quadro 5, notamos que a coluna referente às “condições de recebimento do benefício” nos revela as condições em que estão (ou estavam) posicionadas estas mulheres como beneficiárias de um programa de transferência de renda por condicionalidades. Vale dizer, ou já receberam o benefício por determinado período de tempo, ou ainda recebem.

Nestas condições, percebe-se que – independentemente da situação de continuidade ou não do recebimento do benefício por relativo período de tempo – suas vidas refletem um fluxo de convergência comum no que concerne à participação dentro de uma política de combate à pobreza. Assim, elas existem enquanto mulheres portadoras de uma renda monetária destinada a combater a pobreza com relativa liberdade e autonomia.

Disso se pode depreender a intersecção de duas questões fundamentais no uso do benefício: uma de ordem microssociológica, e que diz respeito à liberdade pessoal de uso do dinheiro dentro do “espaço de durabilidade das experiências”, e que está compreendido pelos períodos que estão determinados em meses ou anos de recebimento – como previstos no quadro 5 –, através do qual se projeta uma segunda questão de ordem macrossociológica, aquela que diz respeito às finalidades almejadas através do uso do benefício no conjunto dos processos de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência destas famílias em face da experiência de pobreza.

É preciso considerar também o fato de que, em meio a este processo, tanto o valor do benefício quanto a sua vigência tendem a se estabelecer de um modo ao mesmo tempo duradouro e oscilatório, uma vez que, assim como o movimento de entrada e saída dos filhos se estabelece em decorrência da maior idade atingida de alguns, e, em certos casos, por causa da chegada de um novo filho através do nascimento, do mesmo modo se pode falar da vigência das mães enquanto beneficiárias como um espaço de relativa durabilidade de suas experiências, já que ocorre a elas terem de ampliar ou desfazer o tempo de suas participações dentro do programa.

Tudo isso contribui para pensarmos a durabilidade das experiências destas mães a partir de um programa de transferência de renda no qual o benefício se apresenta como uma alternativa capaz de influir de modo estrutural e interdependente no conjunto dinâmico do processo de mobilidade desenvolvidas por elas, possibilitando, em consequência disso, uma avaliação sobre os impactos do uso do dinheiro no contexto de enfrentamento à pobreza e sob as circunstâncias de sua durabilidade no contexto das dinâmicas de sobrevivência destas famílias.

5.2 Os impactos do PBF: o uso do benefício pelas beneficiárias

Ao considerar a análise das trajetórias de vida das beneficiárias do PBF em sua totalidade, ou seja, desde o processo de socialização primária (1NF) até a formação de núcleos familiares secundários (2NF), percebemos duas condições gerais de enfrentamento da pobreza. A primeira delas está associada ao processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência antes do recebimento do benefício, no momento em que o benefício ainda não participava do conjunto de alternativas de sobrevivência mobilizadas por estas famílias; e a outra, quando da aprovação do benefício e de sua inclusão como parte integrante no circuito das dinâmicas de sobrevivências dessas famílias.

Nossa análise das famílias beneficiadas parte da constatação de que existem pelo menos duas condições fundamentais de enfrentamento da pobreza: uma anterior, vivida sem o recurso monetário do PBF, e a outra posterior ao recebimento do benefício, quando a família tem acesso ao recurso monetário do PBF, passando a utilizá-lo como parte integrante de suas dinâmicas de sobrevivência por um período de tempo relativamente durável, podendo este tempo alcançar um prazo de durabilidade da experiência que pode equivaler a meses ou anos durante o recebimento do recurso monetário, como já demonstrado na última coluna do quadro 5.

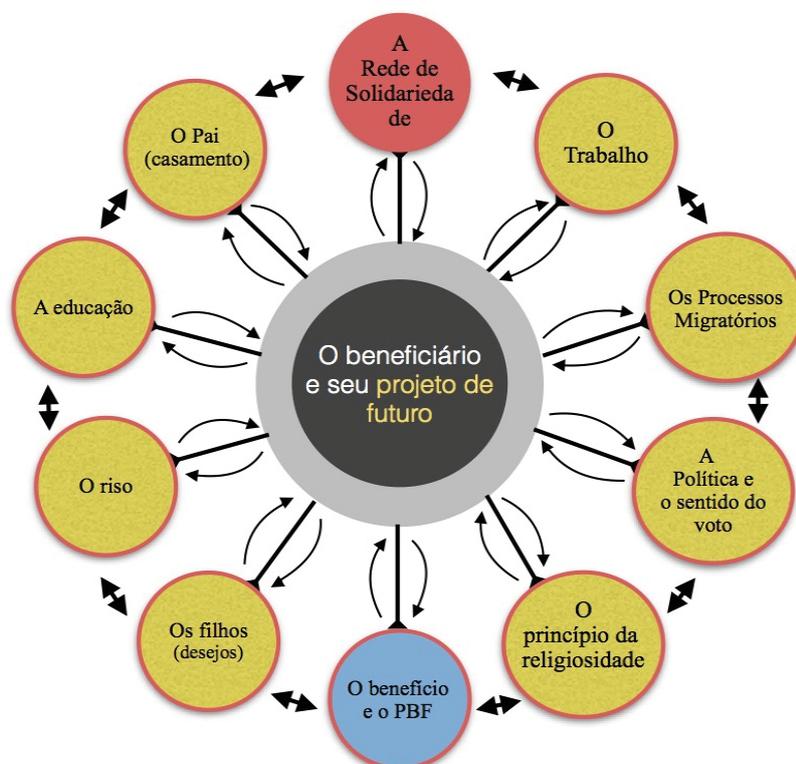
É, portanto, a partir deste espaço de durabilidade das experiências das beneficiárias junto ao Programa, que pretendemos compreender, por meio de suas narrativas, as consequências do uso do benefício pelas beneficiárias, possibilitando a sustentação de nossa tese na afirmação de que o benefício intervém não somente ao nível das estruturas materiais, mas também ao nível das estruturas simbólicas, configurando uma transformação dos padrões de vida dessas famílias a partir da integração da bolsa (ou dinheiro) como parte agregada ao processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência das beneficiárias. Isso implica uma gama variada de consequências que não se restringem apenas às questões de ordem econômica, principalmente aquelas relativas ao consumo, mas se estendem às questões de caráter simbólico, ao nível das representações sociais.

Através da análise das entrevistas, constatamos que a presença do benefício como parte integrante do processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência das famílias é capaz de ressignificar a dinâmica de funcionamento do conjunto de estratégias envolvidas neste mesmo processo, influenciando sobre as características da luta pela superação da pobreza a partir da cidade.

Portanto, temos percebido que o papel da bolsa na vida dessas famílias se define pela posição que assume no conjunto das estratégias de sobrevivência desenvolvidas por elas através de suas relações com o espaço urbano. Isso pode ser mais bem compreendido pela demonstração do fluxograma 3, montado complementarmente aos fluxogramas anteriores, e em referência ao que já havíamos tratado no capítulo 4 (sobre *o processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência antes do recebimento do benefício*).

A seguir, uma representação espelhada nas implicações concretas de participação do benefício no processo de mobilidade e luta pela sobrevivência das beneficiárias no cotidiano da cidade:

Fluxograma 3 – Processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência das famílias beneficiadas pelo PBF a partir do recebimento do benefício



Fonte: Fluxograma adaptado a partir das planilhas de categorização das entrevistas realizadas através da pesquisa de campo.

Como se pode notar, a presença do benefício no circuito das dinâmicas de sobrevivência das beneficiárias assume a característica de mais uma alternativa estratégica no conjunto das possibilidades habituais, sendo a presença do recurso monetário uma alternativa que, somada às demais, contribui para ressignificar o modo de condução das estratégias em seu conjunto.

A característica de durabilidade do benefício e, portanto, sua presença por um período de tempo determinado, permite a reestruturação do campo de ação através do qual se estruturam as estratégias de sobrevivência, incidindo de modo determinante sobre o conjunto do processo de mobilidade e luta pela sobrevivência, e tornando possível a constatação de que tanto a finalidade para a qual são destinados os recursos das beneficiárias quanto os impactos advindos da tentativa de concreção dos objetivos a serem alcançados dependem, em certa medida, de pelo menos dois fatores fundamentais relacionados à sua dinâmica de sobrevivência no meio urbano: 1) a crença em um projeto de futuro que possa conduzir a geração dos filhos a uma possível ascensão econômica, política e social distinta daquela

vivida por seus pais, uma vez que o benefício possibilita ao sujeito o redirecionamento de suas estratégias quanto aos fins visados; e 2) a ressignificação e a manutenção do processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência, uma vez que o uso do benefício pelas beneficiárias implica uma mudança material e simbólica dentro e fora da estrutura doméstica, permitindo o reconhecimento de consequências menos aparentes do que aquelas justificadas apenas pelo ato do consumo.

Desse modo, tanto o projeto de futuro das famílias quanto a ressignificação e a manutenção do processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência existem sob a condição de interdependência, ou seja, acontecem mediadas pela necessidade direta uma da outra. A presença do benefício requer a reestruturação dos caminhos a serem perseguidos pelas beneficiárias para o alcance de determinadas finalidades ligadas à realização do projeto de futuro das famílias, assim como a realização do projeto de futuro só se torna viável na presença de uma alternativa concreta (neste caso, o benefício) que possibilita a recondução das estratégias em direção às finalidades almejadas. São esses dois fatores (o projeto de futuro e a ressignificação e manutenção das estratégias), portanto, as partes integradas de um mesmo processo.

Em se tratando de projeto de futuro, é inevitável o reconhecimento de que ele participa, segundo Simmel (2006, p. 59-82), como uma forma de sociação necessária, porquanto a interação social “surge sempre a partir de determinados impulsos ou da busca de certas finalidades pretendidas”. Os sujeitos envolvidos em uma determinada situação definem, em termos de “planejamento e escolha ‘racional’” (SCHUTZ, 1979), quais alternativas melhor se ajustam ao fim desejado; daí a razão pela qual as beneficiárias se põem a ensaiar maneiras alternativas de uso do benefício em função das necessidades de realização do projeto de futuro almejado.

Neste capítulo, todas as vezes que falarmos em projeto de futuro estaremos nos referindo genericamente ao significado de “desejo de ascensão social”, ou mesmo da “necessidade de superação da pobreza” pelas famílias beneficiadas, deixando para tratar o assunto com mais especificidade ao final desta discussão.

Tendo em vista esta questão, optamos por dar ênfase neste capítulo à discussão sobre os impactos do benefício, voltando a tratar do projeto de futuro apenas quando já tivermos fundamentado a nossa explicação sobre as experiências de uso do dinheiro pelas beneficiárias.

Através da análise do material de pesquisa coletado, foi possível notar a existência de pelo menos seis consequências (ou impactos) importantes do Bolsa Família, e que se destacaram como padrão de comportamento manifestado pelas narrativas das beneficiárias

quanto ao uso do benefício. São elas: 1) a consciência de que a *autonomia monetária* é condição socialmente necessária para a superação da pobreza, revelando as transformações das condições materiais de existência dessas famílias, mas cujo impacto se estende às questões ligadas à transformação de seus valores, de suas identidades e, portanto, de suas relações sociais dentro e fora do núcleo doméstico, permitindo constatar a existência de outras cinco consequências associadas a ela, uma vez que: 2) a garantia do recurso mês a mês estimula as beneficiárias quanto à organização, direcionamento e destinação dos recursos obtidos, gerando um tipo de *economia doméstica* muito singular, pois lhes permite estabelecer a prioridade de destinação dos recursos de forma lógica, racional e com relativa autonomia, bem como o desenvolvimento de um espaço de oportunidades para a realização de seus projetos de futuro; 3) o benefício tem servido como *recurso de incentivo à saúde, à educação e ao atendimento das necessidades básicas (materiais e simbólicas) dos filhos*, tanto no que se refere à possibilidade de suavizar os estigmas sociais, quanto de atender aos anseios relacionados ao lazer, ao estímulo educacional e às questões ligadas a certas deficiências nutricionais e de saúde; 4) o benefício tem possibilitado às beneficiárias *ressignificar as relações de gênero no ambiente doméstico e fora dele*, considerando-se o fato de que esta é uma análise que parte das mulheres beneficiadas enquanto representantes majoritárias responsáveis pelos recursos obtidos; 5) além de atender às necessidades básicas da família, o benefício também funciona como *recurso de manutenção e fortalecimento das redes de solidariedade entre as famílias*, tanto aquelas vinculadas ao INF quanto aquelas que vivem no entorno do bairro e para além dele; 6) pode-se afirmar que o benefício *agrega valor material e simbólico ao processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência em seu conjunto*, permitindo a reestruturação do estilo de vida dessas famílias com base nas finalidades almejadas em seus projetos de futuro.

Em nossa opinião, é importante que se diga que o estudo das trajetórias de vida nos ajudou a compreender aspectos macro e microssociológicos da vida das beneficiárias que, à primeira vista, pareciam insignificantes, mas que em seguida mostraram-se definidores das práticas de luta pela sobrevivência no espaço urbano, colocando em evidência algumas consequências materiais e simbólicas importantes para a emancipação dessas famílias. Talvez por isso seja importante reforçar a necessidade da abordagem das trajetórias de vida na prática de pesquisa em ciências sociais.

Quanto aos impactos, nota-se que o benefício, tanto quanto o PBF (ver fluxograma 3), assume uma posição singular no processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência dessas famílias.

Diversamente de outras estratégias de sobrevivência, o dinheiro fixado mês a mês pelo programa confere às beneficiárias um espaço de relativa autonomia material e simbólica que lhes permite dirigir intencionalmente o curso no atendimento às suas necessidades de sobrevivência. O benefício cria uma condição de relativa autonomia dentro do processo de mobilidade na luta por melhores condições de vida.

Nesse sentido, quando procuramos saber sobre a importância do Bolsa Família para as beneficiárias, é comum ouvi-las dizer: “a gente já agradece a Deus de ter ao menos aquele todo dia, né? [o dinheiro da bolsa], pra gente ter ao menos um feijão com arroz pra comer” (M1am, mulher, 60 anos). E complementam: “É que a gente já passa a ter mais condições, né? Quero dizer que com a Bolsa já sobra mais (...), é uma ajuda, ajuda e grande, né?!” (M1rr, mulher, 64 anos).

Se desejarmos atravessar a superfície desse discurso, perceberemos que ele guarda outras especificidades. Dizem elas:

Porque esse é um dinherinho que a gente tem certeza que todo mês tá aí, é um dinheiro que é chuva, é sol, ele vem, né? Nunca estamos desempregada, mesmo sendo 70 (setenta reais), mas você conta com ele. Você pode fazer uma dívida de 50, que você tem 70 pra pagar, e ele não estando, esses 70, você vai fazer como? (E1rr, mulher, 62 anos, 2016).

Vixe, ele é uma garantia pra mim, porque eu sei que todo mês eu tenho aquele benefício que vou receber e eu posso contar com ele, e ele não falha, entendeu? Não falha de jeito nenhum. Você pode ir naquele dia marcado, que vai tá lá. Então tipo assim, se eu faço um compromisso, por exemplo, se eu vou comprar uma coisa pro meu filho tal dia com aquele dinheiro, então eu já conto com ele, entendeu? E assim é minha mãe até hoje, até hoje eu vejo ela falando: “Ah minha filha, quando eu receber o Bolsa Família eu compro” [risos]. Aí eu disse: “A mãe é que nem eu” [risos]. (E3rr, mulher, 35 anos).

Sim, porque tem essa ajuda no meio do mês, como eu falei, pra dar mais um sustento [...], quero dizer assim, porque às vezes a gente tá sem dinheiro aqui, aí chega o período de receber, logo o gás acaba. Aí é quando ele chega na hora certa, né? [risos], porque quem trabalha num negócio, que vive empregado, tem aquele dinheiro certo sempre ali, você vai lá e tem, mas quem trabalha que nem nós, que não sabe quando vai ter dinheiro, é mais difícil. Por isso que tem vez que chega na hora certa [o dinheiro do Bolsa], sai na hora certa. Quando mais você tá precisando ele aparece. (A3rr, mulher, 39 anos).

Em uma primeira observação das narrativas, é possível notar que o Bolsa Família assume a característica de uma presença constante na vida das beneficiárias. Como dizem, é uma garantia, pois “a gente tem certeza que todo mês tá aí, é um dinheiro que é chuva, é sol, ele vem, né?”. Ele é certo e por isso garante à família, e mais especificamente, às beneficiárias, a possibilidade de ensaiar, segundo Schutz (1979, p. 132-135), “maneiras alternativas – que passem por cima, deem a volta ou atravessem o problema – sugeridas por

sua experiência passada”, sem perder de vista o fato de que “qualquer experiência refere-se também ao futuro”, uma vez que se baseia num projeto que se pretende realizar.

Desse modo, pode-se falar que a presença do Bolsa Família coloca a possibilidade, segundo Schutz (1979, p. 129-134), de reestruturar a vida a partir de ações racionais “frequentemente definidas como ‘planejadas’ ou ‘projetadas’”. Quando conversamos com as beneficiárias, percebemos, com certa facilidade, que o recebimento do benefício é uma condição posta, ou uma alternativa sustentável que possibilita, segundo Simmel (2013, p. 233), o desencadeamento de uma “motivação psicológica para começar a investigar motivações causais [...] na volição de um objetivo”. Queremos dizer com isso, que através do recebimento frequente do Bolsa Família, as beneficiárias visualizam a possibilidade de intervir no processo de mobilidade e reconfiguração de suas estratégias de sobrevivência, buscando alcançar os objetivos previstos em seus projetos de futuro.

Como existe a certeza de que “todo mês eu tenho aquele benefício” (E3rr, mulher, 35 anos), as estratégias de sobrevivência passam a ser reconfiguradas em função das novas oportunidades geradas pela presença objetiva e rotineira do dinheiro, que possibilita reestruturar os espaços de ação, como disse Simmel (2013), “na volição de um objetivo”. Isso implica a reorientação das estratégias destas famílias na luta pela sobrevivência, permitindo falar sobre a existência e a consciência de uma *autonomia monetária* que é capaz de transformar tanto as relações materiais quanto subjetivas das famílias, o que faculta uma transformação de suas condições materiais, de seus valores, de suas identidades, e, portanto, de suas relações sociais dentro e fora do núcleo doméstico.

Neste caso, a autonomia monetária está representada pela liberdade e pelo direito ao uso do benefício para fins de necessidade da família. É a partir da presença concreta do dinheiro – ou da moeda em mãos – que se estabelecem as reconfigurações das alternativas de sobrevivência possíveis dentro do campo de ação anteriormente indicado pelos fluxogramas (principalmente os de número 1 e 3). A presença do benefício abre “frestas” de possibilidade que permitem às beneficiárias um realinhamento com maior autonomia sobre os caminhos perseguidos na realização de seus projetos de futuro⁹⁰.

Isso ocorre porque a presença da bolsa traz consigo a possibilidade da autonomia, ou seja, a oportunidade de “fazer uma dívida de 50” enquanto se “tem 70 pra pagar” (E1rr, mulher, 62 anos, 2016), ou pelo simples fato de que, “se eu faço um compromisso, por

⁹⁰ As questões relativas às reconfigurações das estratégias de sobrevivência a partir do uso do benefício serão explicitadas quando convocarmos a fazer parte desta discussão as narrativas das beneficiárias relativas a cada uma das consequências acima descritas.

exemplo, se eu vou comprar uma coisa pro meu filho tal dia com aquele dinheiro, então eu já conto com ele” (E3rr, mulher, 35 anos), ou seja, “como eu falei, pra dar mais um sustento” (A3rr, mulher, 39 anos). Outras dizem:

[...] ajuda também quando o dinheiro dele [do cônjuge] tá fraquinho, quando ele num ganha cortando cabelo nos ajuda a pagar energia, pra não faltar nossa água, pra não cortar nossa luz, ajuda em muitas coisas [...]. Ajuda também a comprar merenda para os meninos, porque esses meus netos almoçam e jantam aqui em casa, vem cedo pra cá, toma café, merenda pra ir pro colégio, que a mãe deles trabalha e eu sempre cuido deles. Aí um estuda de tarde, o outro estuda de manhã. Aí quando eles me pedem dinheiro eu dou, que é pra eles comprarem caderno, lápis, essas coisas pra eles, porque eles precisam, sempre eu guardo pra eles [...]. Ajuda também a comprar a merendazinha pra casa, a gente já passa a ter mais condições, quer dizer que já sobra mais, junta com o dinherinho que meu marido ganha, aí serve também pra pagar as despesas que tem de casa, roupa, calçado, remédio, e aí já disconta do dele, né? (M1rr, mulher, 64 anos).

[...] me ajuda, por exemplo, quando tem material escolar da minha filha tudo em dia, por que já dá pra comprar roupinha pra ela, um sapatinho, às vezes inteira pra comida, é assim... Aí no outro mês, se sobrar, faço outras coisas, aí vou fazendo assim, às vezes compro o remédio dela, porque ela tem problema de asma, aí tem que cuidar, quando ataca tem que levar pro Pronto-Socorro, aí tem que gastar dinheiro com transporte pra levar ela, e também pra comprar remédio. É assim quando está mais livre o dinheiro e não tenho que comprar o material dela, pois é, mas graças a Deus é a maior ajuda isso daí, esse dinheiro delas já dá uma ajudazinha [...]. Por exemplo, quando falta alguma coisa aqui em casa, aí eu compro com o dinheiro do Bolsa Família um café, um açúcar quando falta. Às vezes até minha mãe quando não tem, eu dou minha parte pra ela, entendeu? É uma ajudazinha. (M3am, mulher, 34 anos).

Como se pode notar, a presença do benefício implica uma reconfiguração das prioridades a que se deve destinar o dinheiro da família. Como bem explanou Simmel (2013, p. 239-246, tradução nossa) em sua obra *Filosofia do dinheiro*, a sociedade atribuiu ao dinheiro um valor universal, e, por assim dizer, genérico, capaz de viabilizar a cada sujeito as possibilidades ilimitadas para a sua utilização, uma vez que “o valor de uma quantidade isolada de dinheiro passa por cima do valor do objeto isolado concreto pelo qual se troca, já que aquele procura a possibilidade de escolher qualquer objeto, dentro de uma ampla gama de possibilidades, em uma situação determinada”. Melhor dizendo, significa que:

[...] o dinheiro estabelece uma potência superior ao conceito geral de propriedade, uma potência através da qual, por meio da ordem jurídica, dilui o caráter específico de qualquer outra possessão objetiva e o indivíduo proprietário de dinheiro se situa ante um número ilimitado de objetos, cujo desfrute também lhe está garantido por meio da ordem pública; ou seja, o dinheiro não preestabelece, a partir de si mesmo, sua própria utilização e usufruto, como fazem os objetos unilateralmente determinados. (SIMMEL, 2013, p. 361).

Pode-se dizer, portanto, que essa característica de universalização do dinheiro, a que Simmel (2013, p. 240, tradução nossa) atribui o nome de “espaço vazio de significação interna do dinheiro”, é responsável por ser a “origem da grande quantidade de seus significados práticos e, também, tende a completar com contínuas construções novas a infinidade conceitual de seu âmbito de significação e a atribuir novos conteúdos à sua forma, já que esta não é ponto de detenção para nada, senão lugar de trânsito para tudo”. Assim, por meio do dinheiro, o ser social é capaz de decidir com relativa autonomia – já que devemos considerar também as determinações dos fatores macrosociológicos implicados – entre as alternativas que melhor respondem aos seus objetivos.

Dito de outra maneira, significa que:

Este sobrevalor do dinheiro se fundamenta mais profundamente e eleva sua importância quando se considera a decisão na qual se agudiza aquela possibilidade de escolha. Tem sido dito que é um bem de utilização múltipla que, no entanto, sob determinado ponto de vista, é valorizado de acordo com o interesse que o proprietário tem na aplicação mais importante; a incorporação de todas as outras aplicações de menor importância é considerada não econômica e irracional. (SIMMEL, 2013, p. 241, tradução nossa).

Em nossa sociedade, o dinheiro funciona como um tipo de valor universal que carrega em si a possibilidade de ser utilizado pelos homens de múltiplas formas, principalmente no que diz respeito aos seus interesses estritamente pessoais, correspondentes aos seus desejos e suas necessidades na realização de seus projetos de futuro.

Retornando ao caso das beneficiárias, percebemos que a presença garantida do benefício condiciona estas mulheres a uma mobilidade reconfigurativa de suas estratégias de sobrevivência. Sobre isso, basta a observação das narrativas das beneficiárias, quando afirmam que o benefício serve para “pagar as contas”, “complementar a renda do marido”, “comprar merenda e material escolar para os netos e filhos”, “comprar comida para casa”, “pagar as despesas de casa, como roupa, calçado e remédio”, “gastar com transporte”, “planejar os gastos do mês posterior”, “ajudar um familiar necessitado” etc. Todas essas questões passam a ter sua resolução apoiada na presença do benefício; as estratégias de sobrevivência anteriormente mobilizadas agora sofrem uma reconfiguração mediada pela presença do dinheiro. Como disse Simmel (2013), o dinheiro “é valorizado de acordo com o interesse que o proprietário tem na aplicação mais importante; a incorporação de todas as outras aplicações de menor importância é considerada não econômica e irracional” em face daquelas necessidades mais emergentes.

No entanto, é preciso chamar atenção para o fato de que toda e qualquer decisão de prioridade por parte dos sujeitos envolvidos em uma dada situação revela, segundo Heinich (2017, p. 25-32), a necessidade de mobilizar valores que envolvem “a correspondência entre os gostos e as posições sociais” dos que praticam uma determinada ação. No que diz respeito às beneficiárias, o interesse na destinação do benefício em determinada direção (ou prioridade de destinação dos recursos) envolve questões ligadas aos valores que elas julgam mais adequadas ao alcance das finalidades pretendidas.

Por essa razão, partimos da consideração, segundo Heinich (2017, p. 30-31, tradução nossa), de que o interesse que possui a proprietária na destinação do benefício envolve uma forma de atribuição de valor com relação ao que lhe parece ser mais importante, permitindo o reconhecimento de que “o valor é estabelecido pela ação, no ato de qualificação ou requalificação” acerca do investimento que lhe parece mais adequado a cada nova circunstância vivida. Isso pode ser mais bem compreendido através das narrativas de comportamento marcadas pelos dizeres de que o benefício serve para “pagar as contas”, “complementar a renda do marido”, “comprar merenda e material escolar para os netos e filhos”, “comprar comida para casa”, “pagar as despesas de casa, como roupa, calçado e remédio”, “gastar com transporte”, “planejar os gastos do mês posterior”, “ajudar um familiar necessitado” etc. São estas escolhas, portanto, formas de atribuição de valor que resultam, segundo Blumer (1933), numa experiência de possessão emocional, uma vez que o benefício possibilita aos membros da família um espaço de experiência, escolha e liberdade decisória diante do processo de mobilidade e reconfiguração de suas estratégias de sobrevivência⁹¹.

Em síntese, significa dizer que o benefício ajuda a promover, por meio da autonomia familiar, uma mudança nos valores dos sujeitos envolvidos, já que a presença do dinheiro abre espaços alternativos para a readequação de seus estilos de vida, uma vez que aquilo que antes não era possível e, por vezes, nem mesmo viável, torna-se um momento de perspectiva relativamente durável e reveladora, porquanto é capaz de mudar as impressões dos sujeitos diante das possibilidades de enfrentamento e luta pela sobrevivência.

O que está em jogo na relação de uso do benefício pelas beneficiárias não são apenas as transformações de seus valores, mas, sobretudo, a mudança na mentalidade da família, já que a presença do benefício imprime a possibilidade de questões (ou julgamentos) que são de

⁹¹ Por possessão emocional entende-se a excitação vivida pelas crianças ou adultos, e que segundo a perspectiva de análise dos valores na sociologia pode assumir pelo menos “duas expressões, a de entusiasmo e a de angústia, dependendo da natureza das cenas testemunhadas” (BLUMER, 1933, p. 121-122). Sobre a sociologia dos valores, ver também MEAD, G. H. *Mind, self and society: from the standpoint of a social behaviorist*. The University of Chicago Press: Chicago/London, 1972; MEAD, G. H. *The individual the social self*. unpublished work of George Herbert Mead. The University of Chicago Press: Chicago/London, 1982.

afetamento decisório, como, por exemplo, quando as beneficiárias relatam suas experiências de uso do benefício e enfatizam:

Meu filho pequenininho dizia assim: “Mãe, bora tomar um sorvete quando receber meu dinheiro!”, porque era dele o dinheiro. Eu dizia: “Bora”. Aí a gente comprava dois sorvetinhos, aí eu dizia pra ele: “O que sobrar de troco a gente vai comprar teu caderno”. Chega dá vontade de chorar, porque era muita dificuldade [...]. Aí eu comprava caderno, a gente organizava, como era só 32 reais a gente organizava. Aí eu falava: “Já compramos caderno esse mês, então mês que vem a gente faz outra coisa”. Ele dizia: “A gente pode lanchar mês que vem?”, aí eu: “Sim, vamos comprar dois x-salada e um refrigerante, e aí mês que vem a gente já compra os lápis de cor”. Então cada mês a gente incluía uma coisa. Então “mês que vem num vai ter lanche, mês que vem será pra comprar um tênis”, entendeu? (Clam, mulher, 32 anos).

Tais narrativas revelam aspectos de mudanças quanto aos valores responsáveis por pautar o estilo de vida dessas famílias, o que resulta numa transformação da mentalidade dos indivíduos envolvidos quanto ao que não podiam desejar, mas que agora – através do uso do benefício – podem desejar ou possuir, revelando, através das expressões enfáticas de suas emoções – seja pelo impulso emotivo do filho, ao dizer “Mãe, bora tomar um sorvete quando receber meu dinheiro!”, ou da mãe, ao afirmar “Dá vontade de chorar, porque era muita dificuldade” – que há uma mudança não apenas nos valores e na mentalidade desses indivíduos, mas, sobretudo, em suas identidades.

Segundo Blumer (2004), as possessões emocionais evidenciadas pelas narrativas comportamentais das beneficiárias e seus filhos são responsáveis por revelar as transformações ocorridas no âmbito das subjetividades. Isso significa afirmar, tanto para Blumer quanto para Strauss (1999, p. 102), que os sujeitos mudam suas formas de concepção da realidade ao longo de seus desenvolvimentos pessoais. Vale dizer, alteram-se os conceitos ou pontos de vista que fundamentam o *status* psicológico dos indivíduos,

sugerindo que a pessoa, quando chega a termos novos, torna-se um pouco diferente do que era anteriormente. Modificações terminológicas necessitam, mas também sinalizam, novas avaliações: do *self* e dos outros, dos eventos, dos atos e dos objetos; e a transformação da percepção é irreversível; uma vez mudada não há volta. Pode-se olhar para trás, mas as avaliações só podem ser feitas a partir do novo *status*.

Disso, podemos depreender o fato de que “algumas transformações de identidade e perspectiva são planejadas, ou pelo menos estimuladas, por representantes institucionais” (STRAUSS, 1999, p. 102), como é o caso do benefício garantido pelo PBF às famílias pobres brasileiras. O exemplo acima explicitado revela que tanto a mãe quanto o filho são afetados

em seus estados psicológicos pela possibilidade de uma nova perspectiva de mudança ante suas “novas” condições existenciais, uma vez que a presença do benefício, neste caso, permite ao filho a revelação – exprimida pelo entusiasmo – dos desejos que se encontravam reprimidos, como uma espécie de “retrato” subjetivo da experiência passada e, ainda, tão presente, de pobreza.

Assim também, pode e deve essa reflexão ser estendida à beneficiária, pois a presença do benefício lhe permite reorientar os planejamentos de vida em função do que ganha: “como era só 32 reais, a gente organizava, aí eu falava: ‘Já compramos caderno esse mês, então mês que vem a gente faz outra coisa’”. Isso permitia à representante de família uma transformação de identidade e de perspectiva, agora ancoradas na possibilidade efetiva de realização de seu projeto de futuro.

Por essa razão, é correto falar da autonomia monetária como consequência econômica e simbólica sobre a realidade de vida das famílias beneficiadas, uma vez que isso afeta os valores e a identidade dos sujeitos envolvidos, já que o indivíduo (seja a mãe ou os filhos) se encontra sob uma condição que ainda não havia sido experienciada, o que promove a abertura de frestas cognitivas de reflexão sobre a sua condição de existência passada, presente e futura, permitindo, através de uma análise comparativa pessoal, o levantamento de indagações sobre a possibilidade de mudar seus padrões de vida. Isso será mais bem entendido se considerarmos o fato de que a experiência de durabilidade do Bolsa Família marca o universo das experiências de excitação dos sujeitos, tornando-se um valor “crucial na carreira de um indivíduo” (BLUMER, 1933, p. 121-122).

É nesse sentido que se pode falar da autonomia monetária como uma das consequências fundamentais do uso do benefício em termos materiais e simbólicos, pois a extensão de seus impactos é capaz de promover transformações nos valores e identidade pessoais, alterando as dinâmicas de sobrevivência dentro e fora do núcleo doméstico, imprimindo um novo significado as estratégias de sobrevivência, e levando-nos, em decorrência disso, à constatação da existência interdependente de outras cinco consequências associadas a da autonomia monetária.

Como havíamos demonstrado anteriormente, a segunda consequência advinda da presença do benefício sobre as famílias beneficiadas decorre do fato de que a garantia do recurso mês a mês estimula as beneficiárias quanto à organização, direcionamento e destinação dos recursos obtidos, levando-as a um tipo de *economia doméstica* muito singular, na qual estabelecem a prioridade de destinação dos recursos de forma lógica, racional e ao

mesmo tempo improvisada, desenvolvendo assim “canais” de oportunidades para a realização de seus projetos de futuro no espaço urbano.

Ao interrogar as beneficiárias sobre a finalidade do benefício, percebemos que suas narrativas revelam outra conduta padrão. É notável que há uma organização racional e, portanto, planejada do dinheiro recebido mês a mês. Isso pode ser compreendido nas seguintes narrativas comportamentais:

Às vezes eu compro roupa, assim, quando o material escolar tá todo em dia e vem o outro mês, aí já dá pra mim comprar roupinha pra ela, sapatinho, é todo pra comida. É sempre assim: se num mês eu compro material escolar, no outro é roupa, roupinha pra ela, aí já no outro, se sobrar, é material escolar. Aí vou fazendo assim, compro com o dinheiro da Bolsa Família, um café, um açúcar quando falta, assim, entendeu? Às vezes até minha mãe quando não tem, dou minha parte pra ela, entendeu? É uma ajudazinha. (M3am, mulher, 34 anos).

O que eu consegui fazer com o Bolsa Família foi ter a alimentação deles, que nunca falta né?, muito importante, e meu gás também, que nunca falta, eu consigo comprar o meu gás e o material escolar deles, entendeu? [...] Quando era só o do meu marido – que ele faz o biquinho dele por fora, né? –, eu passava muita necessidade. Com o do Bolsa Família dá pra comprar as coisinhas deles [dos filhos], dá pra fazer várias coisas, porque você não pode fazer num mês e no outro não; tem que ser todo mês direto, entendeu? Tem que se planejar bem planejadinho, mas graças a Deus tem dado muito certo. (Z1rr, mulher, 38 anos).

No começo, como eles eram criança, eles tinham asma, então servia pra comprar remédio, pra ir pro posto, servia pra alimentação, transporte, pra tudo assim [...]. Já hoje, serve pra mim ajudar a comprar principalmente as fardas dos meninos e os materiais escolares deles, porque esse Bolsa Família eu uso só pra eles. Eu mesmo não faço benefício pra mim, tudo é pros meus filhos. Aí eu pego esses 140 e divido pelos quatro, aí eles dizem assim: “Mãe, eu preciso de uma bolsa”, aí eu digo: “Calma, meu filho, bora ver ali”. Aí eu compro a mais barata e a gente vai levando; mas esse benefício é deles, eu não faço uso dele pra mim não. Quando tão doente, mas tem vez que graças a Deus eles não adoecem muito, glorifico muito a Deus por isso, mas é deles, pra mim mesmo eu não uso. (J1rr, mulher, 24 anos).

Com o Bolsa Família eu posso comprar roupa pra eles, eu compro sapatos, posso comprar alimentação, entendeu?, mas tudo dentro de uma determinada administração, e eu compro também meus produtos pra revender, que são Salmos. Eu compro trinta reais de salmos, porque é duzentos e dezessete reais, eu tiro o meu dízimo, e daí o restante que fica eu tiro trinta reais pra comprar cem salmos, e desses cem salmos é que eu tiro o meu, o resto é deles, é deles, que eu vou comprar as coisas que eles precisam, e é do que a gente tá vivendo [...]. Foi só receber que comecei a pegar esse valor e administrar, tá entendendo? Administrar, comprar coisas pra vender, e é o que eu tô fazendo, porque eu tive uma direção de Deus, entendeu? Com esse pouquinho eu já tô fazendo muito; é tanto que agora eu já nem mexo mais nesse dinheiro. (P2am, mulher, 38 anos).

Percebemos, muito facilmente, que estas narrativas revelam um padrão de comportamento típico das beneficiárias, uma vez que dependem dessa autonomia monetária (mês a mês) para que possam executar qualquer tipo de planejamento que as impulse à realização de seus projetos de futuro em novas perspectivas.

Tais recursos permitem a essas mães organizarem-se quanto às prioridades e/ou despesas que lhes parecem mais adequadas às suas finalidades, dando a elas a autonomia necessária para mudar o sentido de suas dinâmicas diante do processo de mobilidade e reconfiguração de suas estratégias de sobrevivência.

Ao observar as narrativas, percebemos que as afirmações do tipo: “é sempre assim, se num mês eu compro material escolar, no outro é roupa, roupinha pra ela, aí já no outro, se sobrar, é material escolar, aí vou fazendo assim” (M3am, mulher, 34 anos), bem como: “foi só receber que comecei a pegar esse valor e administrar, tá entendendo? Administrar, comprar coisas pra vender, e é o que eu tô fazendo, porque eu tive uma direção de Deus”, mas, “tudo dentro de uma determinada administração” (P2am, mulher, 38 anos), ou seja, “tem que se planejar bem planejadinho” (Z1rr, mulher, 38 anos), o que exige das beneficiárias certa racionalização dos recursos monetários obtidos do PBF.

Tais exemplos, além de revelar um tipo de racionalização administrativa doméstica muito comum entre as beneficiárias⁹², também reforçam a nossa tese sobre os processos de mobilização e reconfiguração das estratégias de sobrevivência dessas famílias no espaço urbano, mostrando que a administração do benefício – quando planejada – incide sobre o processo de reestruturação de suas estratégias, por exemplo: i) no caso do *trabalho*, as beneficiárias desenvolvem uma alternativa de trabalhos/serviços, ampliando a renda, por exemplo, através da venda de salmos, ou, quando retiram os filhos das atividades de trabalho urbano, para que possam se dedicar apenas aos estudos (ver, mais adiante, o caso da beneficiária M4am, quando o filho menor retorna ao trabalho como cuidador de idoso em decorrência do corte do benefício); ii) no caso dos *processos migratórios*, elas acolhem parentes e/ou conhecidos vindos do interior para a capital; como demonstrado anteriormente, o familismo é um traço da cultura das famílias brasileiras, e, por isso, também participa como estratégia na luta pela sobrevivência; iii) quanto ao *princípio de religiosidade*, podemos afirmar que passam a atribuir a Deus a razão da lucidez obtida pela ideia que têm de ampliar o valor do benefício com a revenda de salmos, ou a busca por alternativas de trabalho: no caso de P2am, como “uma direção de Deus”, estando o princípio de religiosidade – não somente,

⁹² Consideradas as diferenças de circunstâncias em que ocorre, essa racionalização administrativa doméstica pode ser considerada muito comum entre os beneficiários, sendo possível verificar em suas narrativas a destinação dos recursos com fins muito específicos, e que podem ser sintetizados da seguinte maneira: comida, medicamentos, utensílios domésticos, vestimentas, contas de água, luz, aluguel, crédito em lojas, padaria fiado, taberna fiado, vale transporte, material escolar (caderno, mochila, lápis, vestimenta escolar etc.), creche, atendimento aos desejos de consumo dos filhos, atendimento às necessidades dos parentes do INF (mãe, neto, sobrinho, irmão), ampliação da renda através da compra de salmos, pagamento de dízimos, cursos de formação, reforço escolar etc.

mas também – sutilmente conectado a uma razão *política*, uma vez que na opinião da beneficiária, a venda de salmos não é apenas uma questão de ampliação do benefício, mas também, como bem salientou Mauss (2003), uma espécie de retribuição por gratidão por ter encontrado na religião e em seu representante na igreja (o candidato), as razões que fundamentam a ampliação de seu dinheiro. Por isso argumentam: “a gente aqui na Universal tá com um candidato, ele é um pastor, e eu vou votar nele porque eu tenho a certeza que ele vai fazer a diferença, e a pessoa que também confiar vai votar, porque eu tenho certeza que ele vai fazer diferença, porque ele é um homem de Deus, e o homem de Deus verdadeiramente faz a diferença” (P2am); iv) no que diz respeito aos *filhos*, elas admitem que uma bem executada administração do benefício proporciona a realização dos desejos mais singulares dos filhos, como, por exemplo, as questões ligadas ao lazer, à autoimagem da criança, à saúde, à educação. Isso também reflete sobre o universo material e simbólico dos filhos, como admite a própria beneficiária: “esse dinheirinho é deles, apesar de tá no meu nome é deles, quando eles querem comprar, ‘mamãe eu quero comprar iogurte, eu quero uma bolacha’, olha aqui, vá lá, compre, espere aí que eu compro, ‘mamãe me dá dinheiro’, pega, vai lá, compra um papagaio, compra alguma coisa pra vocês, é deles” (ver discussão mais adiante); v) quanto à *relação conjugal* (o casamento), notamos que as relações de hierarquização e/ou dominação são afetadas pelo presença do benefício, deixando transparecer implicações sobre questões de gênero (isso poderá ser visto mais adiante, quando tratarmos desta questão em especial); vii) no caso do *humor* (o riso), é preciso destacar que são bem-humoradas e exprimem um certo ar de comicidade ao narrarem suas vidas como beneficiárias; apesar de não termos desenvolvido nesta tese uma reflexão sobre o humor das mães, observamos que o riso também participa das dinâmicas de sobrevivência, jogando um papel fundamental. Nossa hipótese é que o riso existe enquanto zona de prazer que contraria ininterruptamente o sofrimento impingido pela condição de pobreza ao longo das trajetórias de vida destas mulheres⁹³; vii) e também, no que se refere às *redes de solidariedade ou ajuda mútua*, é notório que as beneficiárias ajudam seus parentes e/ou conhecidos com o dinheiro recebido pelo PBF, argumentando que “às vezes até minha mãe, quando não tem, dou minha parte pra ela” (M3am)⁹⁴.

⁹³ Acreditamos que as narrativas das beneficiárias contêm elementos que nos ajudam a pensar a possibilidade de uma análise sobre o riso enquanto estratégia de sobrevivência. Em nossa opinião, isso pode ser principiado a partir da interseção entre as contribuições de FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936)*, (2010); de BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação do cômico*, (1978); de PIERSON, Donald. *Cruz das almas* (1966); e de BERGER, P. L. *O riso redentor: a dimensão cômica da experiência humana*, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

⁹⁴ Para uma melhor compreensão do exposto, associar as argumentações deste parágrafo ao fluxograma 3.

Como se vê, o benefício do PBF assume a forma de um valor universal. Como bem exprimiu Zé Medeiros (2002) em sua canção *O pensamento*, é a partir de um planejamento estratégico e, portanto, “elástico”, que estas famílias lutam pela sobrevivência com uma habilidade que faz do dinheiro um “salário de borracha, que é pro povo esticar”. Sem uma espécie de economia doméstica voltada aos interesses de realização de seus projetos de futuro, a transformação de seus valores e de suas identidades assumiria provavelmente uma condição semelhante à do fluxograma 1, indicando a necessidade – por parte das famílias beneficiadas – de, pela existência ou não de um dinheiro extra, manter estratégias de sobrevivência que lhes são essenciais, apenas resignificando-as a cada nova circunstância da vida⁹⁵.

Isso demonstra que o benefício é um dinheiro que gastam, guardam, repartem com a mãe, um irmão ou um conhecido, fazendo dele um recurso (ou valor) de uma economia doméstica relativamente autônoma, que pode ser utilizado de diferentes formas, em diversas direções, assumindo diferentes significados, num processo que envolve a mobilidade e a reconfiguração de suas estratégias na luta pela sobrevivência.

Seguindo essa linha de argumentação, a terceira consequência anuncia-se pelo fato de que o benefício também tem servido como *recurso de incentivo à saúde, educação e ao atendimento das necessidades básicas (e, portanto, materiais e simbólicas) dos filhos*, tanto no que se refere à possibilidade de suavizar os estigmas sociais, quanto de atender aos anseios relacionados ao lazer, ao estímulo educacional e às questões ligadas a certas deficiências nutricionais, de saúde, e que se revelam essenciais para o cumprimento e a realização dos projetos de futuro almejados por estas famílias.

Os casos abaixo relacionados oferecem uma imagem sobre a referida implicação do uso do benefício por parte das famílias beneficiadas, e que nos parece elucidativa, principalmente se levarmos em consideração o fato de que tudo o que vem a ser dito encontra-se interligado a tudo o que já foi dito.

Eis o que dizem as beneficiárias:

O benefício é um incentivo pra eles estudarem, porque eu digo bem assim: “Vocês num podem faltar aula, mamãe tá doente, mas o teu avô vai levar e vai pegar vocês, porque se não vocês não vão ganhar o dinherinho de vocês do Bolsa Família, vocês

⁹⁵ Os fluxogramas 1 e 3 mostram como os processos de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência vão sendo resignificados a cada nova circunstância da vida, indicando que na maioria dos casos as estratégias de sobrevivência permanecem como garantia de conteúdo fundamental para a reprodução das famílias em quaisquer condições de existência. Por essa razão, é correto ver no processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência um padrão geral que contém subpadrões específicos (o trabalho, os processos migratórios, a política, o princípio da religiosidade, os filhos, a educação, o casamento, o humor e o benefício (este, se, por acaso, possuir), e que indicam um complexo estrutural essencial vinculado ao projeto de futuro, mudando apenas a forma de adequação destas estratégias.

num vão ter pra comprar uma alimentação, uma bolacha, um material escolar”. Aí com aquilo ali eu incentivo eles mais ainda; aí eles dizem: “Tá bom, mamãe, nós vamos pra aula”. As tarefinhas, tudo eu tô ali, porque tudo conta no colégio, tudo é incluído no Bolsa Família lá. Nós tivemos reunião, é muito importante. (H1rr, mulher, 35 anos).

O Bolsa Família, ele me ajuda muito, porque minha filha estuda numa escolinha de reforço. Através do dinheiro que recebo eu pago na verdade cem reais de reforço; aí os outros onze a gente compra alguma coisa que ela precisa, porque ela tava um pouco fraca nos ensinamentos, e educação está acima de tudo, né? É assim, eu pago o reforço escolar e com um troquinho eu compro merenda e alimentação pra ela [...]. Então, o Bolsa Família tem me ajudado com o reforço escolar dela. Se não fosse esse dinheiro, tava mais complicado, porque eu num tô trabalhando, e eu já pago esse reforço dela já faz um tempinho, e ela tem uns probleminhas de saúde, tem asma, essas coisas, e é caro os remédios quando dá crise... (P1am, mulher, 21 anos).

Porque geralmente as crianças pra incentivar eles a estudar, a gente também tem que comprar bonitinho. Eu dizia: “Olha, filho, pra você ir pra escola bonitinho”. Se ele ganha aquela camisa do governo e vê os outros todos com a camisa que a escola vende, porque a escola vende uma camisa melhorzinha, né?, aí ele diz assim: “Poxa, eu vou feio; todo mundo tem uma camisa e eu não tenho”. Então tudo isso machucava demais em mim; aí eu dizia: “Calma, filho, vamos juntar um dinheiro que a gente compra uma camisa”. Aí o tênis tava furado em baixo, aí eu ficava revoltada, eu dizia: “Eu não entendo porque ela [outra beneficiária] ganha mais se tem uma filha e eu também”. E eu brigava com Deus e comigo mesma, com aquilo assim, né? [sentimento de angústia]. Aí eu ficava me perguntando por que ela ganhava mais e eu menos, e aí o tempo vai passando. Hoje não tenho mais isso não, eu entendi que Deus age de todas as formas na vida de cada um individualmente, não sei se você gosta de Deus, mas eu gosto. (C1am, mulher, 32 anos).

[...] mas agora não, eu tenho a minha renda, quer dizer, esse dinheirinho é deles, apesar de tá no meu nome, é deles. Quando eles querem comprar, “Mamãe, eu quero comprar iogurte, eu quero uma bolacha”, “Olha aqui, vá lá e compre” ou “Pera aí que eu compro”. Eles dizem: “Mamãe, me dá dinheiro”, “Pega, vai lá e compra um papagaio, compra alguma coisa pra você”. É deles. Daquele dinheiro você pode pagar um aluguel, daquele dinheiro você pode pagar as contas, comprar coisas pros seus filhos, entendeu? Aí começa de um pouquinho, aí daqui a pouco você tem um montão. No meu caso, que eu comecei a usar o dinheiro e administrar, agora eu não preciso mais mexer nesse dinheiro, eu tenho o meu. (P2am, mulher, 38 anos).

É possível notar que o benefício responde como “um incentivo pra eles estudarem” (H1rr). A contrapartida política advém do fato de que os filhos devem frequentar a escola, ter boas notas, manter o peso ideal etc., se desejam permanecer como beneficiários do PBF. Sobre este aspecto já havíamos assinalado – em capítulo anterior – que o PBF é uma política de condicionalidades e espaço de relativa durabilidade das experiências de mudança social.

Por essa razão, é preciso considerar que os impactos advindos da política do PBF se devem também ao caráter recíproco de seus “mecanismos” reguladores, através dos quais serão estas famílias beneficiadas. A assiduidade na escola é um fator determinante para que os filhos possam permanecer no PBF como beneficiários, dando vazão, por meio do benefício, aos desejos mais íntimos – e, para alguns, até aparentemente irrelevantes –, mas não menos fundamentais, já que são capazes de incidir sobre o sujeito através das mudanças na

mentalidade social associada à pobreza, revelando em suas narrativas que, se desejam adquirir “uma alimentação, uma bolacha, um material escolar” (H1rr), “um reforço escolar e remédios” (P1am), “uma camisa melhorzinha” ou “dois sorvetinhos e dois x-salada e um refrigerante no próximo mês” (C1am), “um papagaio” (P2am), “uma roupinha e um sapatinho” (M3am), assim como “alimentação, passagens, fardas e bolsas” (J1rr), devem as mães e os filhos repensar suas antigas práticas de organização e planejamento familiar em função de uma economia doméstica singular que envolve a administração do dinheiro do PBF. Isso resulta numa transformação de suas reflexividades e padrões de comportamento, já que a possibilidade de uso do benefício desencadeia uma mudança do que Mead (1972) chama de relação estímulo/resposta. Assim, tanto as mães quanto os filhos modificam os universos de atribuição de significados diante de suas necessidades, principalmente porque a estrutura de suas consciências muda as referências de atribuições conceituais diante dessa mesma realidade, passando de uma concepção de que “antes não podíamos fazer isto” para “agora podemos fazer um algo a mais”.

Disso resulta o fato de ser o benefício um incentivo que requer o rompimento de determinados padrões sociais, pois, quando afirmam comprar “uma alimentação, uma bolacha, um material escolar, uma mochila, um papagaio, um remédio, um x-salada, um refrigerante etc.”, demonstram que estão tendo acesso a campos de significações materiais e simbólicos que não são apenas o direito de uma única classe social, mas também daqueles que desejam e lutam pela ascensão social através da superação da pobreza.

Casos como o de C1am são reveladores das transformações materiais e simbólicas que ocorrem no seio das famílias beneficiárias. Ao explicitar sua opinião sobre a finalidade do uso do benefício, ela revela que “geralmente as crianças, pra incentivar eles a estudar, a gente também tem que comprar bonitinho [...], se ele ganha aquela camisa do governo e vê os outros todos com a camisa que a escola vende [...], aí ele [o filho] diz assim: ‘Poxa, eu vou feio, todo mundo tem uma camisa e eu não tenho’, então tudo isso machucava demais em mim. Aí eu dizia: ‘Calma, filho, vamos juntar um dinheiro, que a gente compra uma camisa’”. A existência do benefício estimula os sujeitos (mãe e filho) ao enfrentamento dos estigmas sociais na luta pela superação da pobreza.

Sobre este aspecto, Goffman (2017) já havia demonstrado em *Estigma: notas sobre a manipulação deteriorada*, o quanto isso pode influir nas questões da identidade pessoal, como, por exemplo, quando me preocupo em *como sou* e *como quero* ser visto, mas também através dos processos de integração social e daquilo que o autor chama de alinhamento intragrupal e exogrupal. Tudo isso envolve o processo de sociabilização das famílias: sua

mobilidade, seus encaixes e desencaixes estratégicos na transformação de seus valores e identidade pessoais por meio da incorporação do benefício em suas dinâmicas de vida no espaço urbano⁹⁶.

Ainda sobre os impactos advindos do benefício enquanto recurso de incentivo às necessidades básicas da família, podemos tomar como exemplo o caso de M4am (mulher, 39 anos), que ao falar das experiências da família após o cancelamento do Bolsa Família, se remete aos filhos, e, em especial, ao filho mais velho, demonstrando, após a experiência de uso do benefício, como este pode, por exemplo, determinar a mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência da família através da relação estabelecida entre o trabalho e a educação, argumentando o que ocorre da seguinte maneira:

Esse daí [o filho mais velho], ele me ajuda. Ele tá trabalhando aí, ele é acompanhante dessa senhora à tarde, ele estuda à noite, ele já tá no oitavo ano, ele tem 14 anos. Então eu tentei, eu sei que não é o certo, mas só que eu também não posso criar ele sem fazer nada, né?, porque desde nova eu já me entendia ajudando a minha mãe, porque minha mãe era meu pai e minha mãe, ela sempre dizia: “Olha, esse daqui não é o pai de vocês”. Então ele dá uma comida porque tá comigo, então vocês tem que me ajudar pra comprar as coisas de vocês. A minha mãe sempre disse isso pra gente, então é isso que eu falo pros meus filhos: “Eu não tenho marido”, então é só eu e meus filhos, né? Então eu digo pra eles: “É eu e vocês, é vocês e eu, Deus primeiramente”.

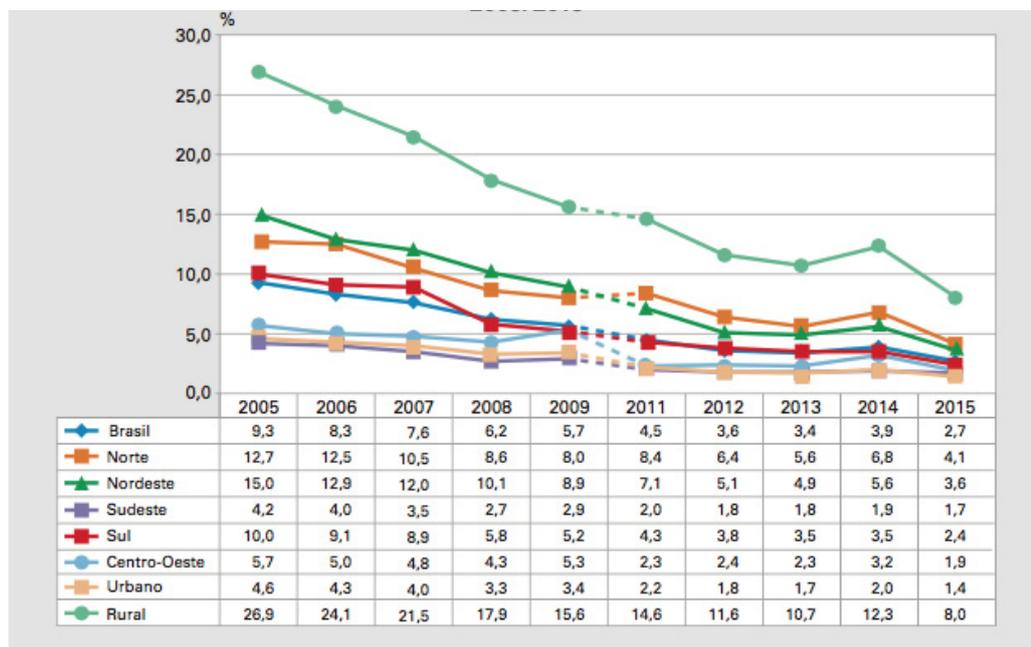
Nesta narrativa, a beneficiária aponta para o fato de que o cancelamento do benefício implica a anulação da educação como uma prioridade da família, ou seja, ela chama a atenção para o fato de que o recebimento do Bolsa Família retira o filho da condição de menor trabalhador, dando-lhe a oportunidade de ter a consciência de que a educação deve ser a base para a sua integração como futuro trabalhador, e não o inverso, como foi para a geração dela (e de outras beneficiárias) durante a infância/juventude no 1NF.

Se observarmos com atenção, perceberemos que no passado as condições de vida das beneficiárias sujeitavam-se às rotinas do trabalho rural ou doméstico. Sobre isso já havíamos tratado em capítulo anterior. Queremos dizer que a necessidade de sobrevivência dessas famílias impulsionava os pais das beneficiárias a conduzirem seus filhos (as beneficiárias, ainda jovens) ao trabalho, às atividades domésticas e extradomésticas, o que configura uma estratégia de sobrevivência típica das famílias brasileiras, sendo a educação formal algo desejável, mas dificilmente alcançável em decorrência das condições de existência adversas, típicas do ambiente rural.

⁹⁶ Sobre a questão da identidade pessoal, ver também GOFFMAN, Erwing. *A representação do eu na vida cotidiana*. 17. ed. Petrópolis; Vozes, 2009.

De modo contrário, com o recebimento da bolsa, a geração dos filhos que hoje correspondem às beneficiárias evidencia forte necessidade de mudança em face do padrão de vida que tinham experienciado no primeiro núcleo familiar, e fundamentalmente no que diz respeito à relação entre educação e trabalho. Uma ilustração gráfica do período de governabilidade do Partido dos Trabalhadores (PT) pode confirmar a importância do papel do benefício com relação ao trabalho infantil:

Gráfico 2 – Percentual de crianças e adolescentes de 10 a 13 anos de idade em situação de trabalho infantil, por Grandes Regiões e situação do domicílio entre 2005 e 2015



Fonte: IBGE, Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2016.

É por isso que entre as falas das beneficiárias se faz frequente a necessidade de investir parte do dinheiro na formação educacional/profissional dos filhos (cursos técnicos ou similares, de computação, línguas, etc.), desejando alcançar uma mudança de seus padrões de vida através da tentativa de priorizar a educação, retirando os filhos da obrigação de desde cedo ajudar no sustento da família por meio de funções de trabalho e serviços precarizados.

Com a inclusão do benefício nas rotinas diárias dessas famílias, as estratégias de sobrevivência sofrem uma mudança de direção, se comparadas às condições de vida das beneficiárias quando ainda eram filhas no primeiro núcleo familiar.

Agora, a presença do Bolsa Família condiciona a geração dos filhos das beneficiárias a estudar sem trabalhar; já seu cancelamento ou ausência (como demonstrado no exemplo de M4am) contribui para que estas famílias retomem os processos de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência que lhes eram – e ainda hoje o são – familiares (ver fluxogramas 1 e 3), reconduzindo os filhos à dinâmica do trabalho associado à educação, quando não mais houver o benefício.

Isso nos leva à percepção de que não apenas as mudanças de direção das estratégias de sobrevivência são visíveis, mas também suas consequências, já que uma existe na razão direta da outra, porquanto são fenômenos recíprocos.

Desta forma, assim como o benefício – enquanto valor material – resulta numa mudança de direção das estratégias de sobrevivência (enquanto dimensão simbólica), as consequências dessas mudanças se manifestam como alterações nos padrões dos hábitos de vida destas famílias reestruturando seus valores e suas identidades diante do preestabelecido, daquilo que antes era aparentemente “natural” (fluxograma 1), mas que diante de certas possibilidades de ruptura (pela presença do benefício) passa a assumir diferentes significados.

Nota-se, pois, que a participação de um dinheiro extra na vida dessas famílias, principalmente se recebido por um período de relativa durabilidade, também é capaz de mudar a direção das estratégias de sobrevivência com relação aos filhos, à educação, ao trabalho, à saúde e às demais necessidades básicas e estratégicas de vida, fazendo com que as beneficiárias ressignifiquem seus padrões de hábitos mediante os processos de mobilidade e reconfiguração dessas mesmas estratégias, mexendo, desta forma, com a estrutura dos campos simbólicos e materiais que pautam as dinâmicas de vida dessas famílias.

Por isso, entendemos que toda discussão acerca de valores, identidade e representações sociais deve ser considerada se pretendemos compreender as implicações do uso do benefício pelas beneficiárias, já que em contraposição ao consumo, existem os desejos de mães e filhos, que vão desde a compra de alimentos, materiais escolares, remédios e roupas, até a obtenção do usufruto do prazer através da conquista do lazer e da diversão, pelo simples fato de poderem sair para lancha, ou mesmo de serem agraciados pelo poder de compra de um simples papagaio, uma mochila, um x-salada, um refrigerante etc. São dimensões da estrutura cognitiva de pais e filhos que, entrelaçadas à luta de superação da pobreza, refletem o desdobramento de alternativas em busca da ascensão social.

Em termos simbólicos, e, não apenas materiais, constatamos que o dinheiro do PBF apresenta-se – em certa medida – como algo necessário e transformador para estas famílias, uma vez que o processo de sociabilização dentro e fora do núcleo doméstico – seja na escola, no bairro, entre os conhecidos ou familiares, seja no trabalho –, sofre modificações pertinentes que merecem a mesma atenção que se presta às análises de caráter estritamente econômico, voltadas apenas para o consumo.

À quarta consequência, entrelaçam-se todas as questões até aqui desenvolvidas. Sua presença nos chama atenção pelo fato de que o benefício tem possibilitado às beneficiárias *ressignificar as relações de gênero* dentro e fora do ambiente doméstico; no entanto, vale lembrar que, neste caso, partimos das mulheres beneficiadas enquanto representantes majoritárias responsáveis pelos recursos obtidos, já que é através deste recurso que conseguem dar vazão à realização do projeto de futuro da família.

Vejamos, por exemplo, o posicionamento das beneficiárias quando as indagamos sobre as possíveis implicações do benefício em suas vidas, e a razão pela qual justificam a importância de no cartão constar o nome das mães e não o dos pais. Elas ressaltam:

Feeez, poooxa, meu Deus, estou dizendo, era bem poquinho, mas fez, porque como ele era pai dos meus filhos, não que ele fosse ruim com eles, mas assim, por exemplo, eu dizia: “Olha, tá faltando uma mochila pra ele, vamos comprar uma mochila”, ele dizia: “Ah, eu tenho trinta reais aí, se der uma mochila tu compra”. Aí eu dizia: “Dá, dá, dá uma mochila’ porque eu já pensava ‘ele me dá os trinta, eu pego os trinta, junto, dá uma mochila”. Entendeu? Eu pensava rápido, aí ele dizia: “Tem só trinta, se não der, problema teu”; aí eu respondia: “Dá, dá, dá, até 20 dá. Me dá aí”. Guardava, aí eu dizia pro meu filho: “Quando a gente receber, a gente compra tua mochila”. Então era uma alegria [risos]. Quando cortou [o benefício] não tinha essa ajuda, não tinha mais, não tinha. Meu marido não sabia que eu ganhava esse Bolsa Família, porque eu não queria que ele soubesse, porque senão ele não me dava mais 20, não me dava mais 30, aí já não me dava mais. Ele diria: “Ah, tu tem teu Bolsa Família, te vira”. (C1am, mulher, 32 anos, 2016).

Porque era assim, eu escondia também, ele nem sabia que eu recebia, só que aí teve um tempo que ele descobriu, né? [risos], porque ele adoeceu, aí eu tive que pagar as coisa pra ele, né? [risos]. Aí esse dinheiro era pouquinho, mas servia pra mim. Aí eu tive que dizer [risos], só que no começo ele não sabia não, eu tava juntando, assim, pra comprar as coisa da Érica e pra mim, porque senão ele queria meu dinheiro, né? Aí no caso é ele que tem que me dar. (F1rr, mulher, 52 anos).

Com o Bolsa Família eu posso comprar roupa pra eles, eu compro sapatos, posso comprar alimentação, entendeu? Mas tudo dentro de uma determinada administração, e eu compro também meus produtos pra revender, que são Salmos. Eu compro trinta reais de salmo, porque é duzentos e dezessete reais, eu tiro o meu dízimo, e daí o restante que fica eu tiro trinta reais pra comprar cem salmos, e desses cem salmos é que eu tiro o meu; o resto é deles, é deles, que eu vou comprar as coisas que eles precisam, e é do que a gente tá vivendo [...]. Sinceramente, se fosse com ele, ia segurar esse dinheiro, porque eu conheço o pai deles. Infelizmente é assim que ia acontecer, se eu chegasse lá e dissesse: “Átila, os meninos estão precisando de sapato”, ele ia comprar o mais do mais do mais barato. Se dissesse: “Átila, os meninos estão precisando de uma sandália”, ele ia comprar o mais do mais barato dessa sandália. Poxa, o dinheiro é deles; a única coisa do dinheiro deles que eu tiro pra mim é trinta reais; tirava trinta reais que era pra comprar salmo, logo que no início, mas agora não eu tenho a minha renda, quer dizer, esse dinheirinho é deles. Apesar de tá no meu nome, é deles. (P2am, mulher, 38 anos).

Ah, eu comprava muita coisa. Comprava gás [risos], porque tinha vez que meu patrão dizia assim: “Hoje eu não vou pagar você, vou pagar você na outra semana”. Mas eu já sabia que eu ia receber [o benefício]; naquele dia eu comprava, minha mãe ligava, eu dizia pra ela: “Mãe, qualquer coisa a senhora me liga, que eu peço emprestado, faço qualquer coisa, mas não deixe os meus filhos passar fome não”. Aí minha mãe dizia: “Minha filha, o gás acabou”. Aí eu, pam!, corria, pedia pra ele [o patrão] deixar eu ir ali rapidinho, que “vou precisar tirar um dinheiro ali”. Já não pedia mais nem dele, né?, já pra render um pouquinho. Quantas vezes eu fiz isso, né? Aí ele [o patrão] dizia: “Tu vai pra onde, sair nesse horário?”. Eu dizia: “Vou receber meu dinheiro ali rapidinho”. Aí ele dizia: “Pega, eu te dou”. Aí eu dizia: “Não, eu vou receber o meu mesmo”. Aí eu ia lá e tirava; eu dizia: “Mãe, manda o fulano vim aqui buscar o dinheiro”. Aí comprava o gás, comprava roupa para os meus filhos, comprava calçado pra eles, comprava era creme, xampu, tudo que criança necessita, né? Sempre foi assim, e até hoje ele [o benefício] continua fazendo seu trabalho de me ajudar, né? (E3rr, mulher, 35 anos, 2016).

Afirmações como essas guardam muitos elementos para discussão, mas o que nos interessa pontuar, neste momento, são as implicações condicionadas pelo Bolsa Família naquilo que diz respeito às relações de gênero, ou relações de poder, no interior do núcleo doméstico e fora dele, sendo muito comum ouvir das beneficiárias tais assertivas.

No primeiro e segundo casos, o benefício possibilita às beneficiárias o desenvolvimento de um sistema de proteção familiar, criando uma autonomia capaz de fortalecer a posição destas mães diante da família, e, em especial, diante do marido, pois agora já não se sentem na quase completa dependência financeira do companheiro, optando, em alguns casos, pelo desenvolvimento da estratégia de silenciamento. As vezes preferindo que o marido não saiba, “porque senão ele não me dava mais 20” (C1am). Garantem, desse modo, a possibilidade de ampliação do benefício recebido em decorrência da necessidade de realização do projeto de futuro dos filhos; por isso, diz ela, “pensava rápido”.

A posição do pai, de que “tem só trinta, se não der, problema teu”, é contraposta pela estratégia de silenciamento de algumas beneficiárias que, ao não revelarem o recebimento do benefício, asseguram a soma dos recursos monetários (dinheiro da bolsa + dinheiro do marido) sem o total comprometimento de suas relações conjugais, indicando que, apesar de não haver uma igualdade de gênero no seio da família, é o benefício um valor responsável por auxiliar estas mães no processo de mobilidade estratégica contra a dependência e centralidade do poder econômico e simbólico de seus companheiros. Talvez essa seja uma das razões pela qual argumentam que “não queria que ele soubesse” (C1am), que “ele nem sabia que eu recebia [...], porque senão ele queria meu dinheiro, aí no caso é ele que tem que me dar” (F1rr). Ou ainda, quando argumentam que “se fosse com ele, ia segurar esse dinheiro, porque eu conheço o pai deles, infelizmente é assim que ia acontecer, se eu chegasse lá e dissesse: ‘Átila, os meninos estão precisando de sapato’, ele ia comprar o mais do mais do mais barato; se dissesse: ‘Átila, os meninos estão precisando de uma sandália’, ele ia comprar o mais do mais barato dessa sandália. Poxa, o dinheiro é deles” (P2am).

Notamos, pois, que a presença do benefício joga um papel importante na mudança dos padrões de conduta da família. As narrativas destas mães nos revelam que o recurso monetário regular é capaz de mexer com questões ligadas à autonomia feminina das titulares, possibilitando, como bem demonstrou Rego e Pinzani (2014), um sentimento de liberdade que

pode ser traduzido em liberdade de dependência com relação ao cônjuge, já que podem fazer escolhas de consumo e direcionamento de projetos de vida com mais autonomia⁹⁷.

No entanto, é preciso chamar atenção para o fato de que as mudanças relacionadas às desigualdades de gênero na família não se resumem apenas ao núcleo doméstico; elas também estão presentes fora do ambiente familiar, como já relatado por E3rr, ao dizer que “corria, pedia pra ele [o patrão] deixar eu ir ali rapidinho, que ‘vou precisar tirar um dinheiro ali’, já não pedia mais nem dele, né?, já pra render um pouquinho. Aí quantas vezes eu fiz isso, né? Aí ele [o patrão] dizia: ‘Tu vai pra onde, sair nesse horário?’, eu digo: ‘Vou receber meu dinheiro ali rapidinho’, aí ele dizia: ‘Pega, eu te dou’. Aí eu dizia: ‘Não, eu vou receber o meu mesmo’, aí eu ia lá e tirava [...]”. Ou seja, a beneficiária revela que apesar de se encontrar numa situação de dependência econômica, a estabilidade do benefício a colocava em condições de afirmar-se diante da desigualdade de gênero, negando ao empregador a possível “ajuda” que este lhe oferecia, preferindo romper a relação de dependência ao responder que “não, eu vou receber o meu mesmo”.

Portanto, não são apenas as relações conjugais que sofrem uma interferência direta decorrente da presença do benefício no seio da família; também as relações de trabalho entre contratante e contratada podem servir de parâmetro para que tenhamos uma ideia dos impactos do benefício sobre a família e a sociedade.

No caso da beneficiária E3rr, as relações de trabalho são marcadas por uma mudança de postura que decorre da liberdade em poder dizer não, no caso em análise, quando a afirmação ocorre pela negativa “Não, vou receber meu dinheiro ali rapidinho”/“não, eu vou receber o meu mesmo”, demonstrando a necessidade de romper com a mentalidade de relações de poder típicas de nossa sociedade, ainda carregada de rudimentos patriarcais e, indicando, segundo Brauw, Gilligan, Hoddinott e Roy (2014, p. 487), que “As transferências condicionadas de renda podem afetar o poder de decisão das mulheres por meio de vários canais diferentes”, uma vez que “mais recursos controlados por uma mulher implicam um maior ‘ponto de ameaça’ para sair de uma parceria e, portanto, maior poder de barganha dentro da parceria, dando à mulher mais voz nas decisões”. Isso deixa transparecer que mesmo nos casos em que há estratégia de silenciamento sobre o recebimento do benefício em relação ao cônjuge, é porque isso exprime uma política do silêncio, compreendida, segundo Orlandi (2007, p. 72-86), por “uma declinação política da significação que resulta no

⁹⁷ Sobre a questão de gênero e a autonomia das beneficiárias, ver BARTHOLO; PASSOS; FONTOURA. *Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?* IPEA, Texto para discussão nº 2.331, 2017.

silenciamento como forma não de calar, mas de fazer dizer ‘uma’ coisa, para não deixar dizer ‘outras’. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Essa é sua dimensão política”.

É, portanto, através da fresta de possibilidade de libertar-se de relações desiguais de poder que se manifestam as beneficiárias, mudando a forma de condução de seus objetivos diante do processo de mobilidade e reconfiguração de suas estratégias de sobrevivência através do uso do benefício, imprimindo no plano doméstico e extradoméstico o reflexo de práticas comportamentais que indicam suas mudanças de perspectiva e de valores ante as representações ideológicas típicas de um modelo de sociedade ainda marcado pelo reflexo de práticas de poder tradicionais, mas que deixam transparecer certas mudanças quando relacionadas a participação do uso do benefício pelas beneficiárias.

É preciso lembrar, no entanto, que cada movimento de mudança promovido pelas beneficiárias no processo de mobilidade e reconfiguração de suas estratégias responde por implicações de natureza interdependente dentro do mesmo complexo de ação em que estão envolvidas. Portanto, uma mudança de postura com relação à sua atitude e autonomia enquanto mulher, provoca uma transformação nos campos estratégicos de atuação das beneficiárias (ver fluxograma 3), alterando sua condução no que diz respeito ao trabalho (em sua relação com o empregador, ou quando há possibilidade de tirar o filho do trabalho informal para somente estudar), quanto aos filhos (tornando a educação uma prioridade), ou naquilo que se refere às relações conjugais (mudança de posicionamento diante do casamento). São, todas essas implicações, resultado da presença do benefício e do uso que faz a beneficiária em função da realização de seus projetos de futuro.

Nesse sentido, faz-se necessário destacar uma quinta consequência importante, e que articulada às demais parece cumprir um papel de fundamental importância em torno das mudanças proporcionadas às famílias beneficiadas por meio do uso do benefício.

Com o dinheiro da bolsa em mãos, as beneficiárias conferem uma atenção especial à manutenção e à ampliação das redes de solidariedade social como garantia de sobrevivência da família, assegurando laços sociais que sirvam de suporte nos momentos em que o projeto de futuro possa ser ameaçado. Além de atender às necessidades materiais e simbólicas da família, o benefício também funciona como *recurso de manutenção e fortalecimento das redes de solidariedade entre as famílias*, tanto aquelas vinculadas ao 1NF quanto aquelas que vivem no entorno do bairro e para além dele, independentemente do vínculo de parentesco que possuam estas últimas.

Algumas narrativas nos ajudam a ilustrar esta questão:

[...] pois é, mas graças a Deus é a maior ajuda isso daí, esse dinheiro delas já dá uma ajudazinha [...]. Por exemplo, quando falta alguma coisa aqui em casa, aí eu compro com o dinheiro do Bolsa Família um café, um açúcar quando falta. Às vezes até minha mãe quando não tem, dou minha parte pra ela, entendeu? É uma ajudazinha. (M3am, mulher, 34 anos).

O benefício é um incentivo pra eles estudarem, porque eu digo bem assim: “Vocês não podem faltar aula, mamãe tá doente, mas o teu avô vai levar e vai pegar vocês, porque senão vocês não vão ganhar o dinherinho de vocês do Bolsa Família, vocês num vão ter pra comprar uma alimentação, uma bolacha, um material escolar”. Aí com aquilo ali eu incentivo eles mais ainda; aí eles dizem: “Tá bom, mamãe, nós vamos pra aula”. As tarefinhas, tudo eu tô ali, porque tudo conta no colégio, tudo é incluído no Bolsa Família lá. Nós tivemos reunião, é muito importante. (H1rr, mulher, 35 anos).

Ah, na época eu conseguia fazer muita coisa, só Deus sabe. Pagava padaria que eu comprava fiado, pagava taberna que eu comprava fiado, e com a ajuda do Bolsa Família comprava roupa pros menino, que era muito, né? [risos], e dava pra gente sobreviver bem, graças a Deus. (M6am, mulher, 61 anos).

O Bolsa Família, ele me ajudou muito. Mas como agora eu estou trabalhando de carteira assinada, meu dinheiro não é lá essas coisas, mas eu já me acostumei, assim. Deixa eu te falar: se tu ganha mais de um salário, tu não pode gastar mais de um salário, não é? Então, já me acostumei com isso, porque eu não ganho nem 1.000, nem 2.000, nem 3.000, então eu não faço questão do Bolsa Família. Eu espero que ele ajude outras pessoas, porque eu sou assim, entendeu? Na época que eu parei de receber, eu liguei pra lá, e a moça disse que ele tava cancelado; eu perguntei: “Por quê?”, aí a moça disse: “Não, porque você tá trabalhando de carteira assinada”. Aí eu disse: “Não tem problema, assim como ele me serviu durante muitos anos, eu espero que ele sirva a outras pessoas”. [...] Foi o que eu te falei, foi um dinheiro que me ajudou muito, mas a partir do momento que eu fiquei trabalhando de carteira assinada ele não veio me fazer falta, entendeu? É que nem eu te falei, eu não vou correr atrás, eu não corri atrás, e se tiver beneficiando outra pessoa que esteja precisando, pra mim num tem problema. Agora eu acho assim, que se é deles colocarem tanto Bolsa, poxa, por que não abre uma porta de imprego pra esse pessoal, né? (M4am, mulher).

Tomadas em sua generalidade, estas narrativas apontam para o fato de que os “mecanismos” (ou estratégias de solidariedade) desenvolvidos por estas famílias, também podem ser entendidos, segundo Paugam (2013, p. 108, tradução nossa), como parte das “formas elementares da pobreza”. São os meios encontrados pelas famílias pobres na luta pela sobrevivência, sendo a pobreza integrada “uma forma de pobreza cujos efeitos são em parte amortizados pela família, fenômeno que corresponde ao modelo familialista de regulação do desemprego”, forma típica das famílias brasileiras.

Segundo Paugam (2013, p. 108, tradução nossa), o comportamento voltado à integração e à regulação da pobreza pelos pobres é um dos recursos que “podem ser trazidos para dentro do lar, mas também por membros da família exteriores ao lar. Estas solidariedades se inscrevem em uma concepção clássica da família fortemente influenciada pela religião” e

revelam a necessidade de manutenção das redes de relações mútuas entre as famílias, cujo intuito se define pelo fortalecimento dos vínculos de integração e regulação do grupo social⁹⁸.

Nos casos acima elencados, o reconhecimento da solidariedade como estratégia de sobrevivência das famílias é uma necessidade fundamental (sobre este aspecto já havíamos tratado em capítulo anterior), no entanto, é notável que sua forma assume outras significações quando impactado pela autonomia monetária das famílias através do recebimento e uso do benefício do PBF pelas beneficiárias.

Considerando os casos em análise, vemos que a estratégia da solidariedade ocorre através de duas dimensões recíprocas: uma, mediada mais especificamente pela dimensão dos parentescos consanguíneos, ligados aos familiares que fazem parte do INF (ou pelo envolvimento próximo a este último), ao relatarem que a função do benefício se presta a ajudar os familiares próximos, reproduzindo discursos do tipo “Às vezes, até minha mãe, quando não tem, dou minha parte pra ela” (M3am), ou quando afirmam “Vocês não podem faltar aula, mamãe tá doente, mas o teu avô vai levar e vai pegar vocês, porque senão vocês não vão ganhar o dinheirinho de vocês do Bolsa Família” (H1rr). Já a outra dimensão está relacionada a uma característica que transpassa o nível de uma solidariedade familiar mais restrita, assumindo, neste caso, e segundo Lenoir (2015), uma característica de solidariedade social visivelmente mais abrangente, pois o fenômeno transpassa os limites do núcleo familiar originário (ou consanguíneo), estendendo-se ao fluxo de interação e solidariedade que está para além do INF. Neste último caso, o acento recai sobre a amplitude das relações de afeição, integração e solidariedade entre famílias distintas, ou que convivem nas proximidades do bairro, etc.

Ainda no tocante aos casos de parentesco próximo, ressaltamos o exemplo da beneficiária C2am (mulher, 23 anos, 2016), que relata terem as condições de vida se tornado mais difíceis depois do falecimento do marido, e demonstrando, por essa razão, a necessidade de constituir um novo relacionamento. Segundo ela, foi por “insistência” do novo marido que passou a receber o Bolsa Família, destinando parte dos recursos à educação dos filhos. No entanto, quando perguntamos se o Bolsa Família já havia sido utilizado para outras finalidades além daquelas relacionadas à educação, a beneficiária respondeu: “Eu ajudei com o dinheiro, pra pagar um advogado pro meu irmão quando ele foi preso”, emocionando-se em

⁹⁸ Sobre a importância da relação entre solidariedade e dinâmica de sobrevivência dos grupos sociais, ver LENOIR, Rémi. *La solidarité familiale: une question social?* In: PAUGAM0, Serge. *Repenser la solidarité*. 2. ed. Paris: Puf, 2015.

seguida e demonstrando a importância da garantia de reprodução da solidariedade como alternativa de sobrevivência.

Analisando a narrativa de vida de C2am, o que se revela é uma constante manutenção do processo de mobilidade e ressignificação da sobrevivência, uma vez que, naquelas circunstâncias, o matrimônio surge – como já havíamos demonstrado – como uma estratégia de sobrevivência possível, necessária e viável, e que neste caso contribui – entre outras coisas – para o recebimento do Bolsa Família, que por sua vez serviu para a mudança de direção da educação e saúde dos filhos, e conseqüentemente, para o fortalecimento da rede de solidariedade com parentes do INF, estratégia *típica* presente nas trajetórias de vida das beneficiárias, mas que a partir do uso do benefício assume um novo significado nas dinâmicas de enfrentamento da pobreza⁹⁹.

É fácil perceber como este sentimento de afeição não se resume aos parentes próximos, uma vez que a solidariedade também se revela fora do núcleo doméstico, ou, como se diz, para além dele, como demonstram as duas outras beneficiárias acima citadas, ao dizerem: “Ah, na época eu conseguia fazer muita coisa, só Deus sabe, pagava padaria que eu comprava fiado, pagava taberna que eu comprava fiado” (M6am), ou através de expressões do tipo: “Eu espero que ele ajude outras pessoas, porque eu sou assim, entendeu? Na época que eu parei de receber, eu liguei pra lá, e a moça disse que ele tava cancelado. Eu perguntei: ‘Por quê?’, aí a moça disse: ‘Não, porque você tá trabalhando de carteira assinada’. Aí eu disse: ‘Não tem problema, assim como ele me serviu durante muitos anos, eu espero que ele sirva a outras pessoas. [...] Foi um dinheiro que me ajudou muito, mas a partir do momento que eu fiquei trabalhando de carteira assinada, ele não veio me fazer falta, entendeu? É que nem eu te falei, eu não vou correr atrás, eu não corri atrás, e se tiver beneficiando outra pessoa que esteja precisando, pra mim num tem problema” (M4am, mulher, 39 anos).

Relatos como os das beneficiárias M6am e M4am nos transportam à observação de um nível de solidariedade específico, já que se trata de um sentimento de afeição social que depende, segundo Durkheim (2004), da prática do mutualismo, ou seja, de uma relação de dependência mútua entre os indivíduos que garante a reprodução de um sistema de proteção social coletivo, como no caso da prática do “eu comprava fiado”, que envolve uma relação de confiança despertada tanto pelo vendedor, quanto pelo comprador (beneficiária), pois o

⁹⁹ No caso dessas famílias, a manutenção de uma rede de solidariedade funciona como uma espécie de *mores* do grupo, que, segundo Pierson (1977, p. 328), são “aqueles costumes considerados, pelos membros do grupo, absolutamente essenciais, invioláveis, de caráter sagrado, indiscutíveis, e que são, assim, mantidos com tenacidade; constituem o ‘cerne’ da vida grupal, proporcionando às pessoas um meio de viverem juntas sem precisar continuamente refletir e tomar decisões a respeito de seu comportamento”.

recurso monetário possibilita o estabelecimento de um grau de confiança menos vulnerável entre os envolvidos.

O benefício proporciona, portanto, um grau de confiança (ou um sistema de garantias) em que tais práticas econômicas podem ser reproduzidas com uma menor possibilidade de que as relações de comprometimento entre os envolvidos sejam rompidas, o que é possível pela existência interdependente de um sentimento de identificação de classe – e que fora traduzido anteriormente por expressões do tipo “eu espero que ele sirva (ou ajude) outras pessoas” –, sentimento típico entre famílias pobres integradas às periferias das cidades.

Por essas e outras razões, podemos admitir que o benefício impacta no processo de mobilidade dessas famílias, podendo a solidariedade assumir diferentes níveis e formas de manifestação durante o processo de luta das famílias pela insistente necessidade de integração social no espaço urbano.

Neste caso, são, portanto, os laços entre famílias próximas e distintas fortalecidos por um sentimento de afeição correspondente, garantindo, desse modo, que a possibilidade de existência da solidariedade venha a ser também convocada à categoria de elemento essencial dos vínculos de afeição, autonomia, confiabilidade e reprodução dos processos de reestruturação das estratégias de sobrevivência em seu conjunto, principalmente para que possam continuar existindo e se reproduzindo no seio das famílias que almejam a realização de um projeto de futuro, principalmente se porventura deixarem de receber o benefício do PBF como uma alternativa de sobrevivência presente, como já tivemos a oportunidade de demonstrar quando da discussão referente ao fluxograma 1.

Quanto à sexta e última consequência, acreditamos ser desnecessário nos desdobrarmos extensamente, sobretudo por considerar que tudo aquilo que já fora exposto incide de modo interdependente e genérico, principalmente por considerar o fato de que o benefício agrega valor material e simbólico ao processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência *em seu conjunto*, permitindo a reestruturação dos estilos de vida dessas famílias, quando consideradas as finalidades ou os objetivos almejados em seus projetos de futuro.

O importante a ser ressaltado até aqui é precisamente o fato de que o dinheiro do Programa Bolsa Família impacta sobre as dimensões materiais e simbólicas das famílias beneficiadas, incidindo sobre suas dinâmicas de sobrevivência e alterando – por meio de sua integração e regulação urbanas – seus próprios costumes, valores e hábitos, típicos das famílias pobres que buscam em seus projetos de futuro a ascensão social como possibilidade de transformação de suas condições de existência numa sociedade de tipo capitalista.

5.3 As mães, os filhos e o projeto de futuro

Nossos últimos esclarecimentos sobre o Programa Bolsa Família, e mais especificamente, sobre as consequências ou impactos do benefício sobre as famílias beneficiadas, referem-se aos desejos das mães (beneficiárias) quanto ao futuro dos filhos, tratando-se, mais especificamente, das motivações que impulsionam as famílias beneficiadas a mobilizarem e reconfigurarem permanentemente suas estratégias na luta pela sobrevivência, o que em ciências sociais fora sintetizado pelo nome de *projeto de futuro*.

Aqui o assento recai sobre a descrição que envolve os desejos de realização intencionados e projetados pelas mães/beneficiárias, cuja representação familiar reúne o peso de suas decisões e diretivas ante o futuro.

Através de seus relatos, percebemos que suas esperanças diante do futuro possuem um fluxo de convergência que lhes é comum. Elas exprimem a necessidade de buscar um lugar social que garanta a seus filhos outro patamar no quadro geral da sociedade capitalista. A necessidade de mudança de suas condições de existência estabelece o significado atribuído ao sistema de projetos que se sintetiza num projeto mais abrangente. Teleologicamente, todas as prévias-ideações no pensamento do senso comum da vida das beneficiárias “são feitas *modo potentiali*, em termos de *chance*” (Schutz, 1979, p. 137). Isso significa que a necessidade de enfrentamento da pobreza se desdobra num projeto genérico, ou, como bem demonstrou Schutz (1979, p. 137-138), pela necessidade que se constitui a partir de uma “situação biográfica determinada”:

A essa situação pertencem, não só a minha posição no espaço, no tempo e sociedade, mas também a minha experiência de que alguns elementos do meu *Lebenswelt* me são impostos, enquanto outros estão em meu controle, ou podem ser postos sob meu controle, sendo, portanto, modificáveis. Assim, a estrutura ontológica do universo me é imposta e constitui o quadro de todas as minhas atividades espontâneas possíveis. Dentro desse quadro tenho de achar o meu caminho e tenho de entrar em acordo com seus elementos. Por exemplo, as relações causais do mundo objetivo são vivenciadas subjetivamente, como meios possíveis para fins possíveis, como obstáculos ou apoio para as atividades espontâneas do meu pensar e fazer. Elas são vivenciadas como contextos de interesse, como uma hierarquia de problemas a serem resolvidos, como sistemas de projetos e suas possibilidades de desempenho¹⁰⁰.

Vê-se, pois, que os processos de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência demonstradas nesta tese, por meio das dinâmicas dos fluxogramas 1, 2 e 3,

¹⁰⁰ Para Schutz (1979, p. 135), o termo *Lebenswelt* quer dizer que as idealizações e formalizações no plano do pensamento não se restringem só a racionalização consciente “restrita ao domínio do pensamento científico”, mas se referem “também às nossas experiências do senso comum”.

estão todos mediados por um planejamento prévio, configurado por estas famílias como projeto de futuro a ser alcançado, implicando, no caso de participação do benefício, processos de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência sobre a relação entre a escolha dos “meios possíveis para fins possíveis”, dando sustentação à necessidade de realização do projeto de futuro almejado por estas famílias desde o momento em que são incluídas no Sistema do Cadastro Único do PBF¹⁰¹.

Nesse sentido, se é, portanto, o projeto de futuro uma ação planejada e que sintetiza os desejos ou sonhos pretendidos por estas famílias, isso significa dizer, segundo Bloch (2005, p. 97), que somos capazes de imaginar o *devenir*, de reter em nós a necessidade de nutrir a esperança, de ressignificarmos nossa existência mediante desejos diurnos, ou, mais precisamente, que “o sonhar desperto, ou seja, aberto para o mundo sabe não se abster. Ele se recusa a se saciar ficticiamente ou ainda a espiritualizar desejos. A fantasia diurna, assim como o sonho noturno, tem os desejos como ponto de partida, mas vai com eles até o fim. Quer chegar ao lugar da realização”, podendo ao fim confirmar ou não as expectativas.

Importa salientar que é a partir deste querer (ou desejar) que são as beneficiárias incitadas a fazer de suas esperanças a razão motivadora de suas dinâmicas na luta pela sobrevivência, levando-nos a entender que todo esforço despendido em torno da transformação de suas condições de existência dá-se em função delas e dos filhos. Sobre este aspecto, basta ouvi-las a respeito do projeto de futuro da família:

Quero pra ela tudo o que eu não fui, tudo o que eu não fui, uma boa faculdade, um bom emprego, na verdade começar desde cedinho já pra ter oportunidade de fazer estágio, porque começa tudo daí já, né? Tudo que eu não fui quero que ela seja (...). A mamãe não teve a oportunidade de estudar, nem meu pai; eles tiveram uma educação diferente. Então eu quero que ela seja muito mais do que eu, e eu luto pra isso. (P1am, 21 anos).

Uma mãe e um pai sempre quer o melhor pros seus filhos, né? Então eu aposto no futuro deles, eu quero que eles cresçam, estudem, trabalhem, e que mais tarde isso venha a servir pra eles mesmos, né? É o que eu digo pra eles toda vez aqui: que eles cresçam pra um dia poderem trabalhar; eu digo pras minhas filhas que eu quero ver elas formadas, doutora, advogada. Sempre uma mãe e um pai quer isso para os seus filhos, né? Aí eu falo pra elas: “O estudo e o trabalho sempre está em primeiro lugar na vida da gente hoje em dia”. (C2am, mulher, 23 anos, 2016).

A gente conversa muito com relação a isso, sobre o futuro deles; eu sempre falo pra eles: “Vocês tem que estudar”. Hoje o futuro deles é através do estudo deles, estudar e ter uma qualificação, entendeu? Assim, por exemplo, o Miguel esse ano ele tá terminando o ensino médio, então já falamos pra ele ir vendo o ENEM, pra já ir vendo o futuro na faculdade, do estudo pra faculdade; a Émile já vai passar pro ensino médio ano que vem, então eu já vejo pra ela também um colégio melhor,

¹⁰¹ Sobre estes aspectos, ver os fluxogramas 1, 2 e 3, representado por um círculo central que indica o papel mediador exercido pelo projeto de futuro das famílias.

entendeu? A gente tá pensando o Instituto Federal pra ela. E o Sandro hoje, ele já tá agraciado com um colégio muito bom, que é a Fundação Bradesco; lá o ensino é muito bom, já preparam os aluno pra faculdade, então assim, é o estudo. Eu sempre falo pra eles que é o estudo, já pensando nisso, né? Faculdade para obter uma qualificação no mercado de trabalho, porque eu sempre falo de mim pra eles, que na época que eu estudei as coisas eram mais difíceis e aí eu relaxei com relação a isso, né? Eu parei no ensino médio, e analisando hoje, se eu for procurar um emprego melhor, vai ser muito mais difícil pra mim, porque o mercado de trabalho hoje em dia quer pessoas mais qualificadas, com nível superior. Eu sempre falo isso pra eles, então o estudo pra eles é prioridade, tem que estudar. (A3rr, mulher, 39 anos).

Eu planejei muitas coisas pros meus filhos, mas até agora eu num consegui o sonho que eu planejei, porque eles se casaram muito cedo e cada um procurou sua família. Então assim foi um sonho que eu ainda não consegui, mas eu tô apostando no caçula, né? Quem sabe se um dia ele num vai ser um advogado; ele disse que quer ser advogado, s'inscreveu no ENEM agora, tá estudando bastante. Aí então eu vejo nele um futuro grande, então eu tenho muita esperança que ele vai ser o meu futuro [risos]. (M6am, mulher, 61 anos).

Em termos gerais, infere-se das narrativas duas ordens de questões que se nos impõem como essenciais, já que há necessidade de investir forças, tempo e recursos – como o do Bolsa Família, por exemplo – em aspectos considerados cruciais do ponto de vista das prioridades das beneficiárias; são eles: a educação e o trabalho.

As narrativas das beneficiárias P1am, C2am e A3rr nos mostram que a mobilidade e a reconfiguração das estratégias de sobrevivência devem seguir uma direção voltada aos interesses previamente idealizados como projeto de futuro, ou seja, devem atender às necessidades e aos anseios na obtenção de “uma boa faculdade, um bom emprego, na verdade começar desde cedinho já pra ter oportunidade”, até porque, segundo elas mesmas, “na época que eu estudei as coisas eram mais difíceis” (A3rr). Então, a intenção da geração das mães (beneficiárias) está voltada para a necessidade e a esperança de apostar no futuro dos filhos, porque “eu quero que eles cresçam, estudem, trabalhem, e que mais tarde isso venha a servir pra eles mesmos” (C2am), uma vez que a finitude existencial como mães impõe que os filhos devam seguir seus próprios destinos. Para isso faz-se necessária a busca de uma qualificação dos filhos para o mercado de trabalho, daí a preocupação das mães com a realização do projeto de futuro da família.

Enfim, trata-se de dar aos filhos uma base que seja capaz de estrutura-los em termos de autonomia social, ou como disse a beneficiária E3rr (mulher, 35 anos):

É que nem eu falo pra ela [filha mais velha]: “Seus estudos ninguém tira de jeito nenhum, por isso que você tem que ter”. Hoje mesmo eu tava falando lá pra uma aluna que me ajuda na cozinha, eu tava falando pra ela, eu digo: “Olhe, hoje em dia a gente tem que ter um estudo, sabe porque? Porque hoje o que vale é o conhecimento, hoje é o papel [certificado/diploma], tem que ter uma escrita dizendo que você sabe fazer isso, porque se você não tiver, você não vale nada”.

Portanto, fica evidenciado que há investimento e esperança na luta por uma formação qualificada para os filhos com relação à prioridade da educação e do trabalho enquanto estratégias essenciais, pois, quando se trata de pensar a formação ou a educação dos filhos, estas aparecem sempre associadas às prerrogativas do mercado de trabalho, além de estarem, na maioria dos casos, vinculadas à ideia de que nunca se deve esquecer de “focar em Deus, para ele ir abrindo os caminhos, porque sem ele a gente não ia conseguir não, sem ele eu não conseguiria nem ter essa casa, por isso eu falo muito pra os meus filhos assim: “Ponha Deus em primeiro lugar, e aí você corra atrás”” (C1am, mulher, 32 anos).

O projeto de futuro das beneficiárias pode ser sintetizado e compreendido através das motivações comuns relacionadas à esperança de alcançar, por meio da educação, do trabalho e da crença num princípio de religiosidade, a ascensão social dos filhos.

No entanto, salienta-se o fato de que disso depende a garantia de que elas possam vir a ser agraciadas pelo provável sucesso ou bem-aventurança de seus filhos, principalmente se estes refletirem os resultados que haviam sido traçados antecipadamente no projeto de futuro por elas sustentado, levando-as a revelar discursos como “eu tenho muita esperança que ele [o filho] vai ser o meu futuro”, ou “eu incentivo e peço a Deus pra que ele [o filho] seja uma pessoa bem grande, pra que possa me aguentar até o final da vida” (M6am, mulher, 61 anos). Ao fim, reconhecem a necessidade de ascensão social dos filhos em função do desenvolvimento de um sistema de proteção contra a velhice.

Por isso, falar no projeto de futuro das famílias significa reconhecer que a educação, o trabalho e a solidariedade – envoltos por um princípio de religiosidade – participam como pedra angular de sustentação motivacional do processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência destas famílias, conferindo-lhes um caráter quase que sagrado e irrefutável, sendo o benefício mais um valor que, agregado às dinâmicas de sobrevivência dessas famílias, contribui para estimulá-las a assumir, com autonomia, a esperança de realização de um projeto de futuro capaz de mudar a qualidade de vida das próximas gerações através da luta em busca da ascensão social.

Por fim, depreende-se dessas experiências de vida, o fato de que o benefício intervém sobre as dinâmicas de sobrevivência das famílias beneficiadas, resultando em questões relacionadas a autonomia e emancipação dessas famílias, bem como sobre aquilo que diz respeito a mudança dos valores, da identidade, das relações de gênero, da solidariedade, enfim, a tudo que envolve o universo das representações materiais e simbólicas daqueles que participam desse tipo de experiência social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É uma constatação empírica o fato de que muito se fala sobre o Programa Bolsa Família, mas pouco se sabe sobre suas implicações materiais e subjetivas em termos dos bastidores de vida das beneficiárias; uns falam daqui, outros dali, as vezes nas ruas, outras vezes no boteco da esquina de bairro, ou mesmo na fila do supermercado etc.

Como opiniões, estas falas circulam e dão margem a posicionamentos que por vezes são legítimos e por vezes não o são, constituindo um certo número de opiniões conflituosas, e que variam no tempo e no espaço, muitas vezes se fixando no imaginário social como modelos de representação e de julgamento sociais que vez ou outra guardam um certo tom de veracidade sobre as experiências daqueles que participam do PBF.

No entanto, foi procurando respeitar a relação entre o interesse do saber científico e as narrativas populares das mulheres beneficiadas pela política do PBF, que pudemos constatar algumas das implicações dos investimentos públicos em políticas de seguridade social. Descobrimos que tais políticas podem revelar um tipo de experiência social de transformação da autonomia dessas famílias, permitindo-nos falar sobre uma autonomia que não se resume apenas a seu caráter monetário ou de consumo, mas também àquilo que diz respeito ao universo simbólico, dos valores e da identidade das famílias, desconstruindo certas concepções vulgares sobre as iniciativas do PBF sobre a vida das famílias beneficiadas.

Como se pode ver, as trajetórias de vida das famílias beneficiadas pelo PBF participam do processo de constituição dos saberes e experiências vividos e acumulados por estas famílias ao logo de suas histórias de vidas.

Percebemos que a história das famílias brasileiras, e, em especial, das famílias pobres de nosso país, revela os traços de comportamentos, costumes e valores responsáveis pela estruturação das dinâmicas de sobrevivência desses grupos em uma sociedade marcada sobretudo pela desigualdade social, resultado das marcas deixadas pelo processo de colonização da América Latina.

Isso implica reconhecer o fato de que as famílias beneficiadas estruturaram suas vidas e o desenvolvimento de seus costumes, seus valores e suas memórias, em pleno diálogo com o processo sócio-histórico e cultural no qual estiveram e/ou permaneceram (ou permanecem) inseridas. Daí a razão pela qual buscamos compreender o fenômeno da pobreza destes grupos a partir de suas trajetórias de vida, e tomando como referência de análise e interpretação as mães beneficiadas no contexto de suas habitações e núcleos

domésticos, considerando as narrativas tanto no passado (no primeiro núcleo familiar) quanto no “presente” (segundo núcleo familiar).

Através do resgate das experiências vividas em seus primeiros anos de vida, percebemos que os aspectos culturais foram decisivos na constituição e desenvolvimento daquilo a que chamamos o processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência das famílias pobres, típico do movimento de luta pela vida.

Assim, concluímos que para se ter uma compreensão sobre o modo de vida atual das famílias pobres brasileiras, devemos levar em conta as nuances, ou os traços sociais mais genéricos – representados aqui por categorias, tais como: patriarcado, matrimônio, habitação e trabalho rurais, processos migratórios, redes de parentesco e solidariedade, fatores políticos e religiosos – que possibilitaram a essas famílias o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência baseadas em costumes tradicionais, considerados aqui em suas peculiaridades distintivas relativas ao tempo histórico nos quais se desenvolveram, e que ainda hoje se desenvolvem de modo um tanto singular no contexto dos aglomerados urbanos.

Desse modo, fomos levados a constatação de que as famílias pobres brasileiras, e, em especial, aquelas beneficiadas pelo PBF, dependem, para que possam sobreviver no espaço urbano, de articular reconfigurativamente suas estratégias de sobrevivência, o que exige a mobilidade permanentemente renovada das práticas e costumes típicos das famílias tradicionais (responsável pelo acúmulo de experiência social passada, retida na memória), mas que assumem um caráter singular quando incorporadas as suas dinâmicas de sobrevivência no espaço urbano.

A partir do momento em que se integram a cidade pelo processo de assimilação social, estas famílias – para que se mantenham vivas – passam a interagir de modo relacional frente as demandas provocadas pela lógica de desenvolvimento do progresso capitalista.

O envolvimento com as políticas sociais é ao mesmo tempo uma necessidade e uma estratégia de sobrevivência diante das incertas possibilidades de trabalho, e, ao mesmo tempo da busca por melhores condições de vida.

Nesse sentido, a análise até aqui efetuada nos conduziu à compreensão de que as políticas sociais refletem também, e em certo sentido, o compromisso do Estado com a seguridade social das famílias, concebidas, neste caso – e principalmente desde a primeira metade do século XIX, e posteriormente através do aparecimento do Estado de bem-estar social, como uma categoria de ação política. Ou seja, as políticas sociais surgem como uma garantia constitucional que visa à assistência das famílias em situação de pobreza, intencionando integrá-las – por meio da regulação social – aos espaços de acesso que nascem

da própria contradição do modelo de organização e funcionamento do Estado dentro do modelo social estruturado com base no sistema capitalista.

Em termos sociológicos, significa dizer que a integração dessas famílias às políticas sociais resultam em propriedades estruturais que garantem a *experiência* dos indivíduos (neste caso, dos grupos de famílias do PBF) dentro de um determinado contexto social e, além disso, por um período de tempo delimitado, conferindo a elas um artifício de mobilidade e reconfiguração de suas estratégias de sobrevivência que participa de modo codependente junto ao programa.

Como já enfatizado, o BF se caracteriza por ser um programa de transferência de renda direta e mediante condicionalidades. Seus objetivos foram inspirados na Constituição de 1988, a partir do estabelecimento dos princípios constitucionais de enfrentamento da pobreza e da desigualdade, de proteção social não contributiva, de proteção social à família, de intersectorialidade (ou seja, articulação das áreas responsáveis pela educação, saúde e assistência social, a fim de estabelecer as condicionalidades), de gestão descentralizada e inclusão social. Ideias tornadas necessárias diante do processo de redemocratização ocorrido em nosso país na passagem dos anos 80 para os anos 90.

Portanto, foi com base nestes princípios democráticos que o Programa Bolsa Família desenvolveu sua política de combate à fome e às desigualdades sociais, estabelecendo como objetivos básicos (ou finalidades) o cumprimento das metas relacionadas: i) A promoção do acesso à rede de serviços públicos, de saúde, educação e assistência social; ii) O combate a fome através da promoção da segurança alimentar e nutricional; iii) O estímulo a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; iv) O combater a pobreza; e v) A promoção a intersectorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do poder público.

Como mencionado em capítulo anterior, a importância do cumprimento de tais finalidades do programa demonstraram-se cruciais. Por essa razão, o PBF definiu alguns parâmetros fundamentais para a realização de tais objetivos, como: vi) realizar o pagamento dos benefícios preferencialmente às mulheres, com objetivo de contribuir para a ampliação do bem-estar da família e, ao mesmo tempo, da autonomia feminina no espaço doméstico e nas comunidades locais; vii) dar autonomia as beneficiárias para realizar os recursos financeiros: é delas a decisão de como utilizar os recursos recebidos, conforme suas necessidades e sem a interferência de qualquer instância externa; e viii) Partir do princípio de que a família deve ser entendida enquanto unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com

ela possuam laços de parentesco ou afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros.

Demonstramos, portanto, e segundo o PBF, que a realização de tais finalidades depende do fato de que elas devem ser executadas e geridas (conforme decretos) de forma descentralizada, por meio da conjugação de esforços entre os entes federados, observada a intersectorialidade, a participação comunitária e o controle social.

Mais especificamente, significa dizer que a execução e a gestão dos objetivos devem ser estabelecidas através da descentralização cooperativa entre União, estados, municípios e Distrito Federal, em participação conjunta com a sociedade, cabendo: 1) à União, ser responsável pela disciplina e normatização dos procedimentos de gestão, abertura de canais de comunicação para o recebimento de sugestões e de denúncias sobre eventuais irregularidades, e apoio financeiro aos estados, municípios e Distrito Federal; 2) aos governos estaduais, cumprir a função de administrar a execução dos recursos transferidos pelo Governo Federal através de uma coordenação intersectorial que disponibilizará apoio técnico, serviços e estruturas institucionais nas áreas da educação, saúde e assistência social, estimulando os municípios na criação de parcerias com órgãos e instituições governamentais e não governamentais nas três esferas de governo, com a finalidade de articular ações complementares; 3) e aos municípios e Distrito Federal, administrar a execução dos recursos transferidos pelo Governo Federal, viabilizando as atividades relativas ao cumprimento de condicionalidades, ao acompanhamento dos beneficiários por meio da emancipação sustentada e ao exercício de ações complementares por meio da indicação do gestor do programa no município, e como parte integrada, a criação de uma Instância de Controle Social (ISC) do Bolsa Família e do Cadastro Único das famílias de baixa renda.

Portanto, é com base na cooperação entre os eixos federativos acima mencionados e suas estruturas institucionais e de diálogo através da participação comunitária, que o Bolsa Família demonstra realizar um movimento de articulação unificada para o exercício de suas funções e, sobretudo, para a realização de suas finalidades em nível nacional.

É preciso enfatizar o fato de que isso não significa a completa isenção de falhas presentes na política do PBF, mas apenas que sua execução parte do estabelecimento de critérios de transferência de renda para famílias pobres e extremamente pobres, procurando atingir variáveis como a saúde, educação e a assistência social de forma unificada, e nos permitindo compreender as implicações deste tipo de programa sobre a vida das famílias beneficiadas em suas diferentes frentes de atuação.

Importa destacar o fato de que a participação das mães junto ao PBF reflete um

espaço de experiências sociais por um período de tempo *relativamente* durável; mais que isso, significa dizer que o PBF enquanto campo de estruturação da política social atua como espaço de mobilidade estratégica das famílias na luta pela sobrevivência, funcionando como mais uma alternativa de sobrevivência no conjunto do processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias desenvolvidas ininterruptamente pelas famílias pobres beneficiadas.

À diferença das estratégias de sobrevivência mobilizadas por condições de “perceptividades pessoais”, como nos casos em que as beneficiárias respondem de maneira relativamente autônoma às coerções determinadas pela situação, desenvolvendo seus próprios meios de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência em função das ocasiões de oportunidade que lhes parecem mais viáveis, no caso do PBF, a sua posição no conjunto das estratégias de sobrevivência assume um caráter social de natureza política, uma vez que, neste caso, é o PBF uma política de Estado projetada a partir de determinações jurídico-políticas, cuja finalidade é o estabelecimento da integração e regulação sociais por meio da transferência de renda condicionada, fundamentalmente durante um período de tempo relativamente que se demonstrou relativamente durável.

Em vista disso é que se pode falar do PBF – e, em especial, do benefício – como mais uma alternativa de que se valem estas famílias no circuito do processo de mobilidade e reconfiguração de suas estratégias de sobrevivência.

À diferença de outras estratégias, a aprovação deste recurso (o benefício) implica a participação das mães como beneficiárias do PBF por um período de tempo relativamente durável e legítimo, dando a elas a possibilidade concreta – através do valor recebido em dinheiro – de se apropriar deste da maneira que melhor lhe convém. Sobre este aspecto reside o grau de liberdade individual (autonomia relativa) possibilitado pelas circunstâncias objetivas e inscritas pelo PBF sob a forma de recurso financeiro, proporcionando, desse modo, um ponto de apoio para que sirva de mecanismo desencadeador na busca por alternativas apoiadas sobre a renda, possibilitando um grau de autonomia quanto ao processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência das famílias envolvidas.

Disso, resulta o fato constatado através da pesquisa de campo, de que a presença do benefício incide sobre a possibilidade concreta e de relativa autonomia individual quanto à destinação do recurso para fins de atendimento às necessidades de sobrevivência de cada família, mudando o contexto de atuação e inserção sociais na luta pela sobrevivência.

Como já havíamos de ter destacado, em conformidade com as reflexões de Simmel sobre as políticas públicas de distribuição de renda, o uso do benefício é, pois, a garantia e ao mesmo tempo a autonomia a partir da qual se encontra tanto a forma individual em que cada

um se comporta ante o dinheiro, quanto a razão sob a qual se realizam as experiências de vida das famílias durante um espaço de tempo relativamente durável, o que pode ser mais bem compreendido se observarmos as condições de durabilidade dessas experiências, que nestes casos se apresentam representadas pelas dinâmicas de sobrevivência mobilizadas de um modo singular e dentro de certo período de tempo pelas beneficiárias.

Desse modo, tanto o projeto de futuro das famílias quanto a ressignificação e a manutenção do processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência demonstradas existem sob a condição de interdependência, ou seja, acontecem mediadas pela necessidade direta uma da outra.

A presença do benefício requer a reestruturação dos caminhos a serem perseguidos pelas beneficiárias para o alcance de determinadas finalidades ligadas à realização do projeto de futuro almejado pelas famílias, assim como a realização do projeto de futuro passa a depender de uma alternativa concreta (neste caso, o benefício) que possibilita a recondução de suas estratégias em direção às finalidades almejadas. São esses dois fatores (o projeto de futuro e a ressignificação e manutenção das estratégias de sobrevivência), portanto, as partes integradas de um mesmo processo interdependente.

Desta forma, foi possível constatar que os impactos do PBF sobre a vida das famílias beneficiadas estão intrinsicamente conectados ao processo de mobilidade e reconfiguração de suas estratégias de sobrevivência, condição sempre presente na vida das beneficiárias, mas que a partir de sua integração as dinâmicas da cidade lhes imprime a necessidade de readequação diante do “novo”, a cidade. Sendo mais exato, significa dizer que o recebimento de um benefício (ou renda mínima) implicará no reordenamento de suas dinâmicas no circuito da mobilidade de suas estratégias de sobrevivência.

Disso, decorre o fato anteriormente demonstrado, de que a presença do benefício sobre as dinâmicas de vida das famílias beneficiadas contribui para promover uma mudança de seus estilos de vida, de seus padrões de conduta e, portanto, de suas mentalidades, uma transformação decorrente de pelo menos seis consequências ou impactos fundamentais por nós identificado, e que se apresentam entrelaçadas as dinâmicas de sobrevivência por meio do uso do benefício para fins de realização de seus projetos de futuro, podendo ser sintetizadas da seguinte maneira: 1) Existe uma tomada de consciência de que a *autonomia monetária* é condição socialmente necessária para a superação da pobreza, mexendo com seus valores e identidade; 2) O fato de que há garantia do recurso mês a mês, estimula as beneficiárias a um tipo de *economia doméstica* muito singular; 3) Isso conduz as beneficiárias ao entendimento de que o benefício serve como *recurso de insentivo à saúde, educação, e ao atendimento das*

necessidades básicas (materiais e simbólicas) dos filhos; 4) O benefício também tem sido responsável por resignificar as relações de gênero no ambiente doméstico e fora dele; 5) Além de servir como recurso de manutenção e fortalecimento das redes de solidariedade entre as famílias, independentemente de possuírem ou não parentesco consanguíneo; e 6) A presença durável do benefício é responsável por agrega valor material e simbólico ao processo de mobilidade e reconfiguração das estratégias de sobrevivência em seu conjunto, permitindo a reestruturação dos estilos de vida dessas famílias com base em um projeto de ascensão social.

Nota-se, pois, que a participação de um dinheiro extra na vida dessas famílias, principalmente se recebido por um período de relativa durabilidade, é capaz de mudar a direção das estratégias de sobrevivência com relação aos filhos, à educação, ao trabalho, à saúde e às demais necessidades básicas e estratégicas de vida, fazendo com que as famílias beneficiadas ressignifiquem seus padrões de hábitos mediante os processos de mobilidade e reconfiguração dessas mesmas estratégias, mexendo, desta forma, com a estrutura dos campos simbólicos e materiais que pautam as dinâmicas de vida dessas famílias.

Em outras palavras, chamar atenção para o fato de que, além do dinheiro do Programa Bolsa Família impactar sobre as dimensões materiais e simbólicas das famílias beneficiadas, ele é responsável por assegurar – em certa medida – as dinâmicas de sobrevivência destas famílias, alterando por meio de sua integração e regulação urbanas seus próprios costumes, valores e hábitos, típicos das famílias pobres que buscam em seus projetos de futuro em direção a cidade, a conquista de uma ascensão social como possibilidade de transformação de suas condições de existência numa sociedade sob o modelo capitalista.

Portanto, em nosso entendimento, a discussão sobre as implicações do PBF e do uso do benefício pelas beneficiárias passa pela consideração de que a superação da pobreza também depende do conjunto de relações recíprocas entre Estado e sociedade.

Como foi possível constatar, o dinheiro enquanto valor social também é capaz de promover mudanças ao nível das representações ideológicas das famílias, desconstruindo padrões de hábitos e de comportamentos aparentemente normais (ou “naturais”), como, por exemplo, a autonomia das mulheres com relação ao fato de que podem definir com um maior grau de liberdade o projeto de futuro da família.

Além disso, é notável ver como as estratégias da solidariedade e da educação podem ser fortalecidas, indicando a possibilidade de que as famílias podem galgar novos patamares, de que algo pode ser diferente do que até então havia sido vivenciado por elas como parâmetro de possibilidades objetivas na luta pela sobrevivência.

A investigação também nos permitiu constatar de modo amplo, que as consequências do uso do benefício sobre a vida das famílias beneficiadas dependem, tanto da durabilidade no recebimento do recurso monetário, quanto das experiências de vida das beneficiárias, que por meio do processo de mobilidade e reconfiguração de suas estratégias de sobrevivência conseguem dar vazão aos projetos de futuro da família em busca da ascensão social.

O fato é que através da autonomia e da liberdade no uso e destinação dos recursos do PBF pelas beneficiárias, verificou-se um certo grau de emancipação material e simbólica, tanto das mães quanto de seus filhos. Percebemos a abertura de certos espaços na experiência de transformação subjetiva e material das gerações de famílias de baixa renda, fixando-se na memória social como experiência de referência na luta pela superação da pobreza em nosso país, e fazendo-nos reconhecer a dimensão de importância deste tipo de política social.

No entanto, não obstante os aspectos positivos identificados como consequência das práticas de uso do benefício, é preciso considerar alguns fatores que participam como desestabilizadores da relação de beneficiamento entre a política do PBF e o beneficiário.

Não devemos nos esquecer que os problemas de conjuntura política e econômica participam do processo de fortalecimento ou enfraquecimento do funcionamento das políticas e programas sociais, podendo favorecer ou não o projeto de futuro das famílias cadastradas. E sobre este aspecto devemos reconhecer, juntamente com Marx, que o sistema social sob o modo de produção capitalista se caracteriza por sua instabilidade cíclica, afetando as relações econômicas, políticas e sociais em seu conjunto.

Em nosso país, foram visíveis as mudanças com relação aos investimentos sobre políticas e programas sociais a partir de 2016. O impeachment da então Presidenta da República Dilma Rousseff veio acompanhado de “ajustes” econômicos, dentre eles o corte progressivo de uma parcela significativa de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família, fazendo retroceder os investimentos no combate a pobreza e as desigualdades em nosso país.

Além disso, é preciso chamar atenção ao fato de que as questões ligadas a corrupção também respondem pelo modo desviante dos investimentos e dos resultados na destinação de recursos públicos direcionados ao atendimento das famílias pobres e extremamente pobres cadastradas em programas de seguridade e assistência social.

Em nossas entrevistas nos chamou a atenção alguns casos pontuais relacionados a corrupção, no entanto, eles não responderam como regra geral, mas apenas como exemplo de que variáveis como a da conjuntura política e econômica, e da corrupção, podem contribuir para desestabilizar o funcionamento de programas como o PBF, inviabilizando o ciclo de durabilidade das experiências dos beneficiários cadastrados no programa.

Além disso, em nossa experiência na França, tivemos a oportunidade de conhecer o trabalho de Flávio H. Eiró de Oliveira sobre a regulação familialista da pobreza, onde demonstra através de capítulo referente aos assistentes sociais do programa, a existência de relações clientelistas e de favorecimento dentro do programa, implicando em problemas de ordem administrativa que mantêm uma relação direta com os resultados do programa.

Todas estas questões incidem sobre as experiências de vida das famílias que estão sendo beneficiadas pela política do programa.

Por essas razões, é preciso reconhecer também que, da durabilidade dos impactos promovidos pela participação das famílias dentro do programa, depende a articulação de pelo menos três variáveis importantes, sendo: a primeira, referente a conjuntura política, econômica e social em que se dão os benefício; a segunda, relativa a história de seus percursos biográficos, retratada nesta tese a partir das trajetórias de vida das beneficiárias, incluindo aqui o fato de que sempre sobreviveram e, ainda hoje sobrevivem, com base na mobilidade e reconfiguração das estratégias típicas das famílias pobres de nosso país; e a última, referente ao tempo de permanência dentro do programa para que possam alcançar o máximo dos objetivos almejados em seus projetos de futuro, o que tem se tornado inviável frente a instabilidade político-econômica de nosso país.

Saliente-se ainda o fato de que as beneficiárias são movidas pela esperança de que dias melhores virão, elas almejam a ascensão social, têm a esperança de que a geração de seus filhos deixarão a condição de pobreza em direção a uma vida com mais dignidade. Seus desejos impulsionam a mobilidade e reconfiguração de suas estratégias de sobrevivência em função do desejo de mudança de classe social, o que não nos permite afirmar a existência de uma mudança de classe entre estas famílias, mas a de admitir que a presença de questões simbólicas como a da autonomia feminina, da solidariedade, dos desejos dos filhos etc, são todas elas formas de superação da pobreza.

Apesar de compreendermos a importância do benefício enquanto valor econômico, será preciso reforçar que este não deve ser assumido como único medidor na compreensão das relações humanas, e, em especial, no que se refere aos impactos do PBF sobre as dinâmicas de sobrevivência das famílias beneficiadas.

Enfim, constatamos pela experiência empírica junto as famílias beneficiadas, que os impactos da presença e do uso do benefício pelas beneficiárias, são capazes de promover um grau de autonomia e liberdade incomparáveis aqueles descritos antes do recebimento do benefício. O lugar de onde vieram e para onde pretendem seguir define o tom da destreza destas mulheres no enfrentamento do urbano. O benefício é como mais uma nota que,

acrescida a “escala musical” de suas estratégias de sobrevivência, transforma a percepção de seus valores em novas possibilidades de compor a emancipação e a cidadania.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, Jean-Claude. **Pratiques sociales et représentations**, Paris: Puf, 1994.
- ANDERSON, P. **Linhagens do estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- ANDRADE, Mario. **Ensaio sobre a música brasileira**. 3. ed. São Paulo: Martins; Brasília. INL, 1972.
- ARAÚJO, A. Vidal de. **Introdução à sociologia da Amazônia**. 2. ed. rev. Manaus: Editora Valer; Governo do Estado do Amazonas: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ÁVILA, Maria B. **Vida cotidiana: um desafio teórico e político para o feminismo**. In: Cadernos de crítica feminista, 2009/12 (n° 2), p. 45-77.
- BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. e M., R. **Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil**. IPEA. Texto para discussão n° 1460, 2010.
- BARTHOLO; PASSOS; FONTOURA. **Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?**. IPEA, Texto para discussão n° 2331, 2017.
- BATISTA, D. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. 2. ed. rev. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.
- BRAUW, De Alan; Guilligan, Daniel. O; HODDINOTT, John. **The impact of Bolsa Família on women's decision-making power**. International Food Policy Research Institute. World Development, vol. 59, pp. 487-504, Washington: Elsevier, 2014.
- BECKER, B. K. **Amazônia**. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 2007.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BERGER, P. L. **O riso redentor: a dimensão cômica da experiência humana**, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.
- BERGSON, H. **O riso: ensaio sobre a significação do cômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- BERTAUX, D. **Destinos pessoais e estrutura de classe**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- BERTAUX, D. **Le récit de vie**. 4. ed. Paris: Armand Colin, 2016.

BETHELL, L. **Historia de América Latina**. Tomo I. Barcelona: Editorial Crítica, 1990.

BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Vol. I, Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2005.

BLUMER, Herbert. **Movies and conducts**. New York: The Macmillan Company, 1933.

BRASIL. Presidência da República. **Exposição de Motivos nº 47**. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, de 20 de outubro de 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Exm/2003/EM47-CCIVIL-03.htm>. Acesso em: 07 dez. 2015.

BRASIL, Medida provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003. **Diário Oficial da União, Brasília**, Brasília, DF, nº 204. 21 out. 2003. Seção 1, p. 1. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2003/132.htm>. Acesso em: 07 dez. 2015.

BRASIL, Lei nº 10. 836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 jan. 2004. Seção 1. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm>. Acesso em: 26 mai. 2015.

BRASIL, Decreto-lei nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 set. 2004. Seção 1, p. 3. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm>. Acesso em: 07 dez. 2015.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. **Manual de Gestão do Programa Bolsa Família**. 2. ed. rev. e atual. Brasília, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Política para as Mulheres (SPM). **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM)**. 1ª impressão. Brasília: Secretaria de Política para as Mulheres, março 2015.

BOUDIEU, Pierre. **Espace social et genèse des "classes"**. In: Actes de la recherche en sciences sociales. Vol. 52-53, juin 1984. Le travail politique. pp. 3-14. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/arss.1984.3327>

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

CANDIDO, A. The brazilian family. In: **Brazil: portrait half a continent**. New York: The Dryden Press, 1951.

CANDIDO, A. **Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARRASCO, Cristina. Tiempo de trabajo, tiempo de vida. Las desigualdades de género en el uso del tiempo. In: AGUIRRE, Rosario; SAINZ, Cristina García e CARRASCO, Cristina. El tiempo, los tiempos, una vara de desigualdad. Santiago do Chile: Naciones Unidas/CEPAL 2005. P. 51-79. (Serie Mujer y Desarrollo, 65).

CARVALHO, J. M de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 19 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152581997000200003&lng=en&nrm=iso>. Access on 17 May 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>.

CARVALHO, José M. de. Fundamentos da política e da sociedade brasileira. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Octávio (Orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004.

CASTRO, J. A.; MODESTO, L (Orgs.). **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios**. v. 1 Brasília: Ipea, 2010.

CASTRO, J. A.; MODESTO, L (Orgs.). **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios**. v. 2 Brasília: Ipea, 2010.

CÉCILE, V de. V. **Sociologie des ages de la vie**. Paris: Armand Coulin, 2015.

CHABAUD-RYCHTER D.; FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL D., SONTHONNAX, F. **Espace et Temps du Travail domestique**, Paris, Méridiens, Klincksieck, 1985.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHAUÍ, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. In SADER, Emir (org). Lula e Dilma, **Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, p. 123-134.

CHAUVIN, S.; JOUNIN, N. A observação direta. In: PAUGAM, S. **A pesquisa sociológica**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

CINTRA, A. O. **O sistema de governo no Brasil**. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Octávio (Orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004.

DAMON, Julien. **Les politiques familiales**. 1. ed. Paris: PUF, 2006.

DE GAULEJAC, V.; HANIQUE, F.; ROCHE, P. **La sociologie clinique: enjeux théoriques et méthodologiques**. Toulouse: Éditions Érès, 2012.

DE GAULEJAC, V. **Qui est “JE”?: sociologie clinique du sujet**. Paris: Seuil, 2009.

DEJOUR, Christophe. (2002). <<Les rapports domestiques entre amour et domination>>, in: **Revue Travailler** 2002/2 (n° 8), p. 27-43.

DUBET, François. **Sociologia de la experiencia**. 1. ed. Madri: Editorial Complutense, 2010a.

DUBET, François. **Les places et les chances**: repenser la justice social. Paris: Éditions du Seuil et La République des Idées, 2010b.

DURKHEIM, E. **Sociologia e filosofia**. São Paulo: Editora Forense-Universitária, 1970.

DURKHEIM, E. **Da divisão social do trabalho**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 17. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

DURKHEIM, E. Divisões da sociologia: as ciências sociais particulares. In: RODRIGUES, J. A. **Émile Durkheim: Sociologia**. 9 ed. 2. reimp. São Paulo: Editora Ática, 2000.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2001.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. 2. ed. 6. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. Decision-making structure, political parties, and governments performance in multiparty presidentialism. Seminário Internacional “Reforma Política: o brasil em perspectiva comparada”. Rio de Janeiro: Iuperj/Centre for Brazilian Studies/Universidade de Oxford, 27-28 jun., 2002.

FRANCO, M. S de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização**: novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936). v. 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, Sigmund. **Totem e Tabu**: algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos, 1. ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

FREYRE, G. **Interpretação do Brasil**: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1947.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

FREYRE, G. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 1. ed. São Paulo: Global, 2013.

FURTADO, C. **Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII**: elementos de história econômica aplicado à análise de problemas econômicos sociais. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 3. ed. São Paulo: Editora WNF Martins Fontes, 2009.

GOFFMAN, Erwing. **A representação do eu na vida cotidiana**. 17. ed. Petrópolis; Vozes, 2009.

GOFFMAN, Erwing. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro; LCT, 2017.

GOFFMAN, Erwing. **Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva, 2011.

GOODE, W.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1972.

HALBWACHS, M. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Albin Michel, 1994.

HEINICH, Nathalie. **Des valeurs: une approche sociologique**. 1. ed. (Bibliothèque des Sciences Humaines). Éditions Gallimard: Normandie, 2017.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Les paradigmes sociologiques à l'épreuve des catégories de sexe: quel renouvellement de l'épistémologie du travail? In: DURAND J. P.; LINHART, D. **Les Ressorts de la mobilisation au travail**. Paris: Octarès, 2005.

HIRATA, H. (2002). <<Travail et affects les resort de la servitude domestica. Note de recherche>>, **Revue Travailler 2002/2 (n° 8)**, p. 11-26.

HIRATA, H. **Nova Divisão Sexual do Trabalho: Um Olhar Voltado para Empresa e a Sociedade**. Tradução: Wanda Caldeira Brant. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

HOLANDA, S. B de. **A época colonial: do descobrimento à expansão territorial**. 15 ed. v. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HOLANDA, S B de. Economia colonial I. In: COSTA, M. **Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos**. Livro I. São Paulo: Editora Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011.

HOULE, G. A sociologia como ciência da vida: a abordagem biográfica. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 4. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

IANNI, O. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IPEA. Planejamento e políticas públicas: as dimensões da proteção social e da geração de oportunidades. Parte VI. In: **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**, Brasília: IPEA, 2009.

JESUS, Carolina de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10 ed. São Paulo: Ática, 2014a.

JESUS, Carolina de. **Diário de Bitita**. São Paulo: SESI-SP editora, 2014b.

KERGOAT, D. La Division du travail entre les sexes. In: KERGOAT, J. et al. (dir.). **Le monde du travail**. Paris: La Decouverte, 1998.

KERGOAT, Danièle. (2009). « Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo », in Hirata, H; Laborie F.; Le Doaré H.; Senotier D. (coord.), **Dictionnaire critique du féminisme**, pp. 67-75, São Paulo: UNESP, 2009.

LE DOARÉ H., 2001, « Les femmes sont-elles différentes ou divisées ? Une question posée aux mouvements sociaux », Communication au Colloque « **Le féminisme, un lieu pour vivre et penser la diversité** », Montréal, 12-13 juin.

LEFEBVRE, Henri. **La révolution urbaine**. Paris: Idées/Gallimard, 1970.

LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne I**: Introdução. Paris: L'Arche Éditeur, 1961.

LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne II**: Fondements d'une sociologie de la quotidienneté. Paris: L'Arche Éditeur, 1961.

LENOIR, Rémi. **La solidarité familiale: une question social?** In: PAUGAM, Serge. Repenser la solidarité. 2. ed. Paris: Puf, 2015.

LINTON, R. **The study of man**. Nova Iorque, 1936.

MACHADO, A. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1965.

MANNONI, P. **Les représentation social**. Paris: Puf, 2016.

MARTINS, J de. S. **Sociologia da fotografia e da imagem**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MARCUSE, Herbert. **Eros e a civilização**: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 25. ed. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultura, 2000.

MEAD, G. H. **Mind, self and society: from the standpoint of a social behaviorist**. The University of Chicago Press: Chicago/London, 1972.

MEAD, G. H. **The individual the social self: unpublished work of George Herbert Mead**. The University of Chicago Press: Chicago/London, 1982.

MORENTE, Manuel G. **Fundamentos de filosofia: lições preliminares**. 6. ed. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1979.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

NERI, Marcelo. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. São Paulo: Saraiva, 2011.

NORONHA, Lina Maria Ribeiro de. **Politonalidade: discurso de reação e trans-formação**. 1. ed. São Paulo: FAPESP/ Annablume, 1998.

ORLANDI, Eni. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PAUGAM, Serge. **Les formes élémentaires de la pauvreté**. 3. ed. Paris: Puf, 2013.

PAUGAM, S (Coord.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

PAUGAM, S. **Le lien social**. 3. ed. Paris: Puf, 2016.

PAUGAM, Serge. **Vivre ensemble dans un monde incertain**. Paris: L'aube, 2017.

PEREIRA, C. **Institutional conditional for the presidential success in the Legislative Arena: the electoral connection in the Brazilian politics**. Centre for Brazilian Studies, St. Anthony's College, university of Oxford, 2002.

PIERSON, Donald. **Cruz das almas**. s. ed. Rio de Janeiro: Olympio, 1966.

PIERSON, D. **Teoria e pesquisa em sociologia**. 17. ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1977.

PINTO, L de. A. **Lutas de famílias no Brasil: introdução ao seu estudo**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?:** o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

POLANYI, Karl. **A grande transformação.** Lisboa: Edições 70, 2012.

POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. 4. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

QUEIROZ, M. I. P de. et al. **Estudos de sociologia e história.** São Paulo: Editora AHEMBI Limitada, 1957.

QUEIROZ, M. I. P de. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

REALE, Miguel. **Introdução à filosofia.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

REGO, W.; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família:** autonomia, dinheiro e cidadania. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

RIBEIRO, L. M. Federalismo, governo local e políticas sociais no Brasil entre 1996 e 2004. In: HOCHMAN, G.; FARIA, C. A. P de. **Federalismo e políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

SADER, E. Brasil de Getúlio a Lula. In: SADER, E.; GARCIA, M. A. **Brasil entre o passado e o futuro.** São Paulo: Editora Perseu Abramo: Boitempo, 2010.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAMARA, E de. M. **A família brasileira.** 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

SANTOS, M de. F de. S.; ALMEIDA, L. M de. (Orgs.). **Diálogos com a teoria das representações sociais.** Editora Universitária da UFPE, 2005.

SCALON, C., SALATA, André. Uma nova classe média no Brasil da última década?: o debate a partir da perspectiva sociológica. **Revista Sociedade e Estado.** v. 27., n. 2, p. 387-407, 2012.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais:** textos escolhidos de Alfred Schutz. Organização Helmut R. Wagner. Tradução de Ângela Melin. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1979.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L.; COOK, S.; KIDDER, L. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** 2. ed. reimp. São Paulo: Editora Herder, 1972.

SILVA, M. O. da S.; YASBEK, M. C.; GIOVANNI, G. di. **A política social brasileira no século XIX: a prevalência dos programas de transferência de renda.** 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, M. O. da S.; LIMA, V. F. S de. **Avaliando o bolsa família: unificação, focalização e impactos.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SIMMEL, Georg. **Problemas Fundamentais da Filosofia**, trad. Inah Aguiar, Coimbra: Atlântida Editora, 1970.

SIMMEL, Georg. **Georg Simmel: Sociologia.** Organização Evaristo de Moraes Filho. 34 v. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Editora Ática, 1983.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006.

SIMMEL, G. **Filosofia del dinero.** Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOARES, S.; SOUZA, L de; SILVA, W. J.; SILVEIRA, F. G. “Perfil da pobreza: Norte e Nordeste rurais”. **IPC-IG Working Paper.** n. 138. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2016.

SOBRINHO, G. G. De F. X. “‘Classe C’ e sua alardeada ascensão: Nova? Classe? Média? Índice Econômico”. **FEE**, v. 38, n. 4, 2011, p. 58-80.

SODRÉ, N. W. **Formação da sociedade brasileira.** Rio de Janeiro, 1944.

SOTELO, I. **Sociologia da América Latina.** Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2011.

TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2004.

TELLES, V da. S. Sociedade civil e construção de espaços públicos. In: DAGNINO (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer . **A formação da classe operária inglesa.** Trad. Denise Bottmann, Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. v. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOCANTINS, L. **Formação histórica do Acre.** 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

VIEIRA, J. G. **Missionários, fazendeiros e índios: a disputa pela terra – 1777 a1980**. 2. ed. rev. e ampl. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014.

WAGLEY, C. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

WEBER, M. **Economia y sociedad**. v. II. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. s. ed. v. 2. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**. parte 2. 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 2001.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. 3. ed. Part. II. São Paulo: Cortez; Campinas, São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

WEBER, Max. **Conceitos sociológicos fundamentais**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

WILLEMS, E. **Uma vila brasileira: tradição e transição**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.